The background of the cover is a detailed architectural site plan of a university campus. The plan shows a complex network of buildings, courtyards, and roads. A prominent feature is a large, multi-story building complex in the upper right quadrant, which appears to be a central administrative or academic building. The plan is rendered in a light, sepia-toned style, with various lines and shading indicating the layout and structure of the campus. The overall impression is one of a well-planned and organized urban environment.

# Três projetos para uma Universidade do Brasil

autor **Klaus Chaves Alberto**  
orientadora **Margareth Campos da Silva Pereira**

## **Três Projetos para uma Universidade do Brasil**

P498e Alberto, Klaus Chaves.  
Três Projetos para uma Universidade do Brasil Klaus  
Chaves Alberto. – Rio de Janeiro :  
UFRJ, 2003.  
viii, 250 p. : il., mapas (alguns color.) ; 30 cm.

Orientadora: Margareth Campos da Silva Pereira.  
Dissertação (mestrado) – UFRJ/PROURB, 2003  
Bibliografia: p. 244-250.

1. Cidade Universitária. 2. Educação .  
3. Urbanismo.

Margareth Pereira, orient. II. Universidade Federal do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD: 304.82

## **Três Projetos para uma Universidade do Brasil**

Klaus Chaves Alberto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margareth Campos da Silva Pereira  
Doutora em História/ **Ecole des Hautes en Sciences Sociales** – Paris, França

Rio de Janeiro  
**2003**

## **Três Projetos para uma Universidade do Brasil.**

Klaus Chaves Alberto

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado por:

---

Prof<sup>a</sup> Margareth Campos Pereira da Silva – Orientadora  
(Doutora em História/ Ecole des Hautes en Sciences Sociales, Paris, França)

---

Prof<sup>a</sup>. Rachel Coutinho Marques da Silva  
(Doutora em City and Regional Planning/ Cornell University, C.U., Ithaca, EUA)

---

Prof<sup>a</sup>. Marlice Nazareth Soares de Azevedo  
(Doutora em Urbanismo, Políticas Urbanas, Planejamento e Gestão/ Institute D'Urbanisme de Paris, IUP, França)

---

Prof<sup>a</sup>. Silvia Arango Cardinal  
(Doutora em Urbanismo, Institute D'Urbanisme de Paris, IUP, França)

Rio de Janeiro  
2003

*Dedico este trabalho a meus pais, cujo incentivo desde os primeiros anos da Academia tornou-se fundamental para que eu chegasse até esta etapa.*

*À minha orientadora Margareth Pereira, com quem compartilhei boas horas de conversa saudável e edificante, uma convivência que ultrapassa o saber técnico e acrescenta-me como ser humano.*

*À minha noiva Fabiana, por deixar minha vida mais leve.*

*Ao meu irmão Alex, melhor amigo, constantemente atento aos meus momentos e capaz de intervir de maneira sempre positiva para meu aprimoramento.*

*Aos alunos com que tive oportunidade de conviver e aos que virão por suas contribuições por uma reflexão do ofício de educar.*

*Rogério Mascarenhas e Mário Sérgio Chaves, grandes amigos, pelo constante apoio na realização dos meus anseios acadêmicos.*

*À Antônio Colchete, Rogério Amorin, Mauro Campello e demais professores da Universidade Federal de Juiz de Fora que souberam incentivar e compreender estes anos de estudo.*

## RESUMO

ALBERTO, Klaus Chaves. **Três projetos para uma Universidade do Brasil**. Orientadora: Margareth Campos da Silva Pereira. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 2003. Dissertação (Mestrado em Urbanismo).

Desde os anos 20 até 1937, com o Estado Novo, a idéia de se criar uma Universidade no Brasil movimentou um número cada vez maior de intelectuais ligados à educação e ao poder público, tornando o período particularmente fértil nas reflexões sobre o sentido da formação universitária e da educação geral no país. Esta movimentação se refletiu na organização e discussão de pelo menos 4 projetos de arquitetura para a futura Universidade do Brasil, sob tutela do Governo Federal: o projeto de Lúcio Costa (1936), o projeto de Marcelo Piacentini (1936-1938), o projeto de Le Corbusier (1936) e, por fim, o segundo projeto de Lúcio Costa (1936).

Esta dissertação buscará cruzar essas individualidades com o campo político, social e da cultura. Estes projetos para a Cidade Universitária do Brasil serão analisados entendendo as várias propostas, apresentadas à época, como sintomas de diferentes interpretações sobre a arquitetura e o urbanismo debatidos naqueles anos. Por fim, será aprofundada a análise formal das soluções propostas relacionando-a de um modo mais firme com a própria intencionalidade (ou não) de cada autor e sua visão sensível em relação ao gesto de construir.

## ABSTRACT

ALBERTO, Klaus Chaves. **Três projetos para uma Universidade do Brasil**. Orientadora: Margareth Campos da Silva Pereira. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 2003. Dissertação (Mestrado em Urbanismo).

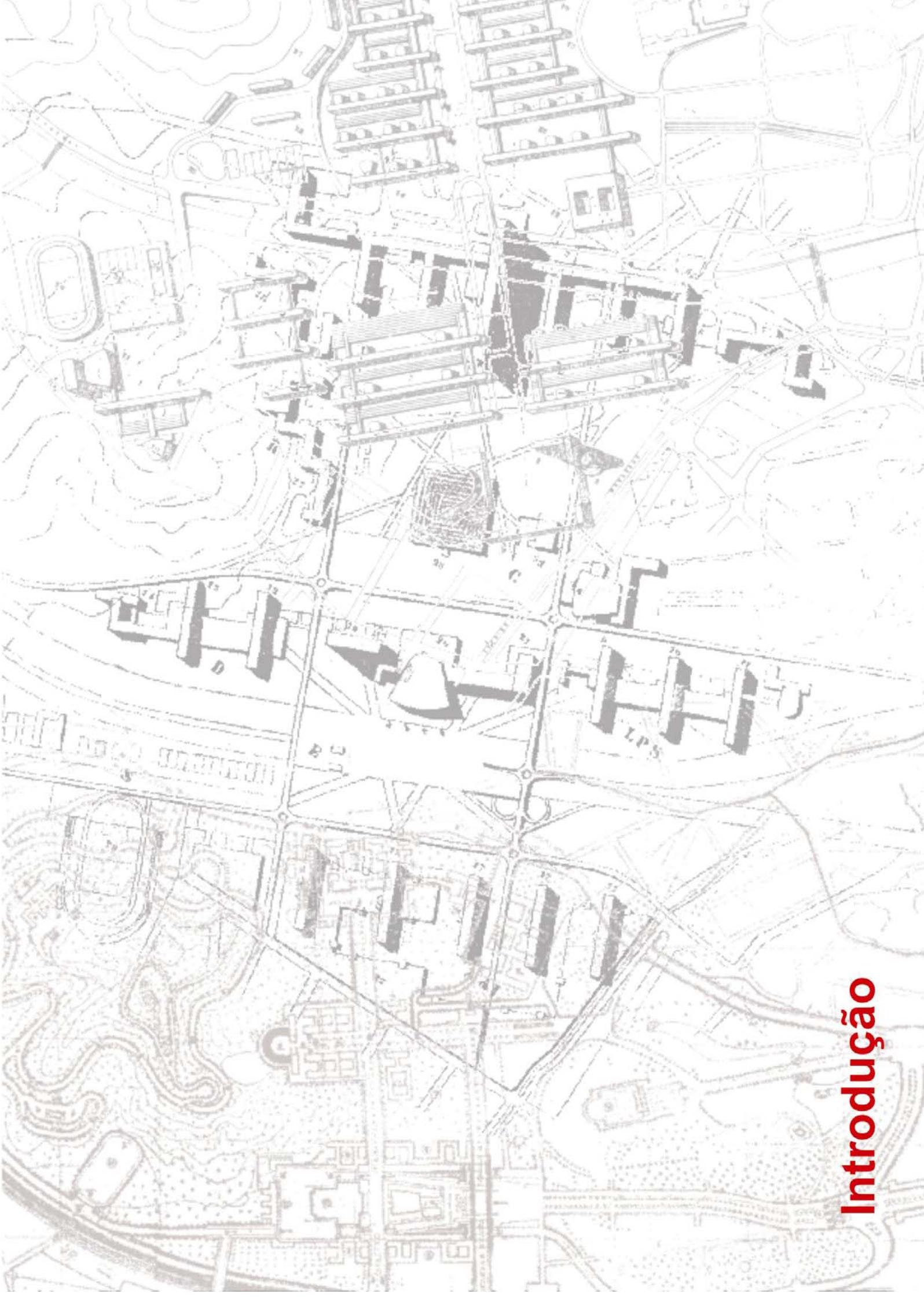
Since the twenties up to 1937, with the New State, the idea of growing up an University in Brazil moved a number every time larger of linked intellectuals to the education and the public power, turning the period particularly fertile in the reflections on the sense of the academical formation and of the general education in the country. This movement was reflected in the organization and discussion of at least 4 architecture projects for the future University of Brazil, under it tutors of the Federal Government: Lúcio Costa's project (1936), Marcelo Piacentini's project (1936-1938), the project of Le Corbusier (1936) and, finally, the second project of Lúcio Costa (1936).

This dissertation will look for to cross those individualities with the field political, social and of the culture. These projects for the Academical City of Brazil will be analyzed understanding the several proposals, presented to the time, as symptoms of different interpretations on the architecture and the urbanization discussed on those years. Finally, the formal analysis of the proposed solutions will be deepened, relating it in a firmer way with the own intension (or not) of each author and your sensitive vision about the gesture of building.

## S U M Á R I O

<b>Dedicatória</b>	<b>iii</b>
<b>Agradecimento</b>	<b>iv</b>
<b>Resumo</b>	<b>v</b>
<b>Abstract</b>	<b>vi</b>
<b>Introdução</b>	<b>2</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>23</b>
<b>A educação e o ensino universitário no Brasil: um problema dos anos 20</b>	
1.1 O Inquérito Nacional	31
1.2 Congresso do Ensino Superior no Brasil	33
1.3 A Revolução de 30 e a Universidade	37
<b>Capítulo 2</b>	<b>49</b>
<b>A Comissão de estudos do plano da Universidade</b>	
2.1 A definição de Universidade	60
2.2 A opção pela constituição de uma Cidade Universitária	62
2.3 A localização e a escolha do terreno	65
2.4 A disposição dos diferentes edifícios e a setorização dos conhecimentos dentro do conjunto	77
2.5 O levantamento topográfico	80
2.6 O desenvolvimento do programa	82
2.7 A comissão jurídica	85
2.8 Um arquiteto para a Cidade Universitária	87

<b>Capítulo 3</b>	<b>94</b>
<b>Um arquiteto para a Cidade Universitária</b>	
3.1 Marcelo Piacentini, a primeira opção	95
3.2 Pequena tempestade, a arquitetura brasileira: o projeto da equipe de Lúcio Costa	99
3.3 Le Corbusier, um novo ator	106
3.4 O novo projeto de Lúcio Costa	117
3.5 O retorno ao projeto de Piacentini	122
<b>Capítulo 4</b>	<b>129</b>
<b>Os projetos para a Cidade Universitária</b>	
4.1 O local de implantação	131
4.2 A ocupação do terreno	145
4.3 A setorização	148
4.4 A Implantação	169
4.5 O programa	191
4.6 O sistema viário	199
4.7 Os edifícios	207
4.8 A linha férrea	216
4.9 O bairro	222
4.10 A Quinta da Boa Vista	226
4.11 Autorias	233
4.12 O modelo americano	235
4.13 Princípios que persistiram	241
<b>Conclusão</b>	<b>243</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>256</b>



# Introdução

## INTRODUÇÃO

O interesse sobre esta pesquisa surgiu diante da constatação da existência de uma lacuna deixada pela historiografia da arquitetura e urbanismo no Brasil em relação às particularidades do pensamento urbanístico, especialmente no Rio de Janeiro, durante a década de 30. Neste contexto, permanecem ainda pouco explorados os projetos para o campus da Universidade do Brasil.

Como se sabe, a partir da Revolução de 1930 vários projetos e debates conduzidos por arquitetos demonstram um forte interesse em aprofundar não só as questões de uma nova arquitetura brasileira mas também aliá-las à questões mais amplas – coletivas e sociais – e relacioná-las, portanto, com as cidades. Se alguns aspectos desse processo de discussão e reformulação do pensamento arquitetônico vêm sendo devidamente abordados em nossa literatura profissional, as relações entre arquitetura e urbanismo, um dos mais importantes temas do período, continuam muito pouco esclarecidas e muitas vezes, inexploradas. Esta dissertação visa assim contribuir na construção de uma visão mais complexa do período, começando por sublinhar, como no caso da Cidade Universitária do Brasil (CUB), as relações entre arquitetura, urbanismo e cidade, apontando ainda temas e soluções formais nos diferentes projetos que a problematizaram.

## Notas para uma revisão historiográfica

Ainda são poucos os escritos que se dedicam a tratar, mesmo que de forma generalista, a história das teorias de arquitetura no Brasil, a história do pensamento urbanístico e, mais que isso, uma história que articule as relações no desenvolvimento destes dois campos disciplinares no país. Os textos disponíveis ainda abordam o pensamento urbanístico de forma superficial em relação ao pensamento arquitetônico e os estudos de caso que buscam aprofundar esta história concentram-se ora em personagens, ora em períodos, ora em temas regionais ou eventos que contribuem certamente para o conhecimento, mas ainda de modo excessivamente fragmentário.

Como se sabe, uma reflexão em torno da história da arquitetura no Brasil é recentíssima e data justamente da década de 30. Neste sentido, as primeiras publicações de reconhecimento e registro de arquitetos e obras de arquitetura no Brasil foram editadas em dois nítidos eixos de análise. Em um eixo, que poderíamos caracterizar como de recompilação das fontes arquitetônicas do período colonial, destacam-se os trabalhos de Germain Bazin<sup>1</sup>, de Robert Smith<sup>2</sup> e dos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico, publicados na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; noutro eixo, onde o foco seria a defesa e difusão das conquistas do movimento moderno na

---

<sup>1</sup> BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.  
BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, s.d.

<sup>2</sup> SMITH, Robert C. **Arquitetura civil do período colonial**. Rio de Janeiro: s.n.t.  
SMITH, Robert C. **Arquitetura colonial bahiana**. Salvador: Artes Gráficas, 1951

capital, destacam-se, principalmente, os livros *Brazil Builds*<sup>3</sup>, de 1943, e *Modern Architecture in Brazil*<sup>4</sup>, de 1956.

O período de ditadura militar foi especialmente infrutífero no que diz respeito à continuidade deste esforço que só em finais da década de setenta e princípio da década de oitenta, com o início da abertura política, foi retomado. Não cabe aqui historiar este processo através dos autores, institutos, cursos de pós-graduação e publicações que protagonizaram este processo<sup>5</sup>. Para estas notas o importante é destacar somente as principais obras que obtiveram grande alcance nacional ao fazerem longas narrativas sobre a história da arquitetura no Brasil.

Neste sentido, é de fundamental importância a difusão, nos fins da década de 70, do livro “Quatro Séculos de Arquitetura”<sup>6</sup>, de autoria do professor Paulo Ferreira Santos. Este livro, publicado pela primeira vez na coletânea “Quatro Séculos de Cultura”, é o resultado de uma conferência promovida pela Universidade do Brasil em 1965 em comemoração ao 4º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. A carência de novas pesquisas após o golpe de 1964 fez com que, em 1977, este texto fosse publicado pela

---

<sup>3</sup> GOODWIN, Philip. **Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942**. New York: The Museum of Modern Arts, 1943

<sup>4</sup> MINDLIN, Henrique. **Modern Architecture in Brazil**. Rio de Janeiro/Amsterdam: Colibris, 1956

<sup>5</sup> A este respeito, no cenário carioca, vale consultar a pequena resenha do crítico Roberto Segre sobre os Guias de Arquitetura do Rio de Janeiro onde uma parte deste processo é retomado e brevemente historiado. Disponível em:

H<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/resenhas.asp>H. Consultado em 5 de Dezembro de 2001.

<sup>6</sup> SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Valença- RJ: Editora Valença, 1977. Paulo Ferreira Santos (1904-1988) nasceu no Rio de Janeiro. Em 1925 ou 1926 (há controvérsias entre as fontes) graduou-se em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes. Entre 1946 e 1969 foi professor da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde criou a disciplina “Arquitetura do Brasil”. Segundo o autor, esta conferência foi feita sem notas prévias, o que o obrigou a escrevê-la para a posterior publicação do volume “Quatro séculos de Cultura na Cidade do Rio de Janeiro”.

Fundação Educacional Rosemar Pimentel (Barra do Piraí, RJ) e, em 1981, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, propiciando, a partir de então, uma ampla difusão das idéias do autor. Este livro se ocupa de um grande arco temporal: o autor compõe a história da arquitetura no Brasil desde o período colonial até o apogeu da arquitetura moderna no país.

Coincidindo com o interesse sobre este tema, outro importante clássico é publicado no mesmo ano de 1981: o “Arquitetura Contemporânea no Brasil”<sup>7</sup>. Essa obra, do francês Yves Bruand, é o resultado da tese de seu doutoramento (L`architecture Contemporaine au Brésil) defendida na Université de Paris IV em 1971, tendo sua primeira publicação em português em 1981. É um livro que, como mostra seu título, se restringe a um período mais curto que o abordado por Paulo Santos. Seu objetivo maior é o século vinte e, principalmente, a trajetória do movimento moderno no Brasil através de um levantamento amplo de autores e obras.

Podemos reconhecer nas páginas destas publicações uma forte tendência à valorização da arquitetura moderna no Brasil. É uma história, por assim dizer, engajada com o ideal moderno apresentando-o como o objetivo final da longa caminhada que a arquitetura no país percorreu até ali. Os períodos anteriores seriam, assim, momentos preparatórios do moderno e, para Yves Bruand, algumas vezes apresentavam-se como desvios deste caminho.

---

<sup>7</sup> BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 398 p.

Mas no que diz respeito a esses historiadores, malgrado às críticas recentes<sup>8</sup>, é indiscutível a sua inegável contribuição para que os profissionais brasileiros começassem a estudar, refletir e debater a arquitetura que foi e vinha sendo produzida no país.

Ainda na tradição das grandes narrativas sobre a história da arquitetura produzida no século XX, mais recentemente, em 1997, Hugo Segawa publica “Arquiteturas no Brasil 1900-1990”<sup>9</sup> onde a perspectiva histórica já procura apresentar um foco maior no processo de constituição da arquitetura moderna em suas singularidades regionais e formais, valorizando a diversidade de correntes que atravessam a produção desta arquitetura.

Reconhecendo a importância destas três obras em suas significativas diferenças de foco, verificamos que elas se ocupam principalmente do debate e da produção de arquitetura, deixando o urbanismo em um segundo plano - quando este é citado.

Para demonstrar este fato, destacamos alguns importantes aspectos não analisados por esta historiografia. Assim, por exemplo, quando a figura de José Marianno Filho é abordada nestes livros, o foco fica sempre em torno dos debates sobre o estilo neocolonial, suas raízes, seus feitos e propostas. Pouco se menciona à respeito de sua posição crítica no campo do urbanismo tanto nas teorias quanto nas ações urbanísticas que ocorriam na Capital Federal, como mostram seus artigos publicados nos jornais “Diário de Notícias”, “O Jornal” e “Folha Carioca”, entre outros, que foram selecionados para compor

---

<sup>8</sup> Como por exemplo: PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura**. Campinas: Pontes Editora, 1998.

<sup>9</sup> SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

seu livro “Debates sobre Estética e Urbanismo”<sup>10</sup> em 1943. Nestes artigos, por exemplo, José Mariano Filho analisa a importância e as ações de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, apresenta e discute o “zoning” e seus efeitos para a Capital, elabora algumas propostas para os problemas de saneamento e favelização da cidade, questiona as relações dos espaços públicos e a cidade. Como se sabe José Marianno Filho foi diretor do Instituto Central de Arquitetos, da Sociedade Central de Arquitetos e da Escola Nacional de Belas-Artes e, independentemente das suas posições políticas e ideológicas, foi uma das principais e mais ativas vozes sobre arquitetura, e principalmente sobre urbanismo, do período, antes e depois da consagração da arquitetura moderna no país.

Outro exemplo é a reforma frustrada da Escola Nacional de Belas Artes, em 1931, que é relatada por estes livros por sua fundamental importância para a estruturação teórica de uma importante geração de arquitetos modernos, mas é pouco comentada por sua relação com a criação da cadeira “urbanismo” inicialmente ocupada por Atílio Correa Lima em 1932 e, posteriormente, conquistada em concurso pelo engenheiro J. O. de Saboya Ribeiro<sup>11</sup>. O impulso dado na década de trinta para o fortalecimento da relação do pensamento arquitetônico inseparável do pensamento urbanístico na prática dos arquitetos brasileiros fica velado. Por outro lado, dado o fato das diversas faculdades de Arquitetura no país serem nominalmente, hoje, faculdades de “Arquitetura” e “Urbanismo” (FAU), faz-nos parecer que haja uma ligação “natural” entre estes dois campos. Entretanto esta relação, como nos mostram

---

<sup>10</sup> FILHO, José Marianno. **Debates sobre Estética e Urbanismo**. Rio de Janeiro: s. ed., 1943.

alguns artigos<sup>12</sup> publicados e vários projetos feitos à época, foi construída de modo tenso em suas diretrizes pedagógicas e políticas pelos principais intelectuais envolvidos com essa questão no período.

É na década de 30, mais especificamente em 1932, que é criada a Revista da Directoria de Engenharia, órgão divulgador das obras da Prefeitura do Distrito Federal (PDF)<sup>13</sup>. Seus artigos se ocupavam de temas técnicos, arquitetônicos e urbanísticos e ela foi o primeiro órgão divulgador da arquitetura moderna no Brasil e também pioneira no trato das questões urbanas. Em suas páginas foram apresentadas e discutidas idéias e propostas urbanas que aconteciam em diversas partes do mundo assim como projetos e estudos sobre o urbano no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro. Entre seus colaboradores, aparecem figuras centrais do debate e das ações urbanas da Capital, entre eles podemos destacar Armando Augusto de Godoy (o primeiro diretor da revista e outro nome esquecido nos compêndios da história da arquitetura e do urbanismo), José Saboya Ribeiro, Carmen Portinho, Paulo Camargo de Almeida, Affonso Eduardo Reidy.

Ainda nos anos 30, em 1935-1936, é criado o primeiro curso autônomo de Urbanismo no país no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, fundado pelo decreto nº 5513 de 4 de Abril de 1935 e implementado pelo educador baiano Anísio Teixeira, então Diretor do

---

<sup>11</sup> SANTOS, Paulo. *Op. cit.*, p. 123.

<sup>12</sup> A este respeito ver o fundamental artigo intitulado . "O ensino do urbanismo" escrito por Carmen Portinho na Revista da Directoria de Engenharia, em 1934.

<sup>13</sup> Esta revista recebeu diversas denominações durante todos os seus anos de existência:  
De janeiro de 1932 a outubro de 1937 - Revista da Directoria de Engenharia  
De novembro de 1937 a dezembro de 1959 - Revista Municipal de Engenharia  
De janeiro de 1960 a dezembro de 1977 - Revista de Engenharia do Estado da Guanabara  
De janeiro de 1978 à atualidade - Revista Municipal de Engenharia  
O índice completo encontra-se no site [www.rj.gov.br/smo](http://www.rj.gov.br/smo).

Departamento de Educação do Distrito Federal<sup>14</sup>. No curso de Urbanismo estudaram, entre outros, Carmen Portinho, Roberto Burle Marx, Alcides Rocha Miranda, Paulo Camargo de Almeida e João Lourenço da Silva. Ressaltando a importância desta experiência acadêmica, Ana Luiza Nobre destaca que,

*(...) foi justamente do programa do curso de pós-graduação em Urbanismo, encomendado a Lúcio Costa, que resultou o texto Razões da Nova Arquitetura” – no qual o autor do Plano Piloto de Brasília expôs pela primeira vez, com clareza e enfaticamente, o compromisso simultâneo da arquitetura moderna com as novas técnicas e a tradição, e que se tornaria, no dizer do historiador Paulo Santos, “a doutrina da arquitetura contemporânea” no Brasil.<sup>15</sup>*

A observação destes dados aponta para a necessidade de um aprofundamento das investigações na área da arquitetura e do urbanismo visando uma melhor sistematização dos dados sobre o início dos anos trinta. Chama também a atenção para a importância de se conhecer melhor os projetos que materializaram os ideais que estavam em debate sobre as relações entre arquitetura e cidade e que estão à base da conformação dos campos da arquitetura e do urbanismo como os entendemos na atualidade.

---

<sup>14</sup> NOBRE, Ana Luiza Nobre. **Carmen Portinho – o moderno em construção**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Prefeitura do Rio de Janeiro, 1999. (Coleção Perfis do Rio, 25). p.25

<sup>15</sup> *Ibid.* p.25.

### Referencial teórico

O tema escolhido para esta dissertação, os projetos oficiais para a Cidade Universitária do Brasil (CUB) de 1936-1938, não dispõe de bibliografia específica, as informações encontram-se dispersas em publicações de arquitetura e algumas outras áreas como educação e política. Não existe ainda uma cronologia ou uma história factual minimamente organizada destes projetos pois, no geral, são apenas citados como elementos pontuais dentro de uma outra trama histórica ou temática.

Podemos dividir em três grandes grupos de texto que, mesmo superficialmente, problematizam o tema dos projetos para a CUB. Primeiramente, as fontes de época que buscam criar uma narrativa histórica para o processo de criação da Universidade do Brasil e, nela, os debates sobre a forma física do seu campus universitário. Em segundo lugar, os textos de natureza socio-política ou político-educacional que enfocam ou o período Vargas, ou os seus ministros da educação ou, enfim, as discussões sobre a educação no período. E, por fim, os textos da historiografia da arquitetura como os já citados e alguns poucos outros que se detiveram em aspectos pontuais, seja dos autores ou sobre os quatro projetos.

Neste ítem pretendemos apresentar as principais publicações de cada uma destas áreas destacando sua estrutura teórica e sua contribuição para o atual estado da questão.

### As fontes da época

O já citado professor Ernesto Souza Campos foi um dos principais personagens na seleção dos ante-projetos para a CUB. Seu nome figura desde o início na comissão instituída pelo Ministro Gustavo Capanema, através da portaria de 19 de julho de 1935, para o estudo da criação da Universidade no Brasil, fazendo parte da subcomissão organizadora destes estudos (subcomissão esta que tinha a função de preparar os assuntos a serem debatidos na comissão presidida pelo Ministro). Ao ser instituído dentro da comissão um Escritório do Plano da Universidade foi o seu relator e diretor, ao lado de Inácio M. Azevedo do Amaral. Enfim, em todos os debates e decisões oficiais sobre a CUB, Ernesto de Souza Campos era uma figura sempre ativa e presente.

Seu livro “Educação Superior no Brasil”<sup>16</sup>, de 1940, traça uma longa história da criação da universidade e, ao lado de seu outro livro “Estudo sobre o Problema Universitário”<sup>17</sup>, de 1938, serve também como voz “oficial” quando relata o processo de estruturação da Universidade do Brasil e principalmente da cidade universitária. Por causa de sua minuciosa descrição de todo este processo, e dos debates envolvidos nas diversas decisões, torna-se uma importante referência para análise, embora sua visão historiográfica silencie episódios, atores e embates, em benefício de uma perspectiva teórica que privilegia uma grande e contínua narrativa.

---

<sup>16</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **Estudo sobre o Problema Universitário**. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1938.

Uma das mais importantes fontes para esta pesquisa foi o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) onde estão arquivados os documentos oficiais do período de atuação do Ministro Capanema. A maior parte dos documentos aqui citados e da cronologia construída nesta dissertação se deve a este arquivo.

Foi ainda pesquisado o arquivo do antigo Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB) mas, infelizmente, em decorrência do seu estado de abandono no que se refere à conservação e organização, foram encontrados apenas alguns poucos documentos que serviram para ratificar algumas das idéias expostas no texto.

### **Historiografia político-educacional**

Nesta categoria são várias as publicações a tratar, mesmo que sucintamente, da criação da Universidade do Brasil. Para este estudo serão destacadas apenas as mais relevantes, seja por sua riqueza crítica ou documental.

Em 1981, o pesquisador Antonio Paim publica o livro “A UDF e a idéia de universidade”<sup>18</sup>, resultado de uma pesquisa já publicada como um artigo em um livro organizado por Simon Schwartzman<sup>19</sup>, de 1979. Neste livro, Paim não aborda especificamente a Universidade do Distrito Federal mas apresenta um precioso estudo sobre as forças envolvidas na construção de um sistema educacional para o país dando um grande destaque para a atuação da

---

<sup>18</sup> PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

Associação Brasileira de Ensino (ABE) e para a curta experiência da Universidade do Distrito Federal entre 1935 e 1939. Esta última tem grande importância pois foi o resultado

*(...) de um amplo movimento, surgido no seio da intelectualidade brasileira, na década de vinte, que se propunha romper com a tradição de reduzir o ensino superior à formação profissional<sup>20</sup>.*

Mesmo com seu fechamento – principalmente por pressão política do ministro Gustavo Capanema<sup>21</sup> - estes ideais ajudaram a contribuir, de certa forma, para consolidar a pesquisa científica na recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia.

Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa publicaram importante estudo sobre a atuação do mineiro Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde. Assim, o livro “Tempos de Capanema”, de 1984, enfoca com destaque a longa trama de constituição da UB, um dos principais objetivos do Ministério. Seu grande valor para esta pesquisa reside em apresentar minuciosamente as condições em que cada um dos projetos foi desenvolvido, inclusive destacando a complexa relação entre a comissão organizadora do plano da UB e os arquitetos envolvidos com seus respectivos projetos.

---

<sup>19</sup> SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CNPQ, 1982.

<sup>20</sup> PAIM, Antônio. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>21</sup> Vide SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 226-30.

O livro “Universidade do Brasil – das origens à construção”<sup>22</sup>, de 2000, da pesquisadora Maria de Lourdes de A. Fávero, é o estudo mais recente sobre a criação da UB e sua importância para este trabalho reside justamente neste fato. Sua descrição deste processo não apresenta grandes novidades em relação ao que já se escreveu sobre o tema. Entretanto, seu grande mérito é o de sedimentar os dados já expostos por outras fontes. Por outro lado, é um material importantíssimo pois esboça um panorama contrário à UB à época, contribuindo para a construção de um cenário mais complexo do período.

### **Historiografia da arquitetura**

Inicialmente torna-se fundamental analisar os livros que se dedicam a construir uma grande narrativa sobre a história da arquitetura no Brasil, pois esses podem esclarecer melhor o peso do tema em questão em relação a todo o processo de formação do pensamento de arquitetura no país.

O primeiro livro desta categoria é o já citado “Quatro Séculos de Arquitetura”, do professor Paulo Santos. Nesta obra, os projetos são citados em item específico intitulado “Projetos de Le Corbusier”, onde há uma breve descrição do partido do projeto de Lúcio Costa e algumas citações ao projeto de Corbusier. Marcelo Piacentini é apenas citado, ao lado de Alfred Agache, como consultor para a escolha do terreno para o empreendimento. Este fato

---

<sup>22</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

por si só demonstra a diferença de peso que o autor atribui às diferentes propostas. A omissão de uma pequena descrição, ou ao menos a não citação de Marcello Piacentini como autor de um dos projetos, demonstra o já citado engajamento do autor com a tese moderna, defendendo-a abertamente em vários momentos e lamentando todas as oportunidades mal sucedidas desta concretização no Brasil. São dele as seguintes palavras:

*A elaboração de ambos os projetos – o do Ministério e o da Cidade Universitária -, que a equipe de arquitetos viu nascer desde as esboços preliminares, acompanhados de magistrais lições, equivaleu a todo um curso de inestimáveis ensinamentos, semente generosa que germinou nisso que aí está: a arquitetura contemporânea do Brasil, e representa uma dívida que para nossa vergonha jamais procuramos saldar, nem mesmo dando o nome do mestre [Le Corbusier] a uma praça (por que não a dos Três Poderes de Brasília?) ou a um parque (por que não a do Aterro da Glória do Rio?), (...). Receamos não tenha sido por outro motivo que o mestre quando esteve em Brasília e no Rio, há cerca de dois anos, sem o cargo de suas polidas escusas, não tenha querido pronunciar nenhuma palestra e tenha morrido magoado conosco pela nossa ingratidão.<sup>23</sup>*

No livro “Arquitetura Contemporânea no Brasil” do francês Yves Bruand, o tema é suscintamente citado como uma das atividades de consultoria de Le Corbusier no Brasil. Não há nenhuma citação ao projeto de Piacentini, o foco é, mais uma vez, a influência e os ensinamentos deixados

---

<sup>23</sup> SANTOS, Paulo F. *Op. cit.*, p.129

por Le Corbusier para a equipe brasileira que o acompanhou no trabalho dos dois ateliês. Neste sentido Bruand afirma que Le Corbusier

*(...) Ensinou-lhes o modo de abordar um programa, partindo dos princípios de ordem geral, adaptando-as a seguir concretamente à situação ou às situações dadas; insistiu na prioridade que devia ser dada ao urbanismo, do qual a arquitetura era apenas um elemento; finalmente, e acima de tudo, proporcionou uma demonstração prática de seus métodos pessoais de trabalho, o que não podia ser transmitido unicamente por seus escritos<sup>24</sup>.*

O pesquisador Hugo Segawa também aborda o tema de maneira sucinta em seu livro “Arquiteturas no Brasil 1900-1990” abrindo, entretanto, o seu foco de atenção para o campo socio-político. Assim, destaca-se a visão diferenciada que o autor utiliza ao apresentar o projeto da CUB, fazendo uma breve história do processo que envolveu a escolha do ante-projeto da CUB e inserindo-o em um panorama histórico e político mais complexo. A participação de Marcello Piacentini, Lúcio Costa e Le Corbusier então passam a ter peso semelhante e não são mais motivos de “dívida” ou “influência” e sim visões diferenciadas do problema.

Noutra linha de abordagem, preocupada em relatar a influência da presença no Brasil dos arquitetos estrangeiros envolvidos diretamente com o projeto da CUB, podemos destacar estudos mais recentes, a partir de 1984, que se dedicam a construir a história da arquitetura no Brasil através de análises mais específicas.

---

<sup>24</sup> BRUAND, Yves. *Op. cit.*, p. 83

Sobre Le Corbusier o primeiro livro publicado no Brasil foi o de Pietro Maria Bardi “Lembranças de Corbusier – Atenas, Itália, Brasil”<sup>25</sup>, de 1984, que a respeito do ante-projeto para a CUB, o ignora, apenas citando-o como um dos motivos para a sua vinda para o Brasil. O livro, como já indica seu título, se detém a descrever um relato de memória do autor enriquecido com material iconográfico, cartas e documentos sobre seu convívio com Le Corbusier e a “influência” deste para o futuro do movimento moderno no Brasil através de descrições sobre os motivos e acontecimentos das três passagens do arquiteto francês ao Brasil, em 1929, 1936 e 1962.

Merece grande atenção a segunda publicação sobre as passagens de Le Corbusier no país. O livro “Le Corbusier e o Brasil”, de 1987<sup>26</sup>, de Margareth Campos da Silva Pereira, Romão Veirano da Silva Pereira, Vasco Caldeira da Silva e Cecília Rodrigues dos Santos, é o estudo mais completo sobre o assunto, fruto de uma pesquisa aos arquivos da Fundação Le Corbusier em Paris. A obra, escrita no centenário de nascimento de Le Corbusier, contribui ao revelar documentos, fotografias, croquis e cartas inéditas de grande valor para o esclarecimento deste momento da arquitetura no Brasil. É uma referência obrigatória a respeito do projeto para a CUB, considerando seu forte valor documental que, mesmo sem uma extensa análise dos dados, oferece material relevante sobre o tema.

Também em 1987, no contexto do centenário do arquiteto, a pesquisadora Elizabeth Harris publica o livro “Le Corbusier – Riscos

---

<sup>25</sup> BARDI, Pietro Maria. **Lembranças de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil**. São Paulo: Nobel, 1984. 171 p.

<sup>26</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987.

Brasileiros”<sup>27</sup> onde o principal assunto é a “(...) sede do Ministério de Educação e Saúde e a influência recíproca entre Le Corbusier e o Brasil”<sup>28</sup>. Assim, são sucintamente tratados os primeiros contatos de Le Corbusier e o país assim como o contexto brasileiro por volta de 1936. O projeto para a CUB neste livro merece atenção pois, mesmo ocupando poucas páginas, apresenta, além de uma breve descrição histórica e analítica do projeto, um indício da perspectiva do pensamento de Le Corbusier sobre educação e sua materialização física.

O livro mais recente sobre o tema foi publicado em 1998 com o título “Le Corbusier – Rio de Janeiro 1929-1936”<sup>29</sup>, contendo textos de diversos pesquisadores sobre o assunto organizados pelo francês Yannis Tsiomis. Os artigos trabalham temáticas diversas e nenhum deles aborda especificamente o projeto para a CUB, apenas citando-o, como já havia feito Cecília Rodrigues dos Santos<sup>30</sup>, como parte integrante de um projeto maior de Corbusier para o Rio de Janeiro, parcialmente desenvolvido em suas duas visitas ao Brasil em 1929 e em 1936. Este é o principal valor desta obra para este trabalho pois, através das análises das simulações em computador e de alguns diagramas do Rio de Janeiro na época, o trabalho de compreensão da CUB em seu aspecto urbanístico fica enriquecido.

A respeito da presença de Marcello Piacentini no Brasil foram dois os livros já publicados. O primeiro, “Arquitetura italiana em São Paulo”<sup>31</sup>, de

---

<sup>27</sup> HARRIS, Elizabeth D. Harris. **Le Corbusier: riscos brasileiros**. São Paulo: Nobel, 1987.

<sup>28</sup> Idem. p. 13.

<sup>29</sup> TSIOMIS, Yannis. **Le Corbusier – Rio de Janeiro 1929-1936**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>30</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et al, *Op. cit.*

<sup>31</sup> SALMONI, Anita, DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

Anita Salmoni e Emma Debenedetti, apenas cita Piacentini entre outros italianos que produziram arquitetura em São Paulo, o projeto para a CUB faz parte de uma pequena citação sobre a vinda do arquiteto ao país.

O recente “Arquitetura Italiana no Brasil”<sup>32</sup>, de 1999, de Marcos Tognon, se destaca pelo seu grande valor documental, sendo fruto de pesquisas a diversas instituições, principalmente ao arquivo Marcello Piacentini em Florença. É a única obra exclusiva sobre Piacentini no Brasil que, como já vimos, comumente apenas aparecia citado de forma esparsa nas obras de referência da história da arquitetura e urbanismo do Brasil. Torna-se assim a fonte mais completa a respeito do projeto de Piacentini para a CUB. Através de uma descrição analítica do projeto, enriquecida com as diversas plantas – em várias fases de desenvolvimento -, das fotografias da maquete final e dos demais desenhos, esboça um princípio de conexão entre este projeto e alguns outros feitos em Roma, principalmente o projeto para a Cidade Universitária daquela capital. Possui ainda uma instrutiva cronologia do projeto e as principais cartas que apresentam o processo envolvido para o desenvolvimento do projeto para a CUB.

Dentre os estudos que se detiveram em analisar a CUB, destacam-se o pequeno artigo do professor Donato Mello Júnior intitulado “Um campus para a cidade”<sup>33</sup>, o livro e a dissertação de mestrado de mesmo nome, “Os riscos do projeto”, de Mateus Gorovitz<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

<sup>33</sup> MELLO Jr., Donato. **Um campus universitário para a cidade do Rio de Janeiro**. Arquitetura Revista, Rio de Janeiro: Achiamé, v. 2, 1º semestre, p. 52-72, 1985.

<sup>34</sup> GOROVITZ, Mateus. **Os riscos do projeto**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília e Studio Nobel, 1993.

O artigo do professor Donato de Mello Júnior é o estudo mais completo sobre os debates para a criação do campus da universidade do Brasil. Depois de várias pesquisas ao arquivo do Ministro Capanema, no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, apresenta um estudo rico na exposição de detalhes sobre a construção do campus desde 1920, com a criação da primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, até o projeto executado de Jorge Machado Moreira para a ilha do Fundão.

O livro “Os riscos do projeto – contribuição à análise do juízo estético na arquitetura”, de 1993, é o resultado da dissertação de mestrado de Matheus Gorovitz defendida na FAU-USP em 1989. Neste trabalho o autor analisa somente duas das propostas para a CUB: a de Le Corbusier e a segunda de Lúcio Costa. O objetivo do trabalho, como já sugere o título, é fazer uma análise dos projetos através de categorias estéticas que instrumentalizem a descrição dos mesmos. Para isso Gorovitz destaca que

*(...) A estética tem sido objeto de interesse dos filósofos, que dela trataram menos preocupados com as questões relativas à obra de arte do que com a possibilidade que anteviam, na dimensão estética, de vivenciar, pelo menos no plano subjetivo, de forma concreta, a totalidade humana. Entende-se por totalidade o conjunto de prerrogativas e possibilidades humanas exercidas de forma integrada; quando o lado sensível e o lado racional da consciência se desenvolvem não fragmentados – seja em condições de plenitude ou adversidade. Como corolário, a condição de possibilidade de reconciliar o indivíduo com o universo e com a comunidade.*

*(...) Do critério da totalidade como síntese entre forma e conteúdo decorre um corolário: fornece categorias estéticas*

*não normativas, que não privilegiam determinadas manifestações artísticas em detrimento de outras. Os projetos de Le Corbusier e de Lúcio Costa serão apreciados sem preocupação maniqueísta no julgamento; limitaremos a apontar diferenças nas disposições físico-espaciais como modos de traduzir os anseios e a visão de mundo destes arquitetos.*<sup>35</sup>

A partir destes princípios o autor elabora uma análise dos projetos em três diferentes níveis: o objeto em si, em sua exterioridade objetiva; o objeto para si, a partir do modo como o sujeito o apreende e o compreende; e o objeto em si e para si situa o contexto histórico e o ideário com os quais estes projetos estão sintonizados.

Este trabalho, além de oferecer esta forma de ver o projeto, ainda contribui por apresentar fotos de maquetes de reconstituição do projeto analisadas e criticadas pelo próprio Lúcio Costa.

O conteúdo deste livro é praticamente o conteúdo do primeiro volume da dissertação de mestrado do autor. O segundo volume possui algumas entrevistas com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer que são referências de fundamental importância sobre o assunto.

Como vimos, os três projetos para a CUB são fartamente citados e documentados em alguns livros mas ainda carecem de uma compreensão da inter-relação de teorias e visões técnicas, artísticas ou administrativas que, em suas tensões e diálogos, compõem o próprio campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo.

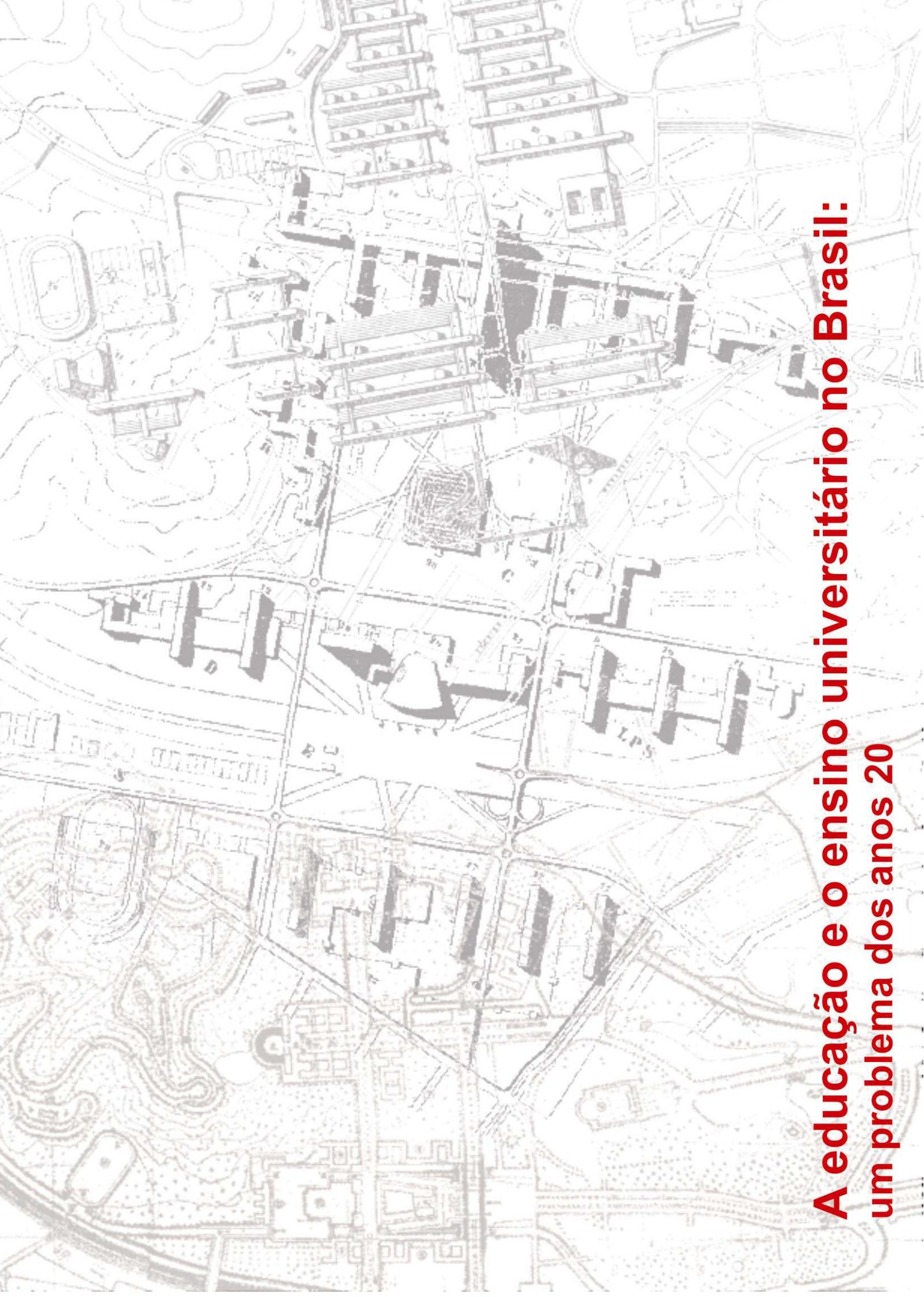
---

<sup>35</sup> *Ibid.* p. 26-28

Percebe-se, no conjunto destas obras citadas, grandes contribuições no campo teórico, buscando inserir a arquitetura seja no campo socio-político (Segawa), no campo estético (Gorovitz), ou no campo documental (Bardi, Santos, Harris, Tognon, Mello Júnior, Gorovitz). Entretanto permanece como problema a fraca articulação dessas diferentes perspectivas de análise e, sobretudo, o cruzamento entre a biografia intelectual de cada autor, seus métodos, portanto, de trabalho, suas visões de arquitetura e cidade, seu entendimento, enfim, do programa a ser desenvolvido, e é exatamente isso que nos propomos a fazer na presente dissertação.

Este estudo, portanto, acompanha e dá continuidade às conquistas da Nova História, buscando cruzar essas individualidades com o campo social e da cultura. Por fim, no viés proposto por Gorovitz, espera-se poder aprofundar a análise formal das soluções propostas nestes projetos, relacionando-a de um modo mais firme com a própria intencionalidade (ou não) de cada autor e sua visão sensível em relação ao gesto de construir.

Desta forma, deseja-se uma análise encarnada do projeto com o seu “lugar”, entendendo este não apenas como paisagem física, mas compreendendo-o de modo mais complexo - como “paisagem” social e cultural.



**A educação e o ensino universitário no Brasil:  
um problema dos anos 20**

## **CAPÍTULO 1 – A educação e o ensino universitário no Brasil: um problema dos anos 20**

O projeto para a criação de uma universidade no Brasil foi uma empreitada longa e ousada que concentrou o esforço de importantes personagens dos principais setores da sociedade brasileira.

O professor Ernesto de Souza Campos – figura central na decisão sobre os projetos para a cidade universitária em 1936<sup>1</sup> – enumera em seu livro sobre o ensino superior no Brasil<sup>2</sup> cerca de 30 tentativas desde 1553, liderada por influência jesuítica, até o decreto de nº. 14343, de 7 de setembro de 1920, durante o governo de Epitácio Pessoa, no qual ficou instituída a Universidade do Rio de Janeiro. Na verdade, pelo decreto, esta, que seria a primeira universidade do Brasil, tratava-se da simples reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro sob a tutela de um reitor.

De acordo com o próprio Ernesto de Souza Campos:

*(...)Era uma organização imprópria para uma universidade. Reunir três escolas superiores, sob um reitorado, sem mais nada, outra condição não traria senão uma complicação burocrática a ser acrescentada ao sistema. Não havia qualquer vantagem à ordem educacional. Não se pode porém acusar o autor daquele plano. Falharam tantas vezes o projeto universitário que talvez aquele – pela sua extrema simplicidade – obtivesse êxito. (...) Dentro desta organização primitiva e*

---

<sup>1</sup> Ernesto de Souza Campos além de ter participado de outros projetos do Governo Vargas na área de educação e saúde, chegou a ser Ministro da Educação e Saúde no período de 31/01/46 a 06/12/46.

*inadequada, a Universidade encontraria, com o tempo, os meios de estabelecer-se em um sistema apropriado e eficiente.*<sup>3</sup>

De certa forma, o processo de constituição da universidade acompanhou o esperado por Ernesto Souza Campos, e o tempo foi um importante elemento para a consolidação do sistema universitário no Brasil, mas o processo foi tenso e muitas vezes conflituoso.

Os anos vinte consolidam estas tensões que já vinham se formando há pelo menos duas décadas. Coexistiam interesses de diversos movimentos intelectuais onde alguns dos seus mais ilustres representantes escreviam e discursavam a respeito de uma universidade ideal.

Um dos movimentos que no Brasil havia angariado diversos intelectuais e que possuía uma estrutura já configurada desde os finais do século XIX era a doutrina positivista de Augusto Comte. É claro que, por ser uma doutrina com vasta ressonância nos meios cultos do país, alguns de seus defensores se posicionaram em relação à questão universitária. O pesquisador Antônio Paim fez um importante estudo sobre este período procurando, entre outras coisas, esclarecer a matriz do pensamento de vários positivistas no Brasil. Sobre o tema Universidade, especificamente, este autor destaca uma série de artigos escritos por Luiz Pereira Barreto em 1880, publicados em *A Província de São Paulo*, que se tornaram muito representativos deste pensamento. Vários deles apresentavam as incoerências do sistema Universitário com a doutrina Positivista:

---

<sup>2</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

*(...) Aí se ensina a idolatrar o passado e abominar o presente. Mas também o contrário. Aí se ensina que existe um Deus, que existem muitos, que não existe nenhum. Todas as contradições, todos os disparates aí encontram uma cadeira assalariada, um abrigo seguro e uma retórica certa. Trata-se, portanto, de um verdadeiro flagelo social.*<sup>4</sup>

Assim podemos compreender que Pereira Barreto traça seus argumentos contrários ao ensino universitário baseando-se na lei dos três estados:

*(...) Segundo este princípio, a humanidade havia passado por uma fase teológica, a que se sucedera o ciclo metafísico. Na Época Moderna formaram-se os elementos requeridos para a constituição do estado positivo, etapa superior do curso do desenvolvimento da humanidade.*<sup>5</sup>

Desta forma, o estado positivo seria o fim de uma longa evolução da humanidade e não uma justaposição de conceitos já conhecidos. Assim, num momento em que a teologia dominava, onde a metafísica se desenvolvia e onde a ciência era a grande novidade, a universidade que estava para surgir seria uma mistura de tudo isso, nunca teria um caráter definido e único, seria sempre um espaço para constantes conflitos. O estado positivo, por ser o ponto final de um processo, não admitia conflitos pois os fatos já estavam consolidados e não necessitavam de versões divergentes que, por muitas

---

<sup>3</sup> *Ibid.*, p.254.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.23.

vezes, eram também antagônicas.

Para os intérpretes de Augusto Comte até as ciências já estavam consolidadas e, sendo assim, a doutrina positivista abominaria os estudos de vários temas, classificando-os de metafísicos, restando apenas elaborar uma sistematização subordinada ao conjunto dos conhecimentos humanos.<sup>6</sup>

Ora, inicia-se, durante as duas primeiras décadas do século XX, uma forte oposição ao positivismo por parte da comunidade científica brasileira, principalmente na própria Escola Politécnica do Rio de Janeiro onde aquela doutrina de início encontrara seus mais importantes adeptos. É natural que a sede de pesquisas e o acompanhamento dos desenvolvimentos científicos os localizassem em uma posição oposta à dos positivistas. Manoel Amoroso da Costa (1885/1928), matemático e um dos mais destacados combatadores da doutrina Comteana sintetiza diversas críticas a essa doutrina. Escreve ele,

*(...) Que diria Comte se pudesse imaginar o sucesso das geometrias não-euclidianas e dos espaços a mais de três dimensões; das funções estranhas cujas singularidades parecem desafiar a intuição; da Mecânica da relatividade; do monumento que já é hoje a Física matemática, não falando da Astronomia estelar e de todas as questões, enfim, que vedou ao método matemático, em nome de uma vaga sociologia.*<sup>7</sup>

Neste contexto, em 3 de maio de 1916, foi fundada a Sociedade Brasileira de Ciências, posteriormente chamada de Academia Brasileira de

---

<sup>5</sup> PAIM, Antonio. **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPQ, 1982, p. 23

<sup>6</sup> *Ibid.*, p.28. É importante frisar que a “nova física” ou, como é conhecida hoje, “física moderna” foi também rechaçada pelos positivistas

Ciências (ABC)<sup>8</sup>, composta principalmente por professores da Escola Politécnica, homens voltados ao desenvolvimento da ciência, que naturalmente estavam insatisfeitos com os limites positivistas da época.

A questão da universidade e a própria interpretação do decreto 14.343 vão sofrendo assim uma profunda alteração. Em 1923, a ABC passa a reivindicar para a universidade valores opostos aos que eram tradicionais desde as primeiras formações do ensino superior no Brasil – ensino voltado para a formação profissional. A Universidade, nesta visão, deveria, então, fomentar a pesquisa e assumir a função de cultivar as ciências, desenvolvendo-as independentes de sua aplicação. Esta concepção de universidade científica, oposta à profissionalizante, acabou por tornar-se o elemento central de futuros debates que se estendem até os nossos dias.

Mas ao lado destas conclusões tão modernas em termos educacionais para o ensino superior, nestes primeiros anos do século XX, também se descortinava um Brasil analfabeto e miserável, do qual pouco se falava.

Nestas primeiras décadas foram criados alguns *slogans* por importantes personagens dos setores cultos brasileiros para retratar esta realidade. “Progredir ou desaparecer”, por exemplo, era o pensamento de Euclides da Cunha, engenheiro formado pela Escola Politécnica, autor de “Os Sertões” que mais que expor a violenta guerra de Canudos, talvez tenha feito o

---

<sup>7</sup> COSTA, Manoel Amoroso. In: --- **As idéias fundamentais da matemática e outros ensaios**. São Paulo: Grijalbo/USP, 1971. p. 71. *Apud* PAIM, Antonio. **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPQ, 1982. p. 29

<sup>8</sup> PAIM, Antonio. *Op. cit.*, p.30. A primeira diretoria era constituída por Henrique Morize(1860/1930), J. C. da Costa Sena e Juliano Moreira (vice-presidente); Alfredo Lofgren (secretário geral); Roquete Pinto (1º secretário); Amoroso Costa(2º secretário) e Alberto Betim

mais minucioso relato de um Brasil do interior, da exclusão, do isolamento, fruto do descaso das políticas públicas. Miguel Pereira, catedrático da Faculdade de Medicina, diz em 1916 que “o Brasil é um imenso hospital”, confirmando o pessimista inventário que Belisário Penna desenvolveu em 1912 sobre as condições de saúde das populações sertanejas. Nestas circunstâncias, os “cientistas da saúde” – Oswaldo Cruz, Belisário Pena, Arthur Neiva, Carlos Chagas, Clementino Fraga, Ezequiel Dias - iniciam os trabalhos de pesquisa e ação social na área da saúde. De forma semelhante mas com a constatação de que o analfabetismo era “a grande chaga social” entram também em cena os “cientistas da pedagogia” – Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Francisco Campos – em uma luta nacional de preparação do indivíduo para uma nova sociedade diferente da antiquada Primeira República<sup>9</sup>.

Diante deste complexo e contraditório panorama, durante a década de vinte, esses intelectuais de diversas áreas começam a formar associações e, por conseqüência, começam a surgir diferentes visões de universidade. A pesquisadora Helena Bomeny, ao se deter sobre a Associação Brasileira de Educação, fundada em 16 de Outubro de 1924, analisa este quadro:

*(...)Todas as iniciativas públicas tiveram que se justificar segundo parâmetros dos avanços científicos da época. A educação não escapou desta onda, e foi um dos campos onde a ciência moderna teve maior acolhida como justificativa de propostas de reformas.*

---

Paes Leme (tesoureiro). Era dividida em três seções: Ciências Matemáticas, Físico-Químicas e Biológicas.

<sup>9</sup> BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos – Os anos 20**. Rio de Janeiro: v.6, nº 11, p.24-39, 1993.

*O grande problema do Brasil, o analfabetismo de praticamente 80% de sua população aparece como uma condenação ao projeto republicano. Diante dele, eclodiram sugestões de alfabetização intensiva, uma tentativa de fazer, em um par de anos, o que não havia sido feito em séculos.*

*(...) Para corrigir tal distorção (o analfabetismo), a nação deveria se empenhar em uma campanha nacional pela alfabetização em massa. O remédio parecia milagroso: alfabetizando-se a população, corrigiam-se de pronto todas as mazelas que afetavam a sociedade brasileira em sua expressiva maioria.*

*A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e o movimento dos reformadores da década de 1920, conhecido como movimento da Escola Nova, formam respostas críticas a esse tipo mais imediatista e pragmático de solução para o grande problema Nacional.<sup>10</sup>*

Assim, a ABE<sup>11</sup>, criada por educadores e pesquisadores comprometidos com a reforma da educação no país, desenvolve extenso trabalho através de seus diversos departamentos responsáveis pelos mais variados temas ligados à educação, dentre eles a questão universitária, que se tornou um dos grandes temas de debate nacional já em meados da década de 20.

---

<sup>10</sup> BOMENY, Helena. **Os Intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. (Coleção Descobrimos o Brasil), p.30-31

<sup>11</sup> A primeira direção da ABE foi constituída por Levi Carneiro, Cândido de Mello Leitão, Delgado de Carvalho, Heitor Lira, Mário Brito e Branca de Almeida.



Lourenço Filho, Anísio Teixeira e outros, na Associação Brasileira de Educação. (em pé) – Anísio Teixeira (2º) Lourenço Filho (7º)  
Fonte: [http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/asp/idx\\_pop\\_ca\\_popau\\_amp.asp?foto=/accessus/fotos/LF/LFFOTO021.jpg&nr\\_foto=1&cd\\_foto=31457#](http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/asp/idx_pop_ca_popau_amp.asp?foto=/accessus/fotos/LF/LFFOTO021.jpg&nr_foto=1&cd_foto=31457#)

## 1.1 O INQUÉRITO NACIONAL

Como consequência dessas discussões cada vez mais amplas, em 1927 a Seção Técnica do Ensino Superior, departamento da ABE responsável pelo tema Universidade, promoveu um inquérito nacional sobre o problema universitário brasileiro. A pesquisa foi respondida por 33 professores do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul além do Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais. Foi uma tentativa original de se encaminhar a questão educacional no país, através do

estabelecimento de um consenso no seio da comunidade docente<sup>12</sup>. Os quesitos que compunham o inquérito demonstram bem o estado do debate universitário no período:

*(...) I – Que tipo de universitário adotar no Brasil? Deve ser único? Que funções deverão caber às universidades brasileiras?*

*II – Não convirá, para solução de nosso problema universitário, aproveitar os elementos existentes como Observatórios, Museus, Bibliotecas; promovendo a sua articulação no conjunto universitário?*

*III – Não é oportuno realizar, dentro do regime universitário, uma obra concomitantemente nacionalizadora do espírito de nossa mocidade?*

*IV – Não seria de todo útil que os governos estaduais auxiliassem ao governo federal na organização universitária?*

*V – Não convém estabelecer mais íntimo contato entre o professor e o aluno?*

*VI – Não convém a adoção, onde possível, do livro texto (sistema norte-americano) em substituição gradual do ensino oral?*

*VII – É satisfatória a situação financeira do professor universitário? Não se impõem medidas reparadoras?*<sup>13</sup>

Como podemos ver, a questão universitária englobava novos ângulos, de ordem geral, que mostram a carência de definições teóricas, funcionais e até mesmo estruturais, mas também servia como espaço para se debater aspectos já antigos no meio acadêmico brasileiro.

<sup>12</sup> PAIM, Antonio. *Op. cit.*, p.47

<sup>13</sup> *Id.* **A UDF e a idéia de Universidade**. Rio de Janeiro: Edições Tempos Brasileiros, 1981. p.41

As respostas a esse inquérito foram reunidas no livro “O Problema Universitário Brasileiro” publicado em 1929 e que também contém o inquérito promovido pelo jornal “O Estado de São Paulo”(1926) sob a direção de Fernando de Azevedo, um discurso do professor Mendes Pimentel, uma conferência de João Simplício Alves de Carvalho e a resposta ao inquérito pelo Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais.

Apenas um dos participantes se posicionou contrário à universidade, podendo se dizer que já havia um consenso entre os intelectuais sobre sua necessidade, restando aos participantes o debate sobre a melhor estruturação da mesma. Embora publicado somente em 1929, as conclusões do inquérito foram discutidas entre os educadores já no Congresso do Ensino Superior no Brasil, realizado dois anos antes, em 1927.

## 1.2 CONGRESSO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

De fato, dentre outras importantes iniciativas no sentido de amadurecer o debate universitário, a ABE havia criado, primeiramente, as Conferências Nacionais de Educação<sup>14</sup>, realizadas desde 1924 e, principalmente, o Congresso do Ensino Superior no Brasil que ocorreu entre 11 e 20 de Agosto de 1927, em comemoração ao primeiro centenário de fundação dos cursos jurídicos no Brasil.

---

<sup>14</sup> A primeira aconteceu em Curitiba, a segunda em Belo Horizonte e a terceira em São Paulo em 1929.

O Congresso foi dividido em duas seções, uma destinada ao estudo da organização universitária, denominada Seção de Organização Universitária, e outra destinada a debater ao tema do ensino Jurídico, denominada Seção Jurídica.

Sobre a organização Universitária foram definidas algumas questões de base para serem debatidas durante o Congresso:

*(...) I – Qual tipo de universidade que mais se adapta às condições do Brasil e a que orientação deve obedecer?*

*II – Quais os requisitos indispensáveis para a criação das universidades? Onde localizar as futuras universidades brasileiras? De que faculdades se devem compor?*

*III – É de aconselhar-se a fundação de universidades livres, além das universidades oficiais? Deve permitir-se o funcionamento das faculdades independentes dos institutos universitários? Sob que regime?*

*IV – É de conceder-se a personalidade jurídica unicamente à universidade ou é de atribuir-se a cada uma das suas faculdades componentes? Impõe-se, como indispensável, a outorga da autonomia universitária? Dentro de que limites?*

*V – Qual o melhor sistema de organização interna das universidades? De que forma cumpre regular o funcionamento harmônico dos seus diversos órgãos?*

*VI – Como desenvolver o espírito universitário entre os corpos docentes e discentes das faculdades componentes de cada universidade e as relações das universidades entre si? É de recomendar-se a cooperação dos professores universitários para a solução dos problemas sociais contemporâneos? Em que molde?*

*VII – Em que consistem os seminários ou institutos de investigação científica e que influência exercem na vida*

*universitária? Como organizá-los com a eficiência indispensável para a elaboração de trabalhos científicos?*

*VIII – A que sistema deve obedecer a organização do professorado universitário? Quais as condições de ingresso e de promoção na carreira? Que preceitos devem fixar os direitos e deveres dos docentes? Justifica-se a jubilação compulsória? Em que termos?*

*IX – Como devem ser fixados os períodos letivos e organizados os programas e horários dos cursos? É de exigir-se a frequência obrigatória? Recomenda-se a admissão de ouvintes? A que regime devem eles subordinar-se?*

*X – A que preceitos devem obedecer a organização das bancas examinadoras e o regime dos exames? Quais os graus universitários a serem conferidos? Que prêmios são de conceder-se?*

*XI – Sob que moldes convém regular as relações disciplinares dos estudantes com o corpo docente? Quais as formas mais aconselháveis de auxílio aos estudantes pobres? Como favorecer o desenvolvimento das associações acadêmicas?<sup>15</sup>*

Como conclusões gerais destes debates podemos esquematizar uma estrutura de universidade com os seguintes princípios:

Quanto ao tipo:

*Nenhum tipo de universidade atualmente existente poderia ser adotado no Brasil sem inconvenientes mais ou menos sérios. Haverá, pois, mister organizar-se um tipo novo, com o aproveitamento de elementos fornecidos por outros tipos, tendo-se em vista as condições do nosso meio e o estado de civilização da nossa sociedade.<sup>16</sup>*

---

<sup>15</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. *Op. cit.*, p.296-297

Quanto aos requisitos indispensáveis:

*São requisitos indispensáveis para a criação das universidades: a) uma lei que as institua; b) o gozo da personalidade jurídica; c) um patrimônio ou auxílio governamental que lhes assegure a manutenção dos serviços a seu cargo; d) sede apta para o seu funcionamento e e) autonomia didática.<sup>17</sup>*

Quanto ao controle estatal:

*É de permitir-se a fundação de universidades livres, desde que disponham de patrimônio e de recursos abundantes para manter o ensino ministrado à altura do ensino universitário.<sup>18</sup>*

Quanto ao objetivo principal:

*A universidade brasileira deve ter por principal objetivo o ensino profissional, educando e preparando alunos para todas as profissões, cujo exercício exija, além de tirocínio prático, conhecimentos científicos especiais. Deverá abranger várias escolas técnicas, podendo no começo ser incompleta e ir crescendo por epigenésia com a criação ou incorporação de novos cursos ou escolas.*

*Além deste objetivo principal, deve a Universidade Brasileira visar igualmente o ensino dos ramos mais elevados do saber humano e a organização da pesquisa original, em ordem a contribuir para o progresso da ciência.<sup>19</sup>*

---

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.335

<sup>17</sup> *Ibid.*, p.333-334

<sup>18</sup> *Ibid.*, p.334

<sup>19</sup> *Ibid.*, p.335-336

Quanto ao formato dos estudos:

*É de recomendar-se calorosamente a criação nas Universidades de Seminários ou institutos de investigações científicas destinadas a facilitar, mediante a estreita cooperação intelectual de professores e estudantes, a elaboração de trabalhos científicos.<sup>20</sup>*

### 1.3 A REVOLUÇÃO DE 30 E A UNIVERSIDADE

No início da década de 30, com a Revolução, a educação passa a ser um dos temas de maior relevância do Estado. Como se sabe, um dos primeiros atos do governo revolucionário foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, tendo a frente deste um entusiasta do movimento da Escola Nova, Francisco Campos.

Este representante de Minas no Governo participou ativamente das questões educacionais em seu Estado, promoveu a reforma do ensino primário e presidiu, em novembro de 1928, a II Conferência Nacional de Educação quando exercia o cargo de Secretário do Interior. Mas a respeito da Universidade sua opinião não se harmonizava com os educadores comprometidos com o ensino superior do período. O pesquisador Antonio Paim, ao fazer um balanço das ações do ministro neste campo, destaca que,

*(...) Francisco Campos, na verdade, não adere ao ideal de universidade que havia mobilizado a intelectualidade no*

---

<sup>20</sup> *Ibid.*, p.338

*período que precedeu imediatamente a Revolução de 1930. Mas também não quer limitar-se a conservar o ensino superior nos moldes tradicionais. Imagina poder instituir a universidade, mas colocando-a a serviço do aprimoramento do ensino secundário, a que atribuía, sem dúvida, maior relevância.*<sup>21</sup>

Assim, em 11 de abril de 1931, através do decreto n.º 19.831, Francisco Campos institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando, para o ensino superior, o regime universitário ao invés das escolas superiores isoladas. Neste decreto também estabelece como exigência para a fundação de uma universidade a existência de três unidades de ensino superior – as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia ou, no lugar de uma delas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Seu artigo primeiro é emblemático, pois define os fins do ensino universitário da seguinte forma:

*(...) O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.*<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> PAIM, Antonio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CNPQ, 1982. p.60

<sup>22</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p.133

As finalidades da universidade expressas neste primeiro artigo de lei são quase redentoras. Para a pesquisadora Otaíza Romanelli:

*(...) A formulação de tão vastos e pretensiosos objetivos denuncia claramente uma visão distorcida, tanto da realidade educacional brasileira de então, quanto dos limites que comporta toda e qualquer instituição, sobretudo a instituição escolar. A investigação científica e o preparo para o exercício profissional têm sido, na verdade, os reais objetivos da Universidade moderna. Mas, apesar de ambos constarem da declaração de princípios da legislação, a Universidade brasileira vem perseguindo, desde sua criação, apenas os objetivos ligados à formação profissional, salvo raríssimas exceções. A falta de tradição de pesquisa deve-se, como já se assinalou, a fatores tais como a estratificação social, a herança cultural (que pesa fortemente na manutenção de uma estrutura arcaica de ensino), a forma que tem evoluído a economia e, sobretudo, como se tem processado a industrialização<sup>23</sup>*

Este decreto não consegue então criar um “espírito” universitário tão desejado pelos intelectuais da época. A universidade continua como um aglomerado de cursos superiores com a vantagem, agora, de uma estrutura um pouco mais elaborada.

Ainda no dia 11 de abril de 1931, Francisco Campos toma outra atitude de importância para uma nova estruturação do ensino superior no Brasil: baixa um novo decreto, nº 19.852, que reorganiza a Universidade do Rio de Janeiro, incorporando-lhe, além das clássicas Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica, a Faculdade de Educação (esta

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 133

nunca foi implantada), Ciências e Letras, a Escola de Minas Gerais, a Escola de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música e as Faculdades de Farmácia e Odontologia.

A passagem de Francisco Campos no Ministério é de curta duração, apenas dois anos, entre 1930 e setembro de 1932, quando Washington Pires o substituiu, também por curto espaço de tempo<sup>24</sup>.

Em 25 de julho de 1934, assume a direção do Ministério o mineiro Gustavo Capanema. Sua atuação, que se deu entre 1934 e 1945, se mistura com a história da educação e cultura no país. Nestes campos foram desenvolvidas ações que representaram avanços incontestes para sua época. Em sua gestão, no campo da arquitetura, foi construído o Palácio da Cultura, sede do Ministério da Educação e Saúde, onde a equipe brasileira de arquitetos comandada por Lúcio Costa desenvolve, com Le Corbusier, um dos principais ícones da arquitetura modernista no Brasil. Capanema, de certa forma, se afinava com uma das principais características do primeiro Governo Vargas (1930-1945) que, como analisa o pesquisador Alberto Costa Lopes, entendia que “(...) *cada nova instalação territorial deveria ter um caráter exemplar para o conjunto dos demais lugares do país*”<sup>25</sup>.

O governo Vargas desenvolvia diversas transformações urbanísticas, entendendo que as cidades funcionariam como espécies de vitrines pedagógicas do que deveria ser o Brasil urbano. Era um urbanismo “didático” onde

---

<sup>24</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 64.

<sup>25</sup> LOPES, Alberto Costa. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. UFRJ. Instituto de Geografia. Dissertação de mestrado, 1993. p. 25.

(...) *Formas espaciais não seriam meras coadjuvantes, mas investidas de uma explícita utilidade em revelar propósitos, sublinhar idéias, distinguir valores e atuar sobre as formas de consciência.*<sup>26</sup>

Ora, estes objetivos correspondiam diretamente aos objetivos de um “urbanismo regenerador” da sociedade como propunham os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). O tema “cidade universitária”, assim, coincide com o pensamento paradigmático de um urbanismo moderno e inovador e, ao mesmo tempo, serve de suporte a um governo que deseja firmar valores sociais.

Desta forma não há dificuldades em compreender que haviam motivos suficientes para que Gustavo Capanema tornasse a idéia da construção de uma universidade modelo o principal projeto de seu ministério.

Vale ressaltar que a criação de uma Universidade era um objetivo comum entre vários intelectuais da época e especialmente de alguns importantes educadores, que a partir das eleições de 1934 chegam ao poder nos Estados. Dentre estas atuações estaduais merecem destaque a criação da Universidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1934, tendo como grande entusiasta Fernando de Azevedo (autor do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932), onde a medula de todo o sistema foi justamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), através do decreto municipal 5.513, de 4 de abril de

---

<sup>26</sup> LOPES, Alberto Costa. *Op. cit.*, p. 36.

1935, que teve como principal mentor o educador Anísio Teixeira, que foi diretor do Departamento de Educação durante o mandato do prefeito Pedro Ernesto. A diretriz essencial da UDF era a promoção do conhecimento desinteressado. Das três tradicionais faculdades brasileiras (Medicina, Engenharia e Direito) apenas a de Direito fazia parte de sua estrutura, mesmo assim vinculada à escola de Economia e com objetivos fortemente submissos a esta última, como nos mostra o discurso do reitor Afonso Penna Junior por ocasião da formatura da primeira turma em 1937:

*(...) A Escola de Economia e Direito destina-se a desenvolver estudos sobre a nossa organização econômica e social, constituindo-se em centro de documentação e pesquisa dos problemas da vida nacional que interessam à formação do Estado, assim como à produção e circulação de riqueza e sua normal distribuição.<sup>27</sup>*

Essas duas universidades foram criadas contando com a colaboração de professores estrangeiros, principalmente europeus, acreditando-se que a renovação universitária deveria ocorrer no seio próprio das universidades e que esta deveria produzir conhecimento e, posteriormente, transmitir o conhecimento produzido. Claramente a pesquisa era o principal fator da renovação<sup>28</sup>.

Mas o campo era tenso, não havia consenso. Helena Bomeny destaca que a influência do segmento conservador, principalmente dos

<sup>27</sup> PAIM, Antonio. *Op. cit.*, In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Op. cit.*, p.73

<sup>28</sup> SOUZA, Alírio Fernanão Barbosa de. Anísio Teixeira e as dificuldades de renovação da educação superior no Brasil. **Revista da Bahia**. Salvador, n. 31, v.32, jul. 2000. p.54-69.

católicos – já antigos oponentes dos *pioneiros da educação nova* – no governo da Revolução ainda era extremamente forte. Segundo ela,

*(...) Os pioneiros foram acusados de serem partidários de doutrinas contrárias ao interesse nacional. Foram acusados de comunistas. O episódio de fechamento da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1939, ilustra de forma exemplar a influência de setores conservadores da Igreja, à época liderados por Alceu Amoroso Lima, no alinhamento ideológico no ministério Capanema. Anísio Teixeira era reitor da UDF na época. A universidade foi fechada sob alegação de afinidade do educador com os princípios e os ideais comunistas.<sup>29</sup>*

Não foi apenas por influência dos conservadores que a UDF fechou suas portas. Os interesses de Anísio Teixeira cruzavam-se frontalmente com os interesses do Ministro Capanema que, ao contrário de Francisco Campos e mesmo com discordância de enfoque em relação aos educadores, direciona suas atenções para a questão universitária. Para o ministro a principal questão universitária se resumia basicamente na criação e fortalecimento de uma universidade modelo para o país, a Universidade do Brasil. Assim, com a criação do Estado Novo, em 1937, foram criadas condições para a eliminação da UDF e a incorporação de seus quadros à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

A inovação da gestão de Capanema em relação à legislação de 1931 foi a criação efetiva da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras – que na lei de Francisco Campos deveria ser de Educação, Ciências e Letras – e da

---

<sup>29</sup> BOMENY, Helena. **Os Intelectuais da educação**. *Op. cit.*, p.51

construção de um campus universitário. Para isso, o Ministro compõe uma comissão de professores, presidida por ele próprio, para se dedicar na sua estruturação, e em 5 de julho de 1937 o presidente Getúlio Vargas sanciona a lei nº 452 que institui a Universidade do Brasil.

A gestação desta lei coincide com a gestação dos projetos para a cidade universitária e foram direcionadas pelo mesmo núcleo de professores. Portanto, as seções referentes à estruturação física desta correspondem fielmente ao projeto final com apenas duas exceções: a Escola Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Veterinária que, em nenhum momento, constaram nos projetos.



Gustavo Capanema discursa na presença de Getúlio Vargas e outros durante cerimônia de aprovação da lei que fundamentou a Universidade do Brasil. 05 jul 1937 (Data certa)

Fonte: [http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/asp/idx\\_pop\\_ca\\_popau\\_amp.asp?foto=/accessus/fotos/GC/GCFOTO104.jpg&nr\\_foto=1&cd\\_foto=3421](http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/asp/idx_pop_ca_popau_amp.asp?foto=/accessus/fotos/GC/GCFOTO104.jpg&nr_foto=1&cd_foto=3421)

No discurso da sessão de instalação da comissão de professores, pode-se constatar que a Universidade do Brasil deveria ser o modelo do ensino superior no Brasil:

*(...) (o ministro) Admitte a hypothese de que, pelo Brasil afora, numerosas Universidades se façam menos perfeitas e sejam Universidades, estando dentro do conceito que possam firmar a respeito. Mas a Universidade Central e que quer ser a primeira*

*na qualidade e o espelho das demais precisa de abranger tudo quanto deve entrar na estrutura universitária.*<sup>30</sup>

Uma “Universidade Central” deveria ser “uma instituição total e unânime” na qual “devem ser ministradas todas as modalidades de ensino superior previstas pela lei, de tal sorte que nenhum estabelecimento, isolado ou congregado em universidade, deixe de ter nela seu correspondente”<sup>31</sup>.

Os objetivos da universidade do Brasil seriam redentores para as universidades existentes até então,

*(...) Esta [a universidade] nasce – falo de modo genérico – para criar uma cultura real e direta, haurida no próprio meio, desenvolvida com os elementos que se fornece à livre expressão. Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação, resolver-lhes os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização.*<sup>32</sup>

A preocupação do ministro com uma universidade para as elites é clara mesmo em sua argumentação sobre a localização da mesma:

*(...) Construir a Universidade nos subúrbios é torna-la não procurada, é trahir seu destino. Ella se destina a ser um*

<sup>30</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 271-279 – 22/07/35

<sup>31</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. *Op. cit.*, p.224

<sup>32</sup> Entrevista concedida pelo ministro Gustavo Capanema à Agência Meridional Ltda. (Diários Associados). A entrevista, preparada provavelmente em 1934, não chegou a ser publicada. SCHWARTZMAN, Simon et al. *Op. cit.*, p. 221

*instituto de elite. Por isso deve ficar no centro, onde a população é mais densa e mais culta.*<sup>33</sup>

Para alcançar os objetivos traçados seria necessário inicialmente definir de forma clara o que seria uma universidade no Brasil, haviam muitas dúvidas quanto aos modelos a serem seguidos, como podemos ver no mesmo discurso:

*(...) Ahi surge uma questão importante dado o conceito diverso do que de Universidade se tem feito. Si ficamos na tradição européa, temos de excluir os cursos de engenharia e todos os demais cursos chamados technicos firmando um conceito muito restricto. Si porém, fôr adoptado o conceito americano, teremos de abranger muito mais coisas.*<sup>34</sup>

A comissão deveria, após longos estudos, tomar esta e outras resoluções, tais como quanto ao número de departamentos, a construção de moradias para alunos e professores. Para ela ser uma “comunidade”, o número de estabelecimentos e de instituições que a irão compor, além de tantas outras definições necessárias para um empreendimento deste porte.

Com toda esta importância dada pelo governo, este tema tornou-se um dos grandes motivos de atenção e reflexão do campo da arquitetura e do urbanismo, envolvendo alguns dos principais arquitetos brasileiros e estrangeiros do período, como Lúcio Costa e equipe, Marcello Piacentini e Le Corbusier, todos de reconhecida importância em seus países.

---

<sup>33</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 271-279 – 22/07/35

<sup>34</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 271-279 – 22/07/35

Entretanto cumpre sumariamente resumir a visão da própria comissão do plano da Cidade Universitária que seria a interlocutora desses arquitetos e suas diferentes visões de arquitetura e cidade.



# A comissão de estudos do plano da Universidade

## CAPÍTULO 2 - A Comissão de estudos do plano da Universidade

Para a construção deste capítulo foram imprescindíveis os escritos do professor Ernesto de Souza Campos que, além de ter feito parte da comissão desde seu surgimento em 1935 até sua extinção em 1944, dedicou-se a inventariar todo o processo, o que pode ser observado em três de seus livros: “Educação Superior no Brasil”<sup>1</sup>, “Estudo sobre o Problema Universitário”<sup>2</sup> e o relatório denominado *Atividades do extinto Escritório do Plano da Universidade do Brasil*<sup>3</sup> assinado por ele, Raul Leitão da Cunha e Inácio M. Azevedo do Amaral. Desta forma, Souza Campos tornou-se aqui a “voz oficial” da comissão dos professores e, por consequência, do próprio Ministério.

Como vimos, para o Ministro a educação no país necessitava de uma Universidade para se completar e este seria, então, o principal projeto arquitetônico do Ministério da Educação e Saúde. Para isso, na portaria de 19 de julho de 1935, foi nomeada uma comissão de professores que representassem todos os setores da cultura brasileira, encarregada de estudar o problema da organização da Universidade do Brasil. Esta comissão ficou assim composta<sup>4</sup>:

---

<sup>1</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

<sup>2</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1938. pp.305-306

<sup>3</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Atividades do extinto Escritório do Plano da Universidade do Brasil – Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema, abrangendo o período de 1935 a 1944**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1946. CPDOC - REF. 061.1(81)(047)ONB B.823.

## Presidente

Ministro Gustavo Capanema

## Membros

- I. Raul Leitão da Cunha – Reitor da Universidade do Brasil.
- II. Philadelpho de Azevedo – professor e ex-diretor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil
- III. Edgar Roquette Pinto – ex-diretor do Museu Nacional
- IV. M. B. Lourenço Filho – ex-diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil
- V. Inácio M. Azevedo do Amaral – professor da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil
- VI. Jonathas Serrano – professor do colégio Pedro II
- VII. José Carneiro Felipe – professor e ex-diretor da Escola Nacional de Química, da Universidade do Brasil.
- VIII. Flexa Ribeiro – Professor da Escola Nacional de Belas-Artes da Universidade do Brasil.
- IX. Juvenil da Rocha Vaz – Professor e ex-diretor da Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil.
- X. Antônio de Sá Pereira – Professor e diretor da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil.
- XI. Newton Cavalcante – General do exército – para o setor de esporte.

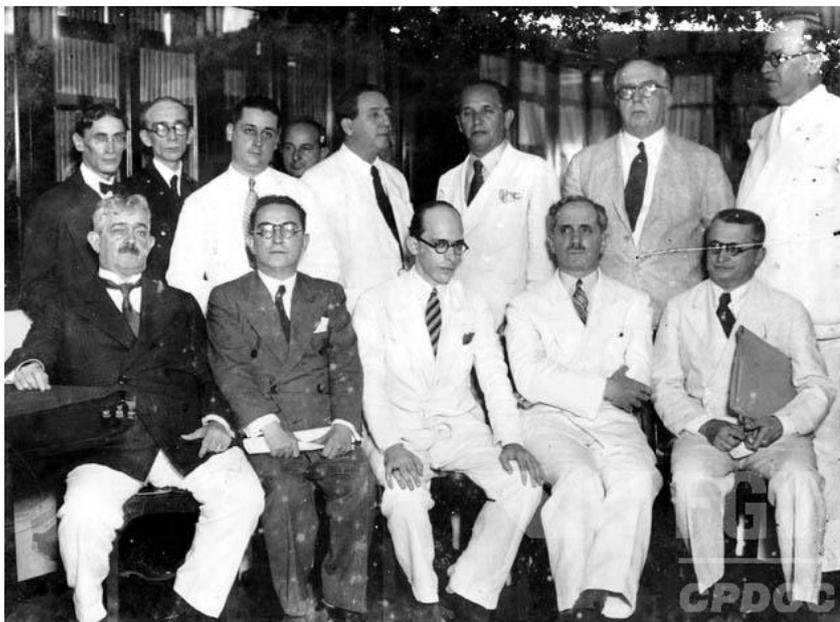
---

<sup>4</sup> Cf. CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p.305-6

- XII. Ernesto de Souza Campos – Professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, ex-diretor da mesma, ex-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

E mais tarde, a partir da portaria de 17 de Setembro de 1935<sup>5</sup>, esta comissão seria denominada Comissão de Estudos do Plano da Universidade (CEPU) e seriam acrescentados mais dois membros:

- XIII. Paulo Everardo Nunes Pires – Professor da Escola Nacional de Belas-Artes.
- XIV. Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida – professor e diretor da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.



(sentados) – (2º) Philadelfo Azevedo, Gustavo Capanema e Raul Leitão da Cunha. (em pé) – José Carneiro Filipe, Frões da Fonseca, Paulo Everaldo Nunes Pires e (5º) Edgar Roquete Pinto  
Fonte: [http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/asp/idx\\_pop\\_ca\\_popau\\_amp.asp?foto=/accessus/fotos/GC/GCFOTO090.jpg&nr\\_foto=1&cd\\_foto=3401#](http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/asp/idx_pop_ca_popau_amp.asp?foto=/accessus/fotos/GC/GCFOTO090.jpg&nr_foto=1&cd_foto=3401#)

<sup>5</sup> Cf. CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 289

Desta lista é importante destacar que apenas Ernesto de Souza Campos não fazia parte da Universidade do Rio de Janeiro, o que demonstra sua importância e relevância entre os nomes escolhidos, como mais tarde verificaremos.

Havia a intenção de fazer uma Universidade mais completa possível, preenchendo lacunas ainda existentes no ensino superior do país. Para tal, o Ministro destacou, em seu discurso, a convocação de Lourenço Filho para contribuir nos debates para a formação de uma possível Faculdade de Educação, campo do conhecimento que ainda não fora inscrito nos estudos universitários, assim como convocou os professores Roquette Pinto e Jonathas Serrano para contribuírem da mesma forma no “setor” de ciências e letras.

A lista dos professores convidados para compor a comissão, como vemos, já foi por si só uma das primeiras definições de Universidade, quando analisamos a composição das especialidades de seus membros e da ausência daquelas que não se coadunavam com o ideal universitário do Ministério. Sobre este último aspecto é relevante, por exemplo, a ausência de especialistas nas áreas de agricultura e veterinária que, segundo o ministro, seriam afeitas a outros ministérios. Entretanto, cabe salientar que em outras Universidades do país já funcionavam cursos superiores nessas áreas, como é o caso da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade de Porto Alegre e a da Faculdade de Medicina Veterinária e da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo<sup>6</sup>. Outra ausência significativa foi na área comercial: desde o decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 - período de trabalho do ministro Francisco Campos – o ensino superior nesta área já estava

oficializada com o nome “Curso Superior de Finanças”, possivelmente faltando apenas vontade política para implantá-lo nas universidades.

O trabalho da CEPU era de conceber e estruturar um “plano global” para a Universidade, prevendo inclusive a estruturação funcional dos edifícios que iriam abrigar os diferentes cursos. É importante frisar que esta tarefa se confundia com o projeto de construção conceitual da Universidade e da Cidade Universitária, como podemos verificar no discurso do ministro durante a sessão solene de instalação da comissão do plano da Cidade Universitária, em 22 de julho de 1935. Neste, fica esclarecido que esta comissão “(...) deve, primeiro, definir o que deve ser a universidade. Deve, depois, conceituar a universidade e em seguida projetar a construção universitária”<sup>7</sup>. Para a conceituação da Universidade o Ministro já reconhecia a dificuldade inerente:

*(...) [o ministro] Assevera que vivemos numa época de grande confusão quanto ao conceito da Universidade. As Universidades de Roma, de Moscow, de Madrid, de Paris e da América do Norte são diversas umas das outras. O conceito de Universidade, no momento presente perdeu o sentido tradicional, mas não tomou ainda um sentido positivo e definitivo. Em meio desse desencontro de conceitos é preciso que firmemos, ainda que provisoriamente o conceito que nos convem: o que devemos definir como universidade, o que nella incluir, o que devemos della excluir*<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. p. 487-8.

<sup>7</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 271-279 – 22/07/35

<sup>8</sup> *Ibid.*, loc. cit.

Em suas definições do que deva ser a Universidade o Ministro cobrava todos os elementos programáticos que tivessem implicações para o projeto arquitetônico, como declara no mesmo discurso:

*(...) suponhamos que a definição seja a de que a universidade deva ter uma escola de odontologia. Não basta isso, porém. É preciso que se diga que a escola em questão terá tais e tais repartições, tais e tais divisões, tal estrutura. Se for incluído um instituto de criminologia temos que ver de que partes, de que gabinetes, de que laboratórios o estabelecimento enfim se comporá.<sup>9</sup>*

Para o melhor andamento dos trabalhos, o Ministro designa uma subcomissão denominada Comissão de Organização do Plano da Universidade (COPU) que, sob sua presidência direta, iria definir as bases do plano da Universidade e, portanto, seria responsável pela conceituação geral do que deveria ser a sua estrutura. Para esta tarefa foram convocados os professores Ernesto de Souza Campos, M. B. Lourenço Filho, Jonathas Serrano e Ignácio M. Azevedo do Amaral e, posteriormente, o professor José Carneiro Felipe.

Na já citada portaria de 17 de setembro de 1935, foram oficializadas a CEPU e a COPU acima descritas e ainda foram criadas 6 novas comissões especialistas consultivas, representantes de áreas diversas do conhecimento:

a) Comissão de Filosofia e Educação: Edgar Roquette Pinto, Jonathas Serrano, Alvaro Osório de Almeida, Alberto Betim Paes Leme e M. B. Lourenço Filho.

---

<sup>9</sup> *Ibid., loc. cit.*

b) Comissão de Direito: Candido de Oliveira Filho, Edgardo Castro Rebello, Hahnemann Guimarães, Francisco de Avellar Figueira de Mello, Philadelpho Azevedo, Euzebio Queiroz Lima e Julio Porto Carrero.

c) Comissão de Medicina: Raul Leitão da Cunha, Eduardo Rabello, Juvenil da Rocha Vaz, Pedro A. Pinto, Augusto Brandão Filho, Clementino Fraga, Antonio Austrugesilo, Annen Dias, Henrique Carpenter, Deolindo Nunes do Couto e João de Barros Barreto.

d) Comissão de Engenharia: Ruy de Lima e Silva, José Freitas Machado, Ignacio Azevedo Amaral, José Carneiro Felipe, Domingos Cunha, Dulcidio Pereira, Lino de Sá Pereira, Roberto Marinho de Azevedo, Ernani Cotim e Luciano Lobato Koeler

e) Comissão de Belas Artes: Archimedes Memória, Rodolpho Chambelland, José Octavio Corrêa Lima, Augusto Bracet, Morales de los Rios e Mario Leal.

f) Comissão de Música: Guilherme Fontainha, Octavio Bevilacqua, Antonio de Sá Pereira, Oscar Lourenço Fernandes, Orlando Frederico e Francisco Braga.

Neste mesmo decreto foi instituído o Escritório do Plano da Universidade que teria uma seção técnica “para a execução gráfica dos programas descritivos” e uma seção de expediente “para os serviços gerais”. O escritório ficou sob a direção dos professores Ignácio Azevedo do Amaral e Ernesto Souza Campos que, desde 23 de julho, estavam se dedicando exclusivamente aos trabalhos da organização do plano universitário afastando-se, por autorização competente, de suas obrigações junto às universidades de

origem. Para auxiliar os trabalhos do Escritório foi criada uma Comissão de Arquitetura encarregada da revisão, ajustamento e determinação da parte construtiva dos projetos definitivos. Os arquitetos componentes desta comissão foram designados por portarias ministeriais, são eles: Edwaldo de Vasconcelos<sup>10</sup>, a partir de 1º de agosto de 1935 (este permaneceu pouco tempo no cargo), Evaristo Juliano de Sá<sup>11</sup> a partir de 28 do mesmo mês e José de Souza Reis a partir de 13 de novembro do mesmo ano<sup>12</sup>.

O esquema desta comissão de Estudos pode ser assim representado<sup>13</sup>:

---

<sup>10</sup> “(...) diplomado, recentemente, no curso de architectura da Escola Nacional de Bellas Artes e, actualmente, funcionario da Prefeitura do Districto Federal; foi designado desde 1º de Agosto ultimo, mas só tem trabalhado algumas horas por dia, por continuar a exercer o seu cargo na repartição municipal a que pertence”

CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 285-287

<sup>11</sup> “(...) diplomado no curso de architectura da Escola Nacional de Bellas Artes e, actualmente, contractado pela Superintendencia de Obras e Transportes do Ministerio de Educação e Saude Publica, percebendo pela folha das obras da Colonia Psychopatha de Jacarepaguá; destacado desde 28 de Agosto ultimo, para servir junto à sub-comissão, tem sempre trabalhado em regime de tempo integral.”

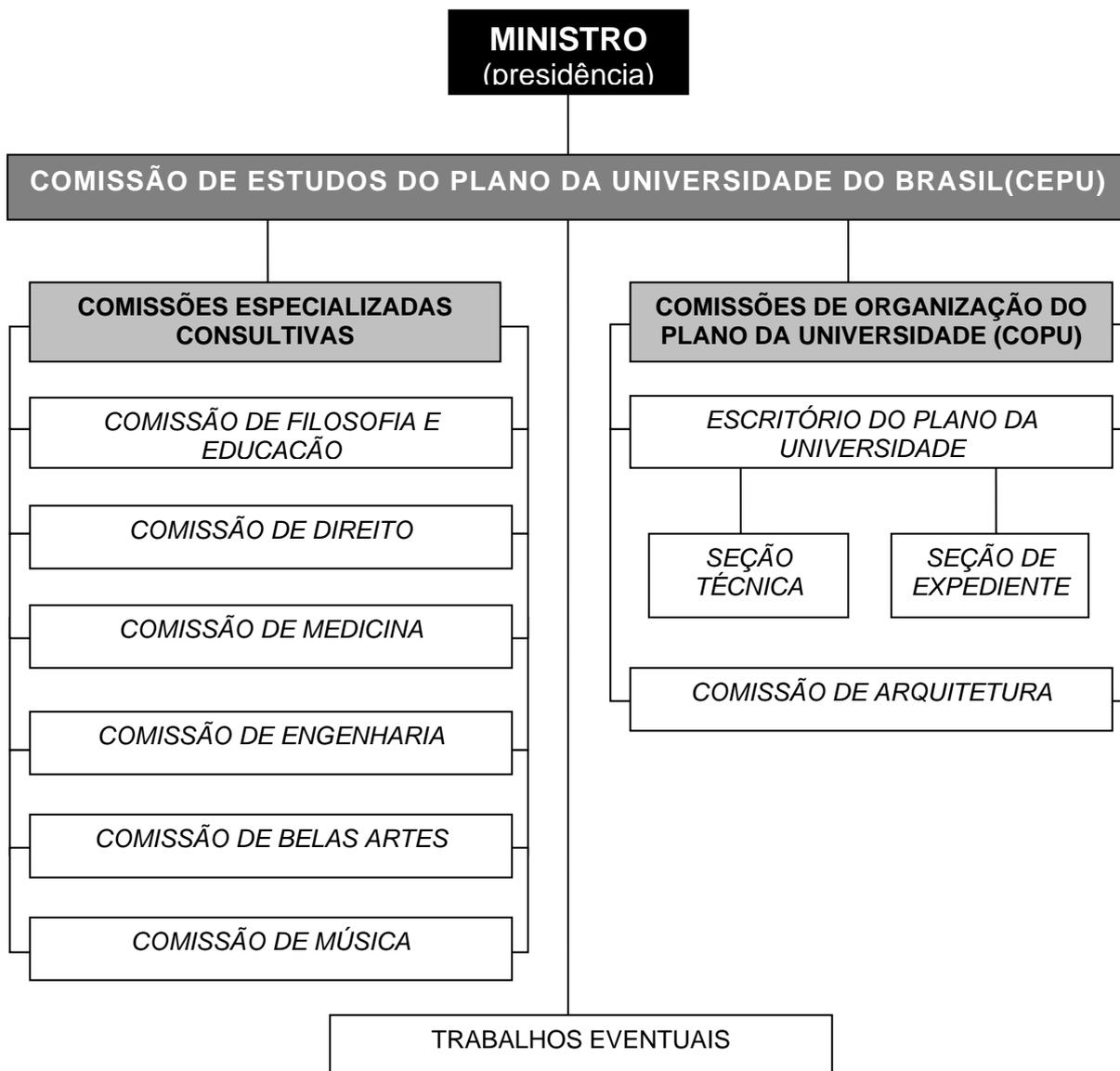
*Ibid. loc.cit.*

<sup>12</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p. 313.

Esta Comissão de Arquitetura ainda era composta por Amilcar Osorio e Oswaldo Monteiro de Barros.

<sup>13</sup> Segundo diagrama elaborado para ilustrar a portaria de 17 de setembro de 1935

CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GC 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 289



Desta estrutura fica notória, desde o início, a relevância de dois de seus componentes: Ernesto de Souza Campos e Inácio M. Azevedo do Amaral que participam tanto da CEPU, ao lado do Ministro, quanto da Comissão de Organização do Plano da Universidade (COPU), e coordenam ainda o Escritório do Plano da Universidade, local onde realmente se direcionavam os trabalhos de criação da Universidade do Brasil e de sua Cidade Universitária.

Fazendo um balanço das atividades da CEPU, por ocasião da extinção da mesma nove anos mais tarde, em 1944, Ernesto Souza Campos explica que foram seguidas quatro fases de trabalho para a concepção do arcabouço geral do plano, sendo elas:

- a) *constituição da Universidade Nacional, discriminando as suas instituições fundamentais, complementares e acessórias e os estabelecimentos da Universidade que deveriam ser instalados na Cidade Universitária;*
- b) *localização da Cidade Universitária;*
- c) *programas construtivos para os diferentes edifícios da Cidade Universitária;*
- d) *anteprojeto de plano geral da Cidade Universitária.*<sup>14</sup>

Entretanto, a análise dos documentos de época permite que constatemos que os trabalhos se desenvolveram em oito etapas em torno de discussões ainda mais específicas. De fato, é no desdobramento de algumas fases citadas por Souza Campos que conseguimos vislumbrar aspectos que revelam uma tomada de decisões de significado especial para a concepção espacial da Cidade Universitária e que não seriam destituídas de consequências. Estas fases do trabalho da Comissão seriam assim identificadas<sup>15</sup>:

#### 1. A definição de Universidade

---

<sup>14</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. op. cit., p.8

<sup>15</sup> Houve ainda uma etapa de estudos sobre a orientação solar do conjunto universitário que ficou a cargo do engenheiro Paulo Sá. Não foi achado nenhum registro oficial da data deste estudo, embora provavelmente tenha sido elaborado em 1936. Este parecer foi publicado em 1937:

SÁ, Paulo (1937). **A orientação dos edifícios da cidade universitária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Tecnologia, 1937.

2. A opção pela constituição de uma “cidade universitária”;
3. A localização e a escolha do terreno;
4. A disposição dos diferentes edifícios e a setorização dos conhecimentos dentro do conjunto;
5. O levantamento topográfico;
6. O desenvolvimento do programa;
7. O trabalho da comissão jurídica
8. Um arquiteto para a Cidade Universitária

## 2.1 A DEFINIÇÃO DE UNIVERSIDADE

Ernesto de Souza Campos relata que uma das primeiras questões resolvidas pela comissão foi a definição do tipo de Universidade que seria mais adequado ao país. Para isso, ele esboça uma tentativa de classificação das Universidade no mundo da seguinte forma:

- 1) *Universidade do tipo tradicional* – são as universidades que possuem apenas as quatro faculdades clássicas: a de Filosofia (abrangendo Filosofia, Ciências e Letras), Teologia, Direito e Medicina. Um bom exemplo deste “tipo” seriam as universidades alemãs.
- 2) *Universidade do tipo tradicional modificado* – possuem as mesmas faculdades do tipo puro mas acrescentam as Faculdades de Ciências Naturais e Matemática ou a de Medicina

Veterinária. Ainda na Alemanha poderíamos encontrar este modelo.

- 3) *Universidade do tipo conservador* – é encontrado na Inglaterra, são universidades que tudo acolhem, mesmo cursos como de Economia Doméstica.
- 4) *Universidade do tipo misto* – é principalmente as Universidades da América do Norte, dos “colleges” fundados, em “*academic basis*”, com a criação do Peterhouse, em Cambridge.
- 5) *Universidade do tipo cultural puro* – possui apenas as Faculdades de Ciências e Letras com alguns cursos que lhe são agregados.
- 6) *Universidade contemporânea* – é constituída por um núcleo fundamental – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em torno do qual se agrupam Faculdades, Escolas ou Institutos do Ensino Superior.

Para o caso brasileiro, a comissão de professores achou por bem filiar a organização universitária brasileira ao tipo contemporâneo, pois a cultura universitária seria

*(...) desenvolvida, em todas as direcções, dentro do espirito científico, cuidando, especialmente de desdobrar, cada vez mais, o ensino desinteressado no dominio das sciencias, das letras, das artes e da investigação original, essencia esta que lhe dá valor proprio pela sua força criadora em desvendar*

*novos conhecimentos, contribuindo assim para o progresso do saber humano .<sup>16</sup>*

A *Universidade Contemporânea* facilitava a inclusão das faculdades chamadas técnicas, ou seja, a Escola Politécnica e a Faculdade de Química. Assim, este tipo poderia abarcar todas as instituições de ensino superior em volta de uma espinha dorsal – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – evitando exclusões e conflitos.

## 2.2 A OPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE UMA “CIDADE UNIVERSITÁRIA”

Segundo Ernesto de Souza Campos, a definição de que a Universidade seria concentrada em um único “campus” era praticamente um consenso na comissão. Não há aí nenhuma surpresa, o próprio Ministro em seu discurso da abertura dos trabalhos da comissão já parte deste princípio, dizendo ser propósito do Governo

*(...) fazer uma universidade que deixe de ser o que tem sido até hoje no Brasil: um postulado regulamentar, uma aspiração de lei. Quer que ela se converta em uma realidade viva, em uma comunidade escolar verdadeira. Para isso torna-se necessária a criação daquilo que hoje se tem chamado uma cidade universitária.<sup>17</sup>*

<sup>16</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p. 148.

<sup>17</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 271-279

No olhar do próprio Souza Campos a “cidade universitária” seria, mais que uma solução adequada, uma estrutura moderna que outras partes do mundo já reconheciam como ideal

*(...) Devemos pois reconhecer a inteligência que presidiu às organizações que se constituíram sob o tipo centralizado em época remota, que já se vai perdendo na noite dos tempos, como Cambridge e Oxford. Foram assim evitadas enormes despesas que muitas universidades teem feito para abandonar suas antigas instalações, afim de concentra-las em único “campus”.*

*É o que se observa em alguns dos centros de estudos da Europa e da América que não tomaram, desde o início esta orientação. A Itália é um dos exemplos mais característicos. Dotada de universidades seculares que se foram formando através dos tempos, desde a época remota, não poderia este país tomar a diretiva centralizada que vai, entretanto, agora, imprimindo ao seu programa de renovação. O mesmo parece presidir ao plano de remodelação da Universidade de Berlim. Este fato vemos ainda na campanha que se empreendeu em Buenos Aires em favor da centralização dos seus edifícios universitários em um único <campus>.<sup>18</sup>*

Mesmo tendo a idéia da construção de uma “cidade universitária” como um princípio, a comissão de estudos do plano da universidade do Brasil (CEPU) dedicou-se a arregimentar argumentos para confirmar esta decisão que, posteriormente, foi aceita por unanimidade. Foram sete os principais motivos apresentados para este fim:

---

<sup>18</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. *Op. cit.*, p. 389.

1- *Centralização das fontes bibliográficas*, destacando-se a necessidade de otimização dos volumes.

2- *Reconhecimento de que o ensino não pode deixar de ser aliado à pesquisa científica*, esperando-se assim que a centralização promovesse o intercâmbio científico.

3- *Conveniência de intercâmbio entre estudantes como único meio de se formar o espírito universitário.*

4- *Vantagem de intercâmbio de material científico.*

5- *Possibilidade de centralização de alguns serviços*, como exemplo a necessidade do Instituto de Matemática, Astronomia e Física, onde se centralizariam todos os equipamentos necessários, de custo elevadíssimo, que poderia atender a todos os cursos de física e matemática da universidade.

6- *Centralização dos esportes*, podendo atender aos estudantes oferecendo-lhes opções e definições mais adequadas e servindo de campo de pesquisas para a Escola de Educação Física, o departamento de biotipologia, antropologia, anatomia e fisiologia.

7- *Possibilidade de maior ação da reitoria.*

É importante frisar que, neste período, os antigos edifícios que abrigavam as Faculdades, Escolas e Institutos isolados que passaram a integrar a Universidade do Rio de Janeiro em 1931, precisavam, em sua maioria, de grandes reformas pois se encontravam em péssimas condições de conservação e não apresentavam instalações adequadas e modernas, como nos demonstra o relatório do professor Luiz Cantanhede, diretor da Faculdade Nacional de Engenharia, encaminhado ao Reitor da Universidade em 1938.

*(...) O velho edifício principal é o mesmo da Escola Central, tendo sido apenas melhorado, desde 1874, ano da formação da Escola Politécnica, até hoje, com a construção, em 1906, de quatro salas em um terceiro pavimento parcial, levantado na frente do velho edifício que teve a sua fachada principal também reformada, e em 1915.*

*(...)*

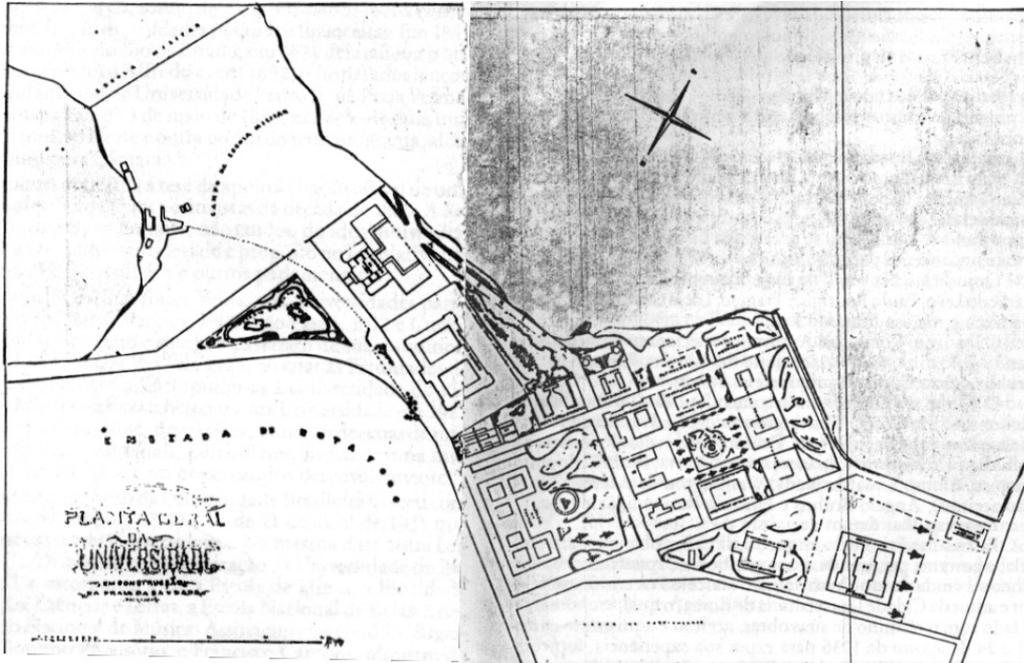
*É esta sem exagero, a situação material da Escola: um velho e grande edifício central, com regular aparência externa e grande parte de suas salas, gabinetes e laboratórios recentemente reformados e com outros gabinetes e salas de aulas carecendo de reformas urgentes e inadiáveis; um edifício do Instituto Eletrotécnico que nunca sofreu uma reforma desde sua construção em 1906 e onde precisa ser construído com urgência um pavilhão para instalação dos motores e caldeiras da cadeira de Motores, e, mais uns barracões em ruínas, no local onde devia ser construído o Observatório Astronômico que só tem instalados alguns dos seus valiosos instrumentos, em uma ligeira construção.<sup>19</sup>*

A ocasião de se construir uma “cidade universitária” inteiramente nova apresentava-se, desta forma, propícia para centralizar os investimentos em uma estrutura mais eficiente e mais moderna.

### **2.3 A LOCALIZAÇÃO E A ESCOLHA DO TERRENO**

Havia, desde as primeiras propostas para a construção de uma Universidade no Rio de Janeiro, uma forte tendência de localizá-la na Praia Vermelha. Donato Mello Júnior cita que Dom Pedro II lançou, neste bairro, a

pedra fundamental de sua universidade no dia 12 de fevereiro de 1881, projeto do engenheiro Antônio de Paula Freitas<sup>20</sup>.



**projeto de Paula Freitas para a Universidade Pedro II na Praia Vermelha**

Fonte: MELLO Jr., Donato, *Op. cit.*, p. 53.

Em 1930, o urbanista francês Alfred Donat Agache apresenta seu plano para a Capital Federal intitulado *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação e Embelezamento*, ainda mantendo a proposta para a cidade universitária localizada na Praia Vermelha. Comentando esta idéia, ele escreve:

*(...) É igualmente no bairro de Botafogo que prevemos a criação do núcleo universitário indispensável ao centro de cultura intelectual que o Rio de Janeiro constitui do fato da sua importância política e econômica.*

*Os estabelecimentos universitarios representam um conjunto de edifícios consideráveis; eles devem satisfazer a duas condições essenciais: estarem espaçosamente instalados*

<sup>19</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. *Op. cit.*, p. 383-4.

*numa orientação salubre e possuírem comunicações fáceis com o centro da cidade, de modo a tornar cômodo e atraente o preparo dos estudos e a formação de técnicos chamados a prestar grandes serviços ao país.*<sup>21</sup>

Para Agache devia-se aproveitar os edifícios já existentes no local adaptando-se seus usos para as novas necessidades programáticas de uma Cidade Universitária. Sua proposta, sobretudo no aspecto dos alojamentos dos estudantes, era abertamente referenciada na Cidade Universitária de Paris<sup>22</sup>:

*(...) Para a Praia Vermelha prevemos, ao redor de um ginásio e de um terreno para esportes, um conjunto de habitações destinadas aos estudantes para os quais cada estado do Brasil erigirá pouco a pouco um pavilhão ou uma dependência reservada aos seus conterrâneos de uma forma análoga ao que se faz em Paris na “Cité Universitaire.”*<sup>23</sup>

---

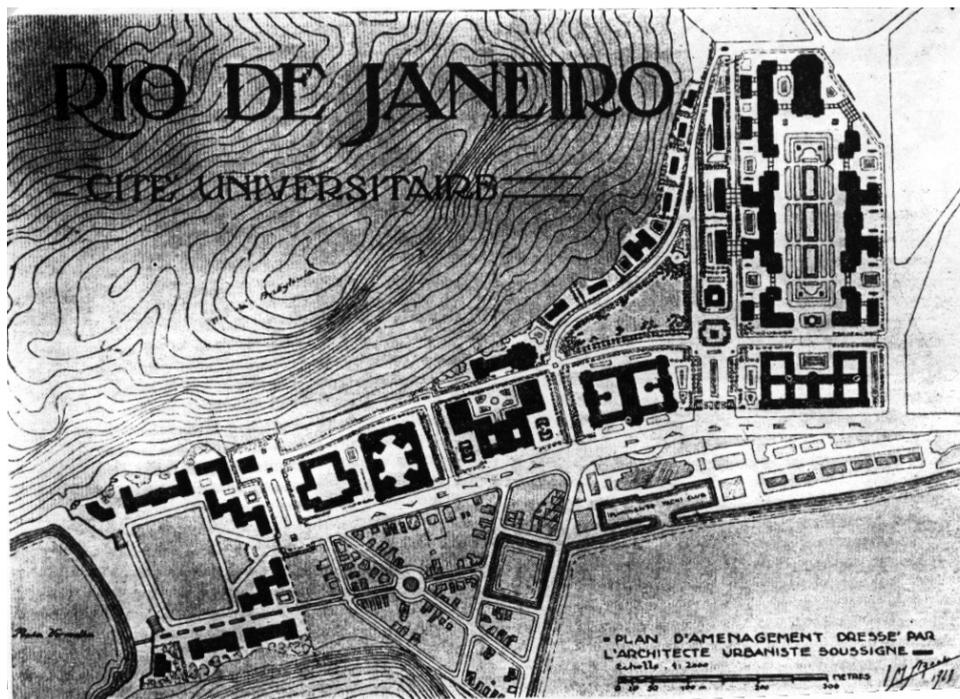
<sup>20</sup> MELLO Jr., Donato, *Op. cit.*, p. 55.

<sup>21</sup> **REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA.** Rio de Janeiro: s.n.t.

<sup>22</sup> Em Paris, a cidade universitária é basicamente composta por edifícios de residência de estudantes de diversos países. Este princípio parece ter tido algum respaldo no Brasil, em 1935 chegou a ser publicado na Revista da Directoria de Engenharia um projeto do aluno da Escola Nacional de Belas Artes que era justamente um pavilhão de estudantes numa cidade universitária.

**REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA.** Rio de Janeiro: e.ed., v. IV, n. 15, mar. 1935. p.297

<sup>23</sup> *Ibid. loc. cit.*



projeto de Alfred Agache para a Cidade Universitária

Fonte: REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro: s.n.t.

Agache talvez tenha feito a melhor síntese dos motivos que tanto atraíam os arquitetos e as autoridades para a escolha da Praia Vermelha, destacando-se principalmente sua posição estratégica e seu aspecto pitoresco.

*(...) Estarão nas proximidades e com comunicações fáceis com o centro da cidade, permanecendo, ao mesmo tempo, afastados do barulho e do tráfego em consequência da configuração topográfica dos sítios; beneficiarão de uma situação pitoresca maravilhosa ao pé do Pão de Assucar, aproveitando os esportes náuticos oferecidos pelo oceano e a baía; terão á sua disposição exclusiva uma praia que ocupa um dos mais belos recantos da margem e são, além disso, favorecidos pela constante frescura proveniente da correnteza de ar que passa entre o morro da Babilônia e o penedo da Urca.<sup>24</sup>*

O engenheiro, José Otacílio Saboya Ribeiro, antes mesmo da formação da CEPU, na qualidade de membro da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro<sup>25</sup>, já estava estudando o tema da localização da CUB como podemos ver em algumas publicações da época. Segundo ele,

*(...) a Praia Vermelha é o local indicado para instalação da Cidade Universitária, pela tendência histórica, pelas vastas áreas disponíveis para a instalação de prédios escolares, campos de esportes, pavilhões de estudantes, bibliotecas, pelo seu isolamento natural, pela proximidade do Centro e pela facilidade de comunicação. Além disso, como é fácil de ver, é o único local disponível, dentro do zoning natural dos estudantes do Rio de Janeiro.*<sup>26</sup>

Na verdade, este *zoning* natural a que se refere Saboya Ribeiro manifesta uma concordância com a visão de Agache expressa em seu plano para a cidade, no qual a Praia Vermelha teria uma localização “estratégica” por estar entre a Lapa e Copacabana, bairros onde se concentravam as residências dos estudantes. Como já foi visto no capítulo anterior, esta também era a visão do Ministro que considerava que a Universidade deveria estar em uma área central onde a população é mais densa e mais culta e ser um “instituto de elite”<sup>27</sup>.

De fato, tanto o discurso inicial do Ministro como os estudos que insistiam em continuar situando a CUB na Praia Vermelha, parecem diluir, de

---

<sup>24</sup> REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro: s.n.t.

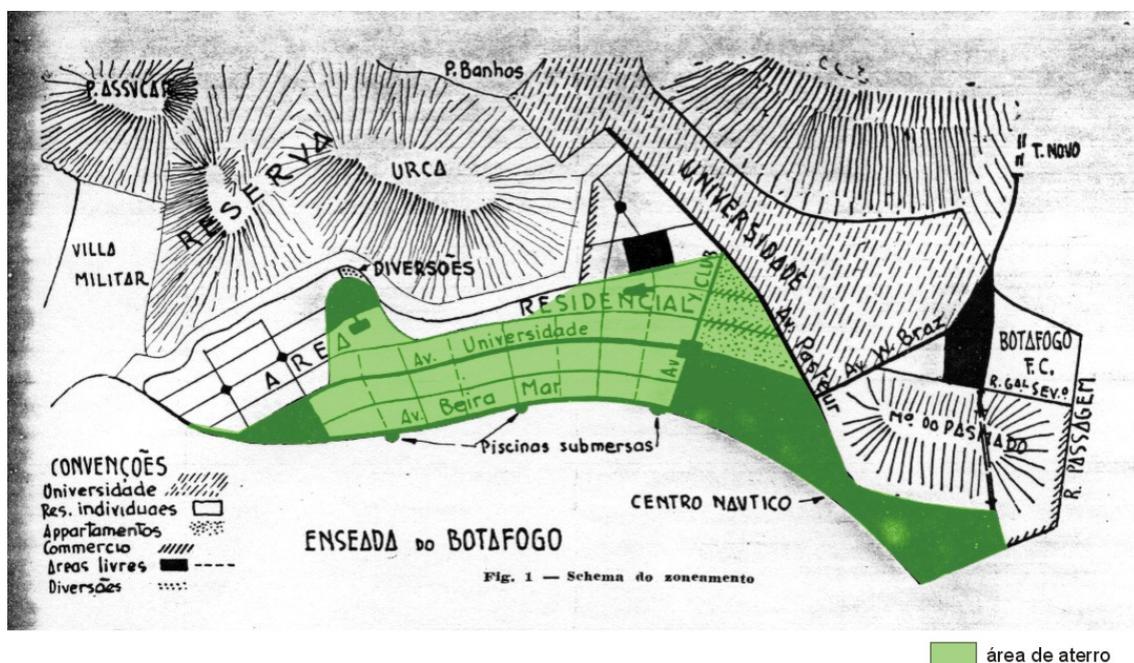
<sup>25</sup> LEME, Cristina (org.). **O Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: FAU-USP, Studio Nobel, FUPAM. p.489

<sup>26</sup> MELLO Jr., Donato. *loc. cit. apud* REVISTA CTC. [Rio de Janeiro]: s.ed., nº 6, mai. 1935

<sup>27</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 271-279

certo modo, os esforços observados nos primeiros anos do governo revolucionário no sentido de tornar o Rio de Janeiro uma metrópole onde as distâncias físicas e culturais entre subúrbios e áreas centrais aos poucos seriam reduzidas pelos avanços técnico-científicos e pelas construções de equipamentos socio-culturais como escolas e hospitais, particularmente.

Para concretizar a proposta de implantação da CUB na Praia Vermelha, os estudos de Saboya Ribeiro apontavam para a necessidade de um aterro de 520.800m<sup>2</sup> sobre o mar formando uma área contínua à Avenida Beira Mar. Esta faixa, somada aos 390.000m<sup>2</sup> que seriam ocupados pelos edifícios escolares e aos 292.000m<sup>2</sup> ocupados pelos moradores da Praia Vermelha e Urca, consolidariam uma área de 1.211.800m<sup>2</sup> destinado ao conjunto universitário<sup>28</sup>.



#### projeto de Saboya Ribeiro para a Enseada de Botafogo com marcação da área de aterro

<sup>28</sup> RIBEIRO, José Otacílio de Saboya. Saneamento, extensão e embelezamento do bairro de Botafogo. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, nº16, p.292, mar. 1935.

Fonte: RIBEIRO, José Otacílio de Saboya. Saneamento, extensão e embelezamento do bairro de Botafogo. **Revista da Directoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº16, p.222, mar. 1935

Neste ano de 1935, embora permanecessem certas dúvidas, havia um claro movimento entre a maioria dos técnicos e do próprio Ministro favorável à localização da “Cidade Universitária” na Praia Vermelha. Uma das cartas do Ministro das Relações Exteriores, J. C. Macedo Soares, ao arquiteto Marcello Piacentini, quando estava negociando a vinda deste ao Brasil, já partia do dado de que o projeto deveria ser feito para a Praia Vermelha<sup>29</sup>.

Esta escolha foi ainda mais reforçada depois da pequena estadia do arquiteto italiano no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 24 de agosto de 1935, que acabou tendo como maior objetivo o desenvolvimento de um parecer sobre este tema. Após visitas, consultas e um estreito contato com algumas autoridades da Universidade, Piacentini apresenta seu documento “*Relazione sulle Proposte di Località per la Nuova Citta Universitária Nazionale in Rio de Janeiro*” no qual opta em primeiro lugar pelo terreno da Praia Vermelha e em segundo lugar pelo da Quinta da Boa Vista, antiga Quinta Imperial, colocando as outras possibilidades em bom grau de inferioridade.

Torna-se importante destacar que outras foram as propostas para a localização da cidade universitária. Além da Praia Vermelha, por sua “vocaçãõ natural”, foram sugeridas a Quinta da Boa Vista, a Gávea, o Leblon, Manguinhos e até áreas fora da Capital, como Niterói ou Petrópolis<sup>30</sup>. Quando Marcello Piacentini retorna para Itália leva consigo, entre outros documentos, quatro relatórios do engenheiro Emygdio Morais Vieira abrangendo estudos

---

<sup>29</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 115

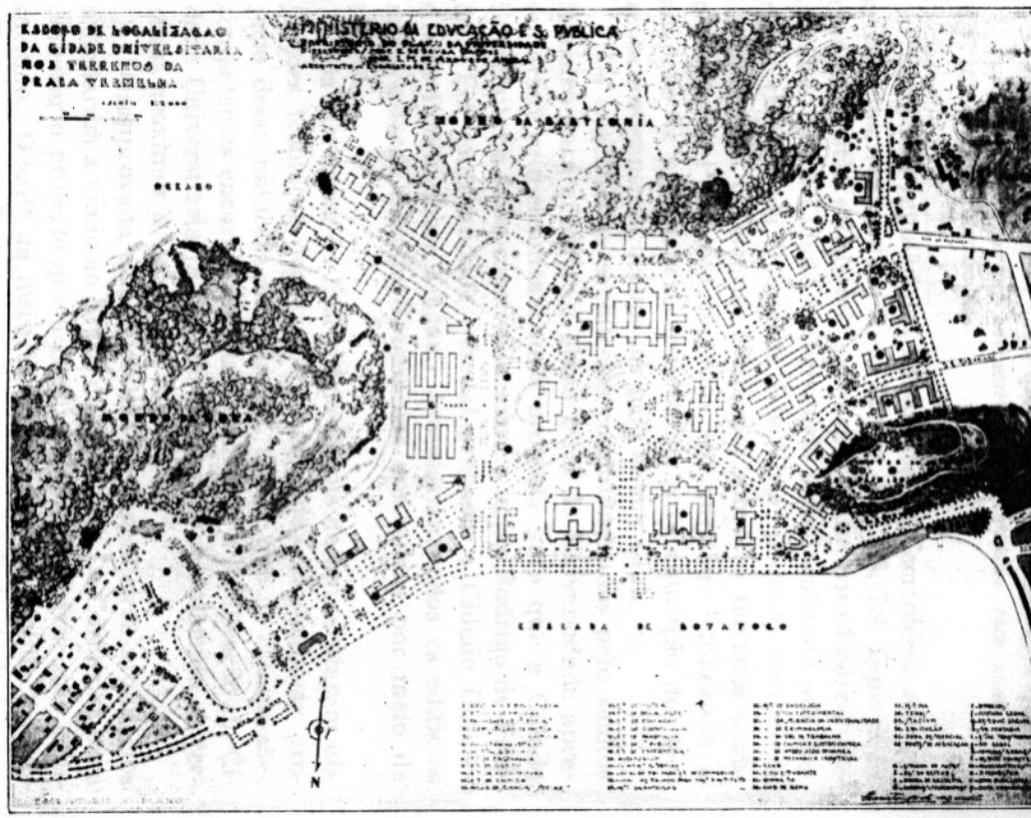
sobre a Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Leblon e Gávea. Aparentemente, a seleção das possíveis localizações feita por Piacentini influenciou decisivamente no desenvolvimento dos trabalhos da comissão, tanto que em 26 de agosto de 1935 a subcomissão submeteu ao Ministro um memorial sobre o andamento dos trabalhos e solicitou o levantamento e cadastramento dos terrenos da Praia Vermelha, da Quinta da Boa Vista e, “caso o Governo julgue dever considerar a possibilidade”, no Leblon, a fim de ser permitido um exame comparativo<sup>31</sup>.

O Escritório Técnico do Plano da Universidade, enquanto se desenvolviam os estudos para a escolha do terreno, elaborou três esboços de plano geral da cidade universitária, sendo um deles referente a hipótese dos terrenos da Praia Vermelha e os outros dois referentes à hipótese dos terrenos da Quinta da Boa Vista.

---

<sup>30</sup> MELLO Jr., Donato. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>31</sup> Cf. CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p.315-6.



**Plano geral traçado pelo Escritório Técnico da Universidade – Arq. Evaristo Sá**

Fonte: CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudo sobre o Problema Universitário*. op. cit., p. 326

Na Portaria de 19 de Setembro de 1935, o Ministro Capanema claramente restringe às duas primeiras áreas o enfoque dos estudos da Comissão quando designa duas turmas para um estudo técnico de condições dos possíveis locais de implantação. A primeira turma foi chefiada pelo engenheiro civil José Octacílio de Saboya Ribeiro e a segunda, pelo também engenheiro civil Emygdio de Moraes Vieira.

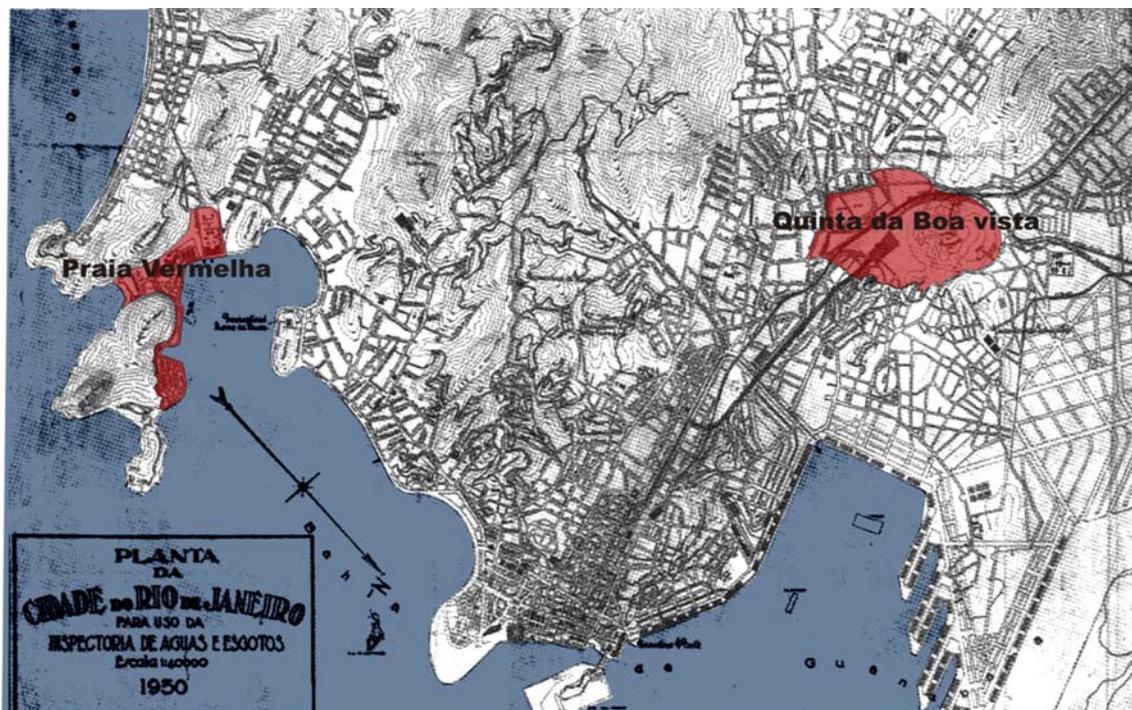
No ano seguinte, em 17 de janeiro de 1936, já com todos os dados levantados, a CEPU reuniu-se com o Ministro e, nesta ocasião, foram apresentados os relatórios do arquiteto Marcello Piacentini e dos engenheiros Moraes Vieira (sobre a Quinta da Boa Vista) e Saboya Ribeiro (sobre a Praia Vermelha). Determinou-se a criação de uma Comissão Especial composta

pelos professores Raul Leitão da Cunha, Juvenil da Rocha Vaz, Inácio M. Azevedo do Amaral, Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida e Ernesto de Souza Campos para elaborar um relatório final sobre o problema em questão.

No dia 5 de fevereiro este relatório foi apresentado ao Ministro. Após algumas reuniões de toda a CEPU, no dia 7 de abril o plenário elegeu o terreno da Quinta da Boa Vista por uma maioria de 12 votos contra 2, sendo Philadelpho Azevedo e Flexa Ribeiro os votos vencidos. Ernesto Souza Campos resume os principais argumentos a favor desta decisão:

- (...) 1) *Área maior do que a Praia Vermelha, orçando os terrenos da Quinta em um total de 2.300.000 metros quadrados.*
- 2) *Economia no custo de aquisição e preparação do terreno, quasi todo já pertence à União.*
- 3) *Facilidade de execução do trabalho por estar quasi todo o terreno livre.*
- 4) *Posição em relação à cidade, constituindo a região da Quinta quasi o baricentro da metrópole brasileira.*
- 5) *Facilidades de vida mais barata para os estudantes nem só por condições próprias do bairro como pela facilidade de comunicação com os subúrbios. Com o local escolhido terá a Universidade uma estação em seu interior.*
- 4) *Dificuldades relativas ao outro local – o da Praia Vermelha – entre as quais a necessidade de grandes demolições e de avanço para o mar para obtenção de um terreno com a área desejável. Esta foi calculada pela comissão em um mínimo e um milhão de metros quadrados. É verdade que a Universidade de Roma tem área muito inferior. Anda ao derredor de duzentos mil metros quadrados. Todavia Roma não resolveu o caso de toda a universidade. De outra parte é preciso considerar a área*

da península itálica e da cidade de Roma repleta de construções através de uma longa civilização.<sup>32</sup>



comparação entre os dois terrenos da Praia Vermelha e da Quinta da Boa Vista

Planta da Cidade do Rio de Janeiro (grifo nosso)

Fonte: TOGNON, Marcos. *Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini*. Campinas:

Ora, se analisarmos os textos oficiais sobre a construção da Cidade Universitária vemos que, em um ano, as opiniões sobre certos pontos polêmicos, como por exemplo, a localização desta, foram sendo mais amadurecidos. Nos argumentos enumerados acima, principalmente no item 4, já podemos perceber uma mudança na forma de se entender o próprio papel social e cultural da Universidade. Assim, uma área como a Quinta da Boa Vista, que anteriormente era considerada um subúrbio, agora passa a ser vista como o “baricentro” de uma nova noção de cidade bem mais ampla e bem mais

<sup>32</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. *Educação Superior no Brasil*. *Op. cit.*, p. 392-3.

atenta à própria democratização no que se refere ao seu acesso. O item 5 reforça e valoriza esta idéia ao destacar os meios de transporte como estratégias de comunicação numa grande cidade, e ainda manifesta a preocupação, agora, de inserir a Universidade em um local que é mais acessível financeiramente aos estudantes, distribuindo os benefícios advindos da implantação de um equipamento deste porte para a zona norte da cidade.

*(...) Seria desejável uma solução dêste gênero como melhoramento urbanístico da zona norte da nossa metrópole e como via de comunicação fácil para a zona suburbana. Não ficaria assim, o Rio de Janeiro quase que só limitado, nos seus embelezamentos, à zona sul.<sup>33</sup>*

Embora a comissão, em suas considerações gerais, tenha justificado sua opção após “um balanço geral das vantagens e desvantagens peculiares a cada um dos dois pontos indicados” onde “inclinou-se para a solução dos terrenos anexos à Quinta, atendendo sobretudo às condições práticas de execução, naquele local, do programa construtivo elaborado<sup>34</sup>”, podemos destacar que esta decisão indica que o modelo das universidades americanas tornou-se a matriz que a comissão pensava para a Universidade do Brasil. Souza Campos justifica que “na América, com a largueza dos nossos territórios, temos de preferir, neste particular, o exemplo americano, de Universidade

---

<sup>33</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Op. cit.*, p.29

parque”. Cita exemplos como Stanford, na Califórnia, com quase trinta e cinco milhões de metros quadrados, Michigan com dezenove milhões, Louisiana com treze milhões, Illinois com nove milhões, Cornell com seis milhões, entre outros, e justifica a idéia de um grande parque livre mesmo para universidades menores através da seguinte comparação:

*(...) Cingindo-se ao valor mínimo de um milhão ainda ficaríamos aquém de Iowa, com um milhão e quinhentos mil, e assim por diante. Um milhão é porem um mínimo real. Tomando por base 1 para 10 na razão entre a área ocupada pelas construções e pelo parque, dá um total 100.000 metros quadrados para projeção horizontal dos edifícios. Uma simples verificação demonstrará que não é possível considerar menos de 100.000 metros quadrados de área útil para uma universidade de porte razoavel.<sup>35</sup>*

Depois de escolhido o terreno, o melhor aproveitamento deste também deveria ser decidido pela comissão.

<b>2.4</b>	<b>A DISPOSIÇÃO DOS DIFERENTES EDIFÍCIOS E A SETORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DENTRO DO CONJUNTO</b>
------------	---

Nesta terceira etapa dos trabalhos da comissão tornou-se necessário, antes mesmo de partir para os programas arquitetônicos das faculdades, definir o que Souza Campos chamou de “estrutura” da

<sup>34</sup> MELLO Jr., Donato. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>35</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. *Op. cit.*, p. 394.

Universidade. Esta seria uma divisão do conhecimento em setores, o que, para este caso, foi definida em seis principais:

- setor de medicina ou centro médico
- setor de engenharia
- setor de direito, filosofia e reitoria
- setor de belas artes
- setor de esporte
- setor residencial

Nesta divisão podemos verificar que a questão das escolas de agronomia e de medicina veterinária permanece inalterada, ou seja, continuam alheias ao conjunto. Agora, o principal argumento para tal falta é a necessidade de extensas áreas apropriadas às suas atividades. Ao que parece, estas atividades eram, por assim dizer, “rurais” e até certo ponto incompatíveis com o pensamento “urbano” que presidiu as discussões.

De fato, para a comissão de professores, a proximidade entre a Universidade e a cidade era vista como uma proximidade com o seu próprio campo de estudo e de trabalho, sem a qual não haveria nem “matéria prima” intelectual.

*(...) Esta proximidade dos centros urbanos é indispensável, no nosso meio, por causa dos cursos de extensão universitária. Realmente, para estes cursos precisamos aproveitar o tempo disponível de indivíduos cultos que só podem ser recrutados nas grandes cidades.*

(...) É preciso ainda atender á frequencia aos cursos e ás conferencias de extensão universitária. Um grande publico só se pode obter, entre nós, nos grandes centros.<sup>36</sup>

Desta forma, o princípio de uma Universidade ligada à cidade tornou-se uma estrutura orientadora de diversos estudos posteriores, mas talvez o principal deles tenha sido a definição dos princípios norteadores da implantação dos diversos setores. Assim, alguns deles foram considerados *periféricos* – aqueles que exigissem um contato intenso ou permanente com o público e a vida urbana - ou *centrais*, que seriam o oposto, isto é, setores que seriam voltados principalmente para a própria Universidade.

Com estes critérios os setores foram assim enquadrados:

**Setor de Medicina ou Centro Médico:** o hospital seria primordialmente localizado na periferia do terreno escolhido para facilitar o acesso aos doentes, os outros elementos constituintes – escola de Farmácia, de Odontologia, de Enfermagem, de Saúde Pública e os blocos de laboratórios – ficariam próximos a este excetuando-se o Instituto de Psiquiatria que deveria ficar o mais afastado possível.

**Setor de Engenharia:** também deveria se localizar na periferia por causa de sua forte ligação com a indústria e com a necessidade de receber desta material de grande volume, sendo inconveniente este tráfego no interior do *campus*.

**Setor de Esportes:** Principalmente por causa da idéia de se construir uma Praça dos Esportes, este também deveria ser um setor localizado

---

<sup>36</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p. 119.

na periferia do terreno devido a possibilidade de receber uma multidão de usuários.

**Setor de Direito, Filosofia e Reitoria:** pensou-se que este ficaria melhor no centro do conjunto, e principalmente, eqüidistante dos outros institutos, considerando suas fortes relações com outros cursos.

**Setor de Belas-Artes:** foi também localizado no centro por ser a área que melhor poderia tornar-se propícia à meditação e ao desenvolvimento dos dotes artísticos.

**Setor Residencial,** deveria se localizar também numa área periférica para tranqüilidade dos moradores.

Podemos configurar esta setorização da seguinte forma:



Diagrama do esquema proposto pela Comissão

## 2.5 O LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

Esta etapa assumiu grande relevância para a comissão devido às grandes dificuldades operacionais que esta disciplina ainda encontrava nos anos 30 por falta de pessoal técnico qualificado. O parecer que o Escritório do

Plano da Universidade elaborou sobre o tema em questão é bem elucidativo quanto a isso:

*(...) Num serviço de levantamento topographico de precisão e desenho das respectivas plantas impõem-se, como condições indispensaveis, a capacidade e honestidade profissionaes dos technicos incubidos dos serviços, pois a verificação da exactidão do seu trabalho exigiria que fosse feito todo o serviço executado com um dispendio igual ao realizado com o trabalho primitivo.*

*A propria fiscalização do serviço, tanto de levantamento como de desenho, emquanto são os mesmos executados não pode oferecer garantia senão muito relativa e precaria, pois que a eficiencia da mesma fiscalização exigiria que cada um dos operadores fosse acompanhado por um fiscal na execução de todas as operações tanto para o levantamento como para o desenho das plantas.<sup>37</sup>*

Diante disto, o desenvolvimento do levantamento topográfico, incluindo o cadastro e estudo planimétrico e altimétrico de toda a Quinta da Boa Vista, ficou a cargo do engenheiro Luiz Cantanhede de Carvalho Almeida, profissional de alto prestígio, catedrático de topografia da Escola Nacional de Engenharia e membro da CEPU, portanto, um profissional da confiança da própria comissão.

Estes estudos resultaram em uma planta na escala 1/2000 com curvas de nível de dois em dois metros, planta em escala 1/1000 com curvas de metro em metro, plantas parcelares na escala de 1/500 e plantas cadastrais das propriedades que teriam de ser incorporadas à Cidade Universitária.

## 2.6 O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Esta tarefa ficou a cargo do Escritório do Plano da Universidade, portanto, sob responsabilidade de Ernesto Souza Campos e Inácio M. Azevedo do Amaral com a colaboração dos arquitetos Evaristo de Sá e Souza Reis.

Nesta fase, os trabalhos foram subdivididos em duas partes:

- Criação de um programa descritivo de cada unidade
- Tradução destes em elementos gráficos

Os princípios para este estudo foram os mesmos que Souza Campos desenvolveu para a organização da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo que podemos assim resumir<sup>38</sup>:

*1º Investigação dos serviços gerais de cada instituição*

*2º Exame de diferentes instituições semelhantes em todas as partes do mundo para melhor estabelecer as áreas e as peças nela existentes.*

*3º Agrupamento as peças de cada departamento configurando as sub-seções dos departamentos*

*4º Definição de uma unidade de área construtiva que pelos múltiplos ou sub-múltiplos corresponda às necessidades de cada peça. As unidades de área construtiva possibilitam a flexibilização interna do edifício após sua construção já que cada unidade deverá conter uma janela para iluminação natural e tomadas. Para facilitar esta flexibilização, as tubulações deverão se localizar nas paredes externas dos edifícios.*

*7º Definição das áreas dos laboratórios após uma classificação de acordo com as necessidades de movimento dos estudantes, definidos pelo raio de movimento que é variável com as condições de trabalho de cada laboratório.*

<sup>37</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p. 119.

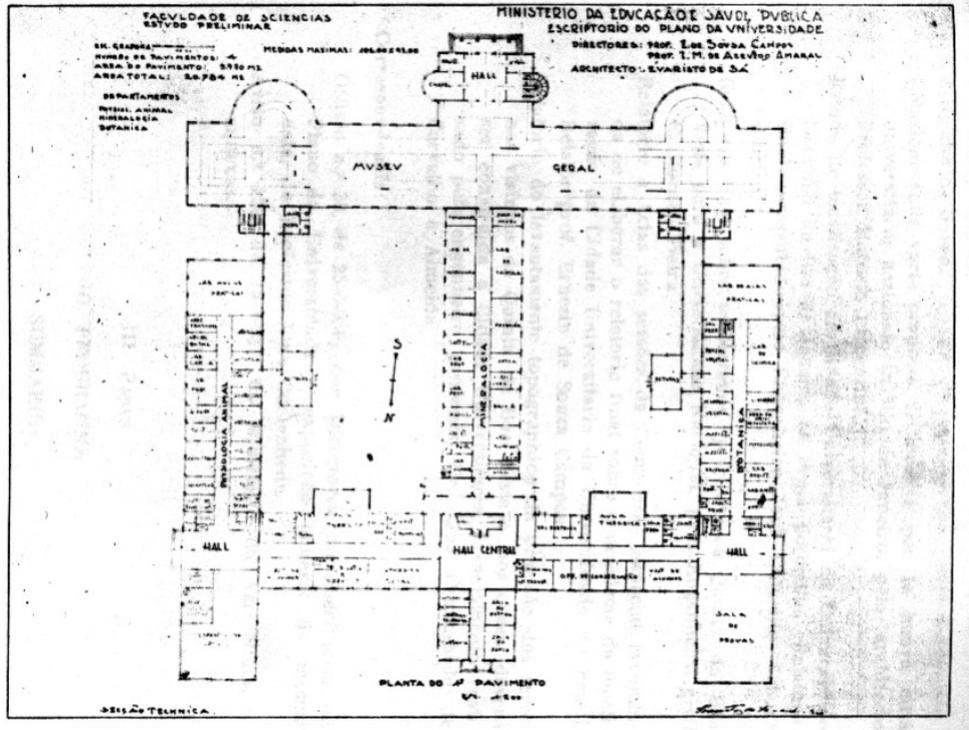
<sup>38</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p.322-3

*8º Agrupamento de cada sub-seção assim como o dos departamentos segundo o critério de afinidade, para a sua disposição no sentido horizontal e no sentido vertical.*

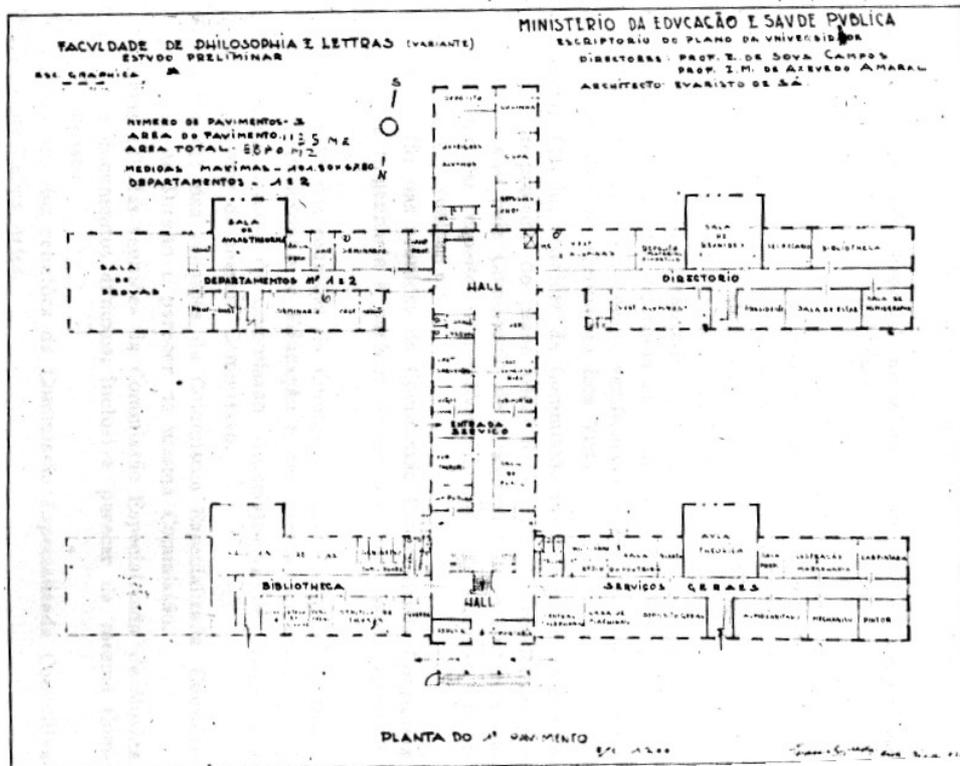
De acordo com os princípios indicados, os projetos seriam fundados sobre uma unidade construtiva que, bem proporcionada, estruturaria “peças”, ou salas, as quais, convenientemente agrupadas, formariam as sub-seções que, finalmente reunidas, conformariam os departamentos.

Foram feitos estudos seguindo estes princípios para as Faculdades de Filosofia, Educação, Direito, Ciências Sociais, Políticas e Econômicas, Medicina, Farmácia, Odontologia, Saúde Pública, Escola de Engenharia, Química, Arquitetura, Belas-Artes, Música, Enfermagem, Hospital das Clínicas, Reitoria, Biblioteca Central, Imprensa universitária e vários institutos. Às vezes estes estudos exigiam que se trabalhasse com diferentes hipóteses, como por exemplo o caso da Faculdade de Filosofia e Letras que foi pensada como um único conjunto ou como duas instituições separadas (Faculdade de Filosofia e Faculdade de Letras).

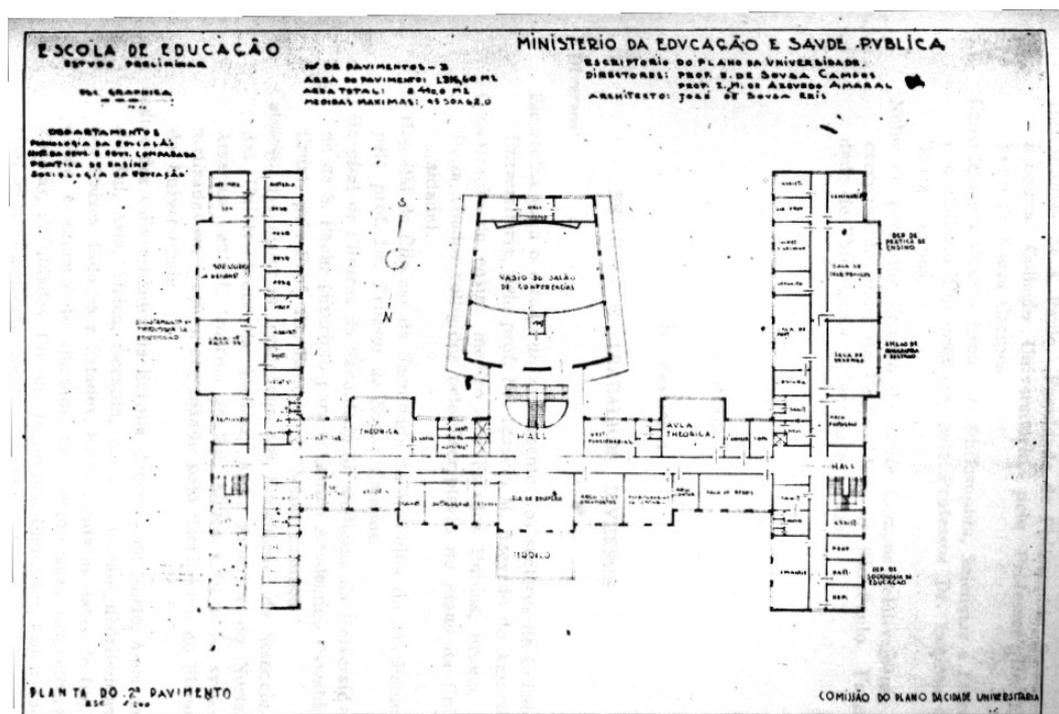
Como podemos observar, estes princípios visam atender a segunda parte destes estudos, ou seja, visam à clara definição funcional de cada edifício. Neste sentido foram desenvolvidos até esboços de fachada além de estudos preliminares para todos os elementos da universidade. Foram ainda traçados dois planos gerais de urbanização para servir de subsídio para posteriores estudos.



Esquema geral da Faculdade de Ciências – Escritório Técnico / Arq. Evaristo Sá  
Fonte: CAMPOS, Ernesto de Souza. Estudo sobre o Problema Universitário. Op. cit., p. 334



Esquema geral da Faculdade de Filosofia e Letras (variante) – Escritório Técnico / Arq. Evaristo Sá  
Fonte: CAMPOS, Ernesto de Souza. Estudo sobre o Problema Universitário. op. cit., p. 338



Esquema geral Escola de Educação – Escritório Técnico/ Arq. José de Souza Reis  
Fonte: CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudo sobre o Problema Universitário*. *Op. cit.*, p. 338

## 2.7 A COMISSÃO JURÍDICA

Por aviso de 9 de maio de 1936 foi constituída uma comissão encarregada de examinar a situação jurídica dos terrenos destinados à Cidade Universitária. Esta comissão foi composta por Eduardo Duarte de Souza Aguiar, Superintendente do Serviço de Obras, Rubens Maximiliano de Figueiredo, consultor jurídico do Ministério, e Luiz Nogueira de Paula e teve como incumbência estudar os títulos de propriedade dos terrenos e de acordar permutas e transações necessárias. Já no dia 25 do mesmo mês era anunciado, no jornal “O Globo”, a área onde deveria se fazer o



Fonte: CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta VI - 596

Como vemos, quase a totalidade do terreno, excetuando-se a área da Quinta da Boa Vista, seria submetida a trâmites legais para desapropriação, sendo claramente uma tarefa de fôlego por parte desta Comissão.

## 2.8 UM ARQUITETO PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA

Este item dos trabalhos da CEPU possui ligação direta o tema da dissertação, sendo assim, pela relevância e pela quantidade de dados documentais, passaremos a desenvolvê-lo à parte, no próximo capítulo.

A partir destes estudos e destas conclusões, em 26 de Janeiro de 1939, o Presidente Getúlio Vargas assina o decreto nº 1075 constituindo uma comissão permanente<sup>39</sup> incumbida de traçar o plano definitivo da Universidade do Brasil. Esta comissão funcionaria como um “órgão auxiliar” do Governo Federal e teria como incumbências:

(...) a) *Coordenação e desenvolvimento do programa da Universidade do Brasil, já elaborado pela comissão constituída*

<sup>39</sup> Sobre esta comissão, as referências utilizadas para a apresentação de sua história são o resumo dos 67 relatórios que encontram-se no livro: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Op. cit.*, p.33-47. e o artigo MELLO Jr., Donato. *Op. cit.*, p. 64-65.

*pelo Ministério da Educação, nas portarias de 19 de Julho de 1935 e 17 de Setembro do mesmo ano.*

*b) Elaboração dos projetos necessários à construção de todas as dependências da Universidade do Brasil, dentro ou fora da sua cidade universitária.*

*c) Aquisição e preparação dos terrenos destinados à referida cidade universitária ou a quaisquer estabelecimentos que, fora desta, devam ser levantados.*

*d) Execução das obras necessárias à construção da Universidade do Brasil.<sup>40</sup>*

Sua composição seria feita por três professores: o Reitor da Universidade do Brasil (que nesta época era o professor Raul Leitão da Cunha) e dois professores catedráticos, sendo pelo menos um deles pertencente à mesma instituição. O decreto ainda estabelece a criação de um serviço de arquitetura, um de engenharia e uma secretaria.

Assim, no dia 31 do mesmo mês Ernesto Souza Campos e Inácio Azevedo do Amaral foram nomeados novamente, de acordo com o decreto nº 1075, para compor a “Comissão do Plano da Universidade” – o que reitera a importância destes dois professores no debate da CUB.

Pelo aviso nº 401, de 26 de Junho de 1939, o Ministro designou oficialmente Carlos Leão na chefia do Serviço de Arquitetura, e o engenheiro Otacílio Negrão de Lima para chefiar o serviço de Engenharia.

No dia 8 de fevereiro de 1940, Getúlio Vargas aprovou o contrato dos arquitetos Oscar Niemeyer Soares Filho, Hélio Laje Uchoa Cavalcânti, e

---

<sup>40</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. *Op. cit.*, p. 402.  
Além destas incumbências, esta Comissão deveria enviar relatórios mensalmente ao Ministro.

Jorge Machado Moreira, tendo como chefe Carlos Leão<sup>41</sup> e como desenhista Aldari Henrique Toledo como desenhista. Também foi aprovado o contrato de chefe do Serviço de Engenharia que, no dia 14 do mesmo mês, propôs os contratos dos Engenheiros Armando de Moura Araújo, Clóvis Machado Moreira, Odilon da Rocha e Sousa e José Dantas Filho para comporem este Serviço.

É importante observar a ironia de um serviço de Arquitetura, composto apenas por arquitetos engajados com a arquitetura “moderna” e claramente envolvidos com as teorias de Le Corbusier, trabalhando diretamente ligados à Ernesto Souza Campos e Inácio Azevedo do Amaral que, como veremos nos próximos capítulos, não “admitiam” as teorias do arquiteto francês.

O décimo oitavo relatório, de 3 de agosto de 1940, registra uma significativa alteração no andamento dos trabalhos quando o Serviço de Engenharia comunica o encerramento de seus estudos a respeito da possibilidade de implantação da Cidade Universitária na Vila Valqueire e na fazenda dos Afonsos. A opção neste momento recaiu para a Vila Valqueire, pois no vigésimo terceiro relatório, de 3 de Janeiro de 1941, o professor Ernesto Souza Campos, por solicitação do Ministro, apresenta um memorial sobre a possibilidade de se instalar a CUB neste local e cita os preparativos destes terrenos para uma recepção do Presidente da República.

---

<sup>41</sup> No livro **Educação Superior no Brasil**, p.402, Ernesto Souza Campos acrescenta a esta lista o nome de Atílio Correa Lima, mas, como veremos, somente num segundo momento este arquiteto integra a equipe. Optamos por aceitar a data do início dos trabalhos desta fonte pois este é o único livro que a cita claramente. O relatório *Atividades do Extinto Escritório do Plano da Universidade do Brasil* apenas fala sobre a instalação provisória do Serviço de Arquitetura no Edifício da Reitoria em 27 de março.

Ficou relatado no vigésimo quinto relatório, de 7 de março de 1941, que o engenheiro Paulo Assis Ribeiro assumiu a chefia do Serviço de Engenharia no lugar de Negrão de Lima.

Aproximadamente um mês depois, o Serviço de Arquitetura foi incorporado ao de Engenharia pelo Decreto-lei, nº3207, passando a ter a denominação de Serviço de Construção da Universidade do Brasil, subordinado diretamente à divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério de Educação e Saúde.

A partir de maio de 1941 a questão da localização da cidade universitária retorna com mais incertezas, agora os terrenos são analisados sob uma ótica técnica e social mais profunda e, munidos deste conceito, volta-se praticamente ao ponto zero e passam-se a analisar diversas outras possibilidades. Neste sentido, o engenheiro Assis Ribeiro assumiu de forma intensa esta tarefa,

*(...)elaborando para isso extenso relatório em dois volumes, ilustrados com plantas, onde adotou métodos modernos e índices para comparação, levando em conta custos, tempos de transporte, distâncias, reduzindo-os a quadro comparativos. Estudou as hipóteses de Manguinhos, Vila Valqueire, Gávea, Niterói, Ilha do Governados, Castelo, Praia Vermelha e Petrópolis.<sup>42</sup>*

---

<sup>42</sup> MELLO Jr., Donato. *Op. cit.*, p. 64.

LOCALIDADES	Fatores de ordem política e social	Fatores de ordem econômica	Fatores de ordem técnica	Total de pontos em um máximo de 3.000
	Nº de pontos em um máximo de 1.000	Nº de pontos em um máximo de 1.000	Nº de pontos em um máximo de 1.000	
Ilhas .....	816	821	936	2.573 (1)
Manguinhos .....	812	853	882	2.547
Governador (Aeronáutica) .....	778	778	926	2.491
Boa Esperança .....	526	891	805	2.222
Governador (Guerra, Marinha) .....	662	704	851	2.217
Fazenda Valqueire .....	492	782	778	2.052
Niterói .....	501	776	730	2.007
Quinta da Boa Vista .....	634	588	774	1.996
Praia Vermelha — Castelo .....	799	524	544	1.867
Gávea (Visc. Alb. - M.S. Vicente) .....	571	503	764	1.838
Vila Valqueire .....	328	662	778	1.768 (2)
Castelo .....	693	493	510	1.696

(1) Incluindo aterro, saneamento, duas pontes e duas linhas de bondes.

(2) Incluindo a linha E.F.C.B. e tetraplenagem.

#### Quadro comparativo de Assis Ribeiro

Fonte: MELLO Jr., Donato. *Op. cit.*, p. 64.

Também, na época, a firma Dahne Conceição & Cia., em colaboração com o Escritório Técnico Gabriel M. Fernandes, fez uma sugestão para Niterói.

No dia 23 de outubro de 1941, junta-se aos estudos de localidades o parecer do professor Domingos Cunha, diretor da Escola Nacional de Engenharia, que aprecia a possibilidade de localização da CUB num aterro de 600.000m<sup>2</sup> em grande parte da enseada de Botafogo, junto ao Morro da Viúva.

Em julho de 1943 é apresentado um programa-base para a concorrência<sup>43</sup> mas isto não indica que o serviço estivesse perto de um fim, já que a polêmica questão do terreno ficava cada vez mais abstrata. No sexagésimo relatório, de 20 de abril de 1944, são apresentados estudos para a

<sup>43</sup> A portaria Ministerial nº 219, de 20 de março de 1943, designou uma comissão composta pelos professores Raul Leitão da Cunha, Inácio M. Azevedo do Amaral, Ernesto Sousa Campos, Otacílio Negrão de Lima, Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, Ari Azambuja, um representante da Prefeitura e um da Estrada de Ferro Central do Brasil, para estudar e propor o edital de concorrência para a construção da Cidade Universitária.

localização da Cidade Universitária nos terrenos entre as Estações Honório Gurgel (linha auxiliar), Marechal Hermes e Deodoro.

Finalmente, em 8 de junho de 1944, foi assinado o decreto nº5.674, dispondo sobre a localização da Universidade do Brasil e declarando de utilidade pública os prédios e terrenos da Vila Valqueire, mas no último relatório, de 10 de novembro de 1944, vemos que ainda permanece uma grande distância entre o desejo de implantação do projeto e as possibilidades reais do Governo. Assim, a Comissão relata que continua aguardando uma resolução efetiva em relação ao decreto. Donato Jr. informa que o principal motivo para a não execução da Universidade do Brasil foi um parecer decisivo do Ministro da Fazenda solicitando o adiamento das obras “dados os pesados encargos do Tesouro, a necessidade de ser combatida a inflação e a circunstância de serem altamente anti-econômicos todos os investimentos realizados nesta fase”<sup>44</sup>.

Mesmo não concluindo o final desejado, a Comissão trabalha incessantemente para atender as demandas do Ministério, como nos demonstram os diversos pareceres feitos por seus membros a partir de 1942. Por exemplo, podemos citar o parecer sobre projeto de lei orgânica do ensino industrial, com datas de 19 e 21 de Janeiro de 1942; o parecer sobre a reforma do ensino secundário, com datas de 10 e 11 de março; o estudo sobre o ensino da matemática no 2º ciclo do grau secundário – este aparece no 48º relatório de 16 de março de 1943.

O Serviço de Arquitetura desenvolvia os programas definitivos e os projetos para as diversas Faculdades e Escolas que iriam compor a

Universidade, mas, por vezes, alguns de seus arquitetos ficavam encarregados de desenvolver, junto a Ernesto Souza Campos, estudos solicitados pelo Ministro. Como exemplo podemos citar o Processo nº 6.972/40 de 23 de fevereiro de 1940 que incorpora os arquitetos Jorge Machado Moreira e Hélio Uchoa Cavalcânti para os serviços de escolha do terreno, programas e orientação geral dos projetos para o hospital e Escola de Enfermagem de Porto Alegre.

Ernesto Souza Campos, individualmete, durante este período e trabalhando em tempo integral na Comissão, desenvolve, dentro desta, inúmeros estudos hospitalares por todo o país, inclusive um plano geral para a Cidade Universitária de Belo Horizonte.

Um dos estudos mais longos feitos pela comissão foi, justamente, sobre a reforma do ensino superior, que possuía grande relevância pois interferiria diretamente sobre os seus trabalhos, chegando mesmo a protagonizar a maioria dos relatórios a partir de 1942.

O que podemos verificar ao fim de todo este processo é que a Comissão do Plano da Universidade do Brasil extrapolou sua função inicial de coordenar o desenvolvimento do projeto para a Cidade Universitária do Brasil e, aos poucos, tornou-se importante “consultora” do governo sobre diversos assuntos relacionados ao Ministério da Educação e Saúde. Ernesto Souza Campos, Raul Leitão da Cunha e Inácio Azevedo do Amaral foram, assim, importantes referenciais de apoio para os projetos nacionais do ministro Gustavo Capanema.

---

<sup>44</sup> MELLO Jr., Donato. *Op. cit.*, p. 65.



**Um arquiteto para a Cidade Universitária**

## CAPÍTULO 3 – Um arquiteto para a Cidade Universitária

### 3.1 MARCELLO PIACENTINI, A PRIMEIRA OPÇÃO

Ao lado da questão conceitual, desde o início o projeto arquitetônico e urbanístico da Universidade passa a preocupar as autoridades competentes. Sabe-se que uma comissão de professores brasileiros havia feito uma visita aos principais *campi* da Europa e, por consequência, ao próprio *campus* da Universidade de Roma, tida naqueles anos como um exemplo moderno de ensino superior. Nesta visita, os professores tomam contato com Marcello Piacentini, como ele próprio relata em sua carta de 19/06/1945 a Eugenio Bornadelli:

*(...) No inverno de 1934-1935, uma comissão de professores fez uma viagem na Europa para examinar as várias e mais recentes Cidades Universitárias. Me disseram que esta comissão retornando ao Brasil, manifestou a sua maior satisfação pela visita feita na Cidade Universitária de Roma. Após isso, fui convidado pelo Governo do Brasil para ir o mais rápido possível ao Rio de Janeiro...<sup>1</sup>*

De fato, já em junho de 1935, onze meses após tomar posse, o Ministro Gustavo Capanema havia solicitado à embaixada brasileira na Itália que contratasse o arquiteto italiano Marcello Piacentini para “*vir ao Brasil*”

---

<sup>1</sup> TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 251

*realizar idêntico serviço [projeto de uma Cidade Universitária como ele já havia feito em Roma] informando preço e tempo provável*<sup>2</sup>.

Este convite ao maior representante da cultura fascista na década fortaleceria o já sabido alinhamento do governo brasileiro com o consagrado regime italiano, representado na figura do Duce. O embaixador brasileiro em Roma, José Roberto de Macedo Soares, demonstra claramente esta intenção no seu relatório ao ministro Capanema:

*(...) Pode ser que o Governo italiano não esteja muito propenso a facilitar a vinda do Senhor Piacentini, Neste caso, como melhor argumento de persuasão, Vossa Senhoria poderá fazer-lhe ver o atto expressivo e significativo que terá para o nome da Itália em geral, e do regime fascista em particular, uma obra do vulto e da natureza da que se projecta levantar no Brasil, como a cidade universitária, traçada e executada pela mão de um arquiteto italiano. Não haverá certamente melhor e mais duradoura propaganda para a cultura italiana no Brasil do que essa, que deverá impressionar não somente a geração atual dos nossos universitários, mas ainda os que do futuro virão, dando o caráter por assim dizer imperecível da futura cidade dos estudantes brasileiros.*<sup>3</sup>

Na transcrição do discurso solene de instalação da Comissão de Estudos do Plano da Universidade, podemos acompanhar o *status* da questão em torno da contratação de um “projetista” para a Cidade Universitária

<sup>2</sup> SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA Vanda Maria Ribeiro Costa. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 115

<sup>3</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 29 – pasta I - 530-582

(...) Tendo urgência na construção tratou [o ministro] de conseguir um architecto, um projetista. De início, pensou na possibilidade de encontrar no Brasil um homem que se encarregasse de realizar esta obra. Evidentemente, assevera S. Excia. posuímos engenheiros ilustres, architectos de renome que poderiam organizar o projecto. Entretanto, querendo fazer uma obra, que fosse uma bella construção architectonica, que pudesse servir de padrão da nossa cultura e precisando buscar um tecnico entendido em construcções universitárias, lançou mão de um artista estrangeiro de alto renome, o architecto Marcello Piacentini, da Itália. Diz que esse profissional é, em primeiro lugar, um architecto moderno, tendo revolucionado a architectura italiana. Não pertence, porém, ao grupo dos que querem impressionar pelo escandaloso das concepções, defensores de uma architectura que certamente não durará. Ha uma porção de obras architectonicas esparramadas pela nossa cidade – comenta S. Ex., que impressiona o transeunte pelo seu aspecto escandaloso, mas que não resistirá ao tempo. Daqui a vinte ou trinta anos será considerada ridícula. O moderno que não tem cultura é um homem provisório. O architecto Piacentini, declara S. Ex., é um artista moderno, dotado, porém de cultura clássica. Além disso é um urbanista. Confessa o Sr. Ministro que isso o preocupava, uma vez que não ia construir um edificio mas um trecho de cidade. O título maior, entretanto, apresentado pelo referido architecto, é o de ter sido convidado para fazer o plano da Universidade de Roma, que já está edificado e vem ser inaugurado em Outubro. Assim, um governo de grandes intenções, como o fascista, preocupado com a eternidade, lança mão, numa terra de grandes architectos, do artista Marcello Piacentini. É de presumir, portanto, que se trate de um homem capaz, que se especializou neste assumpto..<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I - 271-279

Nesta sua justificativa da necessidade do arquiteto, podemos verificar vários dos ideais do ministro para a obra que seria seu maior feito. É notória a sua simpatia com o trabalho de Piacentini tanto em relação às questões formais quanto às de ordem teóricas.

A negociação com o arquiteto italiano exigiu uma longa participação do Ministro de Relações Exteriores José Roberto de Macedo Soares que, depois de uma política articulação com o Governo Italiano, comunica através de uma carta de 22 de junho de 1935 que o arquiteto aceitaria o convite. Em carta de 3 de julho de 1935, Macedo Soares já indica as possíveis condições para o início dos trabalhos

*(...) Piacentini diz que não pode partir antes do dia 1º de agosto próximo, mas acha que lhe bastarão 12 dias de permanência no Rio para mostrar ao Ministro da Educação todos os planos das cidades universitários de Roma, Madrid, Berlim e outras, fazer um schema do projecto geral, estudos do local e o orçamento approximado. Está disposto a voltar ao Braisl depois de outubro, acompanhado de um auxiliar, para então apresentar as maquetes e o plano completo, e iniciar em seguida a obra.<sup>5</sup>*

Ao invés de doze, foram 11 dias de uma breve estadia no Brasil, desde sua chegada, no dia 13 de agosto a bordo do transatlântico *Augustos*, até o dia 24 do mesmo mês. Foram vários os compromissos junto a comissão de professores, principalmente junto ao Escritório Técnico, que muito apoiou e colaborou para a escolha de Piacentini.

---

<sup>5</sup> TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 15

Como havia, naquele momento, uma certeza de que caberia a Piacentini o desenvolvimento do projeto da Cidade Universitária, a comissão prepara diversos documentos para permitir a continuação destes estudos na Itália, sendo eles:

- *Relatório da sub-comissão de especialistas, compreendendo uma parte geral e outra especializada, esta última com indicação dos planos construtivos para as Faculdades de Medicina, Engenharia, Saúde Pública, Enfermeiras.*
- *Quatro relatórios do Eng. Moraes Vieira abrangendo estudos sobre a Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Leblon e Gávea.*
- *Cartas e plantas do Rio de Janeiro, do Serviço Cadastral, do Serviço Geográfico Militar, da Inspetoria de Águas e Esgotos.*
- (...)
- *Planta da Quinta da Boa Vista em escala 1 : 2.000.*<sup>6</sup>

Após a entrega oficial do principal fruto de sua viagem, o já citado relatório *Relazione sulle Proposte di Località per la Nuova Città Universitaria Nazionale in Rio de Janeiro*, Piacentini volta para Itália ainda sem a definição do terreno, mas com a promessa de regressar ao final do ano com um auxiliar para executar os planos completos e as maquetes do projeto<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. Op. cit., p.315

<sup>7</sup> Cf. SCHWARTZMAN, Simon et al. *loc. cit.*

### 3.2 PEQUENA TEMPESTADE, A ARQUITETURA BRASILEIRA: O PROJETO DA EQUIPE DE LÚCIO COSTA

Antes mesmo da chegada de Piacentini ao Brasil, em 23 de Julho, o Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos (CREA) do Rio de Janeiro, em carta ao ministro assinada pelo Sr. Dulphe Pinheiro Machado, explicita seu estranhamento ao convite a Marcello Piacentini para exercer no Brasil sua profissão, já que este contraria frontalmente o decreto nº23.569, de 11 de Dezembro de 1933 que estabelecia que o

*(...) governo, em todos os níveis, só poderia contratar para serviços de engenharia, arquitetura e agrimensura, profissionais diplomados pelas escolas oficiais ou equiparadas do país, assinalando ainda que a Constituição de 1934 vedava aos estrangeiros o exercício de profissões liberais no país<sup>8</sup>.*

O Clube de Engenharia e o Sindicato Nacional de Engenheiros corroboram o protesto do CREA contra o convite feito ao arquiteto italiano, lembrando que, na Capital, existem técnicos nacionais capazes de realizar o projeto. Este mesmo Sindicato sugere ao ministro, em carta datada de 30 de julho de 1935, a abertura de um concurso internacional e, se não for possível, a criação de uma comissão de técnicos brasileiros assim composta: três profissionais do Sindicato Nacional de Engenheiros, três do Clube de Engenharia, três do Instituto Central de Arquitetos, além de elementos de confiança do Governo<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 29 – pasta I - 545

<sup>9</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 29 – pasta I - 551

Entretanto, a atitude do Governo também encontrou defensores. No lado dos técnicos, é o Instituto Central de Arquitetos, em carta assinado pelo Sr. Augusto de Vasconcellos Júnior<sup>10</sup>, que congratula atitude Ministro. Na imprensa, já destacando um consolidado conflito estético, M. Paula Filho escreve uma apaixonada defesa da vinda do ilustre arquiteto que se destaca mundialmente por ser um “moderno aparelhado de sólidos estudos clássicos. O seu modernismo não tem nada de futurismo, nem dadaísmo, nem de cubismo”. Paula Filho encerra seu artigo com uma defesa enfática de suas idéias: “A arte não tem Pátria”<sup>11</sup>. Por outro lado, José Marianno Filho, também vai ao jornais criticar a postura do Ministro e dos seus defensores,

*(...) o Instituto Central de Arquitetos, pela voz de seu presidente, aliás com espanto geral de quantos acompanham a questão, sustentou o ponto de vista de que, para nós outros, botocudos, seria uma grande honra que Piacentini Marcello, embora passando por cima da lei, se dignasse elaborar os planos da projetada Cidade Universitária.*

*(...) o sr. Capanema, que ignora displicentemente as soluções normais passou, como um macaco, por cima de todos os obstáculos, na ância de realizar, pelo menos no papel, uma das suas fantasias delirantes.*

*(...)*

*Ora, em que peze a autoridade do presidente do Instituto de Arquitetos, nós brasileiros estamos em condições de prescindir dessa ajuda que lhe parece indispensável. Os arquitetos brasileiros conhecem de cor e salteado, a obra de Piacentini, talvez tão bem quanto o jornalista Paula Filho, que, apesar de*

<sup>10</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 29 – pasta I - 549

<sup>11</sup> FILHO, M. Paula. Cidade Universitária. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 jul. 1935. *Apud.*, TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 21.

*jamais se haver preocupado com arquitetura, está em dia com a vida do grande mestre.*

*(...)*

*O trabalho de Piacentini, por melhor que seja, nos cobrirá de vergonha. Nos meios técnicos se ficará sabendo, que os brasileiros não foram chamados, por incapazes, a solucionar um caso perfeitamente na alçada de suas aptidões.*

*(...)*

*O Instituto de Arquitetos está irradiando ingenuamente esse melodioso canto da sereia. Com o correr do tempo, essa aria deslumbrante se transformará em cantochão plangente.<sup>12</sup>*

Este ambiente conflituoso contribui para que, a partir deste momento, as versões oficiais sobre a vinda de Piacentini ganhem outro sentido, e sua contribuição que, inicialmente, deveria ser a de autor do projeto da cidade universitária, passe a ser mais relativizada.

Assim, Gustavo Capanema, em resposta aos órgãos de classe, justifica a vinda de Piacentini ao Brasil dizendo que a visita serviria para uma apresentação de seu recente trabalho, a Universidade de Roma, “oferecendo assim dados e sugestões para iniciativa idêntica” a ser feita pelo governo brasileiro<sup>13</sup>, o que não o poupou, novamente, da crítica irônica de José Marianno Filho no jornal *Diário de Notícias* em agosto de 1935:

*(...) Ora Bolas! Por que guardaram esse segredo tenebroso até ao derradeiro momento! Se com a divulgação da notícia auspiciosa da vinda de Piacentini se disse, desde o começo, que ele não vinha projetar a Cidade Universitária, eu não teria*

<sup>12</sup> FILHO, José Marianno. **Debates sobre Estética e Urbanismo**. Rio de Janeiro: s.ed., 1943. p. 46.

<sup>13</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 29 – pasta I – 547.

*perdido a minha modesta cera de carnaúba, com tão opulento defunto...*<sup>14</sup>

Essa versão de que Marcello Piacentini apenas viria fazer uma consultoria também foi a justificativa que Ernesto Souza Campos esclarece em seus livros,

*(...) Nesta altura dos estudos (na escolha do terreno) o sr. Ministro da Educação solicitou a presença do arquiteto italiano, prof. Marcelo Piacentini. Piacentini tinha projetado e estava concluindo as obras da Universidade de Roma. Poderia dar opinião valiosa quanto ao problema em foco.*<sup>15</sup>

Capanema vai acatar a sugestão do Sindicato; assim, durante a própria estadia de Piacentini, em agosto de 1935, passa a ser delineada, com o envio ao ministro das indicações de cinco dos nomes representativos dos três principais órgãos de classe, a constituição de uma comissão de engenheiros e arquitetos brasileiros que daria forma final ao projeto a ser sugerido pelo arquiteto italiano. Desta forma, pelo Sindicato Nacional de Engenheiros foram indicados Manoel de Azevedo Leitão, Paulo Rodrigues Fragoso, Lúcio Costa, Atílio Correa Lima e Affonso Eduardo Reidy<sup>16</sup>; pelo Instituto Central dos Arquitetos foram indicados F. Fernandes Saldanha, Carlos Henrique de Oliveira Porto, Ângelo Bruhns, Lúcio Costa e Paulo Ferreira dos Santos<sup>17</sup>; e pelo Clube

<sup>14</sup> FILHO, José Marianno. *Op. cit.*, p.133.

<sup>15</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. *Op. cit.*, p. 390.

<sup>16</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 29 – pasta I – 547. 08/08/1935.

<sup>17</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 29 – pasta I – 564. 17/08/1935.

de Engenharia foram indicados Emílio Baumgart, Heitor da Silva Costa, Washington Azevedo, Francisco Prestes Maia e Lourenço Baeta Neves<sup>18</sup>.

A comissão de profissionais brasileiros foi finalmente instituída aproximadamente em dezembro de 1935 ou janeiro de 1936<sup>19</sup> com os seguintes componentes: Afonso Eduardo Reydi, Ângelo Bruhns, Lúcio Costa, Firmino Saldanha, Paulo Fragoso e Washington Azevedo (este não aceitou).

Esta comissão se reúne algumas vezes com o Escritório do Plano mas, desde o início, já se iniciava um confronto com a comissão dos professores. Ernesto Souza Campos e Ignácio Azevedo do Amaral fizeram um memorial ao ministro em 13 de maio de 1936 reclamando, de certo modo, da excessiva autonomia da comissão de arquitetos e engenheiros, que deveriam trabalhar de forma mais próxima ao Escritório do Plano<sup>20</sup>.

A contratação dos profissionais brasileiros foi realizada sem uma consulta prévia à comissão de professores<sup>21</sup> criando uma outra paralela, com opinião própria e desentrosada de todo o processo de desenvolvimento dos trabalhos, como veremos.

---

<sup>18</sup> *Ibid. loc. cit.*

<sup>19</sup> Embora, no artigo “Um *campus* universitário para a cidade do Rio de Janeiro”, o mês citado da escolha desta comissão é agosto de 1936, podemos afirmar que esta data está equivocada, pois já havia documentos, desde janeiro de 1936, indicando o desenvolvimento dos trabalhos desta comissão:

1º) uma carta de Lúcio Costa à Le Corbusier datada de 26/01/1936 onde Lúcio informa que “(...) há mais ou menos um mês, o Ministro cria uma comissão de cinco arquitetos para elaborar as plantas da futura Cidade Universitária (...)” SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987. p.143

2º) Um documento endereçado à Lúcio Costa, com marcação de cópias para os outros componentes da comissão, datado de 13 de Janeiro, informando sobre a mudança do órgão financiador após a aprovação do projeto que institui a Universidade do Brasil. CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 293.

<sup>20</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 298-9.

<sup>21</sup> MELLO Jr., Donato. **Um campus Universitário para a cidade do Rio de Janeiro**. Arquitetura Revista, Rio de Janeiro: Achiamé, v. 2, 1º semestre, pp. 52-72, 1985. p. 57.

Em 30 de junho deste mesmo ano, a comissão de profissionais brasileiros apresentou um projeto para a localização da CUB sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas (infelizmente os dados deste projeto não foram localizados<sup>22</sup>). Será num outro relatório, de Ernesto Souza Campos e Inácio Azevedo do Amaral, a respeito do andamento da comissão, que podemos ter uma breve descrição do projeto:

*(...) Na manhã de 30 de junho, realizou-se, de facto, a comunicação anunciada (...). Nesta seção o architecto Lucio Costa expôs longamente o plano que elaborara, com seus collegas de comissão. Tratava-se de erigir a Universidade do Brasil sobre a lagôa Rodrigues de Freitas, sem respectivo aterro, isto é, sobre a água. Assentariam todos os edifícios universitários sobre estacas, devendo ter todos a mesma altura "standart" com jardins suspensos, sendo cada um dos prédios ligado aos outros por meio de pontes e os jardins suspensos atravessados por uma grande avenida aérea que partindo da rua Humaytá atravessaria todo o máciço universitário lacustre. Dentro deste esquema, afirmou o referido arquiteto, não poderia haver objeção quanto à construção dos prédios universitários sobre estacas, cujo número e carga unitária determinou, esclarecendo que tal processo facilitaria a circulação naquele centro de estudos.<sup>23</sup>*

A comissão rejeita a proposta "por razões técnicas" mas também justifica que a escolha do terreno já havia sido feita através de um longo

---

<sup>22</sup> No livro *Colunas da Educação*, os autores chegam a afirmar que o projeto "sequer foi posto no papel". LISSOVSKY, Maurício, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. **Colunas de educação**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1996. p.15

<sup>23</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 326-34. 14/081936.

processo de diagnósticos e estudos que foram concluídos após reunião realizada com o ministro

Como vemos, a comissão de profissionais de fato não havia levado em consideração no seu projeto para a Lagoa os aspectos relativos ao próprio impacto da implantação da Cidade Universitária. Como vimos, o próprio Ministro, nos debates com a CEPU, passara a considerar com mais firmeza as consequências da construção de um projeto tão importante para o desenvolvimento metropolitano e da zona norte. Enfim, haviam efeitos sociais que se relacionavam com a própria noção do terreno da Quinta da Boa Vista como “Baricentro” em relação à área urbanizada.

### 3.3 LE CORBUSIER, UM NOVO ATOR<sup>24</sup>

Como se sabe, quando Lúcio Costa é chamado a compor a comissão de profissionais para a criação da Cidade Universitária já havia tido alguns contatos com o Ministro, desde setembro de 1935, com o fim de elaborar o projeto do próprio edifício-sede do Ministério de Educação e Saúde (MES) - mesmo antes da decisão oficial de não se adotar o projeto vencedor do concurso que foi feito para este fim<sup>25</sup>.

Desta forma, Lúcio Costa inicia sua tarefa como membro da comissão técnica da Cidade Universitária já beneficiando-se de algumas

<sup>24</sup> Sobre este assunto, recomendamos o livro que foi fundamental para a estruturação deste item: SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987.

<sup>25</sup> Sobre esta polêmica vale a pena ver o livro LISSOVSKY, Maurício, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Op. cit.*, p.17.

reuniões com o Ministro Gustavo Capanema, onde aventa a possibilidade de um contrato com Le Corbusier como “consultor” para o projeto da Universidade. Além da oportunidade de conviver com um mestre, Lúcio Costa buscava o apoio de uma autoridade internacional da área tanto para o projeto do MES quanto para o reconhecimento das iniciativas modernas no país. Mas a situação não era fácil pois, nesta época, o governo já estava compromissado com Piacentini, como o próprio Lúcio esclarece numa das cartas à Le Corbusier:

*(...) Em setembro de 1935, fui chamado ao Ministério da Educação. (...)resumindo: fui colocado em contato com este, que, estando aborrecido com o resultado de um concurso que organizara para a construção do novo edifício do seu Ministério -o projeto classificado em primeiro lugar era simplesmente idiota – encomendou-me, a mim e a outros cinco arquitetos, cujos nomes você já sabe (primeira carta de Monteiro), um novo projeto.*

*O Ministro estava, então, prestes a ordenar também as primeiras providências em vista da construção da “Cidade Universitária” (a nova constituição reserva 10% do orçamento para a saúde e educação), e, após participar-me o convite que fizera a Piacentini, perguntou o que achava disso. “É lamentável”, respondi. Expliquei-lhe, então, a situação atual da arquitetura face às novas técnicas, as possibilidades de ordem plástica decorrentes, o impasse motivado pelo “status social” e seu apelo à autoridade, concluindo minha exposição de motivos com estas palavras: “Há centenas de Piacentinis, por toda parte e em todo momento – são necessários séculos de intervalo para que surja um Le Corbusier”.*

*(...) Insisto mais uma vez junto ao Ministro Capanema para que o convide assim mesmo – há a Embaixada italiana, há*

*Piacentini que fez o melhor que pode; o Brasil vende carne e café às marionetes do “Duce” na África etc.*<sup>26</sup>

Como se sabe, foi através de seu companheiro de trabalho na comissão do MES, Carlos Leão, que Lúcio consegue que o engenheiro Alberto Monteiro de Carvalho iniciasse, em 21 de março de 1936, os primeiros contatos para a vinda de Corbusier ao Brasil.

Na carta em resposta à Monteiro de Carvalho, de 30 de março de 1936, Corbusier se mostra, entretanto, muito particularmente interessado com o projeto do MES, mas a Cidade Universitária lhe parece uma boa experiência para praticar seus conceitos “modernos”.

*(...) Sua carta levanta a questão da Cidade Universitária do Rio. Aí também o problema me interessa enormemente e tenho algumas idéias, pois tive a ocasião de conhecer a fundo todo o empreendimento de Paris e também o de Piacentini, em Roma. Este último, deixando de lado questões de aspecto e de estética, que não gostaria de discutir aqui, parece-me estar sendo conduzida de maneira bastante antiquada. Ora, tenho idéias bem modernas sobre a concepção de uma cidade universitária. Vivo constantemente com jovens de todos os tipos, conheci-os no mundo inteiro. Em minha última viagem aos USA falei nas maiores universidades do país. Conheço todas as instalações lá feitas e posso pretender que talvez não haja arquiteto melhor preparado o que eu para levar a cabo tal*

---

<sup>26</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. *Op. cit.*, p.142.

Em debate com Margareth da Silva Pereira, co-autora do livro, notamos que esta carta, por equívoco, foi publicada com data errônea. Uma outra visão da mesma, com data correta desta vez, encontra-se em LISSOVSKY, Maurício, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Op. cit.*, p.93. Entretanto, tendo em vista as divergências do próprio teor das mesmas, optamos pela tradução referenciada, que pareceu-nos mais fiel ao texto em face aos temas debatidos neste período.

*empreendimento. Portanto, aqui também, minha plena aceitação das condições que vocês quiserem.*<sup>27</sup>

Após uma breve negociação, em 13 de julho Le Corbusier chega ao Brasil no dirigível Hindenburg para uma curta mas profícua estada até 15 de agosto. O motivo oficial para a estada de Corbusier, como o de Piacentini, foi despistado, neste caso seria apenas para a realização de um ciclo de palestras.

Le Corbusier faz, de fato, algumas conferências a respeito da situação da arquitetura e do urbanismo mundial à época e, em paralelo, desenvolve seu trabalho em duas comissões, uma para o projeto do Ministério de Educação e Saúde composta por Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer, e outra para o projeto da Cidade Universitária, composta pelos mesmos acrescida do arquiteto José de Souza Reis<sup>28</sup>. Havia também a intenção da publicação de suas conferências, como demonstram algumas de suas cartas a Capanema tanto durante quanto após sua estada no país.

Os trabalhos junto à equipe da Cidade Universitária apresentaram alguns problemas que podemos constatar numa das correspondências de Corbusier a Capanema,

---

<sup>27</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. *Op. cit.*, p.135.

<sup>28</sup> Não foi achado nenhum documento que esclarecesse oficialmente os autores do projeto da Cidade Universitária. Em uma carta de Capanema ao presidente, de Julho de 1936, o Ministro explica que Lúcio Costa iria trabalhar em tempo integral e que o mesmo solicitou três auxiliares para o desenvolvimento da empreitada: Jorge Machado Moreira, Oscar Niemeyer Soares Filho e José de Souza Reis. CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta IV – 164. ???7/07/1936.

A revista PDF publica o projeto em julho de 1937 citando como integrantes da comissão os arquitetos Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer, Fernando Firmino Saldanha, Jorge Machado Moreira, Angelo Bruhns, José de Souza Reis e o engenheiro Paulo R. Frago.

(...) 2º) *Cidade Universitária*

*A idéia foi encontrada.*

*Urge manifesta-la por um plano e uma perspectiva.*

*Não se tratará, bem entendido, senão da concepção urbanística da cidade (em superfície e em altura de prédios).*

*Estou com falta quase absoluta de desenhistas para levar adiante o estudo.*

*Tratar-se-á de ver se este estudo tão minucioso não deverá ser prosseguido em Paris, com meu pessoal treinado.*

*(Modalidades a encontrar. Não tenho nenhuma ambição de ser um nome, mas somente a de trazer soluções precisas à sua bela concepção e de fazer da Cidade Universitária do Rio uma coisa excepcional.)<sup>29</sup>*

Em 10 de agosto, Le Corbusier formaliza a entrega do projeto para a Cidade Universitária. Após 4 dias apresenta sua proposta ao Ministro e aos professores.

Marcos Tognon, escrevendo sobre as hesitações do período entre os diversos projetos e projetistas, anota:

*(...) Com Simon Schwartzman ainda podemos intuir o principal motivo pelo qual Capanema prefere Piacentini e não Le Corbusier, ou mesmo o grupo brasileiro dirigido por Lúcio Costa para projetar a cidade dos estudos: trata-se do modo de trabalho do Studio Piacentini, baseado na estreita colaboração entre vários interlocutores, entre técnicos e, especialmente, entre os comitentes, exigentes comitentes como os professores da Universidade do Brasil.<sup>30</sup>*

---

**Revista da Directoria de Engenharia.** Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal. vol.IV, nº 4, jul. 1937. p. 120-139.

<sup>29</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. *Op cit.*, p.106

<sup>30</sup> TOGNON, Marcos. *Op. cit.* p.176.

A presença de Corbusier opinando, ele também, sobre a Cidade Univesitária, realmente não deve ter agradado a comissão de professores, mas o exame dos documentos “oficiais” mostra que Capanema não estava dividido apenas entre duas ou três opiniões técnicas. Considerando-se as fontes não oficiais percebe-se que não se tratava apenas de diferenças do “modo de trabalho”. Schwartzman cita, por exemplo, as gestões que vinham sendo feitas por uma missão do próprio Ministério de Educação e Saúde (MES), que achava-se na Alemanha provavelmente para conhecer a cidade universitária de Berlim, realização citada já no ano precedente por Piacentini. As cartas datadas de 22 de julho de 1936 e 25 de agosto do mesmo ano, enviadas por Antônio de Sá Pereira,

*(...)revelam os contatos feitos em nome do ministro com o “professor Jansen, talvez o maior arquiteto urbanista alemão, criador do plano de reconstrução de Ankara” e também com o professor Werner Mach, o arquiteto que construiu o estádio Olímpico e a Aldeia Olímpica (a moradia dos atletas), duas perfeitas maravilhas do gênero”. Ambos manifestavam interesse em elaborar o projeto da Cidade Univesitária, e a carta mencionava que “pensa o professor Mach que, com um pouco de tato por parte do urbanista estrangeiro, não haveria com esta solução com que ferir o amor-próprio dos arquitetos nacionais.”<sup>31</sup>*

Ora, tanto parece indicar que o Ministro se organizava para reunir diferentes dossiês sobre experiências similares enquanto era “atropelado” por

pressões de diferentes lados: os arquitetos reunidos em torno de Lúcio Costa desejosos da primeira construção de Corbusier no Brasil; as boas relações comerciais com a Itália que levaram ao nome de Piacentini; as observações da missão do Ministério da Educação em viagem à Europa; o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e os Sindicatos profissionais e por fim, a CEPU com suas diferentes posições políticas e técnicas.

Em junho, Piacentini escrevia ao Ministro estranhando essas movimentações que tomava conhecimento por amigos brasileiros, como vemos em sua carta sobre os trabalhos realizados para o projeto da Universidade do Brasil para Umberto Grande:

*(...)no inverno de 1936, em uma conversa com uma personalidade vinda do Rio de Janeiro, soube que uma corrente francófila tinha chamado Le Corbusier de Paris, para confrontar as suas propostas com as minhas. Não escondo que fiquei muito insatisfeito com este procedimento, e não deixei de reclamar.<sup>32</sup>*

Do mesmo modo, a CEPU, desde o início, já esboçava alguma estranheza ao convite a Le Corbusier, já que os mesmos profissionais que o trouxeram reivindicaram junto ao governo providências para impedir a atuação de Marcello Piacentini no Brasil pelo fato de ser estrangeiro. Para Ernesto Souza Campos, havia outra contradição pois a comissão de profissionais insistia na vinda de Corbusier para “elaborar o projecto que a elles, engenheiros havia sido comprometido”. É este o estado de coisas, ambíguo, conflituoso que

---

<sup>31</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. *Op cit.*, p.116

provavelmente justifica o relatório que Amaral e Campos enviaram ao Ministro. Neste relatório, de 14 de agosto de 1936, eles esclarecem o incômodo que vêm sentindo no desenvolvimento dos trabalhos da CEPU. Escrevem que

(...) [Há um claro] *contraste do andamento actual de nossos trabalhos com o que se realizou no seu primeiro período, de agosto de 1935 a março de 1936, em que por parte de todos – professores e técnicos – sob a direção de V. Ex. houve um movimento de trabalho intenso e continuado na elaboração das bases sobre que deveria assentar a futura Universidade do Brasil.*<sup>33</sup>

Pode-se concluir deste relatório que, na visão da CEPU, a presença de Piacentini em 1935 em nada havia atrapalhado os seus trabalhos. O que a comissão talvez ignorasse é que o conflito de propostas para a CUB, que se tornava cada vez mais evidente, havia começado em razão de uma série de iniciativas tomadas pelo Ministro desde setembro de 1935, começando pela já citada entrevista oficiosa deste com Lúcio Costa<sup>34</sup>.

Em 15 de agosto, à bordo do navio *Conte Biancamano*<sup>35</sup>, Le Corbusier regressa à França ainda sem saber que nenhum de seus planos no Brasil iriam seguir o caminho desejado: inicialmente sua esperança na troca do terreno para a implantação do novo Ministério da Educação e Cultura que não ocorreu, depois a falta de disposição do governo brasileiro para fazer a

---

<sup>32</sup> TOGNON, Marcos. *Op cit.*, p.251

<sup>33</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 326-34. 14/081936.

<sup>34</sup> LISSOVSKY, Maurício, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Op. cit.*, p. 93.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 123.

publicação de suas conferências no Rio de Janeiro e por último a rejeição de seu projeto para a Cidade Universitária por parte da Comissão de professores.

Entre agosto e setembro de 1936, os diretores do Escritório do Plano da Universidade, Ernesto Souza Campos e Inácio Amaral, elaboram um relatório sobre o projeto apresentado por Le Corbusier que acaba por se tornar o argumento decisivo contra esta proposta<sup>36</sup>. O projeto recebe, assim, um arrazoado de críticas, particularmente, em relação à questão viária proposta pelo arquiteto,

*(...)Para exemplificação pode ser lembrada a questão da dupla rede de circulação proposta, no projecto, para a Cidade Universitaria: - uma inferior, constituída por alamedas, sobre o terreno, para pedestres; outra superior, em viaductos, para automóveis.*

*(...)*

*Não se justifica, pois, a construção de uma custosa rede de viaductos, com o desenvolvimento total de 4 kilometros, além de rampas de acesso que deverão ser numerosas e de uma plataforma, com as dimensões avantajadas de 40.000 m<sup>2</sup>. de area.*

*(...)*

*Suppondo que as zonas de estacionamento de vehiculos sejam estabelecidas sobre o terreno e não no nível dos viaductos, seria necessario construir um systema de rampas para a comunicação dos “elevados” com os “parques”, situados em plano inferior. Nestas condições, porem, não será eliminado o trafego de vehiculos sobre o terreno do campo universitario.<sup>37</sup>*

<sup>36</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. *Op. cit.*, p. 397.

<sup>37</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 316-9. 07/081936. p.1-4.

A não observância do arquiteto aos baixos custos disponíveis e às indicações do escritório técnico também rendem críticas a outros pontos do projeto:

- (...)1º A solução dada ao caso das linhas férreas na sua travessia ao longo de uma das zonas do campo universitario;*  
*2º O modo de aproveitamento do terreno, não só no tocante a zona propriamente destinada à construção da Cidade Universitária, como na pertencente á Quinta da Bôa Vista, que o projecto utiliza para construcções, contrariamente ás deliberações anteriores;*  
*3º A necessidade, estabelecida pelo projeto, do uso de ar condicionado para todos os edifícios da Cidade Universitária (...);*  
*4º A exigência da construção sobre pilares, segundo o typo das habitações lacustres, não só para o hospital (...);*  
*5º A cogitação de instituições não previstas no programma elaborado para a Cidade Universitária (...);*  
*6º O modo de agrupamento das diversas unidades universitárias;*  
*7º A morphologia geral de cada unidade universitaria e sua respectiva orientação.<sup>38</sup>*

Souza Campos e Inácio Amaral ainda reforçam neste relatório a idéia de incompatibilidade entre o trabalho do arquiteto e do Escritório Técnico,

*(...)5 – Examinando o assumpto sob estes diversos aspectos não é difficil prever as difficuldades da íntima collaboração dos abaixo assignados para a organização de um plano geral.*

---

<sup>38</sup> *Ibid.*, p.5-6.

*Qualquer tentativa nesse sentido só daria em resultado uma mistura heterogenea sem a harmonia, ordem e systematização desejadas por todos.*<sup>39</sup>

Diante das reservas da CEPU, a comissão de arquitetos brasileiros liderada por Lúcio Costa é chamada novamente para elaborar um novo anteprojeto, apresentado ao ministro em outubro.

Instado por Le Corbusier, que até então ignorava estas tramitações, a se pronunciar sobre o assunto Cidade Univeristária, o Ministro lhe informava em carta de 21 de outubro de 1936 sobre a definição do terreno do MES e lhe passava as novidades a respeito da Cidade Universitária,

*(...) tenho em mãos o projecto, que a comissão de architectos acaba de apresentar e que me causou uma bella impressão. Acredito que estamos no caminho de uma solida realização de conjuncto. No momento, estou convocando a comissão de professores para submeter-lhe o trabalho dos arquitetos.*<sup>40</sup>

Em novembro de 1936, Corbusier escreve a Capanema lamentando a decisão final em relação ao terreno a ser implantado o Ministério de Educação e Saúde e manifesta suas dúvidas (ou esperanças) no desenvolvimento do projeto da CUB:

*(...) Resta a Cidade Universitária. Será que ainda poderei colaborar? Espero-o sinceramente, pois minha estadia no Rio mostrou-me que poderia ser útil em alguma coisa, o que muito*

---

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 7

<sup>40</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. *Op. cit.*, p. 177.

*desejo. Pediria ao Sr. que anotasse esse meu desejo e que não hesitasse em me consultar quando julgasse útil.*<sup>41</sup>

Mas, no último dia do ano de 1936, Lúcio Costa, em uma indignada correspondência, relata a Corbusier a rejeição de seu projeto para a Cidade Universitária por parte da comissão de professores,

*(...) 1º - Amaral e Campos apresentam a Capanema seus relatórios com... páginas. Têm a pretensão de ter “demolido” você; como verdadeiras mulas não entenderam nada, nem é preciso dizer, da grandiosidade de seu projeto – em suma: uma lamentável mistura de besteira e má fé.*<sup>42</sup>

Mas Le Corbusier ainda guarda esperanças na possibilidade de desenvolvimento deste trabalho. Em suas cartas para Capanema, para Lúcio Costa, ou mesmo para amigos, até 1939<sup>43</sup>, mesmo sabendo da decisão sobre seu projeto, há sempre alguma menção a respeito de sua possibilidade para a realização do mesmo.

### 3.4 O NOVO PROJETO DE LÚCIO COSTA

Após a divulgação de parecer de 8 de agosto de 1936, contrário ao projeto de Le Corbusier, estas críticas são encaminhadas à comissão de

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 178

<sup>42</sup> *Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>43</sup> A este respeito, consultar em SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. as seguintes cartas:  
p.187 – carta a Ofaire. 17/02/38  
p. 188 – carta a Lúcio Costa. 22/11/38  
p. 189 – carta a Lúcio Costa. 01/04/39

arquitetos brasileiros para servir de “elemento informativo” para os seus trabalhos. À semelhança do primeiro projeto, existem poucos dados a respeito, talvez, principalmente, pelo curto prazo que teve para ser executado, aproximadamente dois meses, entre meados de agosto e outubro.

Talvez estes poucos dados tenham levado o francês Yves Bruand no seu importante livro *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, a confundir o projeto de Corbusier com o dos arquitetos brasileiros afirmando que “(...) *O projeto da Cidade Universitária, delineado nessa oportunidade e desenvolvido nos meses seguintes à partida de Le Corbusier, assumiu um interesse especialmente teórico*”<sup>44</sup> (grifo nosso).

Outra confusão sobre o projeto está no também importante livro *Tempos de Capanema*, onde os autores ignoram a existência deste segundo projeto de Lúcio Costa e equipe, novamente confundindo-o com o projeto de Corbusier: “(...) *Em 21 de Outubro de 1936 o projeto de Le Corbusier, agora endossado pela comissão de engenheiros e arquitetos, é apresentado a uma comissão especial formada pela comissão geral do plano, (...)*”<sup>45</sup> (grifo nosso).

O projeto foi oficialmente apresentado no dia 21 de outubro de 1936<sup>46</sup>, na décima quinta sessão da CEPU, onde ficou decidido que iria se formar uma subcomissão composta pelos professores Ernesto Souza Campos

---

p. 191 – carta a Carlos Leão. 29/06/39

<sup>44</sup> BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 83. É importante frisar que Yves Bruand não teve acesso aos arquivos de Gustavo Capanema quando escreveu o livro. Fato que lamenta na nota de pé de página nº10 da página 82.

<sup>45</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. *Op. cit.*, p.119.

<sup>46</sup> A autoria do projeto foi de Lúcio Costa e os arquitetos indicados pelas entidades de classe, Angelo Bruhns, Paulo Fragoso, Affonso Eduardo Reidy, Firmino Saldanha e os outros arquitetos

(este solicitou dispensa por estar muito atarefado em São Paulo), Inácio Azevedo do Amaral, Luís Cantanhede, Juvenil da Rocha Vaz e Paulo Everardo Nunes<sup>47</sup>, encarregada de elaborar um parecer a respeito da proposta ora apresentada.

Esta sub-comissão fez 7 reuniões de outubro de 1936 a fevereiro de 1937<sup>48</sup>, mas foi em outubro que ela trabalhou de forma mais intensa, fazendo quatro reuniões, dias 22, 23, 24 e 30, onde, na segunda, o arquiteto Lúcio Costa fez novamente a defesa do mesmo.

Na quarta reunião são pedidas novas informações ao arquiteto Lúcio Costa, que só as responde na quinta reunião, em 22 de dezembro de 1936.

Lúcio, neste momento, estava esperançoso mas já previa as dificuldades de “agradar” a comissão, ainda em dezembro de 1936. Em carta a Corbusier esclarecendo o andamento do assunto, informa que:

*(...) O projeto agrada muito ao Ministro que o submete imediatamente à comissão de professores – estes ainda o estão examinando, e ao que parece teremos que sofrer, malgrado tudo, nós também, as “terríveis” críticas desses senhores.<sup>49</sup>*

---

que o próprio Lúcio havia solicitado para contribuir no projeto, ou seja, Oscar Niemeyer, José de Souza Reis e Jorge Machado Moreira.

<sup>47</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Atividades do extinto Escritório do Plano da Universidade do Brasil – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema, abrangendo o período de 1935 a 1944.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação Saúde, Serviço de Documentação, 1946. REF. 061.1(81)(047)ONB B.823. p. 32.

Não há uma grande certeza dos componentes da comissão pois nos outros dois livros de Ernesto Souza Campos, *Educação Superior no Brasil e Estudo sobre o problema universitário*, há divergências nesta composição, o primeiro inclui o reitor da Universidade do Brasil Raul Leitão da Cunha e exclui Paulo Everardo e o segundo somente inclui o Reitor.

<sup>48</sup> *Ibid.* p.21.

E assim foi. Em 20 de janeiro de 1937 a sub-comissão se reúne novamente agora para analisar os pareceres das comissões consultivas de engenharia, de filosofia, ciências e letras, de educação, de medicina, de direito e de música.

No dia 2 de março de 1937 foi apresentado à CEPU os pareceres da sub-comissão a respeito do projeto da equipe brasileira que rejeitam unanimemente o projeto.

Os documentos posteriores demonstram que Lúcio Costa não havia aceitado tão facilmente esta negativa da CEPU. Em maio de 1937, no dia 25, em nome da Comissão de Arquitetos, Lúcio Costa solicita o parecer oficial da Comissão de Professores sobre o anteprojeto entregue em outubro de 1936<sup>50</sup>. Dois meses mais tarde, em setembro, Lúcio insiste novamente sobre o esclarecimento oficial; só que desta vez ao seu influente amigo Carlos Drummond de Andrade<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. *Op. cit.*, p. 179

<sup>50</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta V – 214. 25/05/1937

<sup>51</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta V – 247. 18/09/1937

A relação de Lúcio Costa com Carlos Drummond era muito estreita, este último era o homem de confiança do arquiteto para “resolver” os principais problemas que não se resolveriam pelos meios normais. Em carta à Le Corbusier, depois da confirmação de sua vinda ao Brasil, Lúcio Costa apresenta seu amigo “(...) O fato é que o Ministro Capanema tem como chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade: um poeta – isto é, uma pessoa que, como Bandeira, possui o sentido profundo das realidades “verdadeiras” e sabe transmiti-las (daí não concluir que os poetas cresçam aqui como cogumelos; muito pelo contrário, temos apenas três ou quatro por 8.552.000Km<sup>2</sup>).” SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et al. *op. cit.*, p. 141

Como vimos, foi para Carlos Drummond que Lúcio apelou para conseguir o esclarecimento final a respeito da resolução contrária da CEPU ao seu projeto e será para ele que Lúcio novamente recorrerá, em carta de próprio punho, a respeito do pagamento dos serviços da comissão de arquitetos, em 3 de novembro de 1936, quando estes passaram mais de dois meses sem receber do governo:

“Carlos,

Já estou sem saber que explicação dar aos colaboradores da comissão: o Reis, requisitado aos “Professores”; o Jorge, que só trabalhou um mês – aguarda os acontecimentos; e, principalmente, o Oscar cuja produção foi realmente notável – digo-lhe mais: sem a ajuda delle não teríamos certamente conseguido levar a aventura a bom termo. Deixou os trabalhos que lhe rendiam para cuidar só disto conforme o combinado – ou, já lá se vão três meses e vinte tantos dias e ainda não recebeu sequer um vintem!

Mais tarde, Lúcio Costa, volta à tona, desta vez em tom de desabafo, escrevendo diretamente ao Ministro:

*(...) Agora que tudo já parece bem “arrumado” venho lhe dizer o quanto dói ver uma idéia alta e pura como essa da criação da Cidade Universitária tomar corpo e se desenvolver assim desse jeito. Quando há dias tomei conhecimento do relatório e verifiquei que tudo não passava de pura mistificação – quis exigir um inquérito, protestar, gritar contra tamanha injustiça e tanta má fé. Logo compreendi, porém, a inutilidade de qualquer reação e que, quando muito, iria servir mais uma vez de divertimento à maldade treinada dos “medalhões”.*

*Não veja, portanto, Dr. Capanema, neste meu alheamento, a aceitação das críticas abusadas que o relatório contém, nem a intenção, em outras circunstâncias louvável, de querer evitar maiores embaraços à sua ação, mas tão-somente a certeza – desesperado como me sentia – de que tudo seria vão.*

*E o mais triste é que enquanto se perseverar, durante anos e anos, na construção dessa coisa errada, estará dormindo em qualquer prateleira de arquivo a solução “verdadeira” – a coisa certa.<sup>52</sup>*

A extinção oficial da comissão de arquitetos só veio a acontecer em outubro de 1937. Capanema envia uma carta para cada um de seus membros elogiando a “*cultura, o talento e a probidade dos arquitetos elaboradores do*

---

Além disto, casado, com uma filha de seis anos – o tamanho da filha talvez não adiante – mas eu sei que elle precisa!

Já tenho falado ao Dr. Capanema e até hoje nada. Veja se é possível uma solução.

Não repare este SOS, Carlos, mas é que já estou meio sem jeito.

Um abraço

Lúcio Costa”

(CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta IV – 186. 03/11/1936.)

<sup>52</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. *Op. cit.*, p.372.

*trabalho, que trouxe valiosa contribuição para a solução do problema”* mas afirmando que estava impossibilitado de adotar o projeto em questão pois a Comissão do Plano da Universidade, por motivos que não lhe cabia apreciar, não aprovou o projeto.

### 3.5 O RETORNO AO PROJETO DE PIACENTINI

A colaboração de Piacentini no projeto da CUB nunca foi inteiramente abandonada. Na carta de Capanema ao Presidente, em 2 de junho de 1936, negociando a vinda de Le Corbusier ao Brasil para uma consultoria, a mesma questão é apresentada para o caso de Piacentini. Assim, Gustavo Capanema solicita, em nome da comissão de arquitetos e engenheiros, que o governo autorize a vinda de “mestres” estrangeiros para fazerem seu parecer sobre o desenvolvimento dos trabalhos e para darem um curso sobre o “problema da arquitetura”<sup>53</sup>. Durante este período de negociação Marcello Piacentini acompanhava, como vimos, as notícias pelos jornais e, ao perceber a ameaçadora presença de Le Corbusier para o projeto da CUB, escreveria, inclusive, uma carta solicitando alguma definição mais clara do ministro.

*(...) Depois de muitos meses de silêncio, desejo dirigir-me ao Senhor, sobretudo tendo lido em alguns jornais brasileiros sobre as últimas reuniões da Comissão encarregada dos*

---

Esta carta foi publicada duas vezes neste livro: na primeira consta a data de setembro de 1937 e na segunda consta a data de 17 de Julho de 1939. Donato Mello Jr. em seu artigo cita este documento com data de 17 de Julho de 1937.

<sup>53</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta IV – 149-50. 02/06/1936.

*programas da nova cidade dos Estudos e das discussões sobre a escolha definitiva da área. Aquilo que eu desejaria saber é se V. Exa está com a mesma idéia de consultar-me a respeito do projeto, e se deverei pensar em retornar nos próximos meses ao Rio de Janeiro.*<sup>54</sup>

Em resposta a esta carta, Capanema comunica que “*continua sendo altamente interessante a possibilidade de vossa participação nos estudos e trabalhos tendentes á edificação da futura Universidade*”<sup>55</sup>, mas destaca que esta participação seria uma assistência à comissão de arquitetos brasileiros já formada. O Ministro ainda consulta Piacentini sobre a possibilidade de seu retorno ao Brasil entre agosto e setembro deste mesmo ano, portanto quase à mesma época da visita de Le Corbusier.

Em setembro de 1936 Piacentini escreve a Capanema recomendando a vinda de um de seus colaboradores na cidade universitária de Roma, Francesco Guidi<sup>56</sup>. Aparentemente, até mesmo pelo rumo que os debates vão tomando e diante das críticas da CEPU, Capanema não responde a Piacentini, que volta ao assunto em janeiro de 1937.

No dia 14 de março, alguns dias após a rejeição da comissão de Professores ao projeto dos brasileiros, a Embaixada italiana informa a

---

<sup>54</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta IV – 156. 25/06/1936.

<sup>55</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta IV – 162-3. 10/07/1936.

<sup>56</sup> A respeito deste arquiteto foram poucas as informações levantadas, mas vale ressaltar que no livro *Architettura D`oggi*, publicado por Marcello Piacentini em 1930 - onde faz uma revisão da arquitetura recente da Itália e do mundo, através de um curto texto e uma grande seleção de imagens - não aparece nenhum projeto de Francesco Guidi. Também vale salientar que no livro *Historia de la Arquitectura Moderna*, Bruno Zevi também não cita este arquiteto como um dos principais arquitetos da “classicismo despojado de decorações” defendido por Piacentini e outros. Estas publicações nos sugerem que Guidi não tenha sido um arquiteto de destaque no panorama da arquitetura italiana das primeiras décadas do século, possivelmente era apenas um dos principais colaboradores de Piacentini no projeto da Universidade de Roma. PIACENTINI, Marcello. **Architettura D`oggi**. Roma: Paolo Cremonese, 1930.

impossibilidade do retorno de Piacentini ao Brasil<sup>57</sup> e a disponibilidade de um de seus auxiliares, Vittorio Mopurgo. Em início de setembro de 1937, Capanema escreve uma carta ao presidente solicitando verba para o pagamento da estadia do arquiteto no Brasil e informa que, depois da situação “embaraçosa” que foi a rejeição do projeto dos cinco melhores profissionais brasileiros, só havia uma solução: a convocação de um arquiteto estrangeiro já experimentado como Marcello Piacentini, mas, diante de impossibilidade da vinda deste, seria de bom grado a vinda seu associado Vittorio Mopurgo.<sup>58</sup>

A viagem de Mopurgo é confirmada para setembro. É Piacentini que informa ao Ministro,

*(...) no dia 4 de setembro o arquiteto Mopurgo partirá para o Rio de Janeiro, como meu representante e meu associado. (...) Eu tenho certeza de que Mopurgo lhe dará plena satisfação, e também ao Governo Brasileiro. Ele poderá recolher todas as informações, todos os dados, todos os programas que nos servirão de base para desenvolver, em pouquíssimo tempo, o anteprojeto e o executivo, das respectivas partes que se pretendem construir imediatamente. Se eu tivesse tido todos os dados como estava acordado – desde 1936 -, neste momento o projeto definitivo geral já estaria também pronto. E talvez estivéssemos no mesmo ponto se fosse aceita a ida de Mopurgo em março, quando lhe fiz a proposta. De todo modo, eu nutro esperança de que se recupere o tempo perdido; Mopurgo poderá também dar todas as prescrições para o início*

---

ZEVI, Bruno. **Historia de la Arquitectura Moderna**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1957.

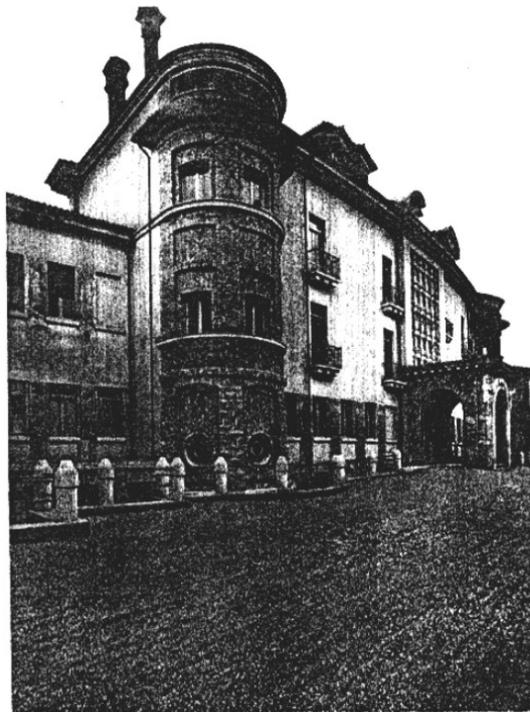
<sup>57</sup> No biênio 1937-1938, Piacentini estava muito ocupado com encomendas relevantes como “o palácio da Justiça de Milão, o conjunto de edifícios em Gênova na praça Dante, e os grandes canteiros, a abertura da via Conciliação e o E.42”. TOGNON, Marcos. *Op. cit.* p. 90.

<sup>58</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.03.09 rolo 30 – pasta V – 240-1. 01/09/1937.

*mediato dos primeiros trabalhos de movimentação de terra, etc.*<sup>59</sup>

Sua primeira recepção na imprensa especializada no Brasil foi um agradável perfil feito por Giulio Celleni na revista *Arquitetura e Urbanismo*, onde percebemos que o arquiteto não é visto apenas como um colaborador de Piacentini e sim como um arquiteto protagonista de bons projetos,

*(...) Mopurgo se não representa a expressão mais extremada do modernismo revolucionário é, entretanto, o intérprete feliz e genial do movimento moderno, dinâmico, fascista, que está levantando na renascença e na sublimação dos valores espirituais, todas as expressões da arte italiana. Ele soube, sem choques berrantes, fixar o sulco iniludível da época em que vive, valorizando e enaltecendo as glórias de um passado que não se declina.*<sup>60</sup>



<sup>59</sup> TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 245.

<sup>60</sup> *Ibid.* p. 91

**Collegio Civico di Varese, 1929 – Vitorio Mopurgo**

Fonte: PIACENTINI, Marcello. **Architettura D`oggi**. Roma: Paolo Cremonese, 1930. s.p.

**Edifício de apartamentos em via Sannio, Roma, 1929 – Vitorio Mopurgo**

Fonte: TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p.81

Sua relação com a comissão de professores foi muito próxima, principalmente com Ernesto Souza Campos e Inácio Azevedo do Amaral<sup>61</sup>. Com Piacentini, Mopurgo se comunicava por cartas e telefone.

A função oficial de Mopurgo no Brasil era designar a distribuição dos edifícios nas áreas livres e dar orientação arquitetônica para a obra. Para isso, esboçou esquemas, programas de uso e propostas de implantação. Ficou sob responsabilidade dos arquitetos da comissão técnica o desenvolvimento

<sup>61</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. *Op. cit.*, p. 333

arquitetônico de cada edifício. Seu tempo ficava dividido entre este projeto e outros a serem desenvolvidos em São Paulo.<sup>62</sup>

Não obstante a viagem de Mopurgo e seus projetos para a CUB, parece que a proximidade de Lúcio Costa com o Ministro, por causa do desenvolvimento do prédio do MES, ajudava-o a guardar algumas vagas esperanças sobre o projeto senão para si, pelo menos para Carlos Leão e o próprio Corbusier.

*(...) Quanto ao caso da Universidade torna-se cada dia mais confuso. Mopurgo um arquiteto italiano enviado por Piacentini (!) parece que está estudando o assunto; Capanema, desta vez, colocou Leão no trabalho, mas como Campos e Amaral continuam com o mesmo prestígio e com o apoio de todas as congregações, penso que será difícil fazer sair daí alguma coisa de “apresentável”. Continuemos a esperar, todavia.<sup>63</sup>*

Voltando à Itália, Mopurgo e Piacentini desenvolvem o projeto utilizando alguns edifícios desenvolvidos pelo Escritório Técnico e, no dia 7 de maio de 1938, escrevem uma carta ao Ministro Gustavo Capanema, informando sobre o término do projeto.

Em julho de 1938, Capanema o recebe em grandes pranchas desenhadas e o repassa a Ernesto Souza Campos para levá-lo a avaliação da CEPU. Neste mesmo mês, as maquetes estão expostas na embaixada do Brasil em Roma e é bem noticiado pela imprensa italiana.<sup>64</sup>

<sup>62</sup> vide TOGNON, Marcos. *Op. cit.* Neste livro o autor apresenta todos os projetos de Mopurgo e Piacentini feitos no Brasil.

<sup>63</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. *Op. cit.*, p.184.

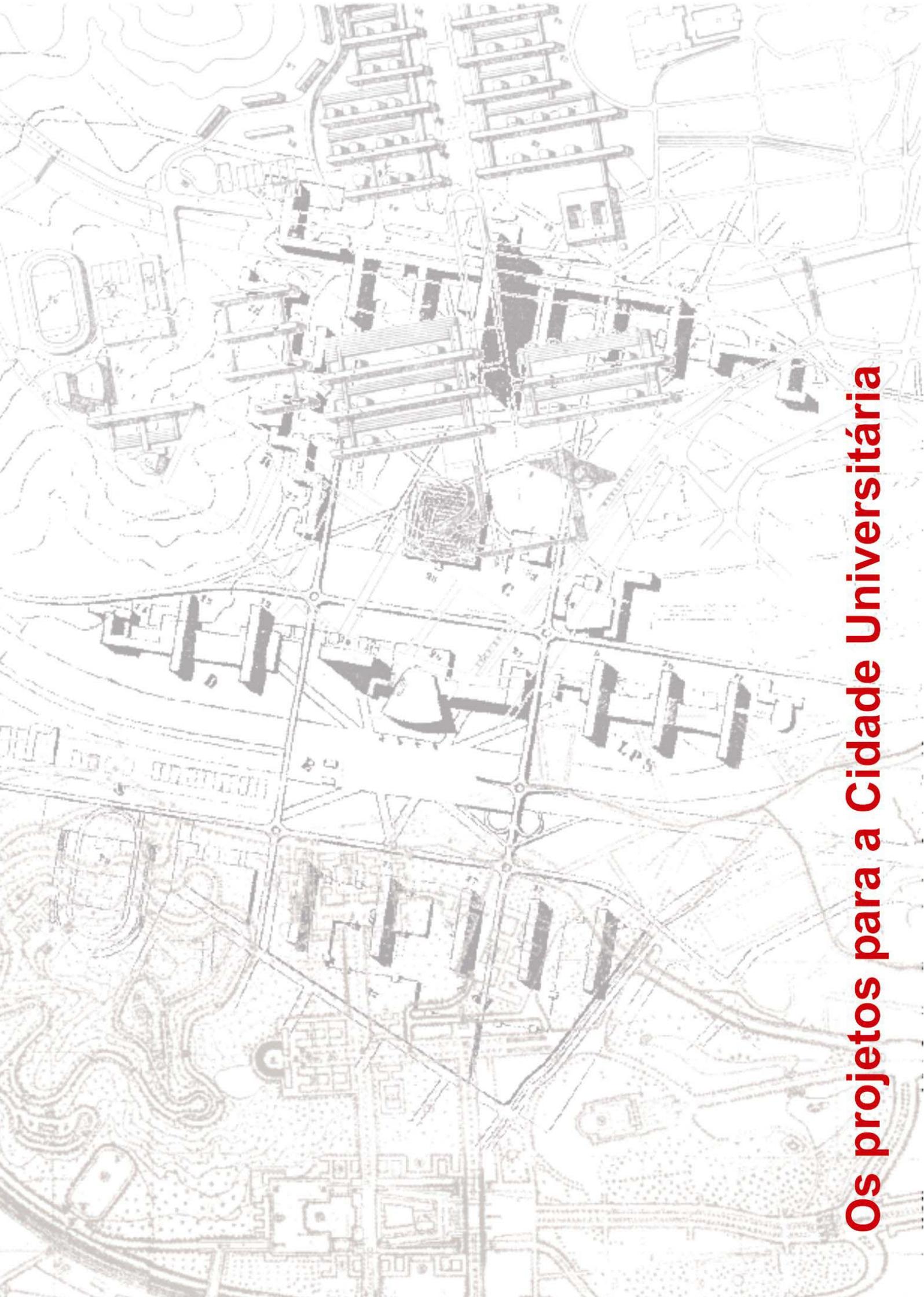
<sup>64</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. *Op. cit.*, p.121.

Em setembro do mesmo ano, o projeto foi aprovado pela CEPU após a análise do parecer da comissão nomeada pelo ministro e composta pelos professores Raul Leitão da Cunha, Inácio Azevedo do Amaral, Luiz Cantanhede de Carvalho e Ernesto de Souza Campos (este último, o relator).

O projeto ainda foi exposto na “Exposição do Estado Novo”, em dezembro de 1938, no pavilhão do Ministério de Educação e Saúde antes de entrar num período de letargia até abril de 1943 quando seria definitivamente abandonado.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> TOGNON, Marcos. *Op. cit.* p. 179.



# Os projetos para a Cidade Universitária

## **CAPÍTULO 4 – Os projetos para a Cidade Universitária**

O método de análise apresentado neste capítulo corresponde, aproximadamente, ao percurso “natural” do desenvolvimento de projeto dos próprios arquitetos. Mesmo sabendo que nem sempre o caminho até o seu formato final tenha sido exatamente o exposto a seguir, entendemos que a adoção desta perspectiva de análise possui um componente didático que contribui para a fruição e compreensão do texto.

Partimos da opinião e dos consequentes conceitos dos arquitetos em relação ao terreno escolhido pela comissão de professores. Depois abordamos temas comuns a estes projetos, sempre respeitando a questão da escala – partindo das questões de maior para então chegar às de menor –, quais sejam a ocupação do terreno, a setorização, a implantação, o programa arquitetônico, o sistema viário e os edifícios. Tratamos em seguida sobre alguns elementos pré-existentes do terreno que muito influenciaram para as decisões projetuais, como a linha férrea, o bairro, a Quinta da Boa Vista.

Por fim, analisamos a questão da autoria dos projetos e o modelo americano que rondou todas as propostas, para bem e para mal. O encerramento deste capítulo é uma pequena análise sobre os princípios que persistiram na configuração do futuro projeto de Jorge Machado Moreira para o *campus* da Universidade do Brasil.

Alguns outros temas de relevância no processo projetual como a orientação solar e o paisagismo não deixaram de ser abordados, mas sua análise foi desenvolvida de forma transversal nos itens acima citados.

#### 4.1 O LOCAL DE IMPLANTAÇÃO

Em sua visita ao Rio de Janeiro em 1936, Le Corbusier demonstrou sua admiração pela força das reformas levadas a cabo na cidade desde o início do século. Para o arquiteto a atitude política, aliada a uma visão futura e às vezes utópica de cidade, sempre foram motivos de reverência. Na França, como mostram seus textos na época, ele se considerava um beneficiário de homens que tiveram esta postura, Luís XIV, Napoleão e Haussmann. No Brasil, é Pereira Passos a quem Le Corbusier faz sua deferência em sua primeira palestra da visita de 1929,

*(...) Desejo colocar, no frontispício das conferências do Rio, o nome do Prefeito Passos, o grande prestidigitador. Passos fez do Rio uma cidade que é um milagre, um espetáculo admirável. Ele o conseguiu com muita pouca coisa do ponto de vista dos meios técnicos. Mas sua visão o conduzia. É isto que me interessa colocar no limiar dessas conferências. Tudo hoje depende da visão dos dirigentes. Estamos numa época em que é necessário ter grandeza de visão.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> BARDI, P. M. Lembranças de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil. São Paulo: Nobel, 1984. p. 121.

Já as reformas propostas por Agache para a cidade não são bem vistas por Corbusier. Existe, entre estes dois arquitetos, um confronto epistemológico entre duas visões de cidade, que, em última instância, representam duas formas de pensar a modernidade<sup>2</sup>, como nos aponta a pesquisadora Margareth Pereira:

*(...) Ao contrário de Agache, para Le Corbusier não é da cidade existente – e da prospecção de suas características funcionais, demográficas, econômicas – que surgem as diretrizes e leis que engendram o projeto. Para Le Corbuier, a cidade existente é lida antes de tudo como fato poético – plástico – na forma que se relaciona com o seu sítio, com sua geografia. Assim, é o gesto arquitetural que instaura, corrige, retoma ou potencializa uma “qualidade” plástica que “sensibiliza” o olhar do arquiteto, reorganizando a totalidade do sistema urbano. Só depois deste primeiro gesto é que a observação do arquiteto penetra na cidade e se detém em suas ruas, nos seus bairros, para analisá-los caso alguma “emoção plástica e visual” o tenha provocado.<sup>3</sup>*

A base para as propostas de Le Corbusier para o Rio de Janeiro, em 1936, seguia as linhas mestres de sua visão de projeto de urbanização fixadas desde 1929, agora, articuladas ao projeto da CUB e do MES. Desta forma, a Cidade Universitária foi elaborada segundo este plano maior para a Capital

---

<sup>2</sup> Para esta dissertação não cabe o aprofundamento deste tema mas recomendamos a leitura do artigo:

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs). **Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 363-76.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 372.

Federal que teve como princípios doutrinários a setorização das funções urbanas principais e a implantação destes grandes eixos de circulação viária.

A “provocação plástica e visual” acima citada acontece como um desafio ao arquiteto como ele próprio descreve em seu *texto Corolário Brasileiro*, a respeito de sua conferência no Rio de Janeiro em 8 de dezembro de 1929:

*(...) então, no Rio de Janeiro, cidade que parece desafiar radiosamente toda colaboração humana com a sua beleza universalmente proclamada, somos possuídos por um desejo violento, louco talvez, de tentar aqui também, uma aventura humana, - o desejo de jogar uma partida a dois, uma partida “afirmação-homem” contra, ou com “presença-natureza”.<sup>4</sup>*

Ao que tudo indica, Le Corbusier, em 1936, concordou com a comissão de professores em relação à nova localização da CUB, pois em nenhum momento tece críticas ou sugestões à ela. O arquiteto preferiu, pelo contrário, valorizar a importância da facilidade de comunicação entre o novo terreno e a cidade através da autopista, que seria criada, e da velha linha férrea que levava aos subúrbios. De fato, para ele a circulação urbana nestes anos talvez fosse dos mais importantes problemas. Sobre seu diagnóstico do caso do Rio de Janeiro, ele escreveria:

*(...) O primeiro trabalho foi, portanto, de encontrar uma solução impecável, ao intenso tráfego de trânsito, depois a articulação da própria circulação da cidade universitária: trens de subúrbio,*

*ônibus, automóveis. Uma vasta plataforma de distribuição, trama viária (autos e pedestres) de distribuição geral da cidade.*<sup>5</sup>

Le Corbusier desenvolve seu projeto para o Rio de Janeiro sob a forma de um edifício-viaduto negociando com a paisagem e ao mesmo tempo tirando partido de sua existência como meio de comunicação. Lúcio Costa, a este respeito, comenta:

*(...) A questão era a seguinte: ele viu que fatalmente o problema da habitação iria surgir. A cidade ia crescendo, todo mundo querendo ter vista livre, afluindo para a zona sul. Então era preciso conciliar as duas coisas. Com esse empreendimento se resolvia também parte da ligação viária, era como se fosse um metrô aéreo (...).*<sup>6</sup>

No recente estudo de Yannis Tsiomis sobre os projetos de Corbusier para o Rio, em todas as 4 possibilidades de projetos estudados, duas de 1929 e duas de 1936, e suas variações, verificamos que uma das permanências é a alça do edifício viaduto que se direciona para São Paulo passando aproximadamente na extensão do Canal do Mangue, onde hoje está a Avenida Getúlio Vargas, e beirando o morro da Boa Vista.

---

<sup>4</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987. p.89.

<sup>5</sup> CORBUSIER, Le, JEANNERET, P. **Oeuvre Complète 1934-1938**. 9 ed. Zurique: Editions d'Architecture Erlenbach-Zurich, 1979. p. 42.

<sup>6</sup> COSTA, Lúcio. **Registro de uma Vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1997. p.148.



variante 1  
projeto 1 - 1929



variante 1  
projeto 2 - 1929



variante 1  
projeto 3 - 1936



variante 1  
projeto 4 - 1936

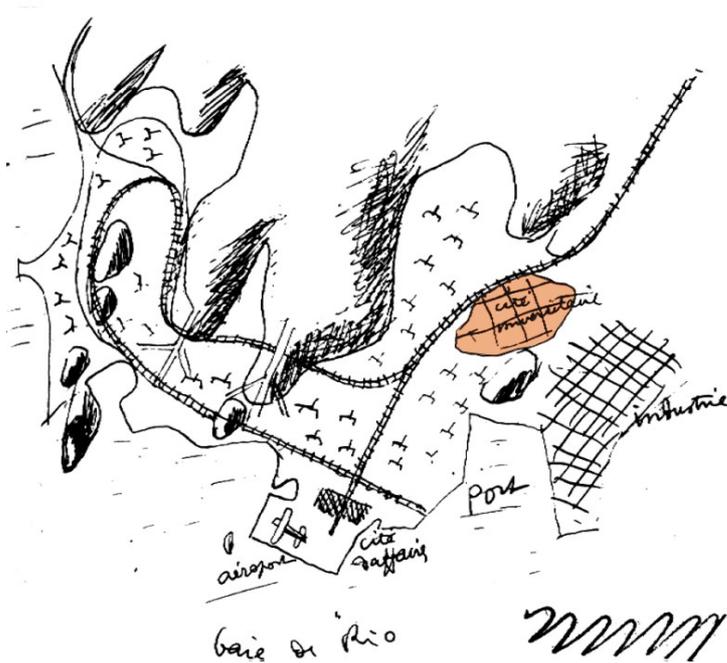
### Implantação da CUB nos estudo de quatro traçados de Corbusier para o edifício viaduto proposto para o Rio de Janeiro

Fonte: TSIOMIS, Yannis, LINDER, Sandrine. *Projetar o Rio de Janeiro: interpretação e método*. In: **LE CORBUSIER: Rio de Janeiro 1929-1936**. Rio de Janeiro: Prefeitura: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1998. 1CD-ROM.

Em 1936, a CUB seria localizada exatamente neste trecho. É através dos seus Carnets e Croquis da viagem de 1936 que podemos observar o destaque dado pelo arquiteto francês para a sua localização. Como vemos em seus discursos e croquis plenos de soluções para a circulação, seu projeto

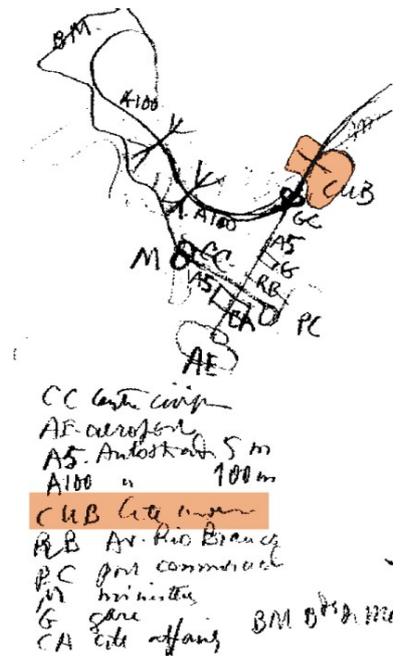
se conecta com a cidade através de uma auto pista desenhada em paralelo ao trecho da linha férrea que cruza a área de ocupação da CUB.

Este fato fica claro tanto em seus principais esquemas de setorização para a Capital como também em seus croquis em “vão de pássaro”.



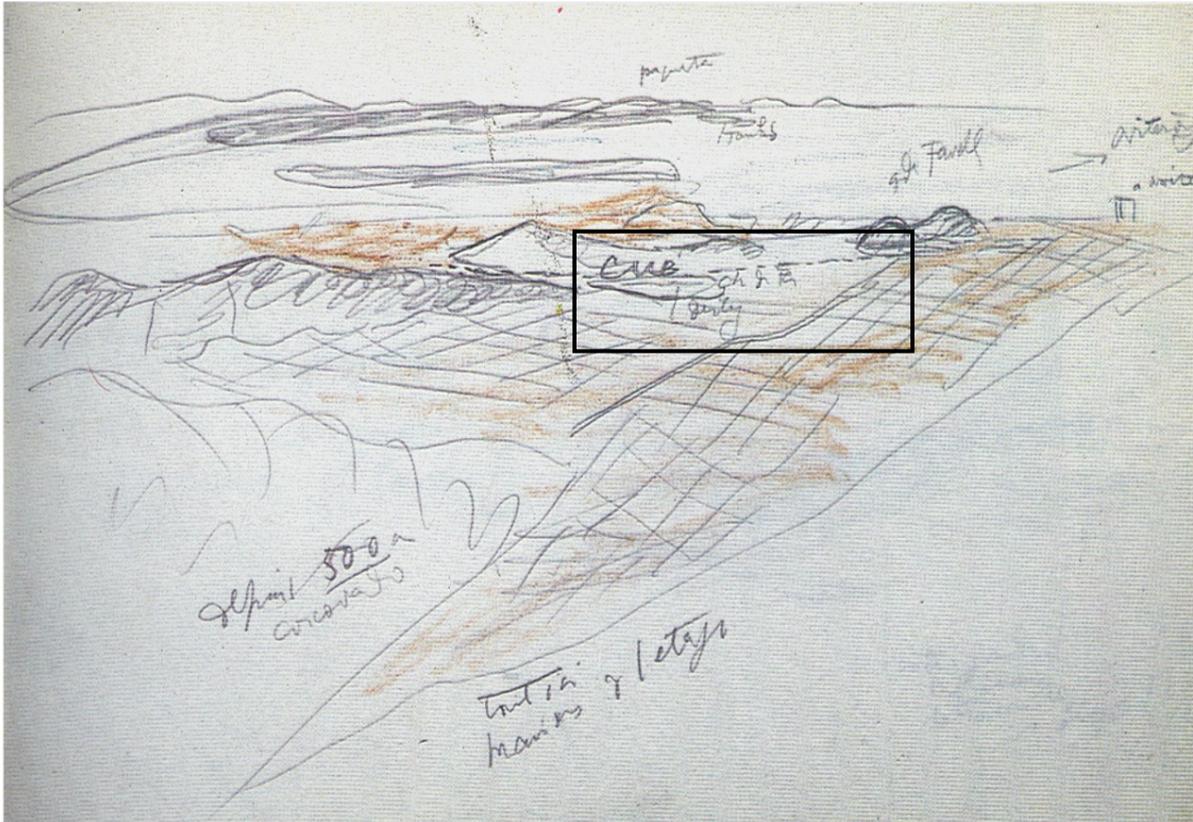
**Implantação do edifício viaduto** (grifo nosso)

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. **Oeuvre Complète 1934-1938**. 2 ed. Zurich: Editions d'Architecture Erlenbach-Zurich, 1979. p. 42.



**Setorização – Carnê C12-719** (grifo nosso)

Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987. p.156.



Paquetá / CUB / estrada de ferro / grande favela / Niterói / A noite Derbi / altura 500m / Corcovado / Tudo aqui? 1 andar

**croquis – Carnê 6-5027** (grifo nosso)

Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987. p.157.

Para Lúcio Costa, o terreno era vista de forma distinta. Como já foi visto, o arquiteto brasileiro havia optado inicialmente pela implantação da CUB sobre a Lagoa Rodrigues de Freitas. Em sua carta para Le Corbusier, com o intuito de relatar-lhe os antecedentes que permitiram sua viagem pouco antes da mesma em 1936, Lúcio Costa apresenta, talvez, o maior registro sobre este projeto. Ele o resume assim para Le Corbusier,

*(...) Expliquei-lhe [ao Ministro], mais uma vez, seus projetos de urbanização contemporânea, mostrando que seria a coisa mais fácil do mundo colocar tudo isso sobre a água, onde os pilotis e*

*viadutos estariam completamente à vontade, e também que os imensos jardins, nas coberturas dos prédios protegidos do sol por grandes marquises, serviriam maravilhosamente para passeios nos intervalos das aulas, que faríamos, para o lazer dos estudantes e em contraste com a pureza da arquitetura, ilhas, onde a exuberância da vegetação tropical poderia espalhar-se livremente – tudo ligado por viadutos e pontes e naturalmente delimitado pelas bordas da lagoa, além do quadro magnífico das montanhas, do céu, do sol, das águas, - enfim, algo de único no mundo e com uma potencialidade lírica digna de você.*

*O Ministro citou-me Veneza – mostrei a ele que seria precisamente o oposto de Veneza e seus corredores aquáticos, pois aqui a superfície não seria interrompida, prolongando-se antes, sob as edificações (de resto, a lagoa tem quase 3 milhões de metros quadrados para os 100.000m<sup>2</sup> previstos para construção.<sup>7</sup>*

Vemos que Le Corbusier e seus projetos serviram de principais instigadores para esta ousada proposta de Lúcio Costa mas, apesar de seu devotamento a estas causas, não podemos caracterizar o arquiteto brasileiro simplesmente como um inseguro aprendiz necessitado das orientações do mestre<sup>8</sup>. No caso, Lúcio Costa é um arquiteto que, embora mais novo do que

<sup>7</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987. p.143

<sup>8</sup> Sobre este tema vale revermos a afirmação de Carlos Eduardo Dias Comas: “Depois de Le Corbusier e o Brasil que Cecília Rodrigues dos Santos, Vasco Caldeira, Romão e Margareh Pereira publicaram em 1987, e Le Corbusier e o Rio – 1929-1936, que Yannis Tsiomis organizou em 1999, não fica bem repetir que Corbusier veio ao Brasil por insegurança de Lúcio e equipe quanto ao projeto original do Ministério, ou que esse se construiu a partir de risco original de Corbusier. Com todo respeito ao próprio Lúcio, que tinha seus motivos para propagar ou não desmentir essas versões. O débito brasileiro com Corbusier precisa relativizar-se. Afinal, penaliza-se Michelangelo por ter usado os mesmos elementos de Bramante? Ou Mies por ter adotado a planta livre em 1929 após Garches e Savoye? (...) O *brise-soleil* supostamente “inventado” por Corbusier em 1933 não passava de rabisco, quer na versão fixa para Argel, quer na basculante para Barcelona. Só vai se elaborar no arranha-céu argelino não

Le Corbusier, compartilha os ideais como nos mostraram o futuro desenvolvimento dos projetos no Brasil e seu tom confidencial no final de sua carta, após explicar a insegurança do Ministro em relação a um possível escândalo da imprensa diante de propostas pouco convencionais, tomando até a liberdade de lhe pedir como “testemunha” por essa causa:

*(...) Uma última coisa. Uma de suas incumbências junto ao Ministro será de transmitir sua opinião sobre o projeto cujas fotografias estou lhe enviando por meio desta. Se não gostar dele, diga-nos sem rodeios, mas peço-lhe: não diga bruscamente ao sr. Capanema: “é feio... eles não me entenderam!” – porque neste caso estaríamos perdidos, uma vez que os “outros” já o proclamaram e nós o estamos tomando como testemunha.<sup>9</sup>*

Havia na escolha de Lúcio Costa pela implantação da Cidade Universitária sobre a Lagoa o desejo de apresentar à cidade novas técnicas de arquitetura, contrastando-as com as peculiaridades do local. Tentava-se, desta forma, criar um espetáculo inovador que desejava ser harmônico entre o sítio natural e a cidade, propondo as idéias que considerava “muito puras” - isto é, sem ligação com o terra-a-terra das soluções usuais – e muito precisas.

Não foi por outro motivo que Lúcio Costa observou com estranheza a escolha da Quinta da Boa Vista por parte da comissão de professores:

---

construído de 1938, já concluída a grelha fixa da ABI e em execução a grelha móvel mais sofisticada do Ministério.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Lúcio Costa e a revolução na arquitetura brasileira 30/39 – De lenda (s e) Le Corbusier . Disponível: site Vitruvius. URL:

Fonte:[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq022/arq022\\_01.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq022/arq022_01.asp)

(...) Outra comissão, baseando-se nos dados de Piacentini, escolheu definitivamente o terreno, que é cortado em dois por 8 linhas férreas (trens de subúrbio, de 3 em 3 minutos) e de onde não se vê nem mesmo o mar – **de resto, uma boa escolha para qualquer outro lugar que não fosse o Rio.**<sup>10</sup> (grifo nosso)

Ao final de sua estadia no Brasil, Marcello Piacentini apresentou o relatório *Relazione sulle proposta di localita per la nuova città universitaria nazionale in Rio de Janeiro*, que, como vimos, era o resultado de seu estudo sobre as possibilidades de implantação da CUB na Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Leblon, Manguinhos e Gávea. Neste, o arquiteto termina por indicar como melhor localização os terrenos da Praia Vermelha, por motivos muito próximos aos de Lúcio Costa quando escolheu a Lagoa: a paisagem e a beleza natural do Rio de Janeiro:

(...) *Uma afirmação solene de poder político e de arte junto a uma grandiosa página arquitetônica que engrandeceria a beleza da encantadora Capital do Brasil.*<sup>11</sup>

Mas, para Marcello Piacentini, se a Quinta da Boa Vista e a Praia Vermelha destacadamente foram as duas localidades vistas como mais

<sup>9</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et al. *Op. cit.*, p.143

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.142-3

<sup>11</sup> "(...) *una solene affermazione di potenza politica e d'arte ed insieme una soberba pagina architettonica que accrescereble, la bellezza della incantadola Capitale del Brasile.*"

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Atividades do extinto Escritório do Plano da Universidade do Brasil – Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema, abrangendo o período de 1935 a 1944.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1946. REF. 061.1(81)(047)ONB B.823. p. 32., p. 29

apropriadas para a instalação da CUB, a primeira também era possuidora de vantagens naturais: os jardins do antigo Palácio do Imperador impressionaram o arquiteto italiano que acreditava que:

*(...) O grande e suntuoso jardim imperial constituiria uma zona preparatória dando ao conjunto urbanístico um aspecto eminentemente senhoril e um local de respeito e de silêncio.*

*(...) uma grande e rara ocasião para aumentar a beleza do Rio e de suas zonas mais atraentes e senhoris.<sup>12</sup>*

O projeto e o discurso de Piacentini sobre o aspecto da localização também reforçam sua preocupação com a *Edifícia Cidadina*, expressão que o arquiteto utiliza para definir uma concepção de cidade como uma grande arquitetura<sup>13</sup>.

Para Piacentini, da mesma forma que os valores clássicos da arquitetura como a ordem, a relação harmônica e justa entre as partes e o todo, o ritmo, apresentam a própria organização política de uma sociedade, o espaço urbano deve ser composto também como uma estrutura representativa e, sob alguns aspectos, didática, como ele mesmo afirma no texto “*Novo horizonte da Edifícia Cidadina*”:

---

<sup>12</sup> “(...) Il grande ed suntuoso giardino imperiale costituirebbe una zona preparatoria, dando all’insieme urbanistico un aspetto eminentemente signorilla, ed una cornicede rispetto e di silenzio.

(...) una sosi grande e rara ocazione per aumentare la bellezza di Rio nelle sue Zone piu atraente e signorili.”

*Ibid.*, loc. cit.

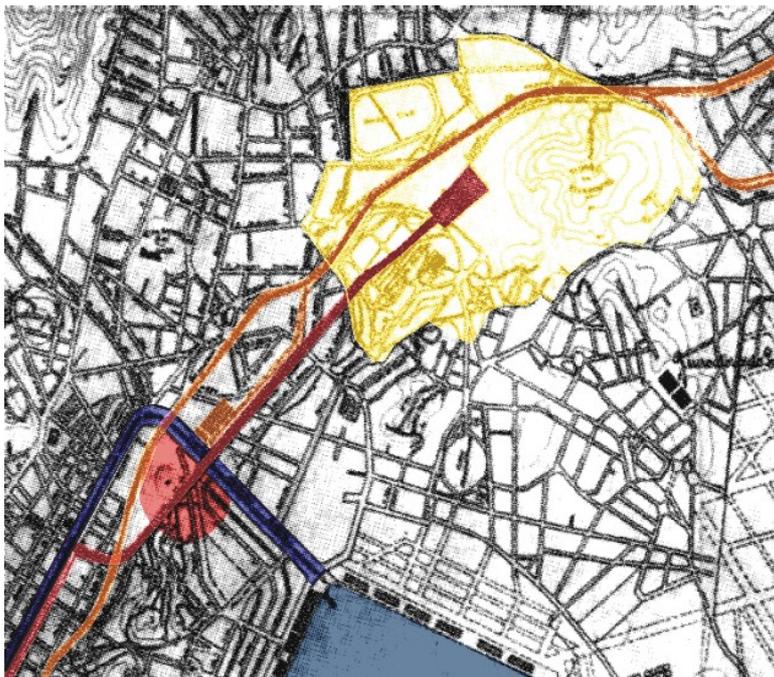
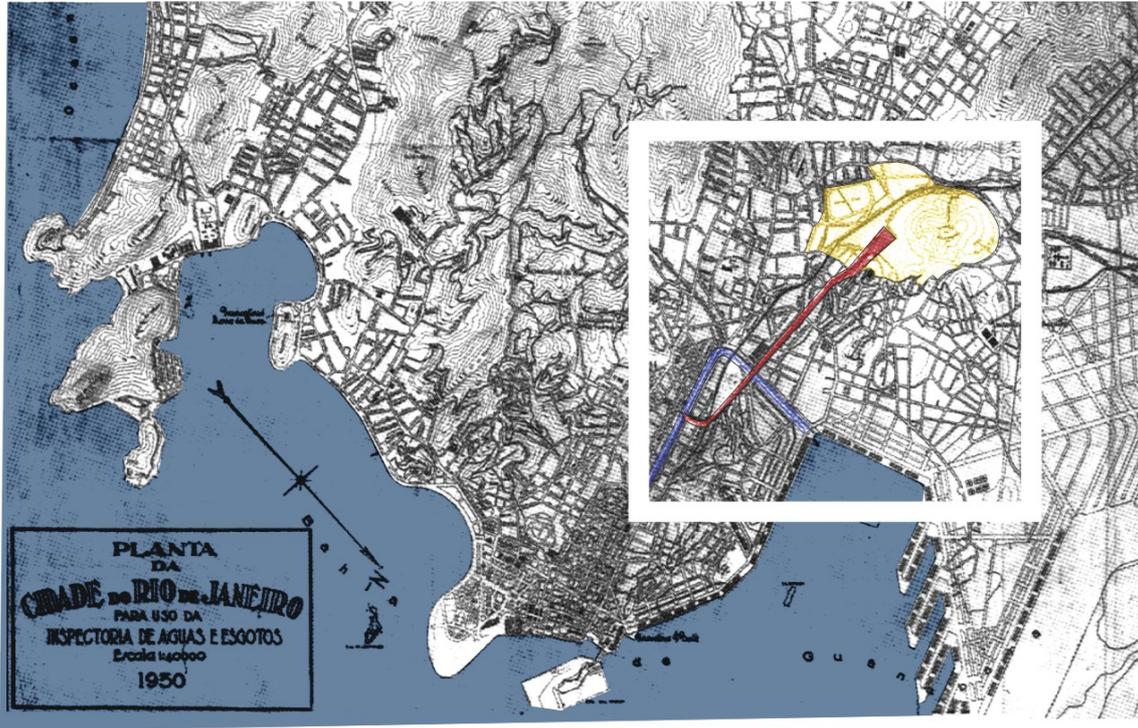
*(...) O sentido da arte (contido na arquitetura) deveria ser possuído por cada cidadão, regulador de cada ato de sua vida, de seu movimento, sentido que, até hoje, foi descuidado por muitos, e poderia render incomensuráveis benefícios sociais; somente compreendendo e amando o belo se adquire o sentido de respeito para si mesmo, para os indivíduos e para as coisas, Mas como cultivar esta educação senão predispondo o ambiente? Como desenvolver este sentido estético no cidadão se não lhe é criado um entorno, nas ruas, nas praças, nos jardins, toda uma atmosfera de harmonia e beleza?<sup>14</sup>*

Com este critério, Piacentini elabora uma nova conexão entre o centro da cidade e a CUB situada agora nos terrenos das proximidades da Quinta da Boa Vista, já que o acesso atual é “molto disordinato”. Este novo acesso é composto a partir do saneamento do canal do mangue que Piacentini considera belo com as quatro fileiras de palmeiras, “mas miserável nas construções que a flanqueiam”. Nesta avenida, a partir da altura da rua Carmo Netto deveria se iniciar uma artéria para a CUB que, no seu primeiro trecho, teria uma inclinação de 4% para superar a via férrea atingindo uma cota plana no morro, onde hoje existe a favela Moreira Pinto, até superar a avenida Francisco Bicalho através de um viaduto, chegando assim ao Parque da Boa Vista, justamente no eixo maior de acesso à Cidade Universitária.

---

<sup>13</sup> TOGNON, Marcos. O Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs). **Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.157-64.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p.162.



LEGENDA

- canal do mangue
- área da CUB
- linha férrea
- via proposta por Piacentini
- morro favela Moreira Pinto

**Conexão viária CUB x cidade – projeto Marcello Piacentini**

**Planta da Cidade do Rio de Janeiro (grifo nosso)**

Fonte: TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 98.

**Planta da Cidade do Rio de Janeiro (grifo nosso)**

Fonte: TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 98.

Neste ordenamento Piacentini se aproxima da tradição das grandes reformas urbanas que aconteceram no Rio de Janeiro as quais, em geral, configuravam grandes eixos de conexão. Não podemos deixar de relacionar esta proposta com a avenida de conexão entre o porto e a estação ferroviária, proposta por Alfred Agache, aproveitando parte do canal do mangue que posteriormente tornou-se a avenida Presidente Vargas. Mas, para o arquiteto, o objetivo seria outro já detectado pela Comissão de Professores, isto é, seria a oportunidade de conexão entre o centro e a zona norte, onde a praça da Reitoria seria como um grande coroamento.

*(...) Assim, se ofereceria à edificação citadina do Rio de Janeiro a possibilidade de escrever uma nova e significativa página; os valores a serem sacrificados são modestos, enquanto que aqueles criados são extremamente vantajosos: os laços entre o centro pulsante de atividade comercial da cidade e o novo centro da cultura seriam, assim, mais tranquilos e livres do grande trânsito da zona popular e industrial.*<sup>15</sup>

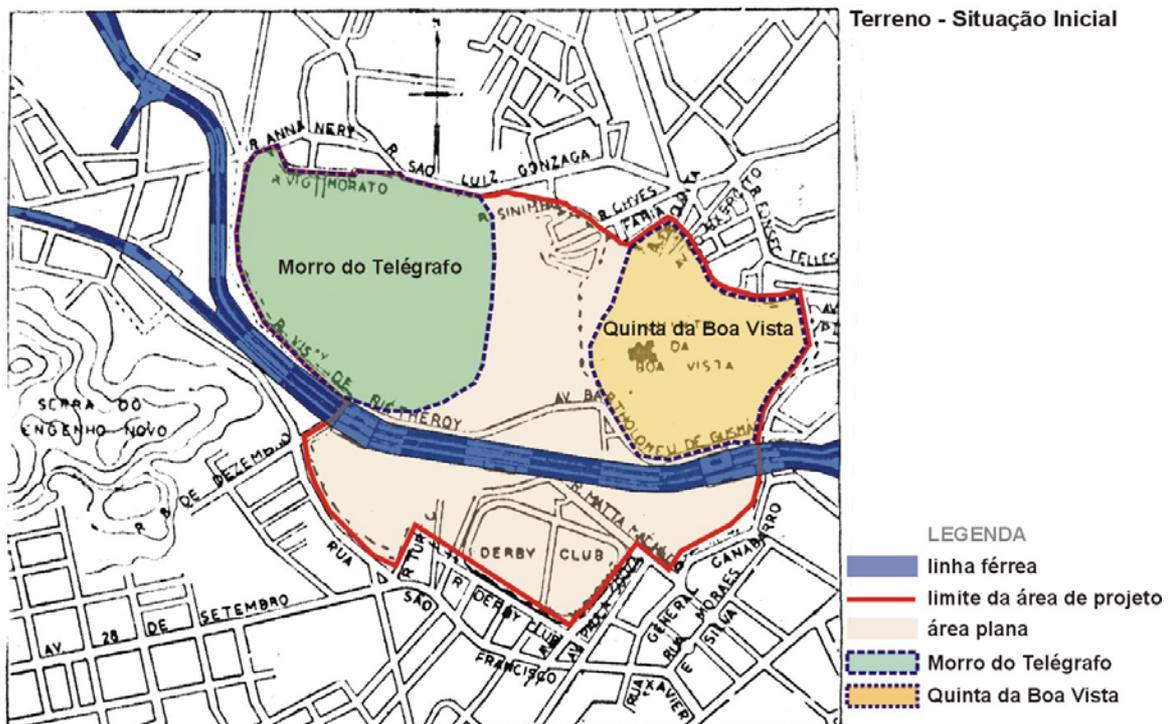
É curioso assinalar que as questões ligadas aos grandes eixos de circulação, aparentemente, não são levados em conta por Lúcio Costa para fazer o acesso à CUB. De fato, o arquiteto brasileiro não cria nenhuma grande avenida e o tema das conexões urbanas parece não preocupá-lo nem em seu projeto para a Lagoa, nem, mais tarde, em seu projeto para os terrenos próximos à Quinta.

---

<sup>15</sup> TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 270.

## 4.2 A OCUPAÇÃO DO TERRENO

Os terrenos próximos à Quinta da Boa Vista, como vimos, possuíam diversas vantagens em relação ao terreno da Praia Vermelha mas também possuíam características muito específicas que precisam ser apresentadas.



planta cadastral

### Planta de Cadastro (grifo nosso)

Fonte: CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta VI - 596

O terreno apresenta um contato mais intenso com uma malha urbana mais consolidada em sua parte sul, junto às avenidas Maracanã, rua Derby Club e rua São Francisco Xavier. Os seus outros limites são feitos, como vimos, com a Quinta da Boa Vista, bem ordenada e recoberta de vegetação, o perímetro noroeste do Morro do Telégrafo, protegido de urbanização devido ao contorno da linha férrea e, ao norte, junto à rua São Luiz Gonzaga, que possuía

um pequeno núcleo urbano que aos poucos se estreitava devido a presença de uma pequena colina nos seus fundos e que estava incluída nas áreas de desapropriações.

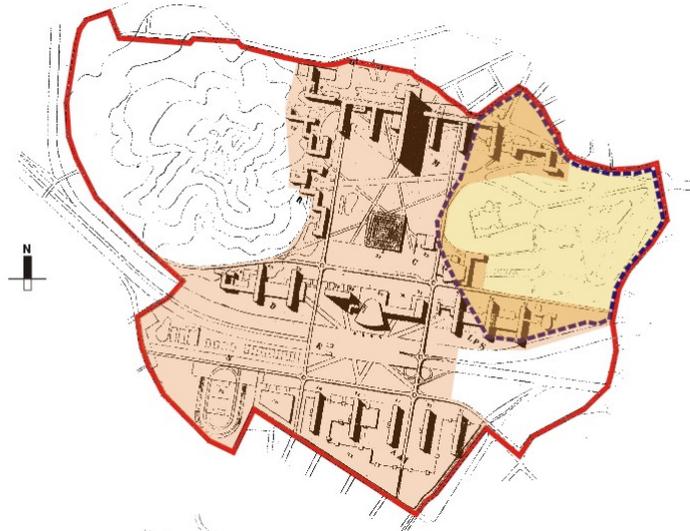
Existem duas áreas planas, uma entre dois morros, o do Telégrafo e o da Quinta da Boa Vista, e a outra no setor sul, beirando a linha férrea.

Nas imagens seguintes, podemos observar as diferentes posturas de ocupação do terreno por parte dos arquitetos. Le Corbusier e Lúcio Costa adotam uma postura muito semelhante quando optam por ocupar todo o programa apenas nestas áreas planas, com pequenas ocupações nas encostas dos morros em alguns pontos excepcionais. Os dois configuram uma Universidade mais compacta. Assim, o Morro do Telégrafo e a Quinta da Boa Vista tornam-se limites naturais do projeto. Lúcio Costa, em seu memorial, chega mesmo a chamar a parte plana do terreno de área “sã”, o que nos exemplifica sua visão das áreas com topografias acentuadas. Piacentini opta por uma ocupação total do terreno havendo mesmo uma “invasão” de terrenos que inicialmente não estavam no escopo da área destinada ao projeto<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Sobre este aspecto não foram encontrados documentos que registrassem esta nova delimitação da área de projeto por parte da Comissão.

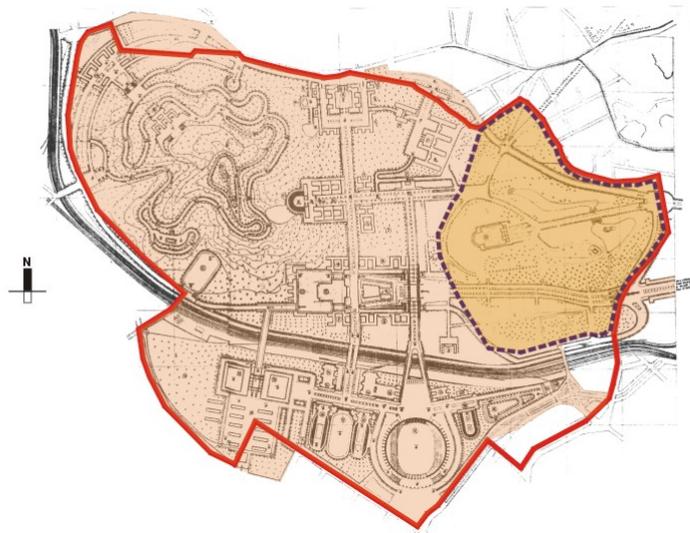
Projeto Le Corbusier



Projeto Lúcio Costa



Projeto Marcello Piacentini



LEGENDA

-  limite da área de projeto
-  área de ocupação do projeto
-  área da Quinta da Boa Vista
-  área da Quinta da Boa Vista ocupada pelo projeto

ocupação do terreno

**Planta de Situação** (grifo nosso)Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 45.**Planta de Situação** (grifo nosso)Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.**Planta de Situação** (grifo nosso)Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 103**4.3 A SETORIZAÇÃO**

A setorização do conjunto já havia sido estudada pela comissão de professores, portanto foi um dado de projeto para os arquitetos. A setorização proposta, como vimos, foi assim composta:

- setor de Medicina ou Centro Médico
- setor de Engenharia
- setor de Direito, Filosofia e Reitoria
- setor de Belas Artes
- setor de Esporte
- setor Residencial

É importante apontar que a composição destes setores é feita, em parte, de equipamentos necessários para a constituição de uma Universidade e, em parte, representa as principais faculdades e escolas já existentes no Rio de Janeiro da década de 30.

Merece destaque, dentro do setor chamado “Direito, Filosofia e Reitoria”, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que seria o elemento “nuclear” da Universidade. Sua função era “propedêutica” sendo assim uma grande inovação no esquema do ensino superior no Brasil: agora os estudantes de um determinado curso teriam aulas de algumas áreas de

conhecimento em local comum a estudantes de outros cursos. A existência deste equipamento, na verdade, era a garantia da idéia de centralização do ensino superior em uma cidade universitária pois racionalizava alguns serviços idênticos. Ernesto Souza Campos, em seu livro “Estudo sobre o Problema Universitário”, elenca as vantagens da nova Faculdade concebida como uma espécie de núcleo de “ensino básico” e, até mesmo, de “iniciação” dos alunos à vida universitária, dado o seu caráter “multidisciplinar”, ao aproximar as Ciências, as Letras e a Filosofia. Neste livro, podemos perceber que os argumentos a favor de sua criação são praticamente os mesmos argumentos para a criação de uma cidade universitária:

*(...)a) Unidade de aparelhamento, condição indispensavel para que os institutos se organizem nos moldes dos seus similares do estrangeiro, permitindo a associação do ensino e pesquisa.*

*b) Unidade de aparelhamento didactico tão necessário em nosso meio pobre em professores de sciencia pura.*

*c) Unidade de fonte bibliographica indispensavel pelo alto preço das innumeras revistas, scientificas da actualidade que assim não serão assignadas em duplicatas.*

*d) Formação de ambiente pela cooperação e critica constructiva entre os que se applicam ao mesmo ramo scientifico, condição indispensavel para producção de alto nível.<sup>17</sup>*

É importante frisar outro importante argumento que consubstancia mesmo o espírito da universidade “contemporânea”, ou seja, aquela que

congrega tanto o saber puro – “desinteressado” – como o saber profissionalizante:

*(...) Queremos o ensino de mathematica feito pelo mathematico, da physica feito pelo physico, da zoologia pelo zoologo, da botanica pelo botanico; porem mathematico, physico, zoologo e botanico que sejam realmente integrados no campo da sua sciencia, não por uma adaptação provisoria ou circunstancial, mas porque se fizeram, nos seus ramos de actividade, por vocação natural e formação universitaria acurada .<sup>18</sup>*

Para reforçar sua argumentação, Souza Campos, após analisar a aplicação do ensino propedêutico centralizado na Europa, na Ásia e na América, termina por afirmar que:

*(...) Se em nenhum paiz do mundo fosse adoptado este systema mesmo assim deveriamos emprega-lo no Brasil onde as nossas universidades, ainda em formação, precisam de um typo desta ordem, unico compatível com os nossos recursos financeiros e nossas possibilidades didacticas actuaes, que se não comparam com as dos paizes de velha civilização. Poderemos ter um bom Instituto de Physica, por exemplo, na nossa universidade. Será impossível, porém, organizar, installar e manter 5 ou 6 institutos de grande porte, em nosso meio.<sup>19</sup>*

<sup>17</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1938. p.171.

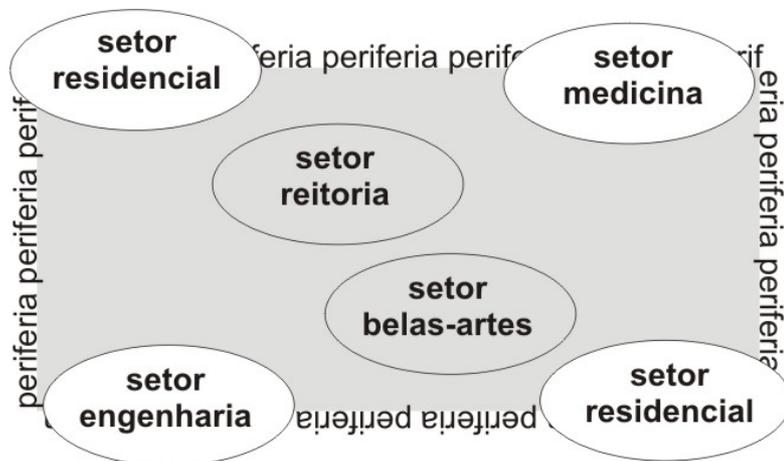
<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 166.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 171.

Esta Faculdade tornou-se tão importante que, no texto do Plano Nacional de Educação de maio de 1937, torna-se obrigatório para a constituição de uma Universidade um número mínimo de três faculdades, sendo uma delas a de Filosofia, Ciências e Letras.

Outro setor que merece destaque é o de Esportes. Para a Universidade do Brasil este setor não corresponde somente ao ensino de Educação Física mas, principalmente à criação de um equipamento de grande escala que atenderia toda a cidade, equipamento este composto por um grande estádio e seus suportes.<sup>20</sup>

A comissão de professores, como já vimos, classificou os setores entre periféricos e centrais. Para melhor compreendermos vale rever o esquema já definido no capítulo 3 desta dissertação:



**esquema periferia x centralidade proposto pela Comissão de Professores**

A compreensão e o desenvolvimento deste esquema por parte dos arquitetos se relaciona diretamente com o tempo de projeto e com as relações

destes com a comissão. Como vimos, no caso de Le Corbusier e Lúcio Costa esta relação foi conflituosa e o tempo extremamente curto o que, no caso de Piacentini, foi exatamente o contrário.

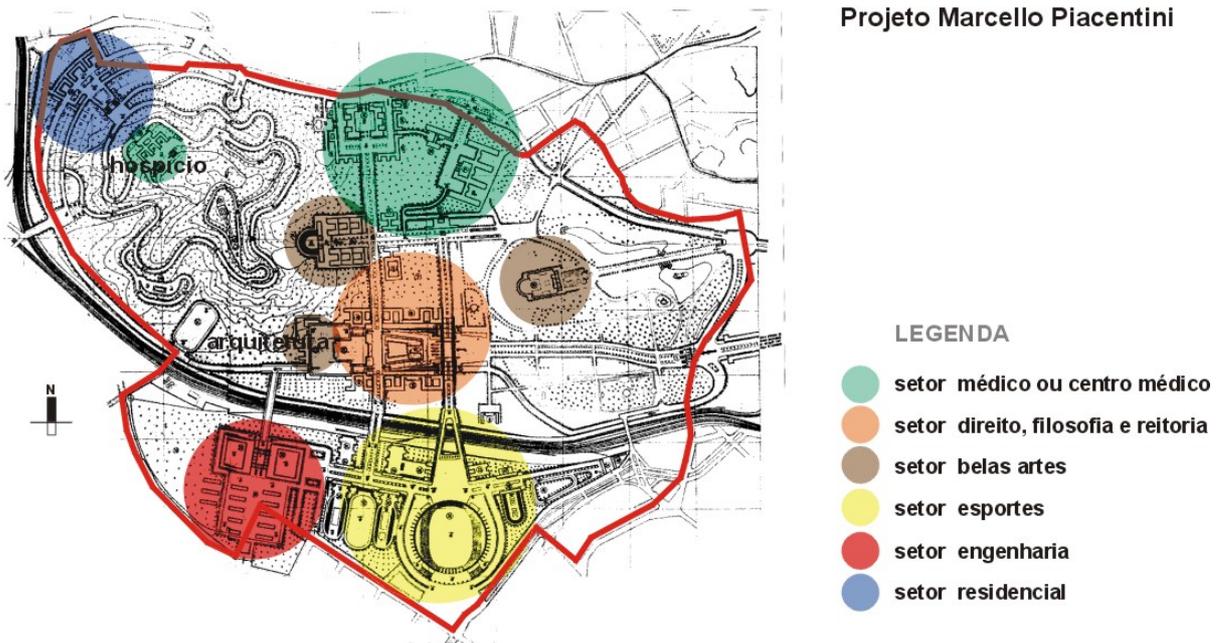
A setorização proposta pela comissão de professores corresponde, em grande parte, a uma divisão clássica das áreas do saber. Observando os projetos podemos verificar que a proposta de Marcello Piacentini é a que mais se enquadra neste pensamento, ou seja, os setores em sua proposta são bem definidos e respeitam rigorosamente a ordenação “periféricos x centrais”. Quando observamos a divisão de seu programa arquitetônico, esta idéia fica mais clara, pois os “centros” universitários coincidem perfeitamente com os setores propostos:

- Centro de Filosofia, Ciências e Letras e Administração da Universidade
- Centro Médico
- Centro de Belas Artes
- Centro de Engenharia
- Centro Esportivo

A área residencial está bem definida no projeto embora não conste como um centro separado no programa.

---

<sup>20</sup> Curiosamente, mais tarde o estádio do Maracanã foi construído no mesmo lugar especificado nos projeto para o setor de esportes.

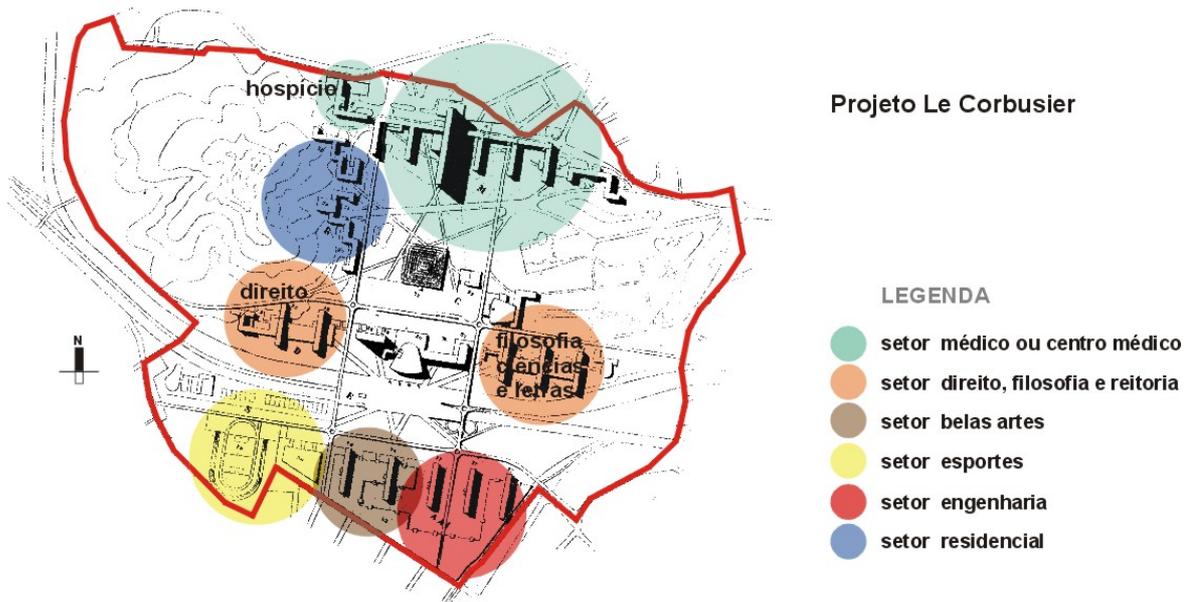


#### setorização no projeto de Marcello Piacentini

**Planta de Situação** (grifo nosso)  
Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 103

Já no projeto de Le Corbusier o esquema proposto pela comissão seria transgredido em pelo menos dois momentos. O primeiro quando o arquiteto introduz uma junção do setor de Belas Artes com o setor de Engenharia na área periférica da Universidade. O segundo momento, ao dividir o Setor de Direito, Filosofia e Reitoria proposto em Setor de Direito e Setor de Filosofia Ciências e Letras, separados fisicamente e sem a presença de uma Reitoria.

Na figura a seguir podemos verificar estas questões:



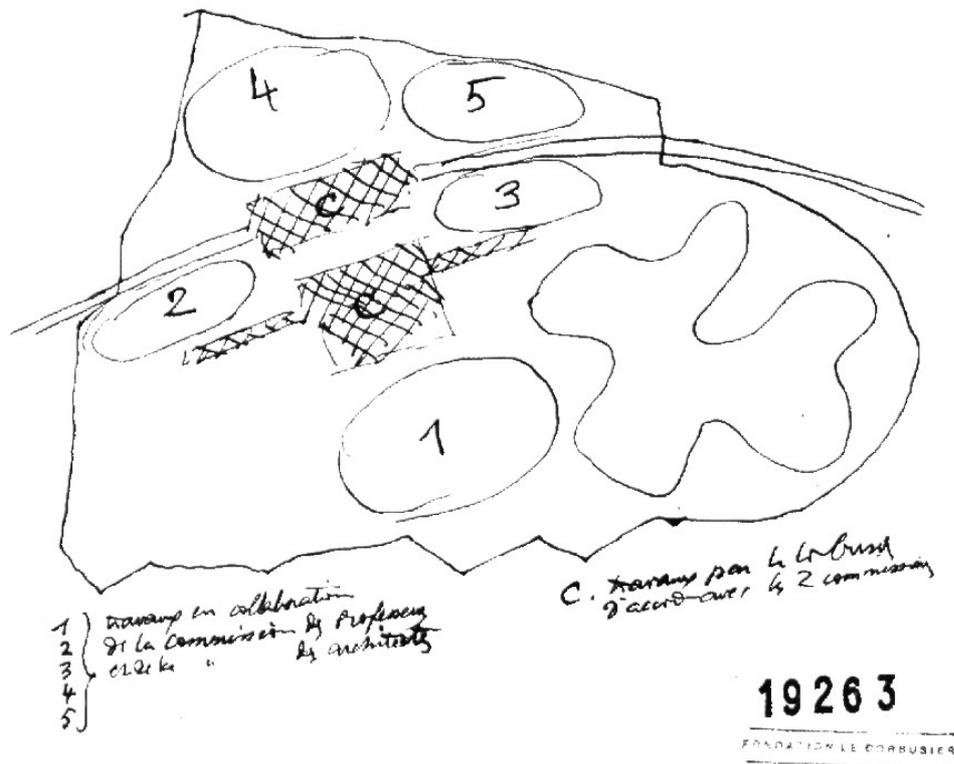
### setorização no projeto de Le Corbusier

#### Planta de Situação (grifo nosso)

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 45.

É em um dos esquemas que Le Corbusier fez para o estudo da área que percebemos uma possível explicação para a grande importância programática que o Centro de Serviços Comuns ganha em sua proposta, como já vimos nas páginas precedentes. Por outro lado também é possível compreender o porquê da centralidade espacial que o mesmo setor ganha em seu projeto.

Na verdade, é como se Le Corbusier deixasse os setores identificados com os números 1, 2, 3, 4 e 5 para serem desenvolvidos por “colaboradores” e, portanto, com uma identidade autoral menos explícita. É o setor do Centro de Serviços Comuns (agora ampliado) que se transforma no coração de sua Cidade Universitária, devendo, para tanto, trazer a sua marca de arquiteto e urbanista agindo com maior liberdade.

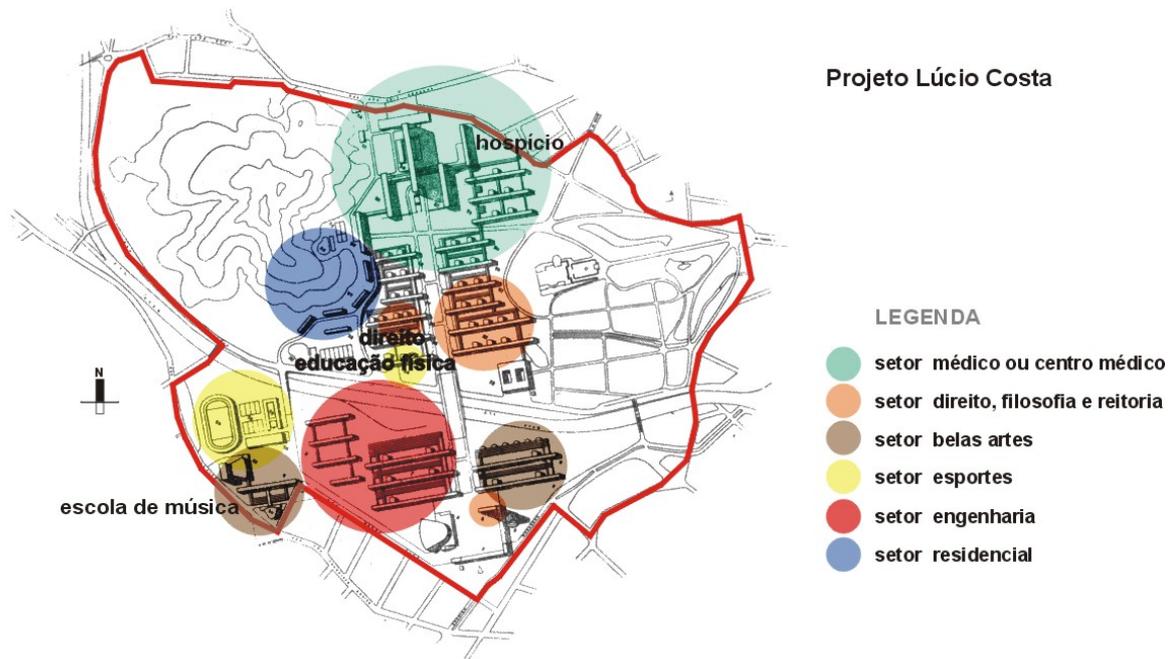


1,2,3,4,5 – Trabalhos em colaboração com a comissão de professores e arquitetos  
C – Trabalhos por Le Corbusier em acordo com as duas comissões

**FLC 19.263 – Divisão do trabalho com a Comissão**

Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. op. cit. p.163.

Embora Lúcio Costa não tivesse dividido seu programa em setores, percebemos que, de forma semelhante a Le Corbusier, ele rompe com o esquema “periferia x centralidade” ao posicionar o setor de Belas Artes próximo ao Setor Engenharia. Há uma divisão do setor de Esportes ao colocar a Escola de Educação Física na área Central. O Setor de Direito, Filosofia e Reitoria foi inteiramente desmembrado ao separar completamente a Faculdade de Direito do restante do conjunto.



#### setorização no projeto de Lúcio Costa

##### Planta de Situação (grifo nosso)

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.

Essas mudanças em relação ao esquema proposto pela comissão de professores merecem ser analisadas com mais vagar:

A separação da Escola de Música do Setor de Belas Artes no projeto de Marcello Piacentini é um bom exemplo. Ao optar por integrar o Palácio da Quinta da Boa Vista ao projeto, Piacentini se viu na necessidade de lhe dar uma função adequada no interior da Universidade. Como esta edificação na época já havia sido parcialmente reformada para abrigar uma grande sala de concertos, o arquiteto optou por definir ali sua escola de música<sup>21</sup>.

Outra escola que foi desmembrada do Setor de Belas Artes foi a Escola de Arquitetura. Neste caso, podemos afirmar que sua implantação atrás da Reitoria não se deve a um estreito laço entre esta e a Escola e sim a uma

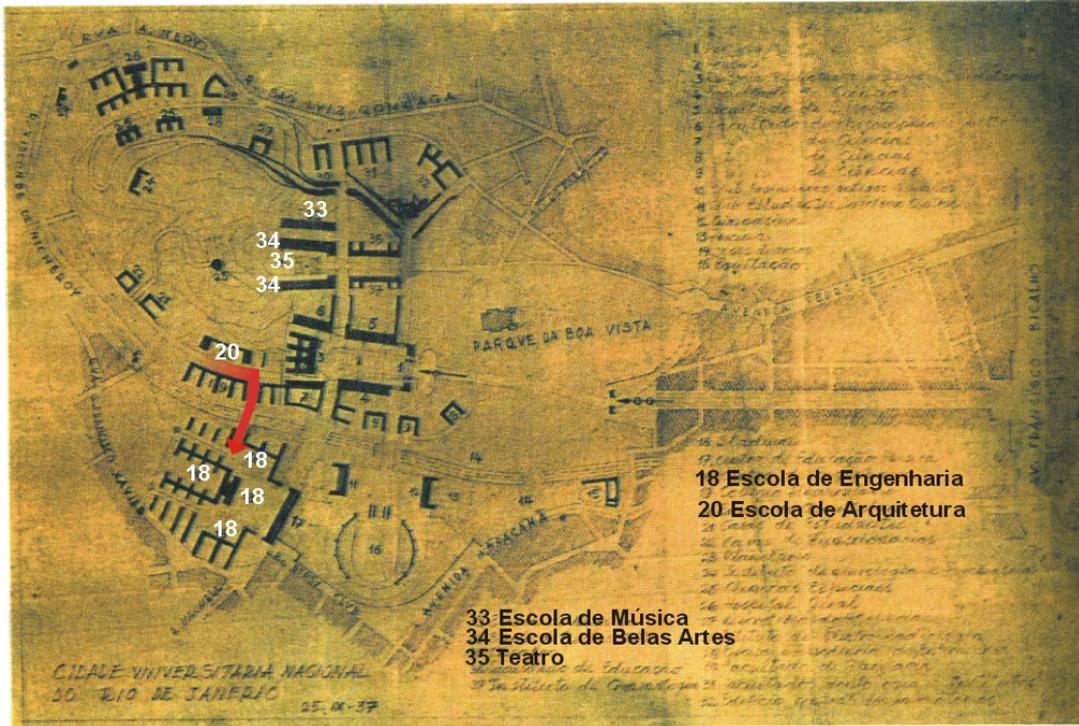
proximidade considerada, à época, desejável entre a formação de engenheiros e arquitetos, estando assim, contígua ao Setor de Engenharia. Nos diversos estudos feitos, seja por Mopurgo, quando este estava no Brasil, ou por Piacentini, em Roma, mesmo com a falta de datas que certificassem a sequência de desenvolvimento do trabalho, vemos que a aproximação e a conexão entre Arquitetura e Engenharia foi construída ao longo do processo de projeto, talvez com algumas idas e vindas.

Na figura abaixo, um dos primeiros estudos de Mopurgo para a implantação geral da UB<sup>22</sup>, percebemos que a Escola de Arquitetura está em posição próxima a do projeto final, com conexão rápida e direta com a Escola de Engenharia. O Setor de Belas Artes, por sua vez, está isolado da Arquitetura e ainda contém a Escola de Música em um de seus edifícios.

---

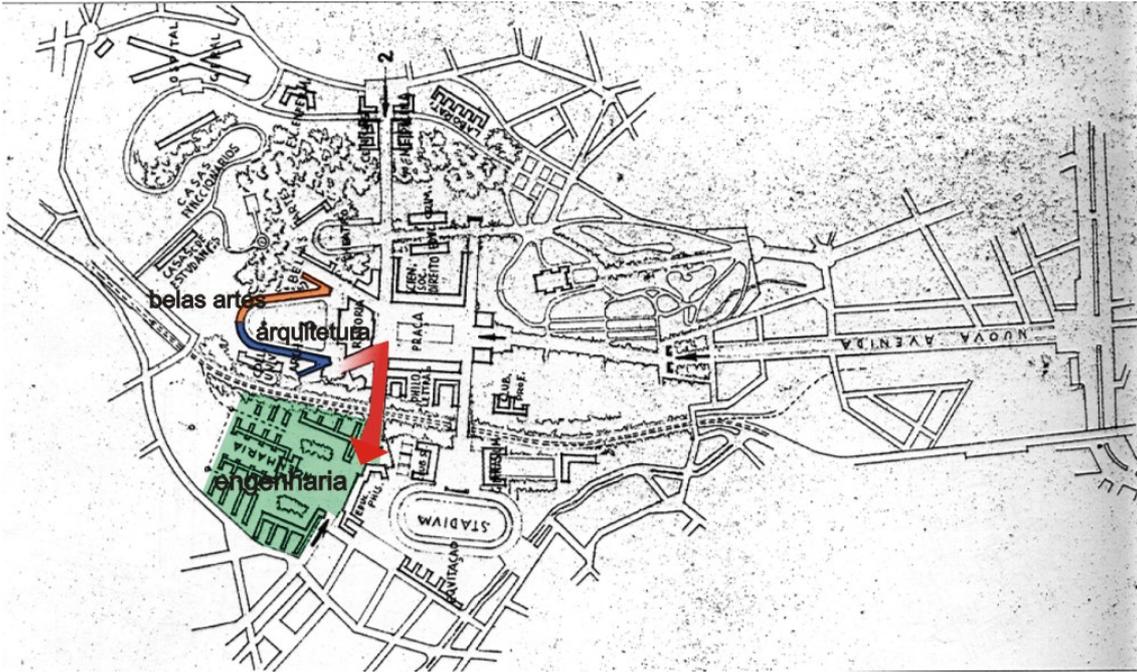
<sup>21</sup> TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 271

<sup>22</sup> Seguimos a ordem que o pesquisador Marcos Tognon apresenta em seu livro como sendo feita dentro de uma certa cronologia.



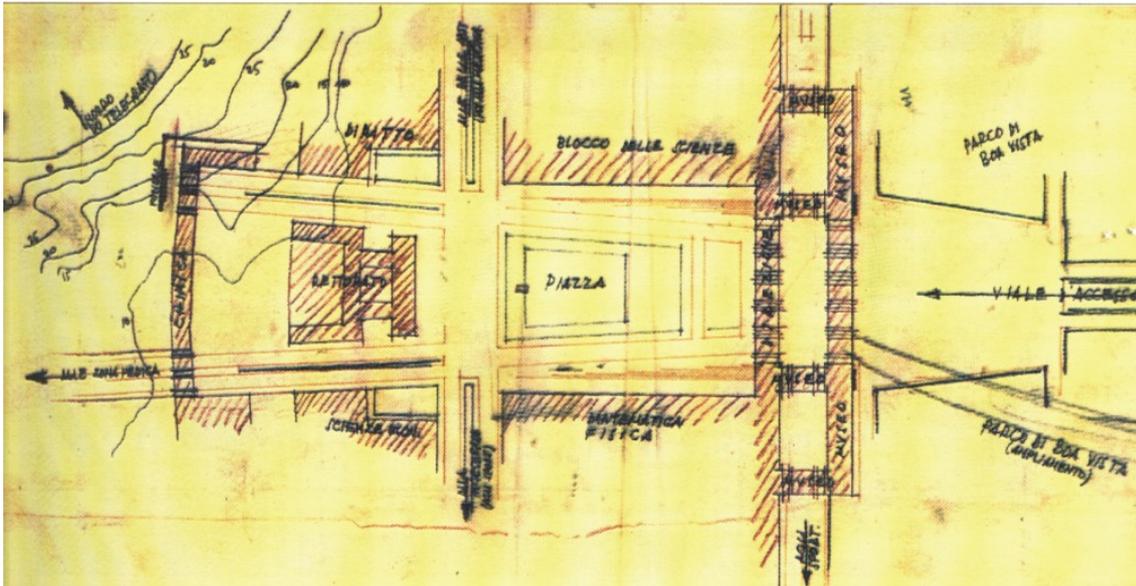
**estudo de planimetria (grifo nosso)**  
 Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 104

Noutro estudo podemos verificar uma tentativa de conectar um pouco mais a Escola de Arquitetura com o Setor de Belas Artes. A conexão com a Engenharia, neste caso acontece de forma menos direta que no primeiro, pois o viaduto de conexão com esta é feito na parte frontal da Reitoria.



**estudo de planimetria** (grifo nosso)  
Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 106

Em um dos estudos mais adiantados da Praça da Reitoria, verificamos que a idéia de um viaduto de conexão com o Setor de Engenharia, atrás da Reitoria, foi consolidada pois, neste desenho, vemos o Instituto de Química (que é parte do Setor de Engenharia) aparecendo também na fachada posterior da Reitoria



**estudo praça Reitoria** (grifo nosso)  
Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 111

Na proposta final vemos de forma clara a conexão Arquitetura x Engenharia, o que nitidamente distancia Marcello Piacentini de uma visão tradicionalista de sua disciplina. Talvez esta ligação só não seja mais estreita justamente por causa da visão de Piacentini, que entende que uma “revolução” sempre deve acontecer de forma lenta e gradual, como podemos ver em suas considerações sobre a questão do ferro na arquitetura:

*(...) É ainda necessário procurar agora uma arquitetura metálica absolutamente racional.*

*Semelhante a ouvir os discursos de hoje, referentes ao cimento armado, o material mudou mas a tese é a mesma. Também, ainda, não se queria entender o lado dos intransigentes racionalistas, que a arte é essencialmente necessidade do espírito e não simplesmente aplicação – mesmo se feita com gosto – dos recursos técnicos.*

*A revolução do ferro faliu. O reconhecido material renunciou à hegemonia e seguiu a apresentar os seus bons serviços.*

*Mas a sua aparição serviu para acelerar o ritmo da evolução em favor de uma maior audácia, acerca de uma mais espontânea liberação das formas e das proposições habituais.*<sup>23</sup>

Para Le Corbusier esta ligação entre Engenharia, Arquitetura e Belas Artes é muito mais estreita. Há mesmo uma fuga do esquema de “periferia x centralidade” proposto pela comissão, e a configuração projetual desses três campos está muito próxima e interligada. Le Corbusier justifica estas afinidades de programas no livro *Sur les quatre Routes*, escrito anos mais tarde:

*(...) No Rio de Janeiro, ao fazer o plano da cidade universitária do Brasil, situamos a faculdade de arquitetura entre o belo ambiente das oficinas e laboratórios da Faculdade de Engenheiros e, inclusive, reservamos um lugar para a Faculdade de música perto da dos físicos, pois julgamos que estas disciplinas – arquitetura e música – regem realidades físicas desde o nascimento da obra.*<sup>24</sup>

<sup>23</sup> “(...) E ancora: Bisogna cercare oramai una architettura metallica, assolutamente razionale.

*Par di sentire i discorsi d'oggi, riferiti at cemento armato: è cambiato il materiale, ma la tesi la stessa. Anche allora non si voleva capire da parte degli intransigenti razionalisti, che l'arte è essenzialmente bisogno dello spirito e non semplice applicazione - anche se fatta con gusto — delle risorse tecniche.*

*La rivoluzione del ferro fallì. Il patente materiale rinunziò alla egemonia e seguì a prestare i suoi buoni servigi all'architettura.*

*Ma la sua apparizione servì ad accelerare il ritmo dell'evoluzione verso una maggiore audacia, verso una più spontanea liberazione dalle forme e dalle proporzioni abituali.”*

PIACENTINI, Marcello. **Architettura D'oggi**. Roma: Paolo Cremonese, 1930. p. 16

<sup>24</sup> “(...) En Rio de Janeiro, al hacer el plan de la ciudad universitaria do Brasil, situamos la facultad de arquitectura entre el bello ambiente de los talleres y laboratorios de la Facultad de ingenieros e, incluso, reservamos um lugar a Facultad de música cerca de la dos físicos, pues juzgamos que estas enseñanzas – arquitectura e música – rigem realidades físicas desde el nacimiento mismo de la obra.”

CORBUSIER, Le. **Por las quatro rutas**. op. cit., p. 149-50.

Nestas propostas existem ainda críticas severas ao próprio modelo de ensino de arquitetura nas Escolas de Belas Artes, como Le Corbusier esclarece em sua conferência sobre o “Programa de uma faculdade de Arquitetura” em 1936,

*(...) Julgo ser de meu dever lutar contra as academias que são a rotina. A criação das escolas, das academias, matou a arquitetura. Pode-se andar por todo lugar, e percebe-se que tudo é hediondo, barroca, louco, de um desenho inútil. Pode-se logo diagnosticar que, na maioria dos casos, trata-se de criações das escolas de arquitetura. A instituição das escolas de arquitetura no século XIX matou a arquitetura. A Arquitetura abandonou suas bases – o ofício, a resistência dos materiais e seu emprego, seus efeitos plásticos. A arquitetura não pode nas escolas, ter contato com o âmago da questão. Não há mais controle.<sup>25</sup>*

Para Le Corbusier, havia a necessidade de conectar a arquitetura com a os avanços tecnológicos, por consequência, com o mundo “real”, por isso uma escola despregada de uma visão do seu próprio tempo poderia ser fatal,

*(...) Um mestre não deve estar na escola, ele deve estar fora da dita escola, na realidade da vida. A escola só dispensará ensinamentos científicos exatos: a resistência dos materiais, a geometria, a história, etc. O aluno tem o direito de fazer perguntas ao professor e de indagar a todo o instante onde e como seus ensinamentos dizem respeito à realidade*

---

<sup>25</sup> BARDI, P. M. **Lembranças de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil.** São Paulo: Nobel, 1984. p. 155

*construtiva. Segui cursos teóricos nas belas-artes com muitos outros, e devo confessar que aí eu não aprendi absolutamente nada, nem mesmo compreendi uma só palavra.*<sup>26</sup>

Ao lado deste seu inconformismo com o estado do ensino de arquitetura existe sempre a idéia de que os engenheiros teriam muito a ensinar aos arquitetos, como pode-se constatar no livro-manifesto “Por uma arquitetura” de Le Corbusier, publicado em 1923: “(...) Os engenheiros são viris e saudáveis, úteis e ativos, morais e alegres. Os arquitetos são desencantados e desocupados, faladores ou lúgubres”<sup>27</sup>. Mais a frente, no mesmo manifesto, temos a clareza desta diferença

*(...) Os arquitetos saídos das escolas, essas estufas onde se fabrica hortências azuis, crisântemos verdes e onde se cultivam orquídeas sujas, entram na cidade com o espírito de um leiteiro que venderia seu leite com vitríolo, com veneno.*

*Ainda se acredita, aqui e ali, nos arquitetos como se crê cegamente em todos os médicos pois é preciso que as casas não caiam! É necessário, pois, recorrer ao homem da arte! A arte, segundo Larousse, é a aplicação dos conhecimentos para a realização de uma concepção. Ora, hoje são os engenheiros, que conhecem a maneira de sustentar, de aquecer, de ventilar, de iluminar. Não é verdade?*<sup>28</sup>

<sup>26</sup> BARDI, P. M. **Lembranças de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil**. São Paulo: Nobel, 1984. p. 155

<sup>27</sup> CORBUSIER, Le. **Por uma arquitetura**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 7.

<sup>28</sup> *Ibid., loc. cit.*

A ligação entre engenharia e arquitetura, para este arquiteto, não é portanto apenas apreciável mas até imprescindível para a continuidade da existência da Arquitetura.

De forma mais contida que a de Le Corbusier, o projeto de Lúcio Costa também força uma aproximação entre a Escola de Bela Artes e a Escola de Engenharia. Como se sabe, Lúcio Costa teve a oportunidade de tentar uma reforma no ensino da Escola Nacional de Belas Artes entre 1930-1931. Esta reforma tinha objetivos semelhantes aos de Le Corbusier, como podemos verificar em uma entrevista realizada em 1930:

*(...) A divergência entre a arquitetura e a estrutura, a construção propriamente dita, tem tomado proporções simplesmente alarmantes. Em todas as grandes épocas as formas estéticas e estruturais se identificaram. Nos verdadeiros estilos, arquitetura e construção coincidem. E quanto mais perfeita a coincidência, mais puro o estilo. O Parthenon, Reims, Santa Sofia, tudo construção tudo honesto, as colunas suportam, os arcos trabalham. Nada mente. Nós fazemos exatamente o contrário – se a estrutura pede cinco, a arquitetura pede cinquenta. Procedemos da seguinte maneira: feito o arcabouço, simples, real, em concreto armado, tratamos de escondê-lo por todos os meios e modos; simulam-se arcos e contrafortes, penduram-se colunas, atarracham-se vigas de madeira às lajes de concreto. Pedra fica muito caro? Não tem importância, o pó de pedra aparelhado com as regras da estereotomia resolve o problemas. Fazemos cenografia, “estilo”, arquiologia, fazemos casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, tudo, menos*

*arquitetura.*

*A reforma visará aparelhar a escola de um ensino técnico-científico tanto quanto possível perfeito, e orientar o ensino artístico no sentido de uma perfeita harmonia com a construção. Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos históricos como orientação crítica e não para aplicação direta.<sup>29</sup>*

No projeto de Lúcio Costa também se observa uma separação da Escola de Música do setor de Belas Artes mas, desta vez, talvez por motivos bem próximos à situação deste campo do conhecimento no Brasil da década de 30.

*(...) recomendava o programa relativa independência em razão da natureza do ensino, e, principalmente, por ser frequentada também por alunos de pouca idade, devendo por isto ter acesso fácil e direto. Julgamos razoável aproveitar para tal fim a zona já reservada para o setor de esporte justamente por esses motivos, e também porque nos pareceu conveniente a vizinhança do estádio em vista do desenvolvimento que se vem dando às demonstrações espetaculares de canto orfeônico.<sup>30</sup>*

Esta preocupação da ligação singular do setor de Esportes com a Faculdade de Música, por conta das apresentações de canto orfeônico, refletia um pouco do patriotismo que este eventos vinham representando. Como se sabe, o maestro Villa-Lobos, quando foi diretor da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA) do Distrito Federal, introduziu o ensino da Música e o Canto Coral nas escolas. Como consequência do seu trabalho

<sup>29</sup> COSTA, Lúcio (1995). **Registro de uma Vivência**. 3 ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997. p. 68.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 175.

educativo, chegou a representar o Brasil no Congresso de Educação Musical em Praga.

Com o apoio do então Presidente da República, Getúlio Vargas, organizou Concentrações Orfeônicas grandiosas que chegaram a reunir, sob sua regência, até 40 mil escolares cantando hinos patrióticos<sup>31</sup>. Sem dúvida era uma concentração cívica de expressão significativa:

Havia então uma intenção civilizatória, como o próprio Villa Lobos esclarece em folhetos explicativos de suas exposições:

*(...) no estrangeiro, pensava-se que o brasileiro era desprovido de vontade e de espírito de cooperação, que vivia disperso, sem unidade de ação, sem a coesão necessária à formação de uma grande nacionalidade. No entanto, isso seria corrigido pela educação e pelo canto. “O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria!”<sup>32</sup>*

Um outro item programático que sofreria mudanças em sua localização nos projetos é o Hospício, que foi localizado, por Piacentini, de forma isolada no Morro do Telégrafo, afastado mesmo do Setor de Medicina. Deve-se frisar que o projeto de Piacentini é quase a conclusão do pensamento da Comissão e, por consequência, da Comissão de Medicina que entendia as particularidades da questão psiquiátrica no Brasil.

---

<sup>31</sup> <http://www.museuvillalobos.org.br/mvl1.htm>

<sup>32</sup> A citação é uma tradução de sua conferência em Praga.

É importante destacar algumas datas para melhor entender o estado da questão: o Hospício é fruto de um longo debate que se inicia na década de 30 do século XIX, quando aparecem os primeiros protestos médicos contra a situação dos loucos no Hospital da Santa Casa de Misericórdia e a favor da criação de um hospício de alienados que só veio a ser inaugurado em 1852. Em 1912 a psiquiatria torna-se especialidade autônoma e em 1930 o Serviço de Assistência aos Doentes Mentais do Distrito Federal passa a ser incorporado ao Ministério de Educação e Saúde<sup>33</sup>.

Este programa era, de certo modo, pouco usual para os arquitetos. Desde o século XIX, o hospício vinha sendo considerado uma instituição que deveria ficar fora dos limites urbanos e, além do mais, podemos ver que a própria natureza do espaço arquitetônico era, antes de tudo, uma questão médica, como nos aponta o pesquisador Roberto Machado:

*(...) A circulação regulamentar – que as imperfeições arquitetônicas em si mesmo impossibilitam, causando a indisciplina – tem como fundamento a idéia de Esquirol de que “o plano de um hospício de alienados não é algo indiferente que se possa abandonar aos arquitetos”. E a razão é que, mais do que um simples edifício, o hospício é um “instrumento de cura”: no hospício o que cura é o próprio hospício, é a organização do espaço e a conseqüente localização do indivíduo em seu interior.*<sup>34</sup>

---

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA Vanda Maria Ribeiro Costa. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.108.

<sup>33</sup> COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: editora documentário, 1976. p.24-5.

<sup>34</sup> MACHADO, Roberto, LOUREIRO, Angela, LUZ, Rogerio, MURICY. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p.434.

Sendo assim, o isolamento do Sanatório, assim como a simetria e a divisão em pavilhões para diferentes tipos de doentes no projeto de Piacentini, na verdade, reflete o pensamento médico ainda vigente à época sobre este programa<sup>35</sup>.

Nos projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa, podemos observar que estas condições médicas não são categoricamente respeitadas. No projeto de Le Corbusier, por exemplo, a área dos “Alienados” foi desenvolvida em edifício independente, porém integrada, à área médica, e é composta principalmente por um bloco com apenas duas alas. No projeto de Lúcio Costa, embora o Sanatório não esteja determinado como um item específico e autônomo, a área de psiquiatria e neurologia é composta por apenas um edifício em bloco e possui um pátio cercado que serviria de espaço de descanso para os pacientes.

---

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 432-3

#### 4.4 A IMPLANTAÇÃO

Como já foi explicado no capítulo anterior, o entrosamento entre Le Corbusier e a Comissão de Professores foi deveras tumultuado. Vários fatores contribuíram para que se chegasse neste estado de coisas, uma delas foi justamente a implantação da CUB no terreno. Aparentemente, por várias vezes, pode ter havido uma real falha de comunicação entre as partes, embora também seja possível que tenha ocorrido um abuso no respeito aos limites de decisão de parte a parte.

Le Corbusier desenvolveu uma implantação onde as edificações ocupam as encostas do terreno deixando a área central praticamente livre, vazia, com algumas poucas edificações que, de forma geral, seriam de acesso livre à toda a comunidade universitária (Museu do Conhecimento, música de câmara, biblioteca geral, grande auditório). Na verdade, ele havia recebido um esboço de implantação, elaborado pelo Escritório Técnico da Comissão do Plano da Universidade, que deveria lhe servir como base.

Le Corbusier não interpretou este esboço da forma desejada pela comissão. Em sua defesa do anteprojeto, o arquiteto dá o tom de sua interpretação iniciando assim mais uma polêmica:

*(...)Um projeto de ocupação do terreno foi desenvolvido provisoriamente pelos cuidados da comissão de professores e compreende aproximadamente trinta edifícios disseminados sobre o terreno da Cidade.*

*O Senhor Souza Campos declarou-me formalmente que este projeto não possuía nenhum valor e não tinha nenhuma outra intenção senão a de dar conta se o território da Quinta poderia*

*receber os serviços universitários previstos. Eu ouvi com prazer esta declaração pois continuo a afirmar que uma implantação com os edifícios disseminados no terreno da Quinta, edifícios dispostos em mosaico, com orientações diferentes, seria um desastre arquitetônico.*

*O plano que me foi mostrado é o próprio terror arquitetural, mas eu já não tenho nenhuma inquietude pois o Senhor Souza Campos declarou que este plano, em seu espírito, não tem significação.<sup>36</sup>*

Ora, os diretores do Escritório Técnico, em relatório de 13 de agosto de 1936, reagindo ao projeto de Le Corbusier, registram que a real afirmação de Souza Campos foi a de que os estudos foram elaborados antes da escolha do terreno, em um breve espaço de tempo de duas semanas. A afirmação, entretanto, de ausência de valor destes estudos em função do tempo seria uma conclusão equivocada, já que representavam ideais da Comissão, e também foram desenvolvidos seguindo os princípios adotados para a área pelo arquiteto “de renome mundial”, Marcello Piacentini<sup>37</sup>.

Talvez inocentemente os professores comparam a proposta de Corbusier com a de Piacentini, sem entender a grande distância entre a resposta urbana destes dois grandes arquitetos. E é aqui que entendemos um

<sup>36</sup> “(...)Un projet d’occupation du terrain a été établi provisoirement par les soins de la commission des professeurs qui comprend une trentaine d’édifices disséminés sur le terrain de la Cité.

*Monsieur Souza Campos m’a déclaré formellement que ce projet n’a aucune valeur et qu’il n’avait pas poursuivi d’autre intention que de se rendre compte si le territoire de la Quinta pourrait recevoir les services universitaires prévus. J’ai donc entendu avec plaisir cette déclaration car je tiens à affirmer qu’une implantation disséminée d’édifices sur le terrain de la Quinta, édifices disposés en mosaïque, avec des orientations différentes, serait un désastre architectural.*

*Le plan qui m’a été montré est le propre du chaca au point de vue architectural, mais je n’ai aucune inquiétude puisque Monsier Souza Campos déclare que ce plan, dans son esprit, n’a aucune signification.”*

CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GC 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 321-326. p.7-8.

pouco mais a polêmica que marcaria a divergência de visões entre a Comissão de Professores – representada pela direção do Escritório – e Le Corbusier.

A implantação de Le Corbusier é claramente diferente de uma cidade tradicional, os blocos dos edifícios são soltos no terreno, não existem ruas, mas autopistas de circulação rápida independentes em relação aos edifícios. Na parte sul do terreno foi criada uma massa construída que, ao acompanhar os limites do terreno e por consequência da própria rua, define, juntamente com esta e os edifícios construídos do outro lado, uma rua tradicional. Esta postura demonstra o desejo de Le Corbusier em compor um novo cenário para o enquadramento visual das edificações da Engenharia, Belas-Artes e Arquitetura, talvez por considerar as construções existentes de má qualidade.

Para Matheus Gorovitz, em seu livro “Os Riscos do Projeto”, a implantação de Le Corbusier foi principalmente direcionada pela linha férrea,

*(...) De fato, não cremos nos equivocarmos ao aventar a hipótese de que uma das primeiras deliberações, a que fixa a orientação dominante adotada para a malha e para todas as edificações, se baseia na orientação dos trilhos da via férrea que atravessa o terreno – referência preexistente ao lançamento do partido. Em decorrência desta deliberação, a estrada de ferro se incorpora como elemento inerente, articulando-se organicamente com os outros aspectos do projeto (...).<sup>38</sup>*

Esta hipótese, ao nosso ver, está correta também pelos motivos expostos no item “Linha Férrea”. Realmente a sua relação com outros eixos

---

<sup>37</sup> *Ibid., loc. cit.*

viários, baseada sempre em uma estrutura quadrangular e ordenada, cria uma certa harmonia entre ela e todo o projeto.

Este princípio de projeto foi definitivo para o lançamento da malha de viadutos, mas o principal componente do partido de Corbusier são os espaços vazios e as vistas longas.

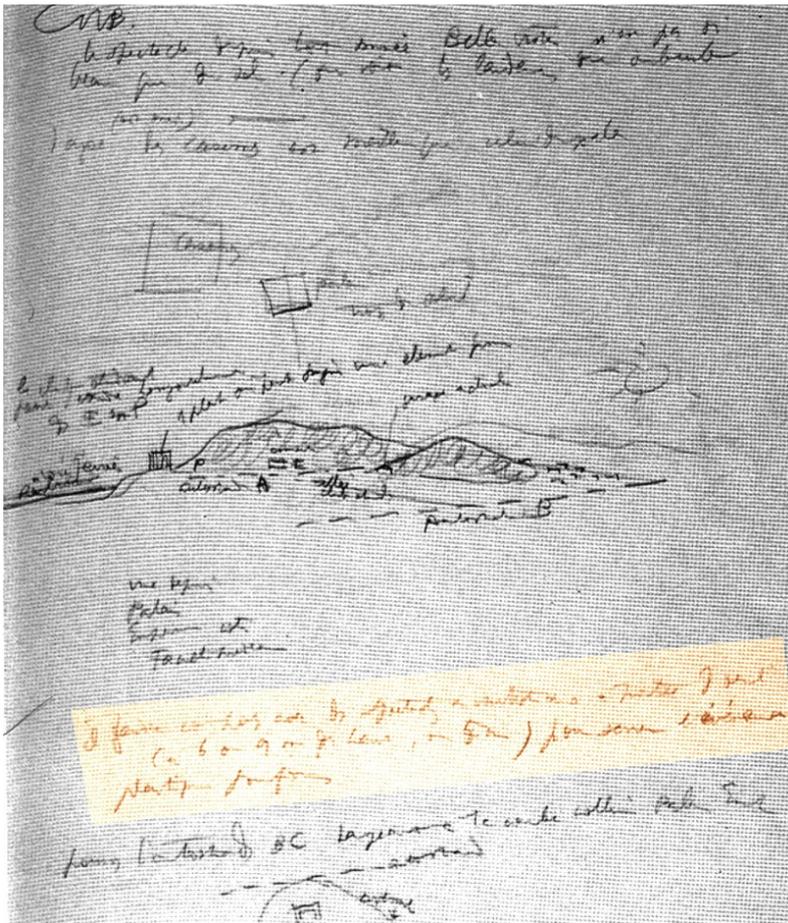
É importante assinalar que o projeto de Le Corbusier não levou em conta a orientação solar, por sinal esta foi mais uma das críticas da Comissão de Professores. O eixo adotado por Le Corbusier, acompanhando a linha férrea com as arquiteturas em sentido norte-sul, representam a pior orientação para o estudo nos trópicos. A sua opção se baseou no uso de ar condicionado em todas as salas. Essa crença no poder das máquinas, e nas revoluções que elas poderiam causar na arquitetura, é uma das principais características do pensamento do arquiteto nestes anos. É preciso dizer que mesmo sua proposta da rede de viadutos se baseia nesta visão de mundo.

O vazio central criado é uma intenção deliberada de se fazer um projeto onde as visadas para o entorno privilegiariam o olhar de quem está na Universidade.

Seu projeto foi também concebido para se ver de cima: é justamente o movimento entre os diversos edifícios que conformam o espetáculo arquitetural como ele próprio descreve em um de seus croquis:

---

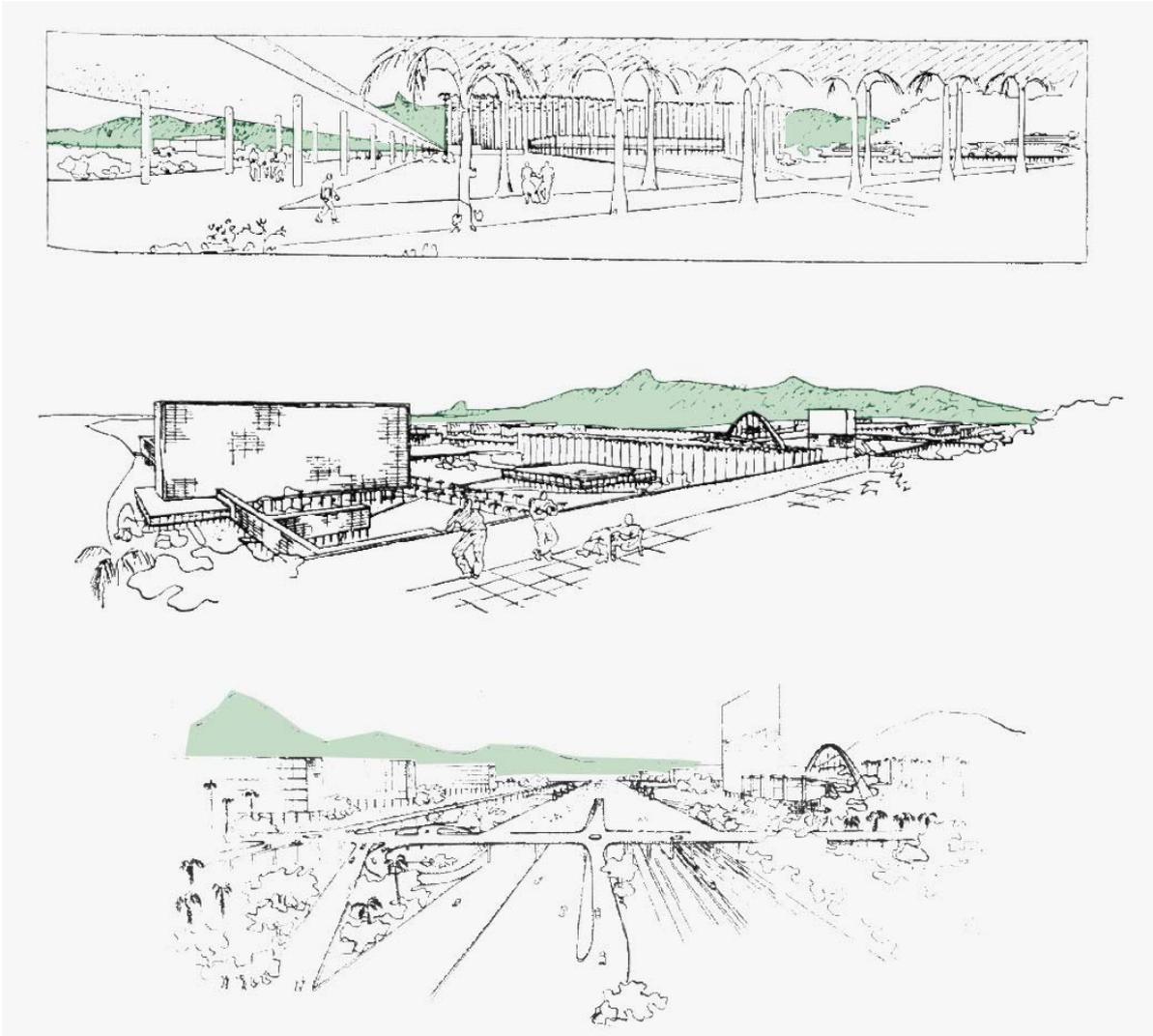
<sup>38</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GC 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 321-326. p.9



Carnê nº6 - 5039 (grifo nosso)

Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. op. cit. p.163

É importante frisar que os edifícios, embora importantes, dividem a cena com a paisagem natural que, em seu projeto para a CUB, é presença constante em todas as perspectivas.

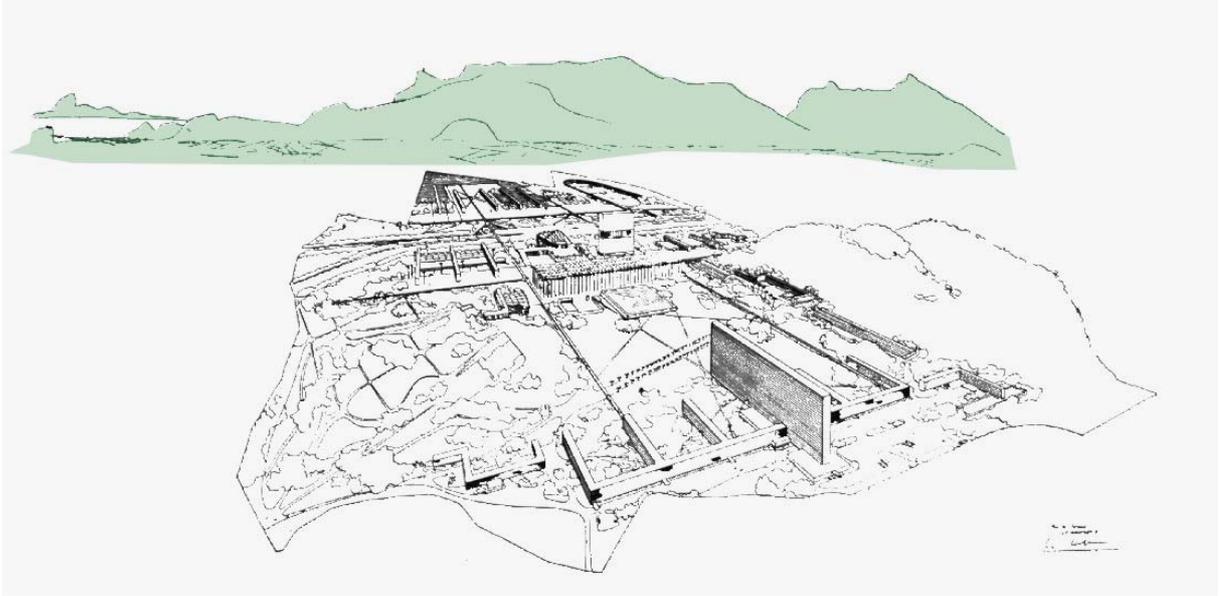


**vista do museu do conhecimento e da esplanada das 10000 palmeiras imperiais (grifo nosso)**  
Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 42.

**vista da Faculdade de Medicina vista do Clube dos Estudantes**  
Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 42.

**Plataforma sobre estrada de ferro (grifo nosso)**  
Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. *op. cit.* p.163

Mesmo tendo um elemento de grande importância no final da composição ao norte – o hospital –, em relação aos edifícios ao sul, Le Corbusier subverte esta leitura ao fazer a perspectiva principal no sentido norte-sul valorizando assim a paisagem da Baía da Guanabara .



**vista geral da Cidade Universitária do Brasil** (grifo nosso)  
Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 43.

Todas as visuais são liberadas para o horizonte, apenas dois edifícios são verticais o suficiente para se destacarem na composição – o Hospital e a Biblioteca. O primeiro bloqueia apenas a face norte do terreno, onde não há interesse na paisagem, e o segundo é colocado à direita da vista que Le Corbusier define como principal, o que reforça as visuais para o Corcovado e as cadeias de montanhas em direção ao mar. O Museu do Conhecimento não segue completamente o esquema do “Museu Mundial” de 1928, ou seja, uma estrutura espiralada-piramidal, porque, neste caso, seria mais uma interrupção na paisagem.

Esta preocupação de Le Corbusier foi expressa por ele mesmo em uma carta a Carlos Leão quando, em 1939, fica sabendo que este último estava responsável pelo escritório técnico da Universidade. Nesta ocasião, o arquiteto francês expõe suas críticas ao projeto de Lúcio Costa principalmente sob o aspecto que mais o incomodava,

*(...) Esse projeto preocupava-me, de um lado, pelo fato que os prédios pareciam-me mal orientados, quer dizer, tampando completamente a perspectiva para a luz e para as montanhas, e pela implantação muito fechada dos mesmos.<sup>39</sup>*

De fato, Lúcio Costa desenvolve um projeto que, visto sob este critério de Le Corbusier, seria exatamente o oposto. Em carta de 31 de Dezembro de 1936, o arquiteto brasileiro contrapõe e detalha ainda mais as diferenças entre as propostas. Lúcio Costa escreve,

*(...) No dia 12 de outubro apresentamos a Capanema nosso anteprojeto que, em consequência do seu [Le Corbusier], adotava entretanto um partido por assim dizer oposto – adaptando-se às **circunstâncias**: em lugar de uma vista imediata e grandiosa de todo o conjunto, impressões que se desenvolvem sucessivamente durante o percurso do campus. Dentro dos nossos limites e na “nossa escala”, o projeto está bom. Incorporamos desde agora ao projeto – a fim de tornar possível, mais tarde, uma “encomenda” – seu auditório.<sup>40</sup> (grifo nosso)*

Estas “circunstâncias” são esclarecidas na carta de 12 de Julho de 1937,

*(...) a comissão de professores – encabeçada por Amaral e Campos – recusa, sem compreender nada, o seu belo projeto. Quanto a nós, tendo dois meses para apresentar uma nova solução, fizemos o melhor possível, ainda que nos adaptando*

<sup>39</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et al. *Op. cit.* p.191

<sup>40</sup> CORBUSIER, Le. **Quando las catedrales eram blancas**. Buenos Aires: Editorial Poseidon, 1973. 294p p.195

às circunstâncias, **pois era necessário encher o terreno de construções**.(...)<sup>41</sup> (grifo nosso)

Quando a Comissão de Professores chama Lúcio Costa e sua equipe para o desenvolvimento de uma nova proposta, ficam expressamente claras as críticas à implantação do projeto de Corbusier, deixando como alternativa para o arquiteto brasileiro a estruturação de uma implantação que deveria ser praticamente o oposto. Em uma entrevista, anos mais tarde, Lúcio Costa reiterava,

*(...) Isso [a proposta] é o resultado de uma imposição programática da comissão de professores que quis concentrar, aproveitar a parte plana, (...) queriam concentrar. Então resultou esta coisa concentrada. Ficou um exército, uma tropa. Mas interessante, isso é um projeto bem interessante.*<sup>42</sup>

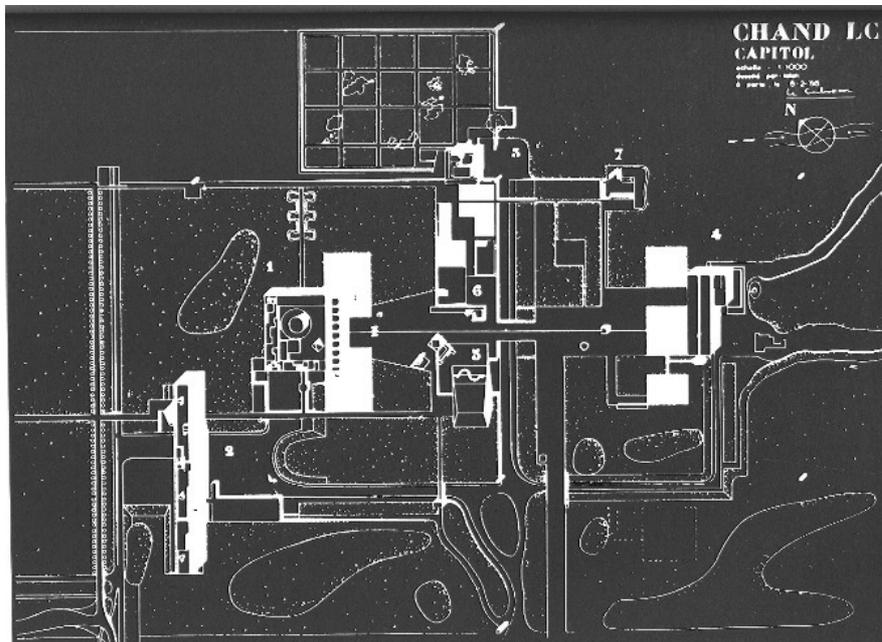
Estas informações são importantes para destacar que Lúcio Costa não considerava a implantação “espontânea” e “aberta” (nas palavras do próprio Lúcio Costa) de Le Corbusier como um equívoco e, muito menos, acreditava que a imposição da Comissão em fazer uma implantação mais fechada, ocupando toda a área central, seria um defeito *a priori*. Esta imposição ajudou Lúcio Costa a refletir sobre o eixo que, no mínimo, tornou-se um grande exercício para o projeto de Brasília.

<sup>41</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. **Le Corbusier e o Brasil**. op. cit., p.143

<sup>42</sup> GOROVITZ, Mateus. **Os riscos do projeto: Universidade do Brasil, 1936**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1989. 2v. (Dissertação de Mestrado). p.21

Este “confronto até engraçado”<sup>43</sup> entre ambas as partes, como o próprio Lúcio Costa definiria, representa uma grande diferença na concepção espacial urbana dos dois arquitetos, que se estenderia até mesmo no projeto de Brasília e Chandigarh. Em entrevista a Matheus Gorovitz, Lúcio Costa traça um paralelo entre as diferenças observáveis no projeto da CUB e das duas capitais:

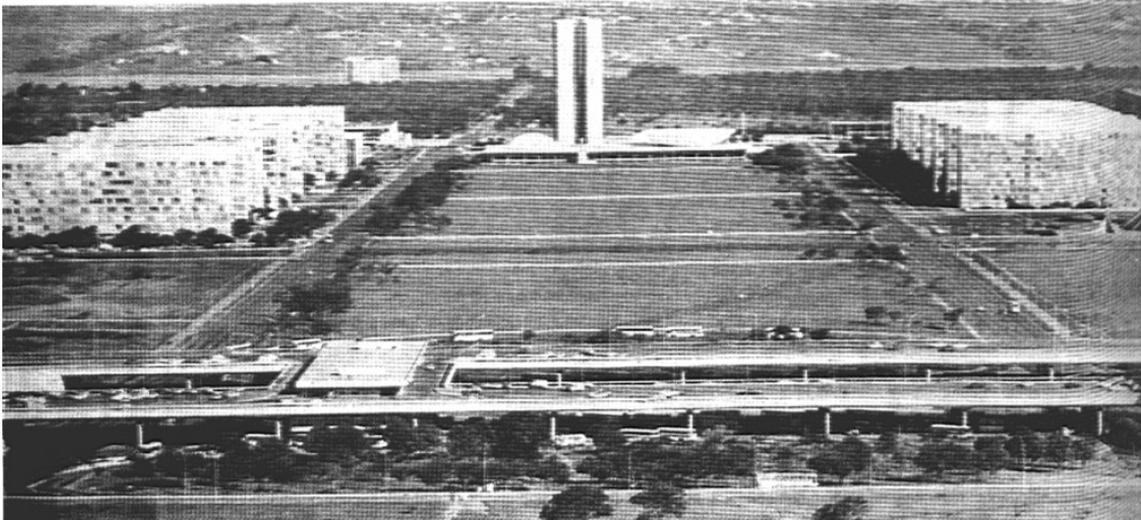
*(...) Chandigarh é exatamente aquela coisa aberta, aquela coisa belíssima, coisa de uma força extraordinária, aquela coisa fantástica. Agora Brasília (...) esse plano da Cidade Universitária já é uma espécie de embrião da concepção de Brasília, porque você tem ali aquela coisa do eixo. O eixo muito marcado, (...).*<sup>44</sup>



**planimetria geral do Capitol de Chandigarh**

Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 725.

<sup>43</sup> *Ibid.* p.3



**foto Eixo Monumenta de Brasília**

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.312.

E comentando a própria idéia de “eixo” na composição da Cidade Universitária e de Brasília, acrescentaria:

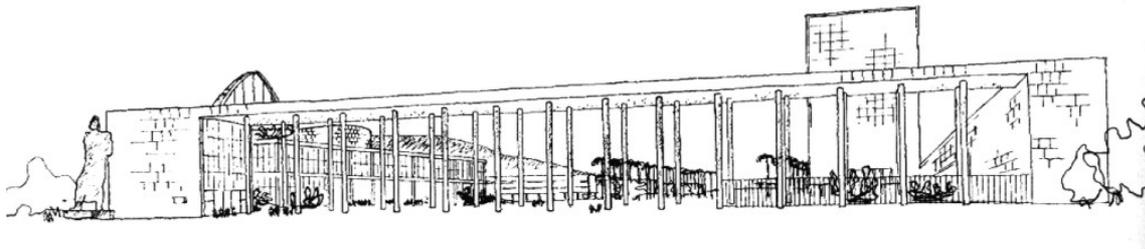
*(...) tudo isso é acadêmico não? É meu fundo acadêmico. Você não conhece aquela estória que contam que na faculdade ou numa escola... Então tem aqueles questionários, que eles têm mania de fazer questionários para os alunos responderem, então pediram a indicação de um arquiteto brasileiro do século XIX, então um deles botou Lúcio Costa. Ele sem querer estava fazendo uma mancada, mas acertando no alvo, porque eu de fato tenho muito da formação acadêmica do século XIX, inclusive até essa paixão por Paris.<sup>45</sup>*

As visadas em seu projeto são preferencialmente focadas a partir do grande eixo. O morro do Telégrafo e o morro da Quinta da Boa Vista são

<sup>44</sup> *Ibid.* p.10

<sup>45</sup> *Ibid.* p.23

praticamente ignorados, pois a paisagem que interessa ao arquiteto brasileiro é justamente a paisagem construída vista deste longo elemento de estruturação do seu “exército” de edifícios. O eixo busca atender as necessidades internas do mesmo - conexão entre partes definidas, conforto ambiental - sem se preocupar com o longínquo perfil da cadeia de montanhas que enquadram a Baía da Guanabara. Aqui também as perspectivas podem colaborar para esta análise quando percebemos que restringem seu foco apenas nos elementos projetados.



**perspectiva pórtico** (grifo nosso)  
Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.184.

**perspectiva Aula Magna-Auditório** (grifo nosso)  
Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.184.

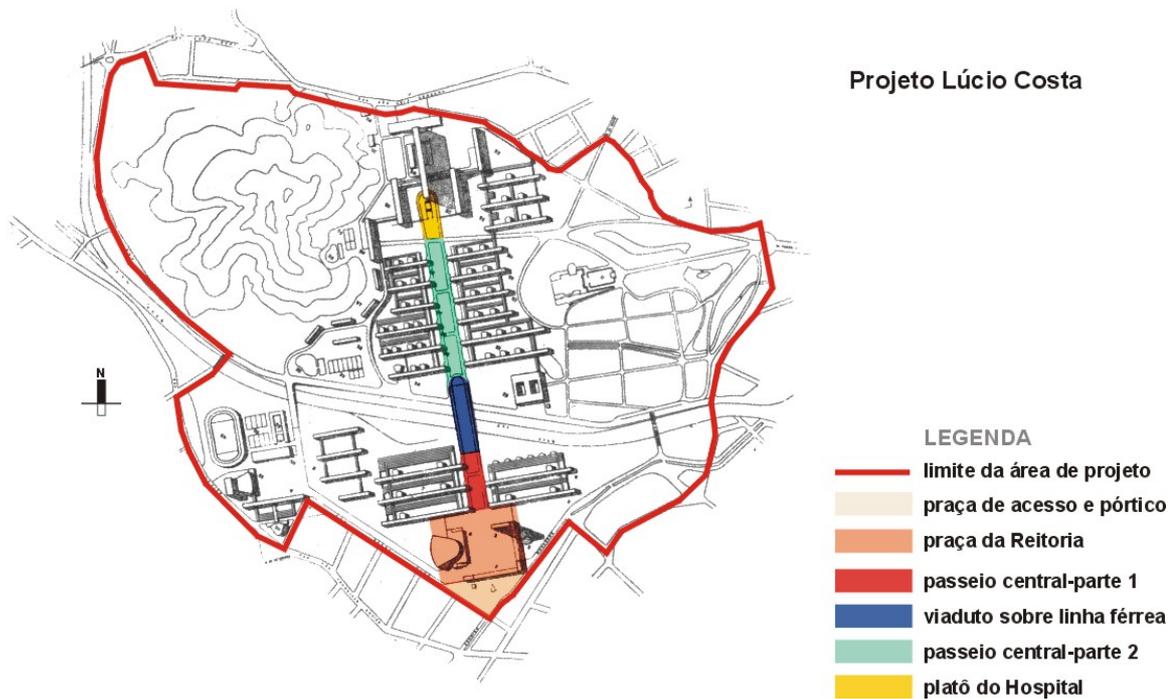
Do mesmo modo é notável que nem mesmo quando Lúcio Costa comenta os três elementos que compõem o partido, ou seja, a orientação, a circulação e a localização dos edifícios centrais, ele faz referência à paisagem.

O eixo, por sua vez, se apresenta como resposta ideal para estes três elementos:

Sua “*direção*” é feita a partir de um estudo do gráfico solar do professor Domingos da Silva Cunha, que dava algumas diretrizes para o projeto. A preocupação com a questão solar já era um antigo tema de trabalho de Lúcio Costa – em boa parte de sua defesa de uma arquitetura que aliasse o espírito moderno com as lições do passado, verificamos a valorização de elementos que amenizam o severo clima tropical. Quanto à necessária “*circulação*”, citada no texto justificativo do projeto, também é resolvida pelo eixo que favorece fácil acesso às diferentes unidades e uma ligação mais direta entre elas. Ora, com isso, também resolve-se a questão da “*localização dos edifícios centrais*”, pois todos os blocos construídos ficam em posição privilegiada para acesso e escoamento de grandes massas.

Lúcio Costa demonstra a importância do gesto do arquiteto na construção de paisagem própria ao fazer o grande eixo com os edifícios em forma de “*pelotão*”, definindo e direcionando o olhar em relação ao que deve ser visto. Principalmente, ele demonstra a importância que atribui ao controle dos diferentes trajetos, sobretudo, o do pedestre.

Assim, neste espaço que ele próprio temia se tornar monótono – o eixo principal -, Lúcio Costa projeta seis impressões distintas do pedestre durante o percurso, criando diversidades espaciais no trajeto.



### sistema de impressões no projeto de Lúcio Costa

**planta de situação** (grifo nosso)

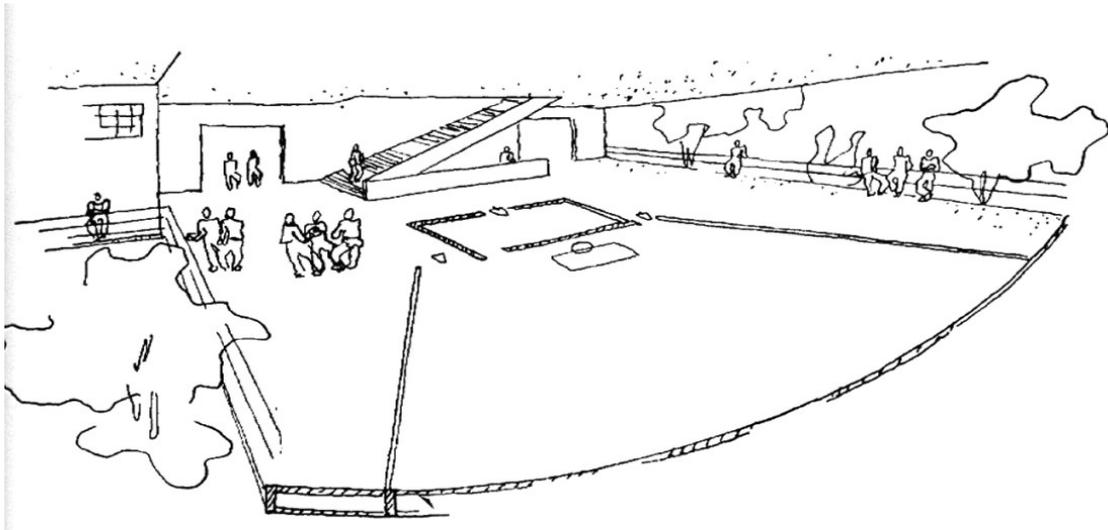
Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.

Esse processo reflete uma preocupação com uma relação de escala pretendida por Lúcio Costa no grande eixo. O termo “monumental” era palavra de ordem, mas quando entramos nas laterais deste eixo a escala se torna menor e mais proporcional ao homem. Lúcio Costa procura ter o maior controle possível dessas sucessivas séries de relações e escalas que deveriam “sensibilizar” os usuários da CUB.

É nas laterais do projeto que Lúcio Costa trabalha a questão dos pátios a partir de um problema de implantação:

*(...) como conciliar com efeito, a conveniência de uma planta uniforme – o que só pode admitir uma planta contínua – com as vantagens do isolamento que subentende uma planta fechada?*

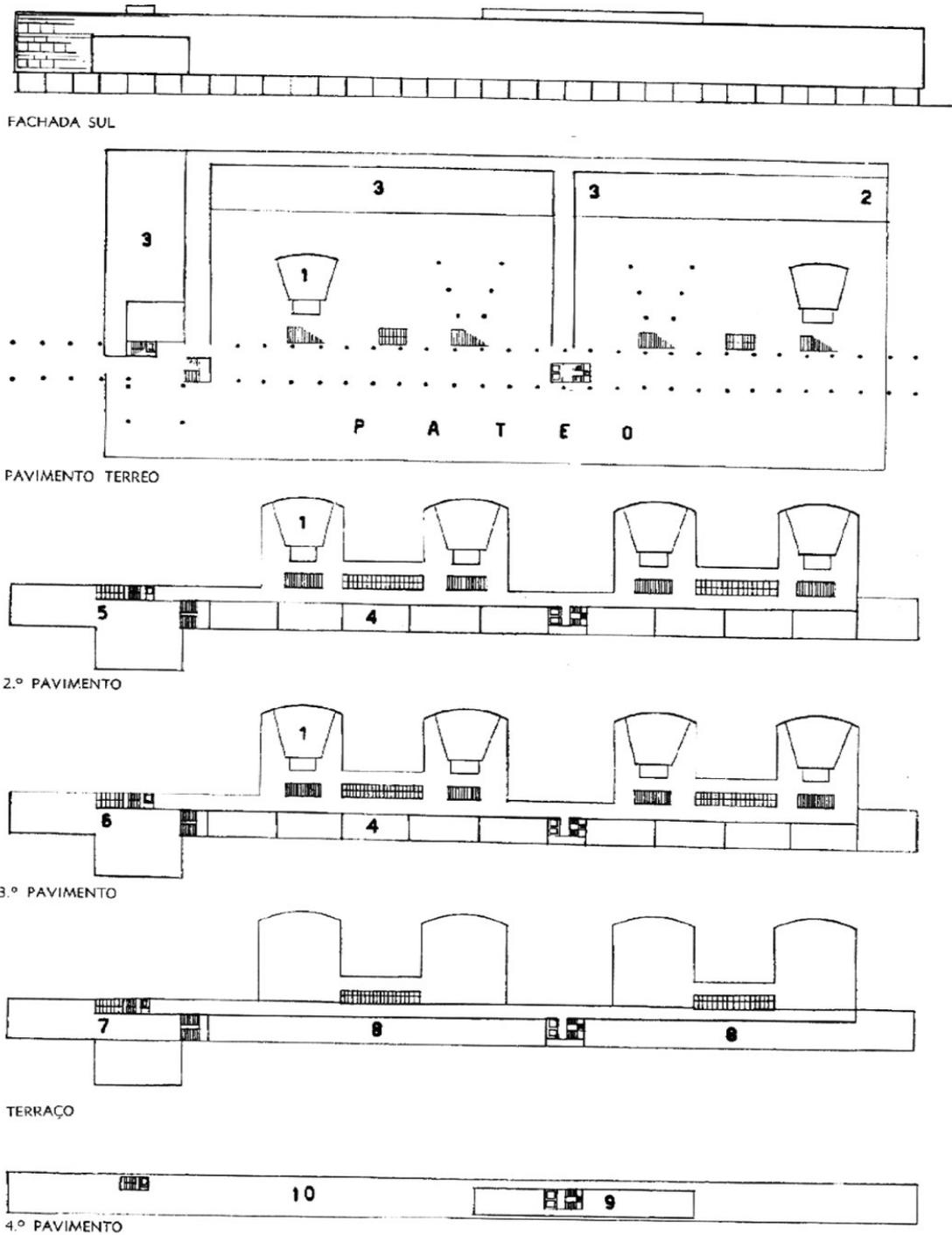
*E, por outro lado, como aplicar o aspecto atraente dos pátios tradicionais, quando estas áreas internas vem sendo há muito condenadas, e com razão, em toda parte? É que o pátio, construção de pouca altura – quase sempre vazada no térreo – perde esse caráter de aconchego e recolhimento que lhe é peculiar à medida que se aumenta o número de pavimentos, adquirindo, então, esse aspecto fechado e sombrio da área interna. Essa observação vai nos trazer a solução desejada: deixar os corpos principais das escolas contínuos, com orientação uniforme e naturalmente abertos ao rés-do-chão, fechando –se porém, todo o perímetro da área destinada a cada uma delas com construções e pórticos murados de ligação.*<sup>46</sup>



**aula teórica - circulação**

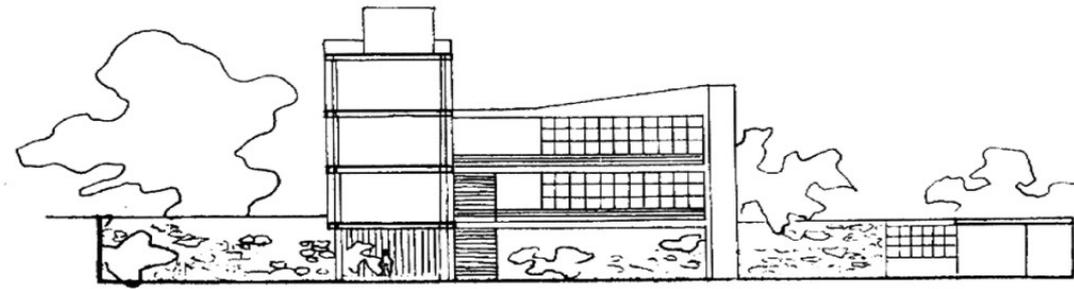
Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.179.

<sup>46</sup> COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.176.



- 1 -- Aula theorica -- 2 Medicina legal -- 3 Serviços gerais -- 4 Departamento -- 5 Biblioteca e Museu -- 6 Congrega-  
ção -- 7 Directoria -- 8 Administração -- 9 Restaurante -- 10 Terraço-jardim.

edifício da escola – vista e plantas  
Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.178.



**edifício da escola – corte transversal**

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.179.

Esta solução do pátio está tanto nos edifícios do eixo central como nas demais construções de ensino da Universidade, sempre oferecendo uma escala reduzida nos espaços de estar. Para Lúcio Costa, estes pátios são como que elementos representantes de uma “expressão local”. Ele comenta a respeito:

*(...) essa idéia de pátio é uma coisa até muito ligada à nossa tradição mediterrânea, embora Portugal não seja um país mediterrâneo, mas é um país do Império filiado à tradição mediterrânea. De modo que essa idéia de criar para cada escola uma área murada, fechada e tendo o corpo da escola solto, atravessado, e ao longo desses muros (...), construções térreas para uma série de comodidades e de conveniências dos alunos e de interesse de cada escola,(...) eu acho que isso é uma coisa bem mentalmente filiada à nossa tradição(...)*<sup>47</sup>

<sup>47</sup> GOROVITZ, Mateus. *Op. cit.*, p.12

Mas essa preocupação com a tradição local se rebate nos mais diversos campos do processo projetual. É por causa de sua experiência “local” que Lúcio Costa especifica que a vegetação perimetral à linha do trem para bloquear seu som deveria ser justamente o bambuzal, solução que já havia sido indicada para um caso semelhante no projeto da Vila Monlevade.

*(...) Porque tinha esse problema muito sério, o terreno era dividido ao meio pela estrada, e então a sugestão foi fazer dois renques bem densos de bambus gigantes, bambus que tem nas divisas de fazendas no interior (...) no estado do Rio. É eles usavam muito para marcar as divisas, plantavam renques de bambu gigante; e aquilo fica lindo, porque é uma massa muito bonita. parece um penacho enorme, e a sequência deles faz uma cortina amortecedora do barulho do trem e ao mesmo tempo em que isola a presença do trem<sup>48</sup>.*

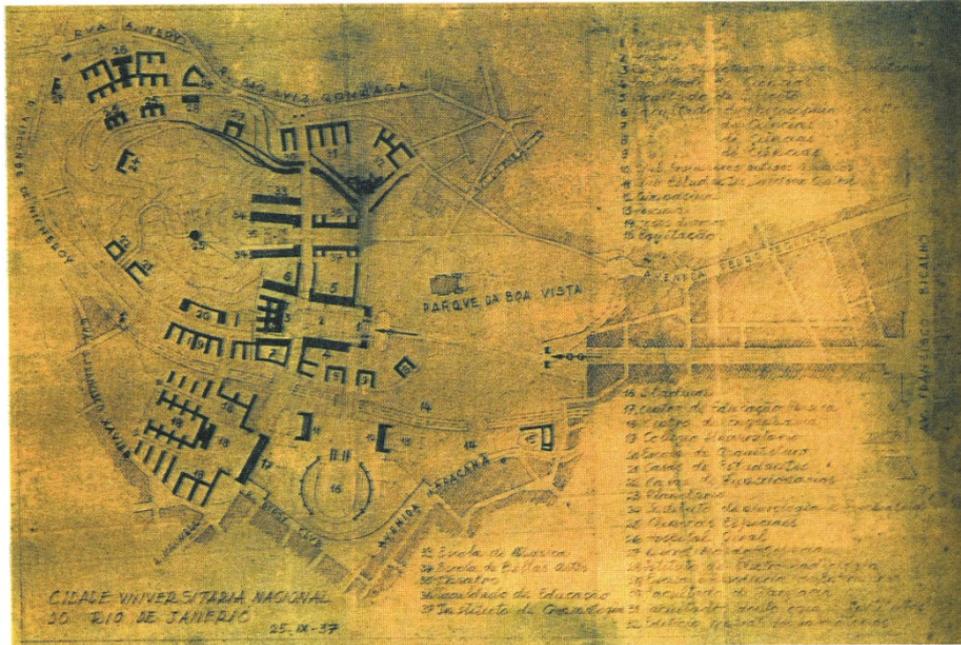
Piacentini trabalha o programa diluindo cada um dos setores do conhecimento em ilhas no terreno. Aproveita assim ao máximo suas grandiosas dimensões e, principalmente, sua variedade, como se fosse um parque onde seriam inseridas e concentradas as arquiteturas. Assim, por exemplo, o Morro do Telégrafo faz parte do projeto, não apenas como um limite, mas como local de implantação de importantes itens deste programa.

Os edifícios de estudo estão, preferencialmente, localizados na parte central, plana, do terreno, para facilitar o acesso e promover maior conexão entre estes.

---

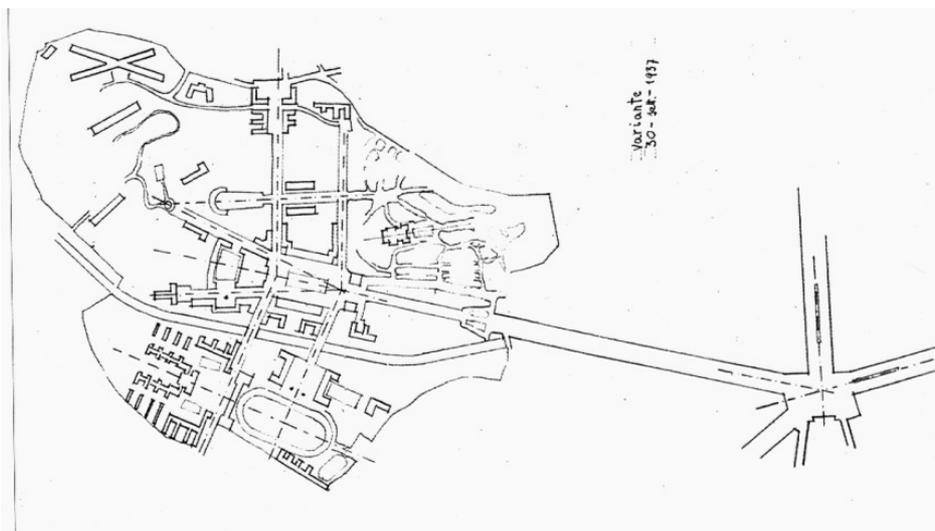
<sup>48</sup> GOROVITZ, Mateus. *Op. cit.*, p.17

Até o estudo final, foram vários esboços de projeto onde, aos poucos, o arquiteto foi se aproximando da coerência espacial desejada entre os diversos núcleos universitários. Algumas destas imagens já foram apresentadas nos estudos de planimetria do item “Setorização” desta dissertação, mas é interessante revê-las em sequência:



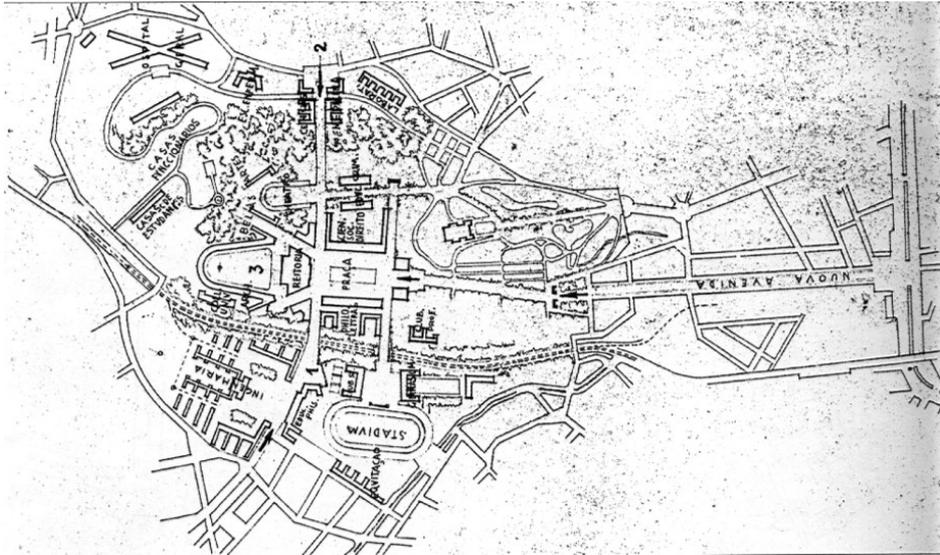
#### estudo de planimetria

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 104



#### estudo de planimetria

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 105



#### estudo de planimetria

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 106

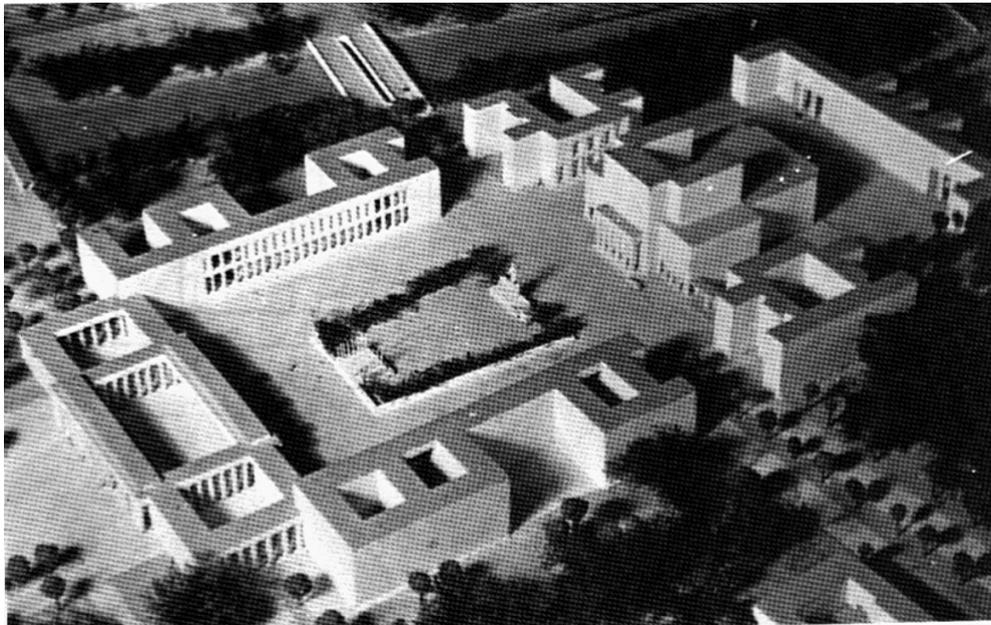
É importante frisar que desde o início existe a intenção de criar espaços delimitados fisicamente, com escala compatível ao pedestre, conectados por grandes eixos. Seu projeto pode ser sinteticamente representado por “pontos” de estar em variadas escalas e “linhas” de conexão entre eles.

O agenciamento desta espacialidade composta por pontos e linhas foi sendo desenvolvido com vistas a criar o melhor efeito plástico e a mais sólida coerência entre estes espaços e o entorno.

Esta coerência se deve ao próprio conceito que Piacentini depositava no termo *Edilizia Citadina*, tão utilizado por ele, que entendia a arquitetura como um espelho da sociedade. Estes valores devem ser

representados nas arquiteturas mas também na própria cidade que, em última instância, seria uma grande arquitetura.<sup>49</sup>

Uma clara demonstração desta retórica é a praça da Reitoria, composta por um conjunto de edifícios que, ao restringir o espaço da praça, por contraste, destaca e monumentaliza o grande edifício da Reitoria. A hierarquia da Universidade pode assim ser lida e está simbolicamente garantida através da imponência e da localização de seu principal equipamento administrativo.



**maquete – praça da Reitoria**  
Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 112.

Embora exista uma grande distância formal entre Lúcio Costa e Piacentini, podemos perceber alguma semelhança entre o pensamento

---

<sup>49</sup> TOGNON, Marcos. Arquitetura fascista e o Estado Novo: Marcello Piacentini e a tradição monumental no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs). **Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 454p. p.161

urbanístico destes dois arquitetos. Há nos dois um misto de tradição e modernidade. Como nos mostra Tognon, Piacentini,

*(...) Com relação aos espaços urbanos, (...) procurou recuperar os princípios oriundos de diversos períodos considerados importantes para a formação das cidades ocidentais, como o fórum da Antiguidade, os espaços barrocos de Roma, os parques franceses. Isto não implicava a negação das conquistas urbanas modernas, como as infra-estruturas de águas, de circulação etc. De fato, o fator importante para a corrente do Novecento, liderada por Piacentini, era a submissão das conquistas técnicas e higiênicas à estética proposta para espaços importantes.<sup>50</sup>*

O que os distancia é justamente o passado eleito como tradição e a dimensão de modernidade refletida nas respostas projetuais.

Marcello Piacentini também se preocupa com a orientação, seu projeto foi desenvolvido segundo o estudo “A Orientação dos Edifícios da Cidade Universitária do Rio de Janeiro”<sup>51</sup>, de autoria do professor Paulo Sá. Este estudo acaba por elaborar um diagrama de orientação a ser seguido, eventualmente, pelos arquitetos.

Os vazios entre os eixos e os espaços construídos são considerados como áreas de possível expansão e/ou espaços para abrigar outras faculdades

---

<sup>50</sup> *Ibid.*, p.161

<sup>51</sup> SÁ, Paulo. **A orientação dos edifícios da cidade universitária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Tecnologia, 1937.

que no futuro poderão ser criadas. Neste momento a natureza torna-se elemento indispensável para contribuir na ordenação geral do conjunto e para ocupar estes vazios dando a impressão de que os edifícios e as vias estariam em meio a um grande parque urbano.

#### 4.5 O PROGRAMA

Para esta análise utilizamos os programas descritos nas plantas de situação da Cidade Universitária dos três arquitetos. Logo de início, podemos perceber a grande diferença entre a extensão desta lista no projeto de Piacentini e de seus outros dois colegas. Fica claro que, principalmente, o fator tempo foi o grande responsável para estas discrepâncias. Le Corbusier, por exemplo, ao indicar um setor “Faculdades de Medicina” em seu projeto, define os blocos em implantação mas não especifica suas funções finais. Assim, no cômputo geral, Le Corbusier apresenta 30 itens numerados que correspondem a cada componente do programa, enquanto Lúcio Costa apresenta 33 e Marcello Piacentini apresenta 47. Assim, teríamos:

#### Programa Arquitetônico

Projeto Le Corbusier

#### Faculdade de Medicina

1. Hospital de mil leitos
2. Diversas Faculdades: Medicina, Odontologia, Oftalmologia, etc.
3. Diversas Faculdades: Medicina, Odontologia, Oftalmologia, etc.
4. Diversas Faculdades: Medicina, Odontologia, Oftalmologia, etc.
5. Diversas Faculdades: Medicina, Odontologia, Oftalmologia, etc.
6. Diversas Faculdades: Medicina, Odontologia, Oftalmologia, etc.
7. Maternidade

8. Alienados

#### Filosofia, Ciências e Letras

9. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

10. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

11. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

#### Faculdade de Direito

12. Faculdade de Direito

13. Faculdade de Direito

14. Faculdade de Direito

#### Arquitetura, Artes e Engenharia

15. Escola de Arquitetura

16. Escola de Belas-Artes

17. Escola de Engenharia

#### Centro de Serviços Comuns

18. Biblioteca geral

19. Biblioteca geral

20. Grande Auditório

21. Escola de Teatro

22. Música de Câmara

23. Escola de Música (laboratório de física musical)

24. Teatro

25. Museu do Conhecimento

26. Clube de estudantes

27. Clube de professores

28. Residência parcial dos estudantes

29. Estádio

30. Cultura física coberta

#### Programa Arquitetônico

Projeto Lúcio Costa

1. Pórtico

2. Reitoria

3. Planetário

4. Auditório (Le Corbusier e P. Jeanneret)

5. Escola de Arquitetura

6. Escola de Belas-Artes

7. Escola de Engenharia

8. Instituto e escola de Química

9. Escola de Música

10. Sala de Música de Câmara

11. Teatro

12. Museu

13. Escola de Filosofia, Ciências e Letras

14. Escola de Educação Física

15. Escola de Ciências Sociais

16. Escola de Direito

17. Escola de Saúde Pública

18. Institutos

19. Escola de Farmácia
20. Escola de Odontologia
21. Escola de Medicina
22. Psiquiatria e Neurologia
23. Otorrinolaringologia e Oftalmologia
24. Hospital Geral
25. Ginecologia e Obstetrícia
26. Escola de Enfermaria
27. Residências
28. Clube
29. Estádio
30. Ginásio
31. Jogos
32. Piscina
33. Garagem

### Programa Arquitetônico

Projeto Marcello Piacentini

1. Entrada à Cidade Universitária
2. Clube de Professores e Estudantes

#### Centro de filosofia, Ciências e Letras e Administração da Universidade

3. Portaria geral
4. Diretoria e Secretaria da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras
5. Seções de Matemática e Ciências Naturais, de Química, de Letras, Filosofia, Geografia e História, Instituto de História e Geografia
6. Seção de Física, Instituto de Física
7. Jardim Botânico e Zoológico
8. Colégio Universitário
9. Faculdade Nacional de Direito
10. Faculdade Nacional de Ciências Sociais, Políticas e Econômicas
11. Reitoria, Imprensa Universitária, Biblioteca Geral e Auditório

#### Centro Médico

12. Faculdade Nacional de Medicina, Edifício Central dos Laboratórios
13. Instituto de Eletroradiologia
14. Escola de Saúde Pública
15. Faculdade Nacional de Odontologia
16. Faculdade Nacional de Farmacologia
17. Instituto de Biotipologia e Instituto de Nutrição
18. Necrotério e Capela Funerária
19. Hospício de alienados

#### Faculdade Nacional de Medicina

20. Clínicas Especiais
21. Hospital Geral
22. Escola e Residência de Enfermeiras
23. Faculdade Nacional de Educação

#### Centro de Belas Artes

24. Escola Nacional de Belas Artes
25. Teatro experimental (ao ar livre)

26. Escola Nacional de Música
27. Escola Nacional de Arquitetura

#### Centro de Engenharia

28. Escola Nacional de Engenharia e Institutos de Química e Eletrotécnica
29. Instituto de Metalurgia, Ensaio de Materiais, Mecânica Industrial, Fluido Aerodinâmico, Eletrotécnica, Física e Química para os Engenheiros
30. Terrenos de Expansão

#### Centro Esportivo

31. Estádio de Exibição
32. Instituto Nacional de Educação Física
33. Escola Nacional de Educação Física
34. Vestiários e clube das sociedades esportivas
35. Ringuê de Patinação
36. Estádio para basquete
37. Estádio de treinamento
38. Piscina
39. Estádio para Tênis
40. Ginásio
41. Picadeiro
42. Estrebaria

#### Gerais

43. Acesso ao Elevado
44. Residências
45. Residência do Reitor
46. Farol da civilização Latina
47. Observatório

Havia um programa previamente elaborado pela comissão dos professores mas, em decorrência da própria visão de mundo dos arquitetos, reparamos algumas interpretações pessoais na organização de cada uma destas visões.

Embora Le Corbusier, em seu relatório à Gustavo Capanema ao final de sua viagem ao Brasil, tenha dito que sua proposta seria a “própria tradução – arquitetônica, urbanística e construtiva – *do programa da comissão de professores*”<sup>52</sup>, o arquiteto fez duas alterações que muito incomodaram aos

<sup>52</sup> SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA Vanda Maria Ribeiro Costa . **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 108.

professores do Escritório Técnico. No relatório a respeito deste projeto, eles destacam assim a inconveniência da:

*(...) cogitação de instituições não previstas no programa elaborado para a Cidade Universitária e que não se coadunam com os princípios adoptados, como sejam um Museu de amostras e até uma Faculdade de Musica Mechanica.<sup>53</sup>*

Mais do que a ousadia de Le Corbusier para propor estas novas “instituições” sem o consentimento da comissão, nos chama a atenção exatamente a interferência do arquiteto justamente sobre estes dois temas específicos.

A explicação para uma ação deste tipo certamente aconteceu por causa da convicção do arquiteto de que sua idéia era mais completa que a dos proponentes, portanto, ao menos a seu ver, ele teria mais intimidade com o tema do que a própria comissão de professores.

Em relação à Faculdade de Música Mecânica, vale a pena recordarmos da revolução que a música estava passando no início do século e que o irmão de Le Corbusier era músico, o que provavelmente o deixava com alguma intimidade sobre o tema para se ocupar de reflexões como as feitas em sua 5<sup>o</sup> conferência no Rio de Janeiro em 1936:

*(...)Diz-se que não há mais música... Afirimo que na música dispomos atualmente de um ouvido novo. O mundo moderno enche-se de barulhos novos para o ouvido humano; urna outra estridência mais rápida e pouco a pouco acostumamos nosso*

---

<sup>53</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II - 316-319

*ouvido. Gostamos sem dúvida de apreciar a harmonia de uma pastoral, mas de outro lado temos agora necessidade de barulho, de dissonâncias que nos elementos musicais se tornaram indispensáveis.*

*Diz-se que não há mais música. Eu responderei que temos um ouvido novo e que a música, ao contrário, está em toda parte: nos jantares, nos cinemas, em nossa casa pelo rádio, nas festas, no circo, nas feiras, nos “dancings”, o mundo inteiro está cheio de música. Só que há música e música. Não é mais música de conservatório evidentemente. Não digo que ela seja melhor ou pior. Os programas de ensino nos conservatórios são limitados exclusivamente às composições do passado; isto estaria, talvez, muito bem se as ensinassem todas ou pelo menos 50 ou 80%, mas só se ensina 1% e os alunos ficam desconhecendo a Antiguidade, a Idade Média; nada disso é ensinado. Compôs-se uma escala que contém tons e semitons, e lembro-me da impressão que tive em Scuttari, na Ásia, vendo os Dervites praticarem o seu culto, quando um jovem estudante, que se encontrava em viagem de estudos por lá, me disse: “Mas eles são bárbaros, é espantoso, eles empregam quartos de tons”. Isto prova que ficamos mais sábios ou mais empobrecidos, mas por que não gostam desta música?*

*De outro lado evoco a reaparição das pessoas que percorrem a província, perto das cidades, ou vão para o deserto ou ainda para a floresta equatorial, com instrumentos de física que servem para gravar os sons. Não temos agora informações muito precisas sobre a música dos homens. Agora que esta música é conhecida, podemos sem receio ouvir Beethoven, Chopin, Bach no seu devido lugar, seu verdadeiro lugar, o mais belo, mas que isto não me impeça de dar ouvidos a outras expressões e penso que hoje nos laboratórios criam-se ondas sonoras, gravações e emissões que podem ser aceleradas, ampliadas, retardadas à vontade, penso que há uma coisa nova em tudo isto, que não se ensina em conservatórios, e que é completamente desconhecida dos músicos.*

*Citarei Stravinsky que foi o primeiro a compor música perfurada. Ele chegou mesmo a utilizar todas as nuances possíveis da interpretação musical e agora os músicos podem compor para dez mãos se quiserem. Diria mesmo, sem paradoxo, que se Bach tivesse tido um laboratório ou um rádio, teria encontrado, nas emissões de ondas, meios magníficos de criar sons e de compor.<sup>54</sup>*

Sobre o Museu de Amostras fica claro que este é um princípio de seu Museu de Crescimento Ilimitado, que só foi realmente projetado em 1939<sup>55</sup>, mas que claramente é um "modelo" a ser adaptado a várias situações. Sobre este projeto o arquiteto tece as seguintes observações:

*(...) Para completar, veja a criação imediata em toda comunidade suficientemente grande, de um Museu do Conhecimento que tem um título ambicioso mas cuja aparência é modesta; pode começar por uma sala de 14 metros de largura e se desenvolver pelos meios convencionais, oferecendo sempre facilidades máximas para exposições; é um museu de crescimento ilimitado que permite fazer pesquisas sobre si próprio, sobre as influências que nele atuam e as coisas que se pode criar, de tal maneira que isto se torna uma fonte de informação ligada a tantas coisas úteis para fazer nascer o folclore da civilização maquinista.<sup>56</sup>*

Este museu, portanto, para Le Corbusier, se encaixaria muito bem num processo educacional de uma Universidade, pois seria tanto local de

---

<sup>54</sup> BARDI, P. M. **Lembranças de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil**. São Paulo: Nobel, 1984. p. 153-4.

<sup>55</sup> [http://www.fondationlecorbusier.asso.fr/fondationlc\\_us.htm](http://www.fondationlecorbusier.asso.fr/fondationlc_us.htm)

<sup>56</sup> BARDI, P. M. *Op. cit.*, p.156

exposição com também de produção de cultura<sup>57</sup>. Este aproveitamento de uma idéia de edifício não ocorre somente com o museu, como veremos noutro item de análise.

O projeto de Le Corbusier ainda chama atenção pela falta programática de um importante equipamento como a Reitoria da Universidade.

Lúcio Costa aparentemente não acrescenta nenhum novo equipamento à Cidade Universitária. Realmente um programa definitivo desta parece só ter sido completamente fechado por conta da lei nº 452 de 5 de julho de 1937 que organizou a Universidade do Brasil. Um elemento para corroborar esta idéia é a inexistência de referências à Faculdade Nacional de Educação<sup>58</sup> nos programas arquitetônicos tanto de Le Corbusier quanto de Lúcio Costa.

O programa descrito pela Lei nº 452 é praticamente fiel ao programa do projeto de Marcello Piacentini, o que dificulta dizer o que seria uma proposta de novos edifícios neste projeto. Outro fato que dificulta esta identificação é que o projeto foi desenvolvido em estreita colaboração com os professores brasileiros, assim, pode-se entender que foram alterações previstas ou sugeridas dentro da própria comissão. De qualquer forma, vale destacar no projeto de Piacentini alguns itens como um jardim botânico e um curioso Rinqe de Patinação, mas o componente que mais desperta atenção é um Farol que, no texto de defesa, aparece claramente como uma sugestão:

*(...) Não muito distante do observatório, e a partir de uma estrutura arquitetônica de acesso, digamos certos patamares,*

---

<sup>57</sup> Destaca-se que na revista PDF este Museu do Conhecimento foi publicado como Museu de Conhecimento do Brasil

*surge no terraço-belvedere um pequeno templo circular, elemento nobre e saborosamente classicista, criado para percorrer, à distância, toda a área da cidade de estudos.*

*À noite, potentes feixes de luz que saem desse recinto com colunas podem transformar o pequeno templo em um farol, e seria belo denominá-lo “Farol da Civilização Latina.”<sup>59</sup>*

#### 4.6 O SISTEMA VIÁRIO

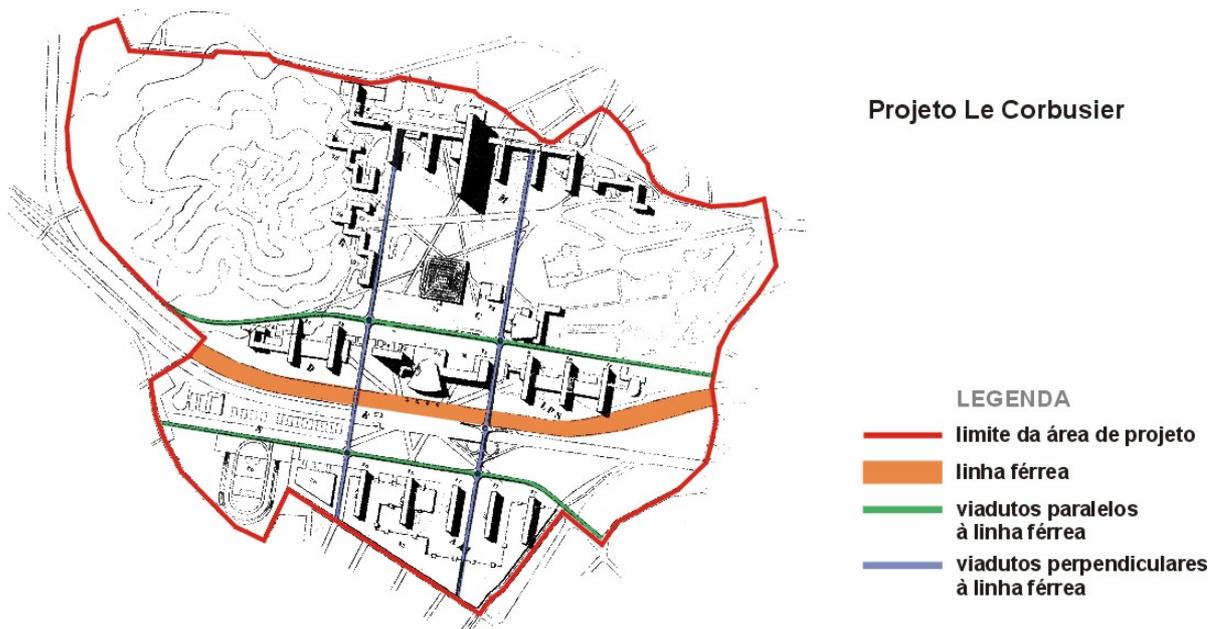
Em relação ao sistema viário da Cidade Universitária o projeto de Le Corbusier, sem dúvida, chama atenção. Como já foi dito, sua proposta integra-se a um sistema de planejamento maior que, junto ao terreno da Universidade, possui uma autopista que se conectaria com São Paulo. Para não prejudicar o tráfego, Le Corbusier eliminou os cruzamentos através de braços de circulação para alcançar os viadutos da CUB.

A conexão com a cidade e, principalmente com o bairro no qual se insere, se faz principalmente através dos dois pares de viaduto que articulam a CUB. Nos viadutos paralelos à linha férrea podemos ver que a conexão é feita de forma sutil, sendo eles apenas distribuidores do fluxo, liberando o conflito do tráfego da cidade tendo como principal estratégia ser como que uma ponte de conexão entre pontos distintos do bairro. Assim, praticamente, estes dois eixos de circulação ignoram a existência da CUB, rasgando seu campus, não tendo

<sup>58</sup> Curiosamente esta Faculdade no projeto de Marcello Piacentini está configurada no setor Centro Médico dentro do sub-setor Faculdade de Medicina.

<sup>59</sup> TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p.271

nem início nem fim em sua estrutura interna. Deste ponto de vista, eles agem no sentido de garantir conexões macro regionais e a CUB seria apenas um ponto entre tantos outros. Os outros dois viadutos são principalmente distribuidores do fluxo, mas com o diferencial de terem como fim de conexão o complexo médico.



#### sistema viário no projeto de Le Corbusier

##### Planta de Situação (grifo nosso)

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 45.

Certamente Le Corbusier tinha uma visão muito especial da relação entre automóveis e pedestres quando baseava a estrutura viária da CUB em um enorme sistema de viadutos. Possivelmente ele previa ali uma Paris, onde os conflitos entre as duas partes já era notório. Ernesto Souza Campos, em seus relatórios sobre o projeto de Le Corbusier, fica impressionado com o

exagero que esta postura projetual representava. A comparação com outras universidades era inevitável:

*(...) mesmo nas maiores Universidades da América do Norte, onde o número de automóveis por habitante atinge proporções extraordinárias, e onde as Universidades dispõem de recursos financeiros abundantes, mesmo naquelle grande país onde o problema do conforto tem tido as soluções mais requintadas, jamais se cogitou de realizar o tráfego de vehiculos, no recinto dos centros universitários, por meio de um systema de viaductos.<sup>60</sup>*

No início do século, ainda era pouco utilizada a solução de trânsito por meio de viadutos. Assim os professores fazem novas comparações, agora com os grandes centros urbanos:

*(...) Mesmo nas zonas de tráfego intensíssimo das grandes metropoles mundiaes, onde o numero de vehiculos e extraordinario, como no Times Square, Picadilly circus, na praça da Opera, Unter den Linden, nos centro urbanos mais movimentados, enfim, os automoveis transitam pelas avenidas, nao se tendo apresentado como imprescindivel o problema das auto estradas elevadas.<sup>61</sup>*

---

<sup>60</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II - 316-319. p.4

<sup>61</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II - 316-319. p.5

As preocupações de Le Corbusier com os viadutos não representavam simplesmente o problema do tráfego. Estava em questão um novo modelo de cidade, como nos informa Le Corbusier após analisar a questão das estradas e suas influências nas cidades:

*(...) É necessário separar o pedestre do automóvel (...).*

*Uma autopista construída em concreto armado, a cinco metros do nível do solo, sobre pilares, será uma grande estrada, uma via rápida e terá ramificações para a direita e para a esquerda. Deste modo, o solo ficará livre para os pedestres e proporcionará às residências seus três elementos indispensáveis: sol, ar e vegetação. A rua deixa de existir. Se converte em uma grande estrada, em autopista.*

*Tudo isso deve basearse na indissociável função que rege o volume construído e seus acessos elevados para os automóveis e, para os pedestres, no nível do solo. A solução adquire uma escala determinada, a dos edifícios. Esta nova escala é uma das conquistas da técnica.<sup>62</sup>*

---

<sup>62</sup> "(...) Es necesario separar al peatón del autómil (...).

*Una autopista construida en hormigón armado, a cinco metros del nivel del suelo, sobre pilares, será una carretera de ciudad, una vía rápida y tendrá ramificaciones a derecha e izquierda. De este modo, el suelo quedará libre para los peatones y proporcionará a las viviendas sus tres elementos indispensables: sol, aire y vegetación. La calle deja de existir. Se convierte en carretera de ciudad, en autopista.*

*Todo ello debe basarse en la indisociable función que rige el volumen construido y sus accesos elevados para los automóviles e para peatones desde la superficie del suelo. La solución adquire una escala determinada, la de los edificios. Esta nueva escala es una de las conquistas de la técnica."*

CORBUSIER, Le. **Por las quatro rutas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1972. p. 64.

No caso da CUB, os edifícios não foram desenvolvidos para receber os automóveis em acessos elevados; eles estariam soltos no terreno de forma semelhante a outros projetos do arquiteto. Aparentemente não houve tempo para Le Corbusier descrever melhor seu sistema de viadutos, principalmente deixando algumas dúvidas para a especulação de seus avaliadores, como podemos rever nas críticas já mencionadas sobre a rede de viadutos no Capítulo 3 deste trabalho. São os membros do Escritório Técnico que continuam a criticar o projeto de Le Corbusier,

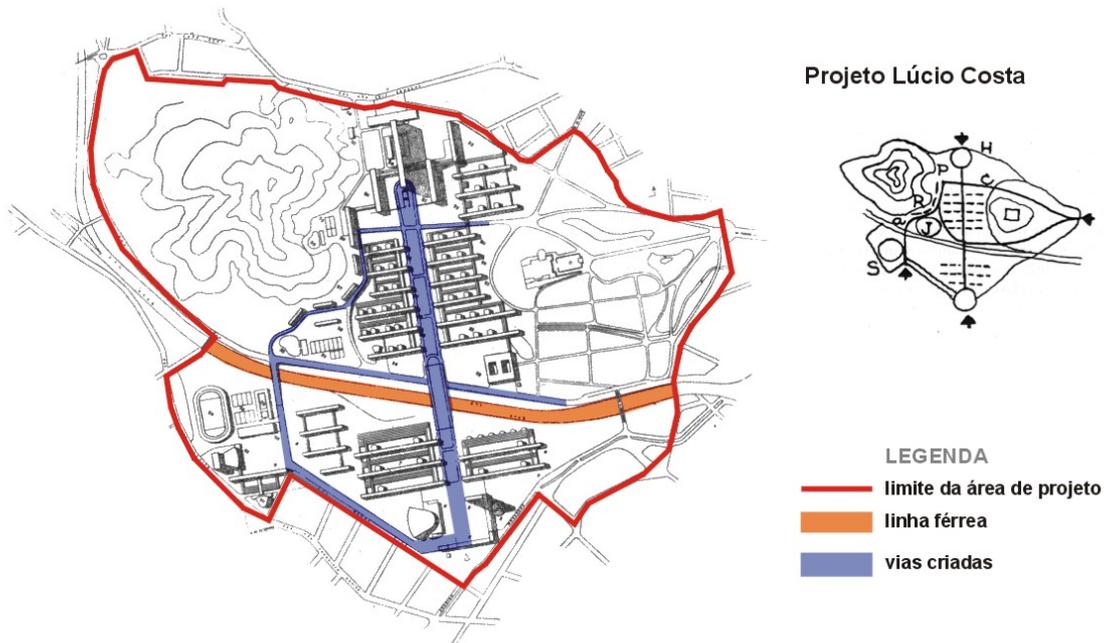
*(...) Por outro lado essa rede aerea tem de se por em contacto com os parques para estacionamento de vehiculos. Admittindo que estes parques também sejam elevados, teríamos a construcção de plataformas ao nivel dos viaductos, para o fim em questão. Esta solução acarreta elevadissima despesa, pois seria mister multiplicar essas grandes estruturas elevadas, junto a cada um dos sectores universitarios. Taes plataformas teriam de abranger grandes areas tendo em conta o grande numero de vehiculos nos dias de festividade ou actos escolares que attraiam grande publico.*

*Suppondo que as zonas de estacionamento de vehiculos sejam estabelecidas sobre o terreno e não ao nivel dos viaductos, seria necessario construir um systema de rampas para comunicação dos elevados com os “parques”, situados em*

*plano inferior. Nestas condições, porem, não será eliminado o trafego de vehiculos sobre o terreno do campo universitario*<sup>63</sup>

Lúcio Costa não se utiliza dos viadutos para solucionar a questão do tráfego na CUB e, provavelmente, não entendia como necessária uma solução viária macro regional de conexão entre a Universidade e a cidade. A avenida que cruza transversalmente a CUB foi feita por meio do aproveitamento de parte da avenida existente, retificando outra parte - não existe nenhuma indicação, como podemos ver através de suas dimensões e estrutura e mesmo através de seu texto justificativo, que esta seja uma significativa conexão direta com o centro da cidade nos moldes que Corbusier projetara.

Há, como podemos ver na comparação de seu esquema com a figura de análise, uma busca por uma resposta eficiente à questão viária com um número mínimo de vias criadas.



<sup>63</sup> CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta II - 316-319. p.2-3.

### sistema viário no projeto de Lúcio Costa

#### planta de situação (grifo nosso)

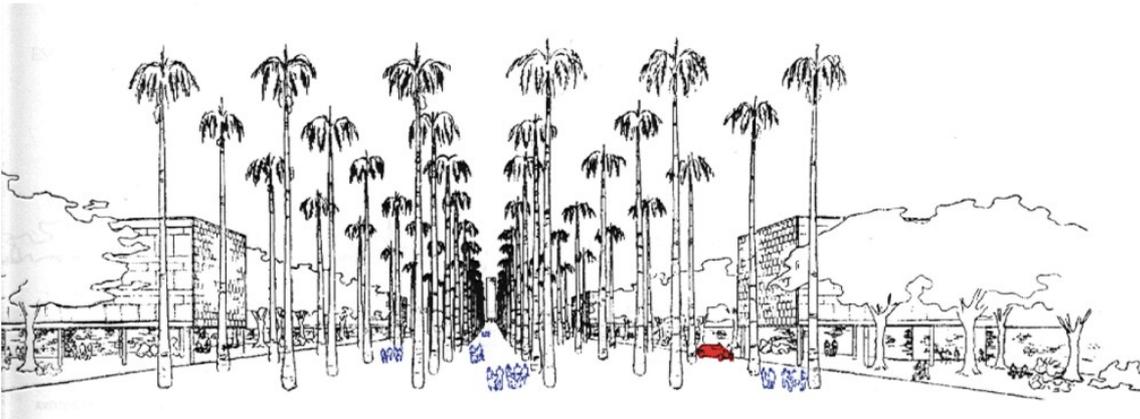
Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.

#### esquema de circulação (grifo nosso)

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.175.

Lúcio Costa não se refere ao possível conflito entre o tráfego de veículos e o de pedestres. Para entender esta questão, vale lembrar que seus projetos são, em boa parte, baseados em suas experiências.

Ora, nesta época não havia grandes conflitos entre automóveis e pedestres no Rio e Janeiro, então uma via larga seria suficiente para tornar esta convivência mais agradável. As ilustrações que mostram os automóveis e pedestres apresentam o tom desta harmonia na utilização das ruas, onde tanto os pedestres quanto os automóveis compartilham o mesmo espaço.



### pedestres x automóvel

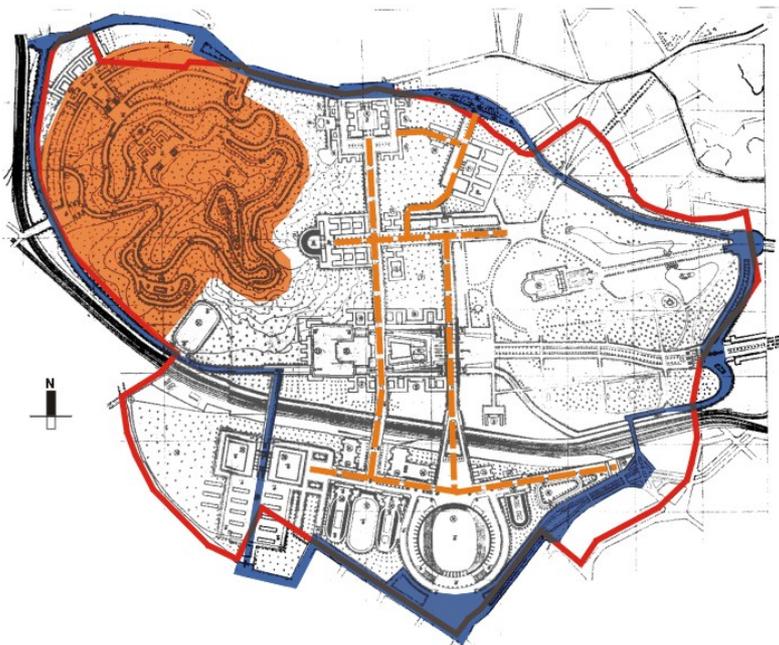
#### **perspectiva alameda central (grifo nosso)**

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.185.

#### **perspectiva hospital (grifo nosso)**

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.185.

O projeto do sistema viário de Marcello Piacentini se baseia praticamente em duas vertentes, de um lado uma ampla estrada perimetral que “descola” a cidade universitária do bairro que a envolve. Por outro, o arquiteto cria um grande número de novas vias para atender a variedade de espaços distribuídos no território da CUB. É, por questões de partido projetual, sem dúvida, o que conta com maior número de vias. Provavelmente, no projeto destas vias, havia a confiança de uma harmonia na relação entre pedestres e automóveis pois não há nenhuma referência negativa em seu texto ao tema, e não foi desenvolvido, neste caso, nenhum recurso para interferir neste contexto.



Projeto Marcello Piacentini

#### LEGENDA

- limite da área de projeto
- principais vias criadas
- avenida perimetral

### sistema viário no projeto de Marcello Piacentini

#### **Planta de Situação (grifo nosso)**

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 103

#### 4.7 OS EDIFÍCIOS

Os edifícios nos projetos para a cidade universitária representam um nível de debate sobre a arquitetura e seus rumos no início do século. Muito já foi falado a respeito das diferenças e semelhanças entre as arquiteturas de Le Corbusier e Lúcio Costa representando um certo modernismo na época; o pesquisador Marcos Tognon já escreveu algumas análises sobre a arquitetura de Marcello Piacentini e suas relações com o pensamento arquitetônico italiano, por isso, para esta dissertação, o foco da análise será apenas sobre as questões dos edifícios que estejam mais próximas ao objeto de pesquisa, ou seja, aos projetos para a Cidade Universitária do Brasil.

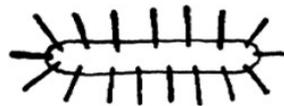
Nos projetos de Lúcio Costa e de Le Corbusier, desde a primeira vista, salta aos olhos a solução de uso de edifícios *standarts*. Este tema era um ponto em comum entre a vertente moderna filiada ao pensamento do “Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna” (CIAM) que, por vezes, se confundia com o pensamento do arquiteto francês. Os edifícios *standarts* são o reflexo de um paradigma racionalista que simplifica um problema em um padrão. Giulio Carlo Argan, ao analisar este aspecto na produção de Le Corbusier nos chama a atenção que

*(...) A sua racionalidade está sempre colada a utilidades particulares: como as utilidades particularidades são infinitas, a solução racional é um standart que representa o nível médio das exigências. Inserindo-se na prática, a racionalidade classifica, coordena, mas sobretudo age como elemento de*

*equilíbrio: previne o aparecimento ou impede o desenvolvimento dos novos problemas.*<sup>64</sup>

Lúcio Costa pensa de forma semelhante. Ele já aplica este princípio nas casas modelo de seu projeto para uma Vila em Monlevade (1934) e o repete em vários de seus projetos em escala urbana. Para o caso da Cidade Universitária, em seu texto justificativo, sua argumentação é justamente a racionalização do programa dado,

*Baseia-se o projeto no programa elaborado pela comissão de professores que coordenou as propostas de várias congregações. Dele conclui-se que a organização dada às diferentes escolas (sistema departamental), impôs a todas elas – sem embargo das diferenças e particularidades que lhe são próprias – muita semelhança. É assim que, por exemplo, quase todos os serviços departamentais e parte dos serviços gerais (administração, etc.) comportam um sistema contínuo de estrutura, cuja unidade aproximada foi-nos mesmo recomendada, ao passo que certos elementos destes últimos serviços escapam, em razão das áreas exigidas, a essa subordinação, embora se repitam com as mesmas características em todas as escolas: salas de congregação, de aula retórica, de prova, etc. Gráficamente, teríamos para todas, indistintamente, a seguinte disposição esquemática:*

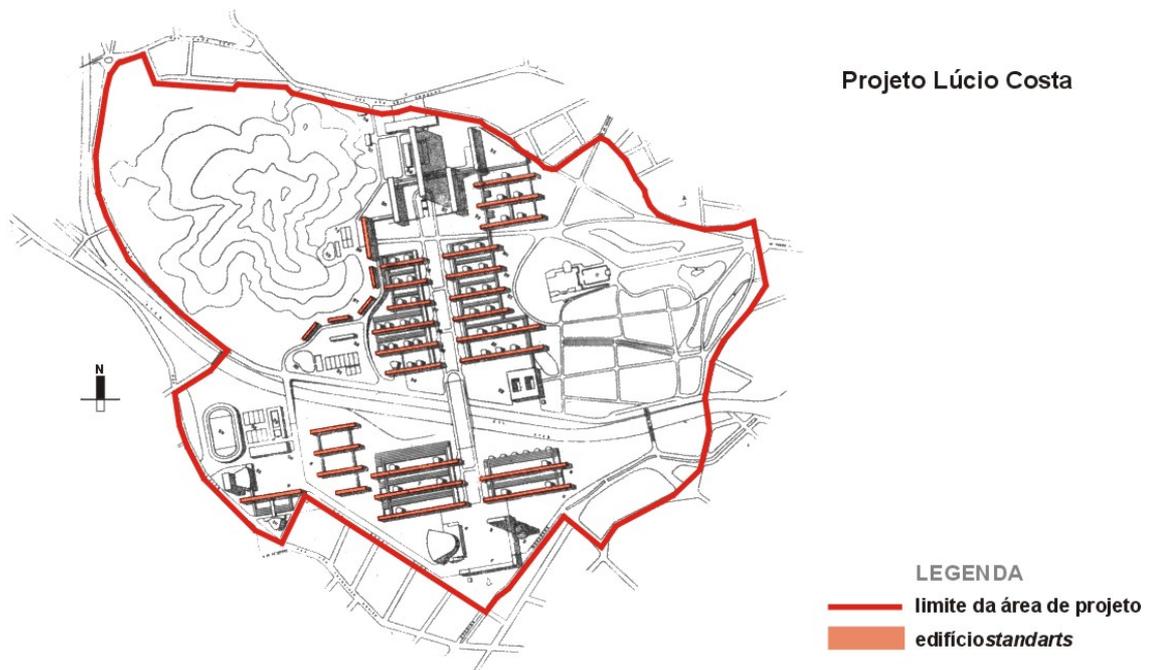


*Fixada essa importante particularidade do programa – ou seja, a padronização das escolas – examinemos, em tese, os*

<sup>64</sup> ARGAN, Giulio Carlo. **Walter Gropius e a Bauhaus**. Lisboa: Editora Presença, s.d. p. 11

*princípios de ordem geral a que se deverá submeter cada uma delas.*<sup>65</sup>

Este foi o primeiro parágrafo de seu texto justificativo, o que demonstra a importância desta definição para seu projeto. De fato podemos ver na figura seguinte que quase todo o seu projeto baseia-se neste princípio.



**edifícios standards**  
**planta de situação** (grifo nosso)  
 Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.

Para Marcello Piacentini, a natureza da arquitetura exige uma postura oposta à padronização. Embora exista em alguns momentos de seu projeto uma repetição de edificações, como é o caso dos laboratórios da Faculdade de Engenharia, estes são parte de um projeto específico e, portanto, elementos de composição do mesmo.

Em seu manifesto “*Architettura D`oggi*” ele esclarece sua aversão aos edifícios em série,

<sup>65</sup> COSTA, Lúcio. *Op. cit.* p.173.

*(...) Nós temos horror às construções em série. Mesmo para as casas populares, que cobrem novos quarteirões inteiros, nós as queremos diferentes entre si, individualizadas. Até mais às vezes. Para nós o ambiente e a característica local interferem sobre o tipo do edifício. Se uma simples escola primária deve surgir sobre uma praça de um bairro rico, façamos ali um monumento urbano ornamentado.<sup>66</sup>*

Como vimos, para Piacentini a arquitetura possui uma função extremamente ordeira, ela deve dar sentido a sociedade e, portanto, também deve representar sua diversidade. Não é sem razão que em seu texto justificativo do projeto para a CUB, Piacentini ocupa quase um terço de seu corpo dissertando sobre suas arquiteturas.

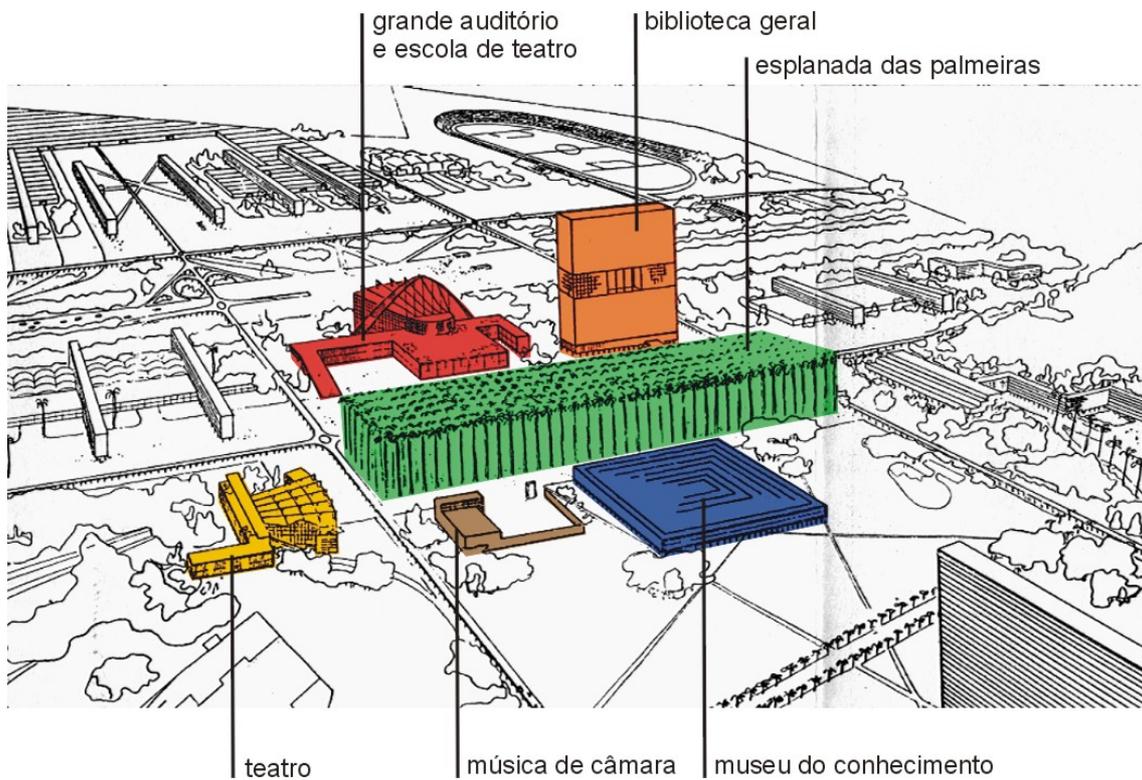
Mas tanto Le Corbusier quanto Lúcio Costa não se furtam aos projetos “específicos”, para eles estes devem ser exceções devido a sua função única.

Neste sentido Le Corbusier destaca toda a área central da Universidade – área que, como vimos, daria maior liberdade de projeto para o arquiteto - para a implantação destes edifícios com usos diferenciados dos de ensino. Seriam eles: a biblioteca geral, o grande auditório, a escola de teatro, música de câmara, teatro, Museu do Conhecimento e a própria esplanada para 10.000 palmeiras imperiais.

---

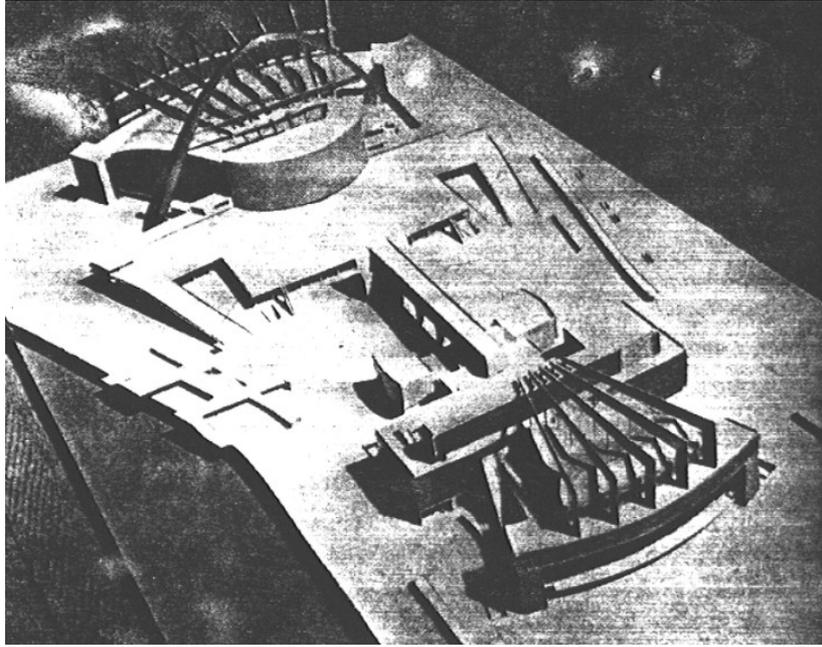
<sup>66</sup> “(...) Noi aborriamo dalle costruzioni a serie. Anche le case popolari, che coprono interi quartieri nuovi, le vogliamo diverse tra loro, individuate. Fin troppo, alle volte. Da noi l'ambientismo e il carattere locale prendono sempre il sopravvento sul tipo dell'edificio. Se una semplice scuola elementare deve sorgere su di una piazza di un nuovo ricco rione, ne facciamo un monumento, urbis ornamento.”

PIACENTINI, Marcello. **Architettura D'oggi**. Roma: Paolo Cremonese, 1930. p. 60-1.



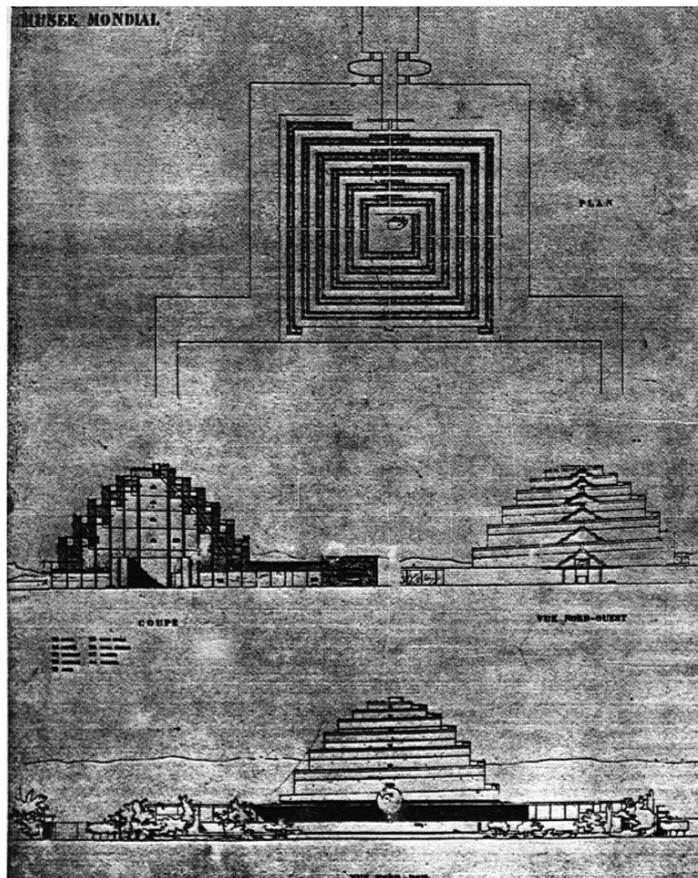
**detalhe da vista geral da Cidade Universitária do Brasil** (grifo nosso)  
Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 43.

Le Corbusier chega mesmo a repetir alguns projetos já feitos para ocupar estas áreas centrais, assim temos o Grande Auditório, fundamentado nas propostas para o Plácio dos Soviets em Moscou (1931), e o Museu do Conhecimento, fundamentado no Mundaneum de Genebra (1929).



### Palácio dos Soviets

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 123.



### Palácio dos Soviets

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 123

No projeto de Lúcio Costa, também podemos perceber estes edifícios de “exceção” povoando pontos de relevância do projeto. O principal núcleo onde estas edificações foram agrupadas é a praça da Reitoria

Mas, apesar destas arquiteturas singulares, é importante frisar que Lúcio Costa, e em parte Le Corbusier, trabalham com a idéia de “modelo” para um grupo de projetos, enquanto Marcello Piacentini projeta, nos limites de um “tipo”, para todas as arquiteturas. Vale retomarmos algumas importantes definições de Quatremère de Quincy:

*(...) O termo tipo não representa tanto a imagem de uma coisa a qual deve-se copiar ou imitar perfeitamente, quanto a idéia de um elemento que deve ser propriamente usado como regra ao modelo. (...) O modelo, de acordo com a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir tal como é; o tipo é, pelo contrário, um objeto segundo o qual cada artista pode conceber obras que não serão similares entre si. Tudo é preciso e definido no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo.<sup>67</sup>*

O universo clássico disciplina o desenho e as formas das arquiteturas, influenciando diretamente em todos os outros níveis de projeto de Piacentini, mas é importante lembrar que, no seu vocabulário,

*(...) O tipo não é um termo empregado sistematicamente (...); como conceito, o tipo é antes de tudo um raciocínio de compreensão de sua obra, do processo de projeto, da “vida da arquitetura” que emana de suas mãos.<sup>68</sup>*

<sup>67</sup> A. C. Quatremère de Quincy. **Dizionario Storico di Architettura**. Venezia: Marcilio, 1985. In: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p.274.

<sup>68</sup> TOGNON, Marcos. A imanência da ordem: o clássico e o tipo na obra de Marcello Piacentini. In: **ÓCULUM**. Campinas, nº 3, p. 63-70, mar.1993, p.63

Não vemos estas definições em seu texto justificativo, embora elas sejam um pressuposto dele.

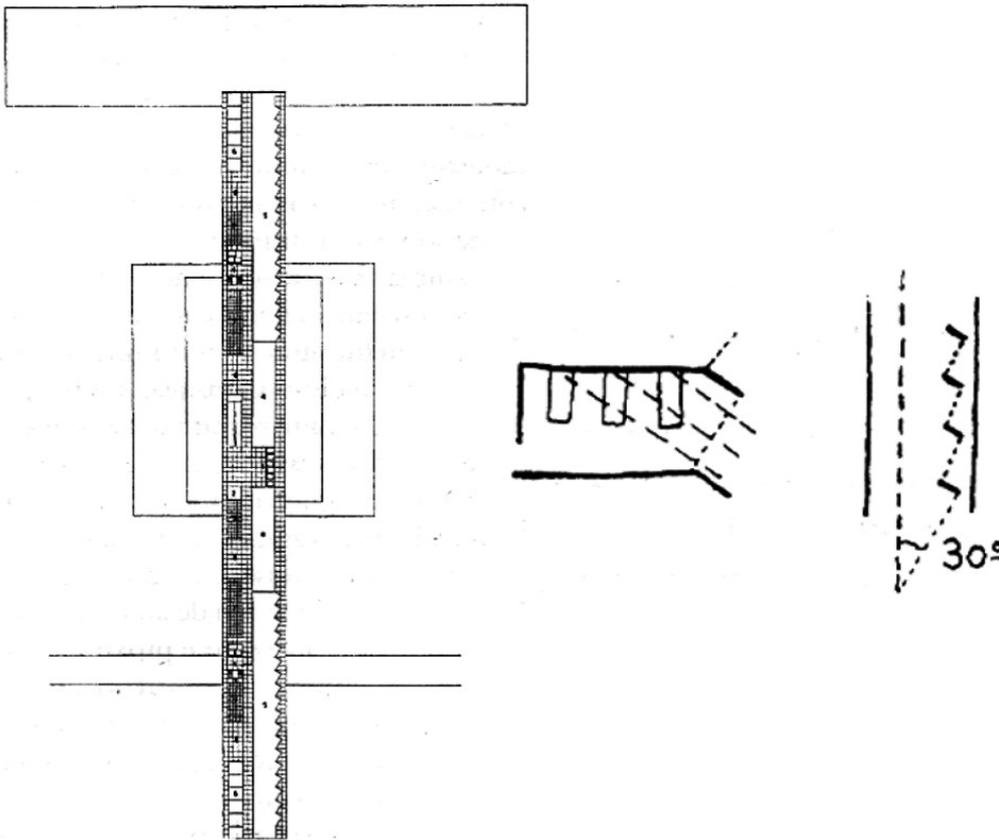
As possibilidades de variações do tipo permitem a adaptação da arquitetura, por exemplo, para as condições climáticas, uma das preocupações de Piacentini, como ele mesmo informa em seu texto justificativo

*(...) Assim, como exemplificação deste ponto de vista dos projetistas em relação a tais conceitos, se faz, aqui, uma comparação entre as fachadas opostas das Faculdades de Ciências, Letras e Filosofia, na Praça da Reitoria: sem o sacrifício do equilíbrio arquitetônico entre os dois edifícios que ladeiam as faces maiores da praça, de um lado, a fachada para a insolação mínima é rica em vidraças, altas como o próprio pavimento; é ali que estão as salas de aula; já na fachada oposta, que recebe a insolação máxima, temos as janelas das galerias, ou melhor, dos corredores de acesso às salas de aula, com dimensões máximas e com largas divisórias.<sup>69</sup>*

Como vimos, Le Corbusier não entendia o clima como uma condicionante relevante de projeto, já Lúcio Costa pensava constantemente nesta questão. O hospital, por exemplo, foi apenas esquematizado principalmente em relação aos acessos e às circulações verticais e horizontais, mas, mesmo nesta etapa de projeto, demonstra uma solução que se preocupa com o conforto ambiental e, portanto, com a insolação do edifício.

---

<sup>69</sup> TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 272.



### projeto hospital

#### esquema planta baixa

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.181.

#### esquema de barreiras solares

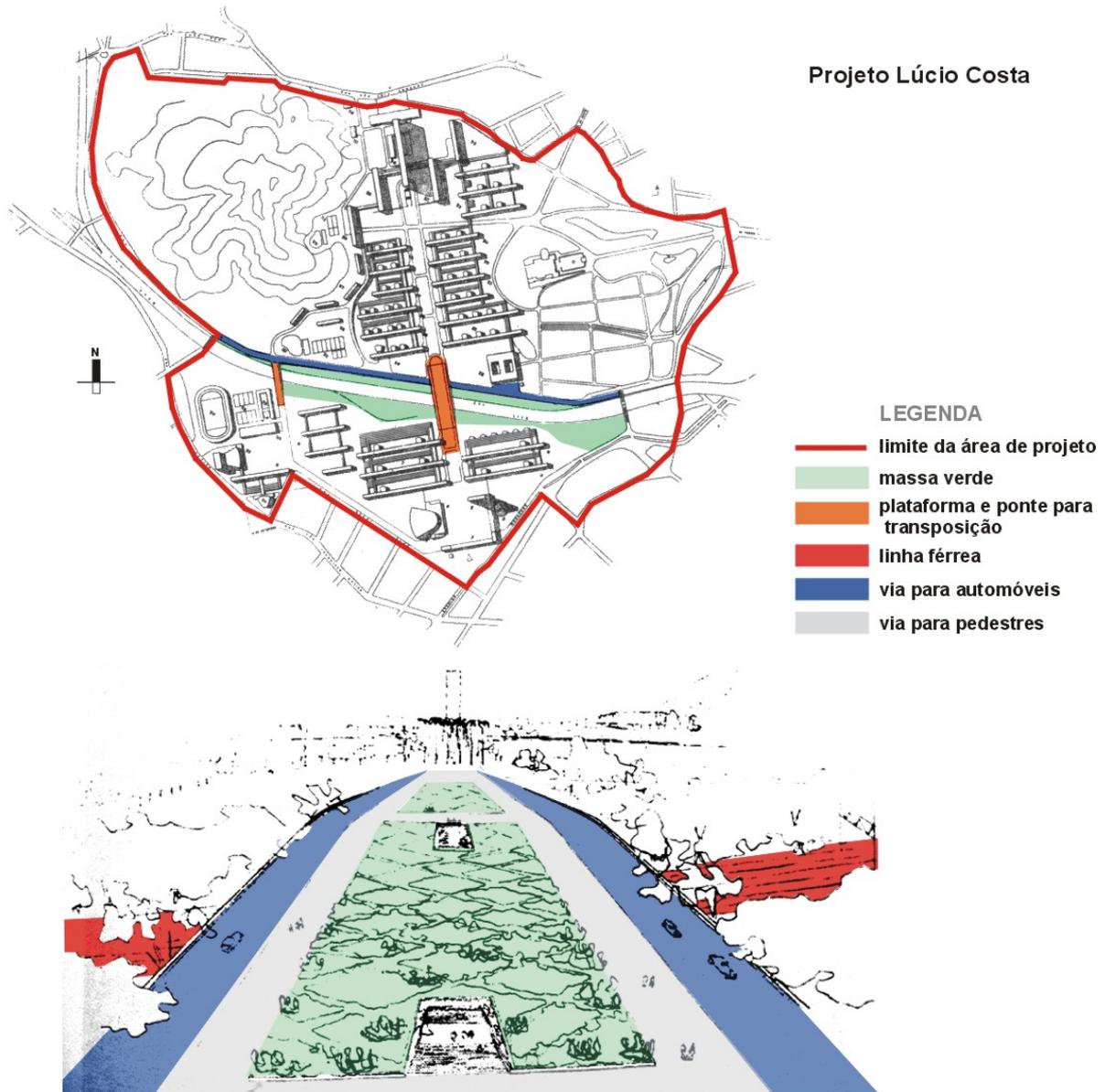
Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.

É importante destacar que o hospital exigia orientação diversa da dos edifícios de estudo, o que, a princípio, desvirtuaria a idéia do eixo central se fosse atender a orientação adequada. Este recurso projetual favorece tanto a insolação como a vista para a Quinta da Boa Vista.

**4.8 A LINHA FÉRREA**

Em seu projeto, Lúcio Costa entende a linha férrea como o grande obstáculo do terreno, um inconveniente que precisa ser disfarçado da imagem do conjunto. A criação de uma extensa massa vegetal nas áreas de borda com a linha férrea foi o recurso utilizado pelo arquiteto para reduzir esta impressão negativa, criando, desta forma, um limite visual com a linha e deixando como principal acesso de um lado a outro do terreno uma ponte de grandes dimensões, igualmente repleta de vegetação, e com duas vias de automóveis em seus limites, evitando ainda mais o acesso visual dos pedestres aos trilhos. Lúcio cria ainda uma outra passagem de conexão dos dois lados da CUB mas, nitidamente, o principal acesso seria a grande plataforma que prolonga o eixo principal do projeto. Vale ainda reparar que também a via de automóveis que Lúcio Costa projeta, paralela à linha férrea, é isolada desta pela massa verde.

Fortalecendo esta diferença o arquiteto brasileiro mantém a cota da CUB mais elevada que a da linha férrea. E, como podemos observar na planta, há mesmo um estranhamento entre o eixo de projeto de Lúcio Costa e o eixo da linha férrea, configurando um espaço vazio nesta interseção.



### a linha férrea no projeto de Lúcio Costa

#### Planta de Situação (grifo nosso)

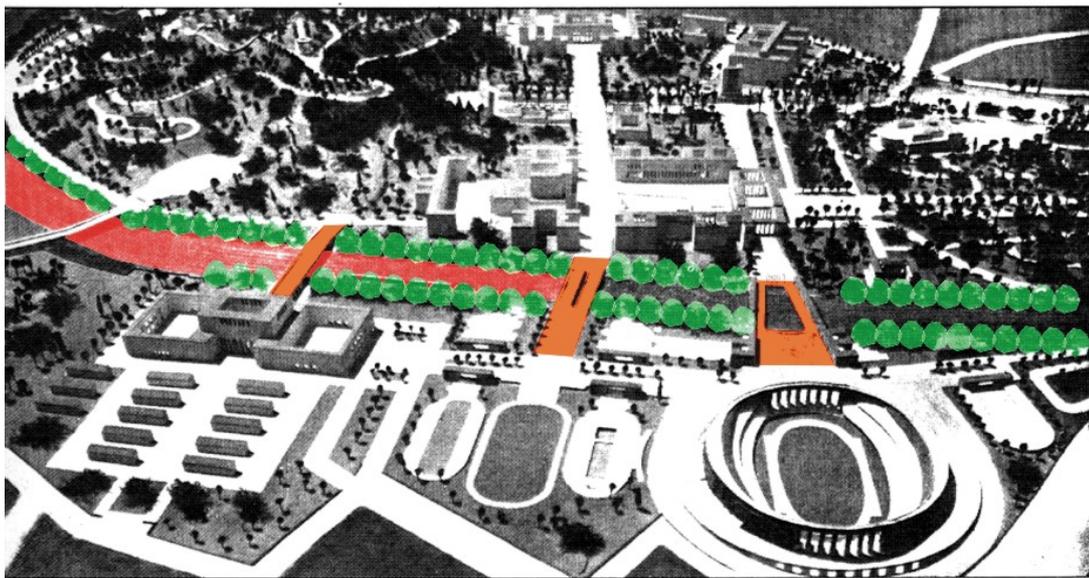
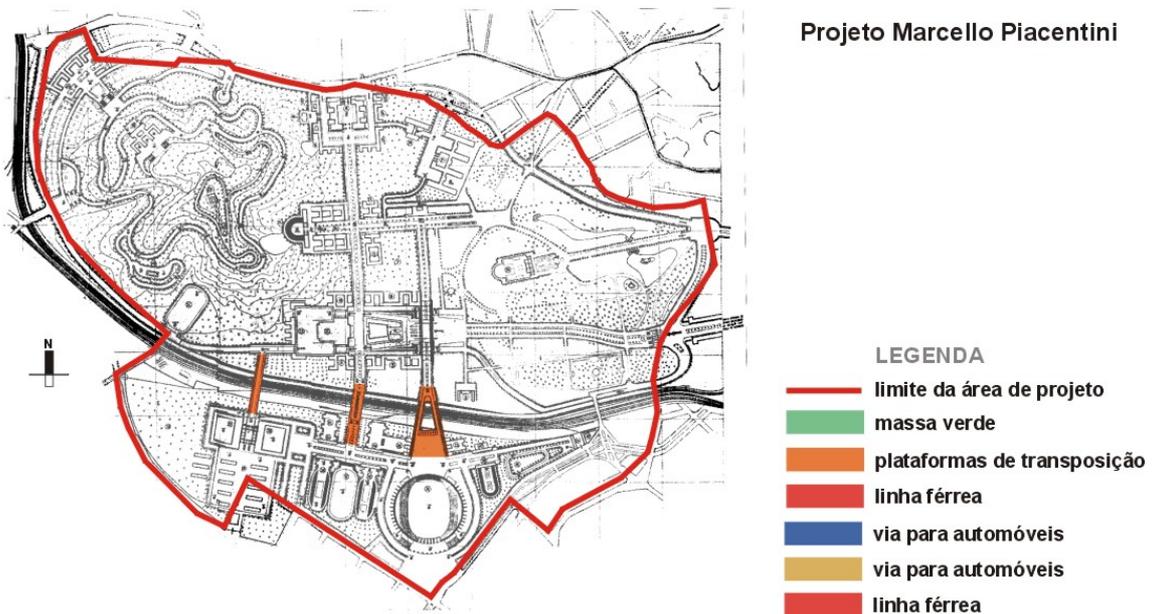
Fonte: COSTA, Lúcio. **Registro de uma Vivência**. 3 ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997. p.183.

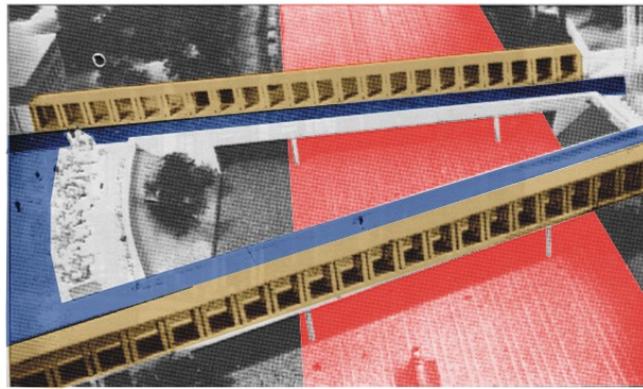
#### Plataforma sobre estrada de ferro (grifo nosso)

Fonte: GOROVITZ, Mateus. **Os riscos do projeto**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília e Studio Nobel, 1993. p.73

Marcello Piacentini adota partido semelhante ao de Lúcio Costa cobrindo com vegetação as bordas da linha férrea, entendendo esta como um elemento visualmente negativo. Mas o arquiteto italiano, no que se refere a

passagem sobre a linha férrea, não é tão escrupuloso como Lúcio Costa. Ao invés de uma principal travessia, como foi a criada por este último, Piacentini faz três viadutos que conectam, mas efetivamente não separam, o pedestre. O eixo de projeto de Piacentini é mais acomodador que o de Lúcio Costa, vindo em ângulo na parte plana do terreno e inclinando-se perpendicularmente quando ultrapassa esta, mas Piacentini também mantém uma diferença de cotas entre esta e a CUB.





### a linha férrea no projeto Marcello Piacentini

#### Planta de Situação – Projeto Marcello Piacentini (grifo nosso)

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 103

#### Maquete – vista geral (grifo nosso)

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 101

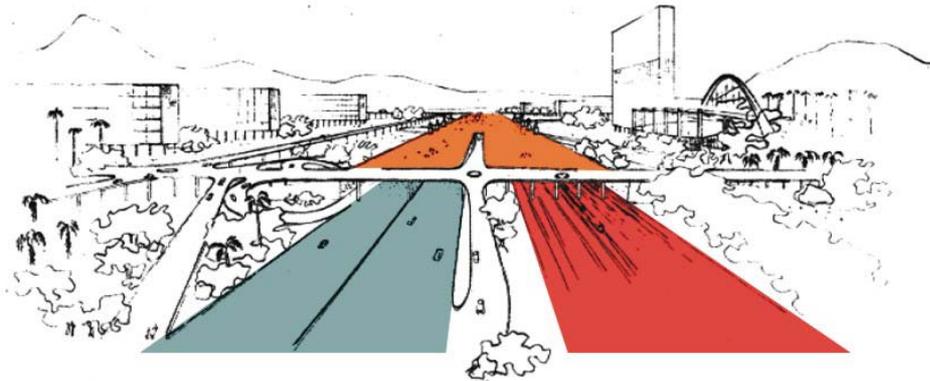
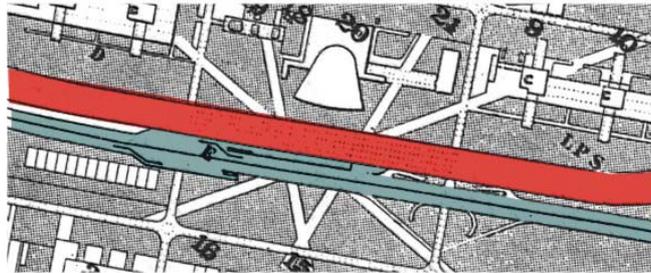
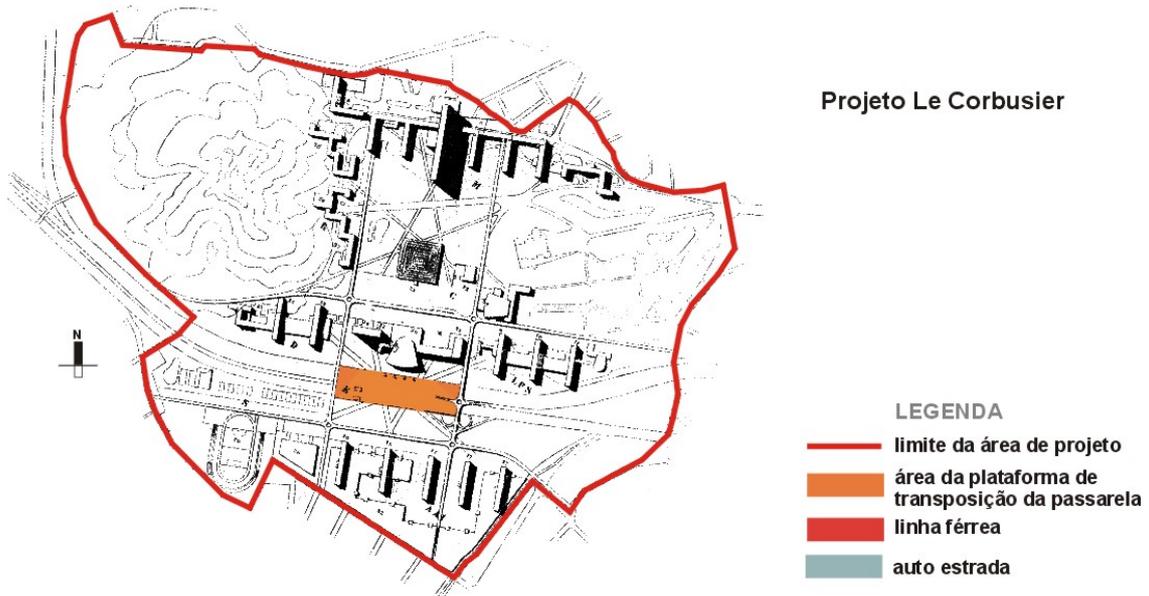
#### Maquete – detalhe acesso ao estádio e conjunto esportivo (grifo nosso)

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 119

#### Maquete – passarela de acesso ao estádio (grifo nosso)

Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 119

Embora Le Corbusier, entre os três arquitetos, tenha criado a maior plataforma de pedestres sobre a linha férrea, curiosamente seu projeto é também o que promove a maior relação entre os automóveis e a linha. A via criada por Corbusier desde os viadutos-habitações que vão para São Paulo é paralela e sem grandes obstáculos visuais com a linha férrea, havendo mesmo, na parte central, uma certa promiscuidade espacial. Um dos principais eixos de seu projeto está de fato ordenada no mesma direção da linha férrea.



a linha férrea no projeto de Le Corbusier

**Planta de Situação (grifo nosso)**

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. **Ouvre Complète 1934-1938**. 2 ed. Zurique: Editions d'Architecture Erlenbach-Zurich, 1979. p. 45.

**Detalhe da Planta de Situação (grifo nosso)**

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. **Ouvre Complète 1934-1938**. 2 ed. Zurique: Editions d'Architecture Erlenbach-Zurich, 1979. p. 44.

**Plataforma sobre estrada de ferro (grifo nosso)**

Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. op. cit. p.163

Esta relação mais “próxima” entre os dois meios de transporte pode ser esclarecida pelo livro *Sur les Quatre Routes*, publicado por Le Corbusier em 1941, onde aborda as estradas, as vias férreas, as vias marítimas e fluviais e as vias aéreas sob a perspectiva de seu impacto e sua “missão” para as cidades. Neste texto, além de apresentar um breve panorama da situação atual dos trens na Europa e nos Estados Unidos, o arquiteto apresenta uma visão confiante em relação ao futuro dos trens que, por onde passavam, deixavam um rastro negro devido aos resíduos da queima de carvão,

*(...) Em todas as partes, nas cidades, nas imediações dos povos por onde passa o trem, deve-se empreender uma reorganização arquitetônica e paisagística. Quando os trens funcionarem por meio elétrico e não com vapor, pode reinar de novo a limpeza e a alegria. A via ferrea trocará de pele.<sup>70</sup>*

Torna-se importante destacar que foi em 1895 que o primeiro trem elétrico do mundo entrou em operação em Baltimore<sup>71</sup> e que, somente em 1922, a primeira linha eletrificada no Brasil foi inaugurada entre Jundiaí e Campinas<sup>72</sup>. Quando Le Corbusier estava projetando a CUB, as linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil ainda não eram eletrificadas, isto só veio a acontecer em 1937, embora as discussões para sua efetivação tenham tido início na primeira década do século XX.

---

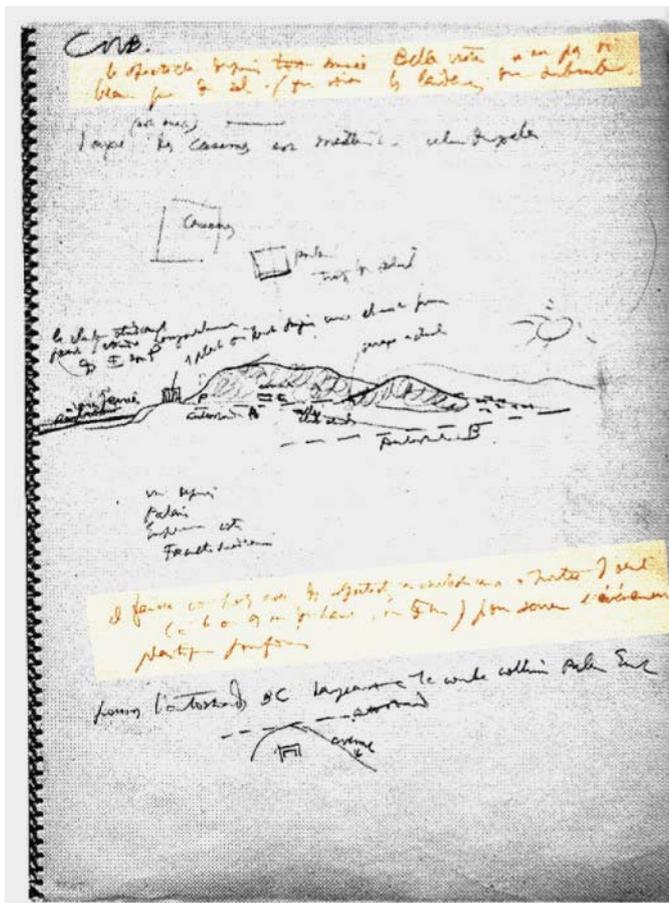
<sup>70</sup> “(...) *En todas partes, en las ciudades, en las inmediaciones de los pueblos por donde pasa el ferrocarril, debe emprenderse una reorganización arquitectónica y paisajista. Al funcionar los trenes con fluido eléctrico y no con vapor, puede reinar de nuevo la limpieza y la alegría. La vía férrea, cambiará de piel.*”

CORBUSIER, Le . **Por las cuatro rutas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1972. p. 84.

## 4.9

## O BAIRRO

Le Corbusier, ao fazer um croquis da área destinada à CUB, destaca em seus apontamentos seu estranhamento com o “feio subúrbio” existente, reforçando seu argumento para criação de uma rede de circulação aérea que possa captar os “espetáculos arquiteturais”,



CUB / O espetáculo visto do teto do museu / **bela vista, mas não tão bela quanto ao chão. (vê-se a "feiúra" do subúrbio)** / O eixo das casernas é melhor do que aquele do palácio / casernas / palácio / muito sol (...) / 'Via férrea / Auto-estrada A / Auto-estrada B / vista do palácio do Imperador é facultativa / Devemos coniar com os espetáculos da arquitetura / Levantar os olhos (6 ou 9 m. de altura, ou mais) para captar o acontecimento plástico / sempre / passar auto-estrada B-C tangenciando a curva, da colina, do palácio do Imp. / Auto-estrada avenida. **(grifo nosso)**

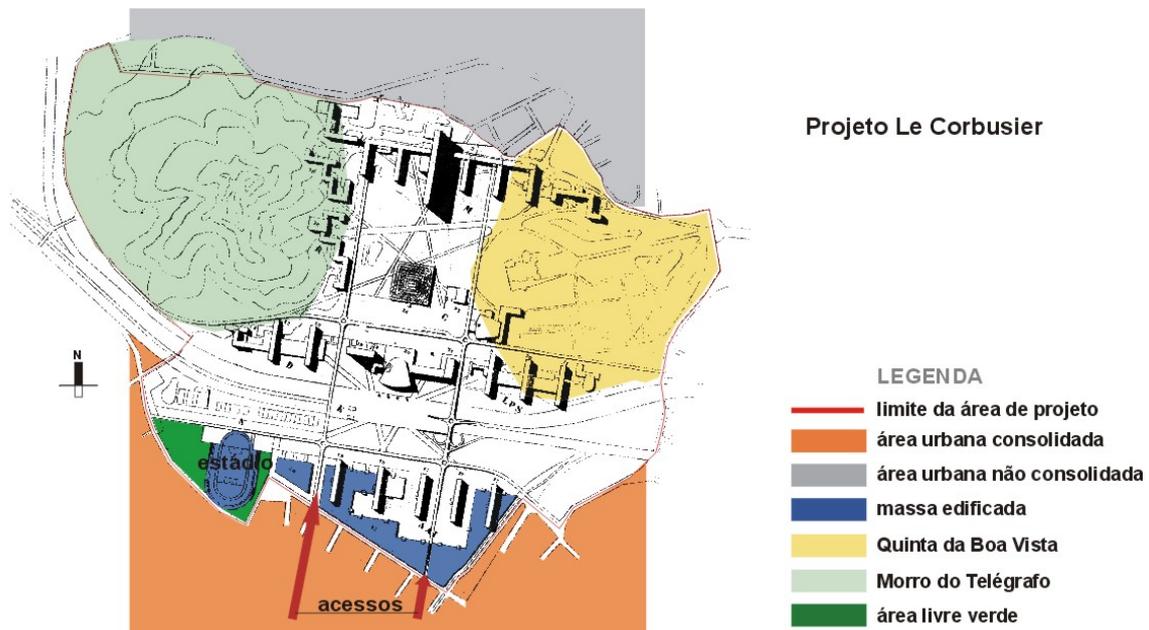
Carnet nº 6 – 5037 (grifo nosso)

Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, et all. op. cit. p.143

A preocupação de Corbusier em isolar, assim, a área de maior contato com o bairro (ao sul) do conjunto da cidade universitária é

<sup>71</sup> Fonte: H <http://www.otrem.hpg.ig.com.br/index1.htm> H

manifestadamente clara, pois o arquiteto cria uma massa edificada (Escola de Música - Laboratório de Física Musical -, Escola de Engenharias e Cultura Física Coberta) que compõe os limites da área de projeto. Assim o bairro fica limitado visual e fisicamente em relação à universidade, deixando apenas algumas pequenas frestas de contato através das aberturas para o acesso aos viadutos. É curioso observar que, para o bairro, Le Corbusier quase define uma típica rua corredor, com os edifícios definindo os limites da rua em contradição com suas teorias urbanas. Para o lado do estádio a técnica para o isolamento da área do *campus* do contato com o bairro foi a criação de grandes áreas livres verdes.



### relação com o bairro no projeto de Le Corbusier

#### Planta de Situação (grifo nosso)

Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>72</sup> <http://members.tripod.com/ferrovias/cpfeletrificacao.htm>

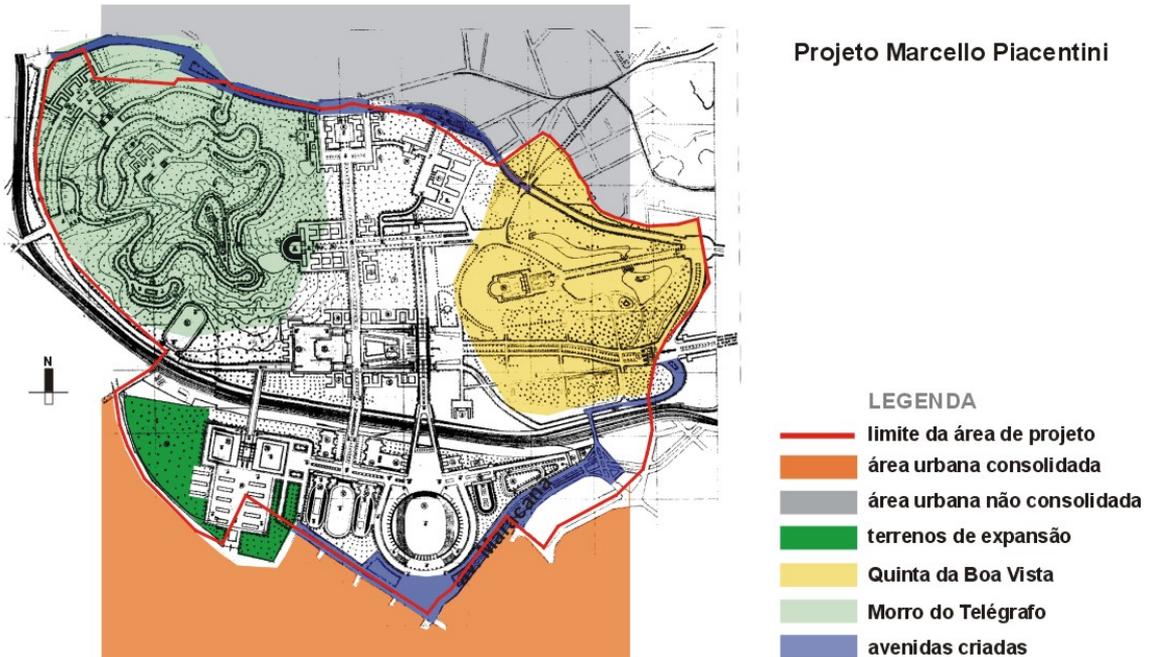
Este estranhamento com o bairro também é compartilhado por Marcello Piacentini que, mesmo no memorial do projeto, destaca este tema,

*(...) Uma ampla estrada circunda e define o perímetro da Cidade Universitária, destacando-a dos bairros residenciais existentes; estes possuem, na maioria, um tom muito modesto.*<sup>73</sup>

Este anel viário é feito através do aproveitamento de parte das vias existentes. No lado norte do terreno o arquiteto italiano apenas desenvolve uma grande volta no entorno do Morro do Telégrafo, conectando esta via com uma das alças já existentes na Quinta da Boa Vista. Junto à portaria da Universidade cria uma alça que se liga, com o viaduto de acesso, à avenida Maracanã. O fortalecimento deste bloqueio, na parte sul, é feito por meio da ampliação da avenida Maracanã e da rua Derby Clube até o grande largo de acesso ao grande estádio de exibição. Ao lado das Faculdades de Engenharia e do Ginásio o bloqueio fica por conta dos terrenos de expansão.

---

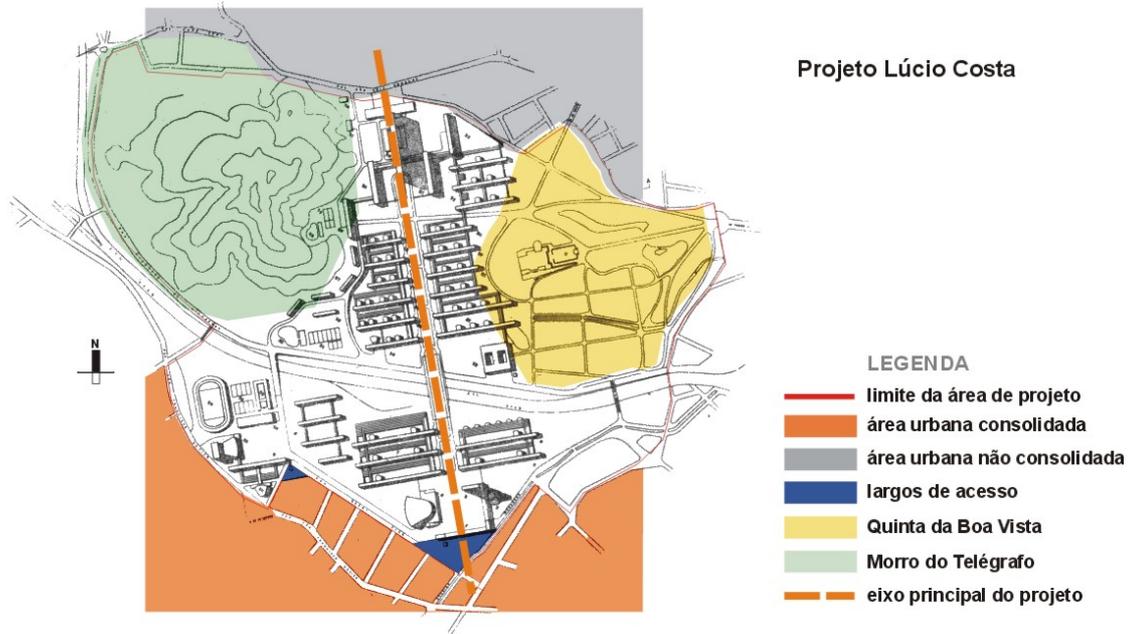
<sup>73</sup> TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini.** *Op. cit.*, p. 270.



### relação com o bairro no projeto de Marcello Piacentini

**Planta de Situação** (grifo nosso)  
Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 103

Lúcio Costa, desenvolve uma visão oposta à dos dois arquitetos: o principal elemento singular de seu projeto, dominado por edifícios-tipo, está justamente voltado para o bairro. De forma semelhante a Piacentini, Lúcio Costa cria um grande largo, mas, desta vez, este elemento amplia a visão não para um grande equipamento de uso coletivo, mas para o eixo principal de circulação da Universidade. Para se entrar na Universidade deve-se conviver minimamente com o bairro, elevando este último de porta dos fundos a acesso principal. Mais a sudoeste é criado mais um largo, de pequena estatura para fazer o acesso aos equipamentos de uso público, o teatro e o ginásio.



### relação com o bairro no projeto de Lúcio Costa

Planta de Situação (grifo nosso)

Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.

#### 4.10 A QUINTA DA BOA VISTA

A presença marcante da Quinta da Boa Vista foi um dos fatores que contribuíram para a escolha do local. Por isso, e principalmente por seu caráter histórico, gerou reações diferentes entre os arquitetos.

Le Corbusier, por exemplo, invade parte desta área para a locação de equipamentos de seu projeto (vide figura Ocupação do terreno), mesmo sabendo dos limites impostos pela Escritório Técnico. Há, neste caso, um choque de visões sobre a presença do “passado” e sua relação com as necessidades do presente. Neste sentido, Corbusier se preocupa com a *“liaison à l’ancien parc impériaal: le respect des plantations existantes”*, mas

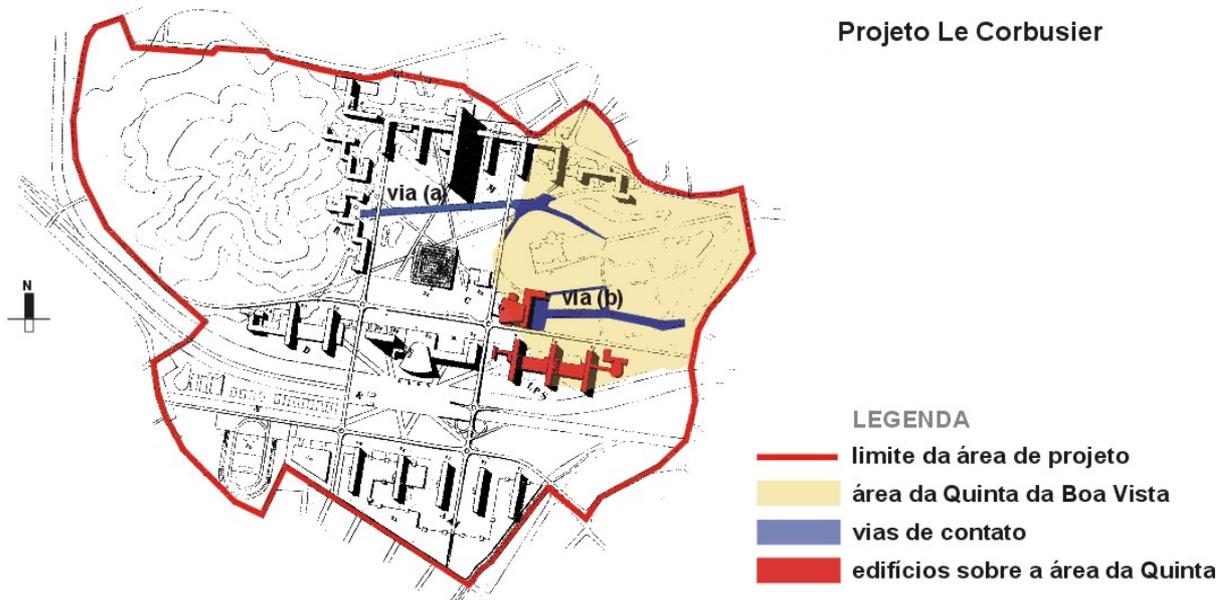
entende esta ligação muito mais visual. Em contraste ao bloqueio visual que Le Corbusier cria com o bairro na porção sul do terreno, ele deixa a Quinta exposta aos olhares do visitante que, ao trafegar por seus viadutos ou passar pelo vazio central da CUB, logo identifica, à visão daquele parque e daquela edificação, o passado imperial contrastando com as “modernas” edificações projetadas. O passado adquire assim seu devido lugar, como Le Corbusier já havia defendido na relação de seu plano Voisin e a velha Paris,

*(...) O “Plano Voisin”, cobrindo com imóveis os 5% da superfície do solo, salvaguarda os vestígios do passado, e os coloca num contexto harmonioso: as árvores, os bosques. Pois é, as coisas também morrem um dia e esses parques “à Monceau” são cemitérios graciosamente mantidos. Neles educamo-nos, sonhamos, respiramos: o passado deixa de ser um gesto nefasto que assassina a vida; o passado ganhou seu lugar.<sup>74</sup>*

Mas este “cemitério” didático ainda sofre algumas intervenções para garantir que o passado “não assassine a vida”. Assim, parte dos jardins do Morro da Quinta são invadidos para dar lugar aos edifícios das Faculdades de Literatura, Filosofia e Ciências e pelo Teatro. A única conexão, além da visual, é feita pela via de acesso ao terreno (via a) que Corbusier utiliza como acesso direto ao clube de estudantes e professores e à via de maior caixa; (via b) que é aproveitada para dar acesso ao Teatro. O desenho curvilíneo e gracioso desta e de todas as vias do Parque Imperial contrastam evidentemente com as linhas retas do traçado das vias Corbusianas no platô de implantação da CUB.

---

<sup>74</sup> CORBUSIER, Le. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 270-271.



### relação com a Quinta da Boa Vista no projeto de Le Corbusier

#### Planta de Situação (grifo nosso)

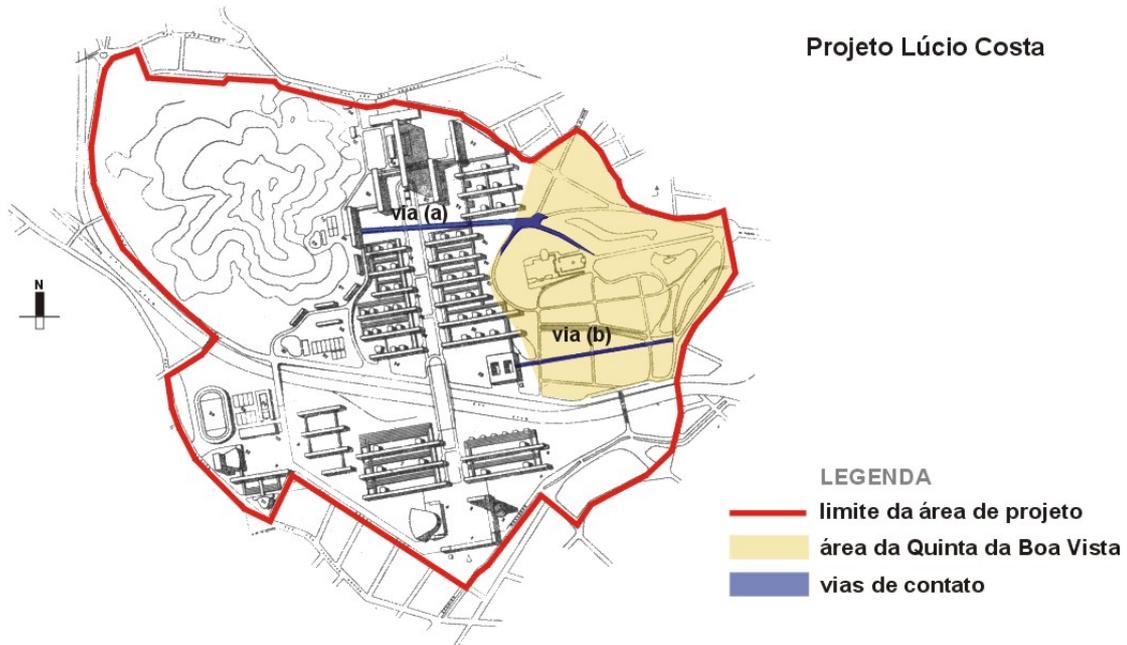
Fonte: CORBUSIER, Le. JEANNERET, P. *Op. cit.*, p. 45.

Lúcio Costa também mantém a Quinta como um elemento relativamente estranho ao projeto. Aparentemente mais respeitoso ao Parque, o arquiteto brasileiro mantém a estrutura de seu jardim, mas sua visão de integração da CUB com a Quinta não é nem um pouco semelhante à de Corbusier. A maior preocupação de Lúcio Costa está no aproveitamento da parte plana, ou como ele mesmo define, a parte “sã” do terreno, onde configura o seu eixo principal através de uma extensa avenida e de uma sequência de edifícios “standards”. Não há espaço nem mesmo para uma ligação visual com este passado pois o olhar do visitante em seu projeto é sempre direcionado para seu eixo principal, seus focos e suas variadas impressões.

O contato visual com a Quinta acontece principalmente no platô destinado às escola de Enfermeiras onde ele indica como uma das vantagens

de implantação justamente a “vista desimpedida sobre a Quinta”. Sua localização nesta área acontece por causa de sua situação diversa das demais em virtude “das condições especialíssimas de sua organização – ao mesmo tempo escola, residência, etc”, precisando estar em um espaço afastado o suficiente para poder garantir a tranquilidade necessária para esta organização. Estas áreas, que correspondem justamente às áreas de encostas dos morros, ou seja, áreas de topografia diferenciada, são um contraponto ao corpo central da CUB, coordenado pelo eixo maior, pois a implantação das edificações acontece de forma sinuosa acompanhando uma via acomodada nas curvas topográficas do Morro do Telégrafo, e suas vistas, ao invés de um foco principal, são liberadas à paisagem natural e ao entorno.

À semelhança de Le Corbusier, Lúcio Costa aproveita duas vias de circulação do parque da Quinta da Boa Vista, a primeira (a) por causa de sua grande importância de conexão com a cidade e a segunda (b) para favorecer o acesso a um de seus equipamentos – justamente um museu – com a diferença de Le Corbusier por esta parecer uma via secundária.



### relação com a Quinta da Boa Vista no projeto de Lúcio Costa

**Planta de Situação** (grifo nosso)  
 Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.183.

Dos três arquitetos, Piacentini é o que mais se inclina a valorizar a existência do parque da Quinta da Boa Vista. Esta postura fica clara ao repararmos a harmonia criada entre seu projeto, o desenho do parque e o aproveitamento do palácio existente. Sua visão de modernidade não era tão conflituosa com o antigo como a de Le Corbusier. Como podemos ver em um de seus artigos sobre a beleza de Roma e as necessidades da cidade moderna, sua visão era mais conciliatória entre o passado e o futuro,

*(...) Para conservar uma cidade não basta salvar os monumentos e os belos palácios isolando-os e adaptando-os ao entorno de um ambiente todo novo, é necessário salvar*

*também o ambiente antigo com o qual eles são intimamente ligados.*<sup>75</sup>

Quando se refere a zona escolhida para a implantação da CUB no memorial explicativo do projeto, Piacentini esclarece esta postura de acomodação,

*(...) Alterar profundamente o Parque da [Quinta da] Boa Vista com a construção da Cidade Universitária foi algo excluído a priori; a sua bela e rica vegetação deve ser respeitada, sendo possível e aconselhável não apenas algumas retificações de avenidas, como também a reutilização do velho palácio que foi a residência da família imperial; os pequenos organismos edilícios são inseridos nos lugares onde a vegetação é mais rarefeita, e a estas se devem submeter, nos volumes e nas alturas.*

*O Parque da [Quinta da] Boa Vista foi destinado a constituir o maior ornamento da Cidade Universitária; as suas sombreadas avenidas hospedarão a população nas horas de repouso e de estudo a céu aberto, ou nas alegres conversas estudantis. E através do Parque se vai ao coração da Cidade Universitária, a Praça da Reitoria.*<sup>76</sup>

<sup>75</sup> “(...) *Per conservare una città non basta salvare i Monumenti ed i bei palazzi, isolandoli e adattandovi intorno un ambiente tutto nuovo; occorre salvare anche l'ambiente antico, con il quale essi sono intimamente connessi.*”

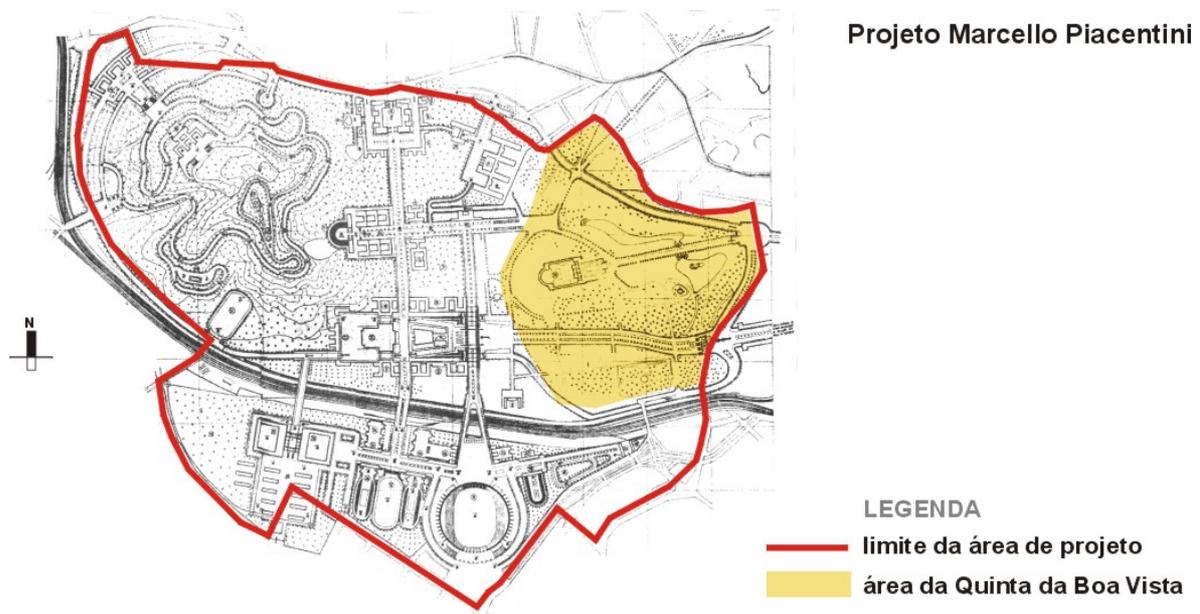
DE BENEDETTI, Mara e PRACCHI, Attilio. **Antologia dell'architettura moderna. Testi, manifesti, utopie.** Bologna: Nicola Zanichelli Editore S.p.A, 1988. p.156

O contraste com Corbusier é evidente quando este comenta sobre o entorno antigo:

“Os bairros “Marias”, dos “Archives”, do “Temple”, etc. Seriam destruídos. Mas as igrejas antigas são salvaguardadas. Elas se apresentam em meio ao verde; nada mais sedutor! Mas se é preciso convir que assim seu contexto original se encontraria transformado, é preciso admitir também que seu contexto atual é falso e além do mais triste e feio”. CORBUSIER, Le. *Op. cit.*, p. 270.

<sup>76</sup> TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini.** *Op. cit.*, p. 269.

Sua postura é integradora. Ao repararmos seu projeto vemos que, além do aproveitamento programático do palácio da Quinta, há uma harmonização morfológica deste com o novo projeto, dificultando mesmo ao leitor desavisado a identificação da presença da antiga edificação. O conjunto de vias da CUB se conecta diretamente com o Parque, e as edificações centrais, com exceção da Faculdade de Medicina, também se direcionam para lá.



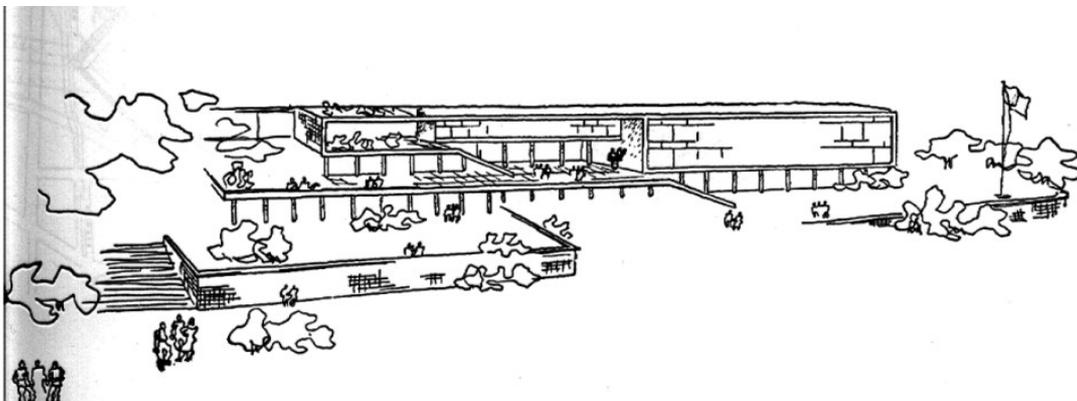
### relação com a Quinta da Boa Vista no projeto de Marcello Piacentini

**Planta de Situação** (grifo nosso)  
Fonte: TOGNON, Marcos. *Op. cit.*, p. 103

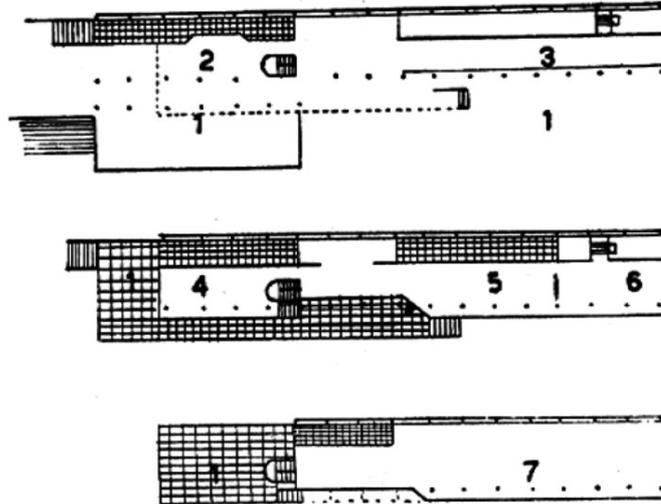
#### 4.11 AUTORIAS

Enquanto Le Corbusier trabalhou com a equipe de arquitetos brasileiros praticamente como seus colaboradores indiretos, Lúcio Costa dividiu parte de seu projeto entre os arquitetos de sua equipe. O hospital foi confiado a Affonso Eduardo Reidy e o clube, a Oscar Niemeyer. Esta postura solidária já é uma característica bem conhecida do arquiteto, mas nesse projeto se reveste de valor especial, pois é aí, para Lúcio Costa, que surge realmente a figura de Oscar Niemeyer

*(...) O Reidy fazia parte do grupo, da comissão e ele se concentrou no estudo do hospital, cuja implantação bem no eixo, até tem um escalonamento assim para marcar, fechar a composição; e isso o Reidy é que estudou aquele projeto do hospital com muito carinho... Foi uma contribuição grande que ele deu. E outra coisa, foi a primeira presença de Oscar, porque no projeto tinha um clube para estudantes, um projeto de um clube, e eu deixei o Oscar fazer o que quisesse ali; e ele fez um projeto que é o primeiro projeto em que ele se revela Oscar.<sup>77</sup>*



<sup>77</sup> GOROVITZ, Mateus. *Op. cit.*, p.12

**perspectiva Clube Universitário**Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.187.**plantas Clube Universitário**Fonte: COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p.187.

Piacentini, como se sabe, desenvolveu seu projeto tendo como colaborador o italiano Vittorio Mopurgo. Esta figura, neste caso, não deve ser entendida como a de um simples desenhista ou apenas de um representante do escritório para resolver problemas burocráticos no Brasil. Vittorio Mopurgo desenvolveu parte do projeto para a Cidade Universitária ainda no país; na Itália, juntamente com Marcello Piacentini, desenvolve uma outra parte que vai até a finalização do mesmo. É difícil saber os limites de uma autoria de projeto nestas circunstâncias mas, observando a sequência dos estudos feitos, tanto no Brasil quanto na Itália, podemos entender que houve uma tênue linha entre colaboradora e co-autoria.

#### 4.12 O MODELO AMERICANO

Como já foi visto no capítulo “A comissão e o plano”, para a Comissão de Professores que iria julgar os projetos da Universidade do Brasil, o principal modelo físico de Universidade seria o americano, com vastas extensões de terra configurando um parque. Um outro fator inerente a estas Universidades era uma estilização historicista da arquitetura:

*(...) Com algumas excessões (...), (o) “historicismo” dominou o projeto de campus até os anos próximos da Segunda Guerra Mundial. O crítico de arquitetura Henry Russel-Hitchcock usa a palavra “historicismo” para incluir o “ecletismo”, “tradicionalismo”, ou “revivalismo” – arquitetura que reutiliza formas dos estilos arquitetônicos do passado. Como notas de Hitchcock em seu sumário de arquiteturas dos séculos XIX e XX, “a competência técnica dos arquitetos Americanos neste período foi muito grande, as somas de dinheiro disponível eram quase ilimitadas e os padrões de projeto eram vagos no “gosto” e na “correção”.<sup>78</sup>*

Le Corbusier em seu livro *Quando as Catedrais eram Brancas*, descreve as impressões da viagem que fez aos Estados Unidos em 1935 e as universidades americanas não passam despercebidas ao seu olhar,

<sup>78</sup> (...) *With a few exceptions (...), “historicism” dominated campus design until the years following World War II. The architectural critic Henry Russel-Hitchcock uses the word “historicism” to include “eclecticism,” “traditionalism,” or “revivalism” – architecture which re-uses forms of past architectural styles. As Hitchcock notes in his summary of 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> century architecture, “the technical competence of American architects in this period was very great, the sums of money available almost unlimited, and the avowed standards of design only the vague ones of ‘taste’ and ‘correctness’*

*(...) Tudo está disposto para o conforto, para o sossego e a serenidade; tudo, para fazer corpos sólidos. Cada colégio ou universidade é uma unidade urbana em si, uma cidade, pequena ou grande. Mas uma cidade verde. Prados de césteds, parques, estádios, claustros, refeitórios, verdadeira hotelaria de habitações. O estilo é gótico, quase em todas partes – é assim – rico, opulento.<sup>79</sup>*

Mas este modelo norte americano não o convence. Como poderia um país tão rico e com tantas possibilidades de implantar um pensamento moderno admitir suas universidades com edifícios respaldados pelos “Vignolas da tradição”? Seus questionamentos se estendem para a própria estrutura urbanística e suas consequências na formação dos estudantes:

*(...) ao sul de Nova York, está a Universidade de Princeton, para homens. Instituição imensa, cidade universitária com parques vastíssimos (...).*

*Me encontro ante a mesma pergunta: a juventude estudantil tem interesse em passar cinco anos de felicidade em um paraíso, ou é melhor que conheça, na hora dos estudos, o rosto total da vida, con suas taras, suas misérias, suas angústias, suas grandezas?<sup>80</sup>*

---

DOBER, Richard P. **Campus planning**. United States of America: Reinhold Publishing Corporation, 1963. p. 31.

<sup>79</sup> *“(...) Todo está dispuesto para el confort, para el sosiego y la serenidad; todo, para hacer corpos sólidos. Cada colegio o universidad es una unidad urbana en sí, una ciudad, pequeña o grande. Pero una ciudad verde. Prados de césteds, parques, estadios, claustros, rectorios, una verdadera hostería de habitaciones cómodas. El estilo es gótico, casi en todas partes - ¡es así! – rico, opulento.”*

CORBUSIER, Le (1937). **Quando las catedrales eram blancas**. Buenos Aires: Editorial Poseidon, 1973. 294 p. 191.

<sup>80</sup> *“(...) al sur de Nueva York, está la Universidad de Princeton, para varones. Institución inmensa, ciudad universitaria con parques vastíssimos (...).*

(...) *Tudo é um pouco forçado, um pouco solto da vida. É precisamente o efeito da brutalidade desta vida norteamericana.*<sup>81</sup>

Ele reconhece algumas boas condições dos estudantes americanos, “atletas”, que desfrutavam de um paraíso durante a formação acadêmica, mas também reconhece que os estudantes franceses - de “músculos descuidados” - por estarem em contato com a realidade da cidade aprendem a mesclar o conhecimento da ciência com a vida. O problema não será um *campus* universitário afastado da cidade e sim sua completa desconexão com esta e a necessidade de arquiteturas que realmente representassem e servissem de suporte ao espírito moderno, que deveria existir numa universidade de tantas potencialidades, para criar novas possibilidades técnicas e estéticas para o mundo. Vemos aqui, nesta crítica de Le Corbusier aos *campi* americanos, em 1935, os limites mesmos da visão funcionalista e setorial que tanto se atribui ao arquiteto francês.

Para Le Corbusier, a Universidade do Brasil seria um *campus* devidamente setorizado na cidade mas, ao mesmo tempo, conexo a esta através do sistema de vias do conjunto que seria integrado com um dos grandes eixos da cidade. Por outro lado a CUB teria modernos edifícios que, despregados de uma tradição cega de arquitetura, e colocados de forma a

---

*Me encuentro ante la misma pregunta: la juventud estudiantil, ¿tiene interés en pasar cinco años de felicidad en un paraíso, o es mejor que conozca, en la hora de los estudios, el rostro total de la vida, con sus taras, su miseria, sus angustias, su grandeza?”*

*Ibid.*, p.195.

<sup>81</sup> “(...) *Todo eso es poco forzado, un poco despegado de la vida. Es precisamente el efecto de la brutalidad de la vida norteamericana.*”

*Ibid.*, p.200.

promover o contato entre setores de conhecimento semelhantes, atenderiam às necessidades dos estudantes brasileiros.

Desta forma, Le Corbusier não conseguia imaginar como o modelo americano de *campi* universitários, inseridos em imensos parques, pudesse ser tão bem visto como estava sendo pela Comissão de Professores brasileiros. Assim, numa carta a Capanema de 30 de dezembro de 1937, expõe sua visão das universidades americanas

*(...) Em particular, e apesar das divergências profundas que existem entre o colégio de professores e as teses que expus sobre a Cidade Universitária, continuo persuadido de que a imitação da concepção americana de universidades é um erro, e que as teses que enunciei em meus estudos são realmente as que convêm a um empreendimento de espírito moderno.<sup>82</sup>*

Em 16 de Julho de 1938, reafirma esta idéia:

*(...) Ainda não consigo compreender como seja possível defender o princípio das universidades americanas, totalmente ilógico, longe de ser belo. É de fato um desconhecimento completo da questão, e falta de discernimento em matéria de arquitetura.<sup>83</sup>*

O projeto de Piacentini era o que melhor se enquadrava no modelo americano de universidade, onde os edifícios seriam locados de forma nuclear em todo o território e sua expressão formal estaria respaldada numa imagem

historicista, embora com nuances de inovações modernas. O choque destas idéias com os conceitos de Corbusier são muito acentuados. Este último, em nova carta à Capanema de 01 de abril de 1939, faz questão de esclarecer estas diferenças:

*(...) Recebi a revista Architettura, de Roma, com os planos de M. Piacentini. Examinei estes planos com muito escrúpulo. Apesar de sua apresentação extraordinariamente lisonjeira e abundante, devo declarar que são planos de arquitetura antiga, oposição com o espírito que conduz seu programa da Cidade Universitária. Há muito a dizer sobre este estudo; é toda a batalha entre o velho e o novo, e não creio que os planos de que falo aqui sejam muito novos, apesar de certa aparência, na realidade muito acadêmica.<sup>84</sup>*

Em seu livro “Sur les Quatre Routes”, Le Corbusier expõe claramente sua aversão à arquitetura de Piacentini,

*(...) Desde a existência do Eixo<sup>85</sup>, os edifícios, cada vez mais, têm a missão de expressar o poder e a força, inclusive para sua exportação. Podemos ver como esta arte de Roma intentava imporse no Rio de Janeiro, na Cidade Universitária do Brasil, em auditórios, laboratórios, salas de estúdio, música, de física ou bibliotecas. A corrente é forte. Piranese mudou de aspecto. Arrancaram as pedras e retiraram as pedras defeituosas. Reconstruíram as ruínas, poliram as pedras e apareceram as aresta vivas, lavantaram ordens de colunas*

---

<sup>82</sup> SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA Vanda Maria Ribeiro Costa (1984). **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 368.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 369.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 371.

*sem entablamento, levantaram grandes muros cegos, traçando imponentes colunatas e instalaram tanques. Em uma palavra, uma parada militar. Mas não existe nada que infunda vida e desejo de trabalho aos milhões de estudantes do Brasil.*<sup>86</sup>

Por fim, Lúcio Costa também se posiciona de forma contrária ao modelo americano e critica as universidades européias, assumindo a responsabilidade de fazer um projeto atualizado com as necessidades de sua época,

*(...) E, antes de concluir, ainda uma observação: não procuramos imitar a aparência exterior das universidades americanas, vestidas à Tudor, ao jeito das missões ou à florentina – ridículo contra o qual a nova geração em boa hora reage; nem tampouco as universidades européias, instituições seculares que se foram completando com o tempo e, quando modernas –enfáticas, como a de Roma, ou desarticuladas, como a de Madrid – não nos podiam servir de modelo; obedece o projeto à técnica contemporânea, por sua própria natureza eminentemente internacional.*<sup>87</sup>

<sup>85</sup> Eixo Nazi-Fascista.

<sup>86</sup> “(...) Desde la existencia del <Eje>, los edificios, cada vez más, tienen la misión de expresar el poder y la fuerza, incluso para la exportación. Hemos podido ver como este arte de Roma intentaba imponerse en Río de Janeiro, en la Ciudad Universitaria de Brasil, en auditorios, laboratorios, salas de estudio, música, de física o bibliotecas. La corriente es fuerte. Piranese ha cambiado de aspecto. Se han arrancado las hiedras y se han quitado las piedras rotas. Se han reconstruido las ruinas, se han pulido las piedras y se han acusado las aristas vivas, se han levantado órdenes de columnas sin entablamiento, se han alzado grandes muros ciegos, trazado imponentes colunatas y se han instalado estanques. En una palabra, una parada militar. Pero no existe nada que infunda vida y deseo de trabajo a los miles de estudiantes del Brasil.”

CORBUSIER, Le. **Por las cuatro rutas**. Op. cit., p. 125-6.

<sup>87</sup> COSTA, Lúcio. **Registro de uma Vivência**. Op. cit., pp-183-186.

**4.13 PRINCÍPIOS QUE PERSISTIRAM**

Esses princípios expostos por Lúcio Costra acabaram por se tornar hegemônicos no pensamento da arquitetura e do urbanismo no Brasil nas décadas futuras. Os ideais declarados por Le Corbusier tornaram-se fonte de inspiração de algumas gerações e foram aplicados pelo arquiteto Jorge Machado Moreira no projeto finalmente realizado para esta Universidade, desenvolvido entre 1949 a 1965.

Mas, por vários motivos, esta aceitação de princípios não significou a garantia do sucesso desta empreitada como podemos ver na avaliação do próprio Lúcio Costa já na década de 80:

*(...) [comparando seu projeto ao feito por Jorge Machado Moreira] não seria esse absurdo do Fundão, aquela coisa desmedida, uma coisa bárbara. O que aconteceu? Essa mania de grandeza, eles estabelecem uma comissão organizadora digamos, de professores, de todas as faculdades, todos os departamentos (...). para estabelecer os programas cada instituto apresenta sua programação (...). Então começa aquele delírio: cada departamento quer isso, aquilo, espaço maior... Depois, somando tudo aquilo, fizeram-se uns programas exagerados, absurdos, muito grandes. (...) Nos próprios edifícios das faculdades, por exemplo a Faculdade de Arquitetura, todos se queixam muito, os alunos ficam ilhados, separados, não há convivência, muito dimensionada, com os pés direitos enormes, as galerias enorme, tudo enorme.  
(...) acho que foi um delírio que no fim ninguém era responsável por esse superdimensionamento. (...)nenhuma cabeça mais*

*forte que eliminasse aquele supérfluo todo, para fazer uma universidade mais compacta, mais funcional..*<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> GOROVITZ, Mateus. *Op. cit.*, p. 30



**Conclusão**

## CONCLUSÃO

Como vimos neste estudo, a questão da cidade universitária movimentou um grande número de personagens tanto do campo da Arquitetura e do Urbanismo como de outros setores do conhecimento que, na época, se relacionavam diretamente com este tema.

A despeito de tão significativo desgaste, oficiais ou não, desde os primeiros estudos, ainda para a implantação da Universidade do Brasil na Praia Vermelha, persiste a dúvida sobre o motivo da não construção da Cidade Universitária nos anos 30.

Esta conclusão é um esforço para tentar compreender este desfecho.

Os dois primeiros projetos, de Le Corbusier e de Lúcio Costa, possuem documentos suficientes para configurar o motivo do abandono por parte da Comissão de Professores. As críticas ao projeto de Le Corbusier já foram abordadas nos capítulos anteriores, mas é nas entrelinhas destas críticas que Lúcio Costa considera estar o real motivo do abandono tanto do projeto do arquiteto francês quanto o dele próprio.

Lúcio Costa acreditava que o “principal” motivo era a resistência pessoal de Souza Campos à “nova arquitetura”

*(...) Eles hostilizaram porque justamente o Souza Campos, que era mais especializado em estudos de universidade, planejamento de universidades, do ponto de vista da*

*programação e mesmo da estruturação, ele era também muito hostil, contra essas idéias modernas porque ele tinha percorrido quase que o mundo todo visitando universidades e era apaixonado pelas universidades européias arquitetonicamente. Ele tinha admiração por Cambridge na Inglaterra, então fazia universidades e edifícios em estilo meio gótico para restabelecer aquela conexão com a tradição inglesa de universidade. Então você tem aquelas universidades americanas... Ele era muito apaixonado disso, o Souza Campos, estava imbuído destas idéias e como estava começando esse movimento de renovação arquitetônica, ele não estava em dia com isso, ignorava e não aceitava.<sup>1</sup>*

Ratificando Lúcio Costa, podemos analisar um exemplo que ajuda a esclarecer um pouco destas diferenças: o debate a respeito do uso de pilotis nos edifícios da universidade.

Como se sabe, os pilotis eram um dos cinco pontos defendidos por Le Corbusier para uma arquitetura “moderna”. Seu projeto para a CUB previa o uso deste sistema estrutural em praticamente todos os edifícios e portanto as críticas seguintes dos professores dizem respeito a um dos principais conceitos do projeto.

*(...) O mesmo poderá ser dito do systema de construcção sobre “pilotis” no seio da universidade. Sua finalidade é obter*

---

<sup>1</sup> GOROVITZ, Mateus. **Os riscos do projeto: Universidade do Brasil, 1936**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1989. 2v. (Dissertação de Mestrado).p.30

*circulação livre em todos os sentidos. Ora, esta circulação livre em todos os sentidos não só não é necessaria nos centros universitários, como até é inconveniente para certas zonas, como a zona medica, por exemplo. Não é necessaria porque o espaço livre, entre os edificios, é folgadissimo para a movimentação dos que devem frequentar este centro de estudos. Eis um systema que é inconveniente em algumas circumstancias e que acarreta onus de vulto para as construcções universitarias. Teremos de acrescentar ao arcabouço dos edificios uma série de pilares, que revestidos poderiam constituir mais um pavimento util para as necessidades escolares e hospitalares. Esta modalidade constructiva ainda agrava o problema do transporte vertical dos alumnos que em grandes massas e à mesma hora desejam penetrar no predio erigido ao alto e assentado sobre estacas como nas construcções primitivas.<sup>2</sup>*

Lúcio Costa teve contato com estas críticas e, no seu projeto, insiste mais uma vez neste princípio. Entretanto, agora, procura fazer uma longa e didática defesa deste tentando demonstrar que desprezá-lo significaria igualmente um total desconhecimento do próprio campo da arquitetura e suas revoluções internas. Diz ele:

---

<sup>2</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. São Paulo: Empreza Graphica da "Revista dos Tribunaes", 1938. p. 330-1.

*(...)O anteprojeto preconiza, de um modo geral, a adoção de uma arquitetura consentânea com os sistemas atuais de construção. Torna-se, portanto, necessário esclarecer esse ponto, uma vez que a respeito ainda perdura certa confusão. Trata-se do seguinte: as construções apoiavam-se tradicionalmente sobre as paredes; paredes estas indispensáveis – condição primeira da existência do prédio. Como, porém o rés-do-chão apresentasse inconvenientes, foi o piso útil transferido para certa altura, surgindo assim, logicamente, os chamados porões, mais ou menos habitáveis – aproveitamento racional desses espaços obrigatoriamente fechados (a segurança estrutural do prédio impunha poucas aberturas) entre o terreno e o pavimento. (...)*

*As construções atualmente, porém, quando com mais de dois pavimentos (...) apóiam-se não sobre paredes mas sobre pilares regularmente espaçados. Não mais se impõe, portanto, esse fechamento sistemático do rés-do-chão que se precisava fechado por questão de segurança (...). Basta fechar doravante o espaço necessário àqueles serviços que, por sua natureza, reclamem tal situação (...)*

*A grande maioria, no entanto, ainda não tomou conhecimento dessa realidade e continua às cegas, tapando obstinadamente com muros de frontal revestidos com placas de mármore ou granito, com dois ou três centímetros de espessura, esses espaços livres. Por que? Porque é o embasamento, e o embasamento precisa dar uma impressão de robustez. Aquilo que os antigos faziam a contragosto, mas honestamente, por*

*não terem outro remédio – faz-se agora para fingir. Nunca se viu, em toda história da arquitetura, semelhante aberração. E aqueles que se insurgem contra este estado de coisas positivamente anormal, são olhados com estranheza.*<sup>3</sup>

Claramente Lúcio Costa desqualifica os que acreditam no sistema tradicional como melhor método de se fazer arquitetura, numa tentativa de inibição de seu interlocutor, mas seu esforço foi em vão. Ernesto Souza Campos não volta atrás em sua opinião e além do parecer contrário ao projeto feito pelo arquiteto brasileiro, em seu livro *Estudo sobre o problema universitário*, de 1938, publica como um dos motivos de crítica ao projeto de Corbusier justamente a “Construção sobre pilares segundo o tipo das habitações lacustres”<sup>4</sup>.

Os conflitos eram, talvez, grandes demais para serem administrados e superados já que se tinha uma terceira opção: Marcello Piacentini.

Este último merece destaque pois foi o único arquiteto procurado pelo Ministério para trabalhar no anteprojeto da CUB pois, como vimos, tanto Le Corbusier como Lúcio Costa foram incluídos durante este conflituoso processo de criação. Em nenhum momento pudemos verificar elogios de Gustavo Capanema a Le Corbusier ou a Lúcio Costa como vimos para Piacentini.

A respeito das preferências estéticas do Ministro vale revermos as seguintes ponderações de Margareth Campos:

---

<sup>3</sup> COSTA, Lúcio. **Registro de uma Vivência**. 3 ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997. p. 176-177

*(...) Piacentini e Perret, assim como Agache anos antes, apresentavam propostas tão modernizadoras quanto as de Le Corbusier. A partir daí, a opção pelo **modernismo** era uma entre tantas outras. (...) Le Corbusier representava a utopia moderna. Suas propostas arquitetônicas e urbanísticas ultrapassavam em muito a simples questão da **imagem moderna** da sociedade industrial. Pressupunham a reorganização radical do quadro urbano com vistas a adequá-lo à racionalidade que julgava intrínseca àquela sociedade. O convite de Capanema não parece decorrer de uma adesão incondicional a essa doutrina. O Ministro vê as idéias corbusianas como uma estética entre outras, passível de ser assimilada a um projeto sócio-econômico de reformas.<sup>5</sup>*

A princípio, a real preferência do Ministro possivelmente recaiu sobre Piacentini porque este representava um modernismo mais reformador e menos revolucionário.

Marcello Piacentini era muito bem informado a respeito do que se passava na arquitetura no mundo, como verificamos nos depoimentos de um de seus ilustres alunos da disciplina “*Edilizia Citadina*” em Roma. Assim nos informa Rino Levi:

*(...) embora não apreciasse sua arquitetura [de Piacentini], orientado no sentido de um monumentalismo inspirado na tradição romana, eu o estimava muito. Ele era um espírito adiantado. Gozava da simpatia dos estudantes mais irrequietos, que propugnavam por uma*

<sup>4</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1938.

*reformulação de arquitetura. Em classe, Piacentini nos apontava os exemplos de Poeltzig (sic), de Gropius, de Neutra, de Le Corbusier etc. Lembro de meu entusiasmo quando ele nos apresentou o projeto do arranha-céu de Mies, projetado creio em 1919. Foi Piacentini que me fez conhecer o primeiro livro de Le Corbusier, Vers une Architecture, que comprei logo em seguida..<sup>6</sup>*

Ele refletia sobre as novas propostas que surgiam em várias partes do mundo e optava por algumas “modernizações” que não contrariassem seu conceito sobre a tradição. Em uma entrevista, Piacentini nos fornece um significativo relato:

*(...)Estas coisas podem parecer justas na teoria, mas na prática são impossíveis. “Le Corbusier” é muito máquina, é um luterano fanático que só vê o fato técnico. É verdade, hoje não vivo como meu pai e minha mãe, mas o modo de vida deles pode me trazer ensinamentos. Este é um conceito italiano e humano. Não podemos continuar a viver com certas adaptações em uma casa do século XV; o que é absurdo é construir hoje casa ao modo daquele século e também querer restituir ao estado primitivo e recolocar em pé edifícios antigos que, pelos incômodos que causam e pela sua velhice são condenados a morrer.<sup>7</sup>*

<sup>5</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987. p. 109-110

<sup>6</sup> Carta de Rino Levi ao Professor Paulo Santos de 14/8/1962 (Arquivo Rino Levi). *Apud* TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p.22.

A mesma carta foi publicada por Hugo Segawa, só que com a data de 27/7/1964 (Arquivo Rino Levi)

SEGAWA, Hugo. 1925- Warchavchik e Levi – dois manifestos pela arquitetura moderna no Brasil. In: **RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, s.d. V.7. p.6-11.

<sup>7</sup> “(...)Queste cose possono sembrar giuste in teoria, ma in pratica sono impossibili; Le Corbusier è troppo macchina, è un luterano fanatico che non vede che il fatto tecnico. È vero oggi io non vivo come mio padre e mia madre, ma il loro modo di vita mi può dare un insegnamento. Questo è un concetto italiano e umano. Noi possiamo continuare a vivere, con certi adattamenti, in una casa del Quattrocento; quello che è assurdo è costruire oggi delle case

Desta forma, Piacentini era visto como um arquiteto “moderno” em relação aos arquitetos conservadores de sua época na Itália, o que lhe obrigou, por várias vezes, a participar de alguns debates onde lhe foram cobradas posturas mais “corretas” pelos seus colegas italianos<sup>8</sup>.

Com a Segunda Grande Guerra e a clareza dos rumos que o Fascismo representado por Piacentini tomou, iniciaram-se críticas mais acirradas, desta vez de ordem ideológica. Mesmo quando Lúcio Costa fala, na década de 80, sobre o arquiteto, é justamente este aspecto que fica em relevo,

*(...) O Piacentini foi o arquiteto da Universidade de Roma, até dos principais edifícios, (...). De modo que era um arquiteto que fazia um classicismo metido a moderno, uma coisa pesada... Foi a arquitetura fachista... E na Alemanha também era o mesmo gosto de Hitler, (...), uma arquitetura monumental, acadêmica demais.*<sup>9</sup>

Bruno Zevi, quando publica seu livro “A História da Arquitetura Moderna” em 1950 ainda frisa enfaticamente o mesmo tom de crítica:

*(...) A figura de Piacentini não forma parte da história da arquitetura moderna, e, por tal razão, evitaremos falar dele, salvo no que se refere a sua ação prática, que foi decisiva para os destinos do movimento moderno. Dotado de uma excepcional intuição profissional e de pouquíssimos escrúpulos*

---

*al modo di quel secolo, ed anche voler ripristinare e rimettere in piedi edifici antichi, che per la loro fatiscenza, per la loro vecchiezza sono condannati a morire.”*

SICA, Paolo. **Antologia di urbanistica. Dal Serrecento a oggi.** s.l.: Editori Laterza, 1981. p.560-1.

<sup>8</sup> Vide Tognon

<sup>9</sup> GOROVITZ, Matheus. *Op. cit.*, p.27

*culturais, Piacentini, ajudado desde o princípio de sua carreira pela clientela de seu pai, havia fixado o propósito de dominar a qualquer preço a atividade edilícia italiana. Contrários a ele estavam os obstáculos da academia constituída, do plagio sistemático, dos estilos arqueológicos. A partir de uma primeira atividade marcada por um neoclassicismo tradicionalista, compreendeu que para imporse era necessário constituir uma oposição renovadora, uma oposição medida, prudente, flexível, constantemente preocupada por manter os contatos com o mundo oficial romano. Durante o período entre 1920 e 1925, Piacentini levou a cabo esta renovação mediante a construção em Roma de vários edifícios marcados por uma afetada mas decorosa influência vienesa, apoiou a simplificação cenográfica de Limongelli, favoreceu os jovens e manteve uma moderada polêmica modernista em oposição a Giovannnoni.<sup>10</sup>*

De fato não precisaríamos ir até a data da publicação deste livro para entender que este conflito ideológico estava configurado, principalmente, nas vésperas da 2ª Guerra Mundial. E é aí que, finalmente, podemos vislumbrar um forte motivo para o abandono do projeto de Piacentini. Com a proximidade da Guerra, os ideais que ele representava tornavam-se perigosos para o Governo que aos poucos se inclinava para o lado dos futuros “aliados”.

<sup>10</sup> “(...) La figura de Piacentini no forma parte de la historia de la arquitectura moderna, y por tal razón evitaremos hablar de ella, salvo en lo que respecta a su acción práctica, que fue decisiva para los destinos del movimiento moderno. Dotado de una excepcional intuición profesional y de poquísimos escrúpulos culturales, Piacentini, ayudado desde el principio de su carrera por la clientela de su padre, se había fijado el propósito de dominar a cualquier precio la actividad edilícia italiana. En su contra estaban los obstáculos de la academia constituída, del plagio sistemático, de los estilos arqueológicos. Tras una primera actividad señalada por un neoclassicismo tradicionalista, comprendió que para imponerse era necesario constituir una oposición renovadora, una oposición – se entiende – mesurada, prudente, flexible, constantemente preocupada por mantener los contactos con el mundo oficial romano. Durante el período que va de 1920 a 1925, Piacentini llevó a cabo esta renovación mediante la construcción en Roma de varios edificios marcados por una afectada pero decorosa influencia vienesa, apoyó la simplificación escenográfica de Limongelli, favoreció a los jóvenes y mantuvo una moderada polémica modenista en oposición a Giovannnoni.”

A partir de 1937 o Brasil passa por um período de nacionalização que

*(...) passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. Não faltaram propostas de criação de planos de “unificação ideológica do país” que tratavam basicamente da eliminação dos “focos de contaminação,” identificados ora com os comunistas, ora com os nazistas. A uniformização cultural implicava a exclusão dos “estrangeiros”, entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização (...)*

*No caso específico da nacionalização, quase toda a preocupação foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira (...).<sup>11</sup>*

O Ministério da Educação e Saúde esteve envolvido diretamente nesta frente procurando criar e consolidar o “espírito de brasilidade”. Haviam mesmo atitudes fortes por parte deste Ministério como a de desapropriação progressiva das escolas estrangeiras, nomeando diretores brasileiros até a substituição completa dos professores estrangeiros por nacionais selecionados.<sup>12</sup>

Neste ambiente podemos entender o incômodo que poderia trazer uma Cidade Universitária à moda da arquitetura fascista de Piacentini. Não nos parece um mero acaso a criação da Comissão do Plano pela lei nº 452 exatamente em 1939. Logo em março, ou seja, após dois meses da criação do

---

ZEVI, Bruno. **Historia de la Arquitectura Moderna**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1957. p. 263.

<sup>11</sup> SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000 p. 182.

<sup>12</sup> *Ibid.* p.160

plano, já são convocados arquitetos brasileiros para trabalharem no projeto universitário. A partir de 1940, como vimos, o projeto de Piacentini foi completamente abandonado, quando então inicia-se um novo estudo de terreno para a localização da Cidade Universitária.

A despeito de todos estes confrontos, este turbilhão de trabalhos e discussões indubitavelmente contribuiu para o amadurecimento da reflexão sobre o ensino superior no Brasil. Mesmo não conseguindo se efetivar a construção da Cidade Universitária, o projeto ministerial conseguiu consolidar uma série de conceitos que se tornaram procedimentos administrativos comuns ao longo dos anos, como a sistematização de currículos de diversos cursos superiores, a idéia de que poderia haver modelos e padrões para todo o país, o papel do Ministério da Educação como órgão fiscalizador do sistema educacional, a idéia de que o ponto de partida para a construção de uma Universidade deveria ser a construção de seu *campus*, entre outros.

Da comissão de professores, durante a elaboração dos projetos, foram desenvolvidos vários rascunhos de leis para o país e diversos estudos para implantação de outras Universidades, ou de componentes desta, para vários Estados brasileiros.

Pelo menos dois de seus integrantes se tornaram Ministros da Educação, Raul Leitão da Cunha (período: 30/10/45 a 31/01/46) e Ernesto Souza Campos (período: 31/01/46 a 06/12/46).

Por fim, serviu de subsídio para a criação do projeto do atual *campus* da ilha do Fundão, projeto marcado por novas polêmicas, o que não seria novidade nem mesmo pela principal voz que entoava contrariamente à sua localização nas ilhas da zona de manguinhos: a do então Ministro da Educação Ernesto Souza Campos<sup>13</sup>.

Esta, porém, é uma outra história.

---

<sup>13</sup> MELLO Jr., Donato. **Um campus Universitário para a cidade do Rio de Janeiro.** Arquitetura Revista, Rio de Janeiro: Achiamé, v. 2, 1º semestre, p. 52-72, 1985. p.65



**Referências Bibliográficas**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 9.1 LIVROS

- 1- AMARAL, Aracy A. **Artes plásticas na Semana de 22**. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 1998. 335p.
- 2- ARGAN, Giulio Carlo. **Walter Gropius e a Bauhaus**. Lisboa: Editora Presença, s.d. 143p.
- 3- BANHAM, Reyner. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1979. 515p.
- 4- BARDI, Pietro Maria. **Lembranças de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil**. São Paulo: Nobel, 1984. 171p.
- 5- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- 6- BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, s.d.
- 7- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 813p.
- 8- BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. In: **Estudos Históricos – Os anos 20**. Rio de Janeiro: s.e. 1993. v.6, nº 11, p.24-39
- 9- \_\_\_\_\_. **Os Intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. (Coleção Descobrimdo o Brasil)
- 10- BRANDÃO, ZAIA. **A Intelligentisia educacional: um percurso com Pascoal Leme por entre as memórias e histórias da Escola Nova no Brasil**. Bragança Paulista: Ifan-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco, 1999.

- 11- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 398p.
- 12- CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudo sobre o Problema Universitário**. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1938.
- 13- \_\_\_\_\_. **Educação Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.
- 14- \_\_\_\_\_. **História e Evolução dos Hospitais**. Rio de Janeiro: Divisão de Organização Hospitalar, Departamento Nacional de Saúde, Ministério da Educação e Saúde, 1944.
- 15- CHOAY, Françoise. **Urbanismo: Utopias e Realidades**. Coleção Estudos: São Paulo, Perspectiva, 1965. 350p.
- 16- CORBUSIER, Le. **Por las quatro rutas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1972. 207p.
- 17- \_\_\_\_\_. **Quando las catedrales eram blancas**. Buenos Aires: Editorial Poseidon, 1973. 294p.
- 18- \_\_\_\_\_. **Precisiones – respecto a un estado actual de la arquitectura y del urbanismo**. Barcelona: Editorial Poseidon, 1978. 293p.
- 19- \_\_\_\_\_. **Os três estabelecimentos humanos**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1979. 261p.
- 20- \_\_\_\_\_. **Por uma arquitetura**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 206p.
- 21- \_\_\_\_\_. **Urbanismo**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 307p.
- 22- CORBUSIER, Le, JEANNERET, P. **Oeuvre Complète 1910-1929**. 10 ed. Zurique: Editions d`Architecture Erlenbach-Zurich. 1979.
- 23- \_\_\_\_\_. **Oeuvre Complète 1929-1934**. 9 ed. Zurique: Editions d`Architecture Erlenbach-Zurich, 1979.

- 24- \_\_\_\_\_. **Oeuvre Complète 1934-1938**. 9 ed. Zurique: Editions d'Architecture Erlenbach-Zurich, 1979.
- 25- COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora documentário, 1976.
- 26- COSTA, Maria Elisa. **Com a palavra, Lúcio Costa**. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2000. 169p.
- 27- COSTA, Lúcio. **Registro de uma Vivência**. 3 ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.
- 28- DE BENEDETTI, Mara e PRACCHI, Attilio. **Antologia dell'architettura moderna. Testi, manifesti, utopie**. Bologna: Nicola Zanichelli Editore S.p.A, 1988.
- 29- DOBER, Richard P. **Campus planning**. United States of America: Reinhold Publishing Corporation, 1963.
- 30- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- 31- FILHO, José Marianno. **Debates sobre Estética e Urbanismo**. Rio de Janeiro: s. ed., 1943.
- 32- FRAMPTON, Keneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- 33- GOODWIN, Philip. **Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942**. New York: The Museum of Modern Arts, 1943
- 34- GOROVITZ, Mateus. **Os riscos do projeto: Universidade do Brasil, 1936**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1989. 2v. (Dissertação de Mestrado)
- 35- \_\_\_\_\_. **Os riscos do projeto**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília e Studio Nobel, 1993.

- 36- GRAEFF, Edgar A. **Arte e técnica na formação do arquiteto**. São Paulo: Fundação Vilanova Artigas e Studio Nobel, 1995.
- 37- GUIMARÃES, Cêça de. **Lúcio Costa: um certo arquiteto em incerto e secular roteiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Prefeitura do Rio de Janeiro, 1996. (Coleção Perfis do Rio, 4)
- 38- HAMLIN, Talbot. **Forms and functions of twentieth-century architecture**. New York: Columbia University Press, 1952. Volume III.
- 39- HARRIS, Elizabeth D. Harris. **Le Corbusier: riscos brasileiros**. São Paulo: Nobel, 1987.
- 40- LEME, Cristina (org.). **O Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: FAU-USP/ Studio Nobel/ FUPAM. s.d.
- 41- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- 42- LISSOVSKY, Maurício, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. **Colunas de educação**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1996.
- 43- LOPES, Alberto Costa. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. UFRJ. Instituto de Geografia. Dissertação de mestrado, 1993.
- 44- MACHADO, Maísa Tude. **A contribuição de Lúcio Costa para a estética do modernismo**. Rio de Janeiro: 1999. 221p. Dissertação (Mestrado em arquitetura) FAU-UFRJ.
- 45- MACHADO, Roberto, LOUREIRO, Angela, LUZ, Rogerio, MURICY. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- 46- MELLO Jr., Donato. **Um campus Universitário para a cidade do Rio de Janeiro**. Arquitetura Revista, Rio de Janeiro: Achiamé, v. 2, 1º semestre, p. 52-72, 1985.

- 47- MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
- 48- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (Brasil). **Atividades do extinto Escritório do Plano da Universidade do Brasil – Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema, abrangendo o período de 1935 a 1944**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação Saúde, Serviço de Documentação, 1946. Arquivo Gustavo Capanema REF. 061.1(81)(047)ONB B.823
- 49- NOBRE, Ana Luiza Nobre. **Carmen Portinho – o moderno em construção**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Prefeitura do Rio de Janeiro, 1999. (Coleção Perfis do Rio, 25)
- 50- PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- 51- PIACENTINI, Marcello. **Architettura D`oggi**. Roma: Paolo Cremonese, 1930.
- 52- PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura**. Campinas: Pontes Editora, 1998.
- 53- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs). **Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 454p.
- 54- RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. **Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único**. Niterói: EDUFF, 2001.
- 55- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 23º ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1999.
- 56- SÁ, Paulo. **A orientação dos edifícios da cidade universitária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Tecnologia, 1937.
- 57- SALMONI, Anita, DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

- 58- SANTOS, Cecília Rodrigues dos et al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987.
- 59- SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Valença- RJ: Editora Valença, 1977.
- 60- SCULLY JR., Vincent. **Arquitetura Moderna: a arquitetura da democracia**. São Paulo: Cosac&Naify Edições, 2002.
- 61- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- 62- \_\_\_\_\_. 1925- Warchavchik e Levi – dois manifestos pela arquitetura moderna no Brasil. In: **RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, s.d. V.7. p.6-11.
- 63- SICA, Paolo (1980). **Antologia di urbanistica. Dal Serrecento a oggi**. s.l: Editori Laterza, 1981.
- 64- SMITH, Robert C. **Arquitetura civil do período colonial**. Rio de Janeiro: [s.n.]
- 65- \_\_\_\_\_. **Arquitetura colonial bahiana**. Salvador: Artes Gráficas, 1951.
- 66- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- 67- SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CNPQ, 1982.
- 68- TOGNON, Marcos. **Arquitetura Italiana no Brasil: A obra de Marcello Piacentini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- 69- TSIOMIS, Yannis (org.). **Le Corbusier – Rio de Janeiro 1929-1936**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1998.

- 70- VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- 71- WISNIK, Guilherme. **Lúcio Costa.** São Paulo: Cosac & Naify, 2001. (Coleção Espaços da Arte Brasileira)
- 72- XAVIER, Alberto. **Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração.** São Paulo: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Fundação Vilanova Artigas, 1997.
- 73- ZEVI, Bruno. **Historia de la Arquitectura Moderna.** Buenos Aires: Emecé Editores, 1957.

#### PERIÓDICOS

- 73- **REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA.** Rio de Janeiro: s.ed., v. I-II, n. 15, mar. 1935. p.222
- 74- **REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA.** Rio de Janeiro: e.ed., v. IV, n. 15, mar. 1935. p.297
- 75- **REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA.** Rio de Janeiro: s.ed., v. IV, n. 3, mai. 1937. p.120-139
- 76- **REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA.** Rio de Janeiro: e.ed., v. IV, n. 4, jul. 1937. p.185

#### DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

- 76- TSIOMIS, Yannis, LINDER, Sandrine, ARNOULT, Frédéric. Trajetos e Projetos. In: **LE CORBUSIER: Rio de Janeiro 1929-1936**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1998. 1CD-ROM.
- 77- Informações a respeito de Anísio Teixeira. Disponível em <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>
- 78- Informações a respeito da história do trem no Brasil. Disponível em <http://www.otrem.hpg.ig.com.br/index1.htm>;  
[http://members.tripod.com/ferrovias/cpef\\_eletrificacao.htm](http://members.tripod.com/ferrovias/cpef_eletrificacao.htm)
- 79- SEGRE, Roberto. Guias de Arquitetura do Rio de Janeiro. Dez. 2001. Resenha eletrônica. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/resenhas.asp>.